



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
Instituto de Psicologia – IPS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGPSI
Mestrado Acadêmico e Doutorado



LAÍS FLORES SANTOS LOPES COSTA

Ressonâncias da insígnia de periculosidade em adolescentes com trajetórias de
acolhimento institucional

Salvador

2018

LAÍS FLORES SANTOS LOPES COSTA

Ressonâncias da insígnia de periculosidade em adolescentes com trajetórias de
acolhimento institucional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia do Desenvolvimento.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane de Oliveira Santos

Salvador

2018

Flores Santos Lopes Costa, Laís

Ressonâncias da insígnia de periculosidade em
adolescentes com trajetórias de acolhimento
institucional / Laís Flores Santos Lopes Costa. --
Salvador, 2018.
190 f.

Orientadora: Cristiane de Oliveira Santos.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Psicologia) -- Universidade Federal da Bahia,
Instituto de Psicologia, 2018.

1. adolescência. 2. acolhimento institucional de
crianças e adolescentes. 3. indivíduo perigoso. 4.
vulnerabilidade social. 5. psicanálise. I. de
Oliveira Santos, Cristiane. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Laís Flores Carneiro Santos

RESSONÂNCIAS DA INSÍGNIA DE PERICULOSIDADE EM ADOLESCENTES COM TRAJETÓRIAS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia,
Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

Cristiane de Oliveira Santos
Instituto de Psicologia, UFBA

Vlândia Jamile dos Santos Jucá
Instituto de Psicologia, UFBA

Andréa Máris Campos Guerra
Departamento de Psicologia, UFMG

Salvador, 17 de setembro de 2018.

AGRADECIMENTOS

Certa feita, ao questionar um artesão sobre se ele que havia confeccionado as peças que expunha para venda, ele me respondeu: “mais da metade sim; mais da metade não”. Não pude deixar de achar graça da incoerência matemática, mas confesso que foi porque eu não entendi o alcance de sua resposta. Hoje eu entendo. Mais da metade desta dissertação fui eu quem fiz; mais da metade não. Muitas pessoas a escreveram comigo, de diferentes formas, e aqui está meu registro a algumas delas.

Primeiramente, gostaria de agradecer a Molije. Mais da metade da trajetória deste mestrado você me acompanhou, me acolheu nos momentos difíceis, me apoiou em todas as decisões que precisei tomar para seguir neste curso. Você me orientou (por mais que diga o contrário), me deu horizontes, esteve ali comigo. Muito obrigada pelo carinho, pela alegria, por sempre querer o que fosse melhor para mim. Mais da metade desta dissertação eu fiz com você e sou extremamente grata e feliz por isso. Dois beijos carinhosos.

Queria agradecer a Cristiane pela acolhida generosa e preciosa nessa travessia que foi concluir o mestrado. Me faltam palavras para dizer tudo que você representou aqui. Obrigada por acreditar neste trabalho e por acreditar que eu poderia fazê-lo. Estou orgulhosa do que produzimos. Espero que nosso trabalho ressoe e que esta parceria se mantenha.

Agradeço a Vlândia, por todas as leituras atentas e dedicadas nas diferentes etapas e nas diferentes modalidades deste percurso, pelas indicações de leitura, pela biblioteca, pela amizade que pudemos construir ao longo desse processo. Obrigada por tantas vezes não me deixar desistir. Foram muitas mudanças, transições, encruzilhadas e você estava sempre lá. Obrigada.

A Alê, meu marido, que me ajudou a elaborar cada etapa desta escrita, me deu ideias, me escutou, me deu suporte e enfrentou comigo as adversidades que tivemos no processo. Você é meu alento, meu porto, minha segurança, meu encontro. Amo você.

Agradeço a Livinha, que dedicou seu tempo precioso na leitura da dissertação, apontando os pontos fracos, ressaltando os pontos fortes, se envolvendo com as histórias, além, claro, de ser minha grande amiga e ser tão importante e especial para mim há tantos anos.

Agradeço a Emilly, minha amiga, por sua sensibilidade, por estar sempre próxima e disponível, mesmo estando também imersa na sua produção, e por ser essa inspiração, esse ideal de dedicação, compromisso e organização que eu almejo chegar.

Agradeço a Paula, minha companheira de trabalho, que travou comigo batalhas contra gigantes, me ensinou o que é assistência social e é a prova viva de que o vínculo com as pessoas que atende é essencial para o desenvolvimento de um trabalho sério, ético e comprometido.

Agradeço a meus compadres, Denise e Márcio, pela potência dos encontros, das trocas, dos afetos, das confidências.

Agradeço a Sheilla que sempre acreditou nesta dissertação, me incentivando e me encorajando a finalizá-la, sendo sempre muito compreensiva quando precisava, por vezes, me ausentar do trabalho para atender às demandas do mestrado. Obrigada por sua solidariedade, por sua compreensão e por sua parceria. Você está nesse percurso que eu trilhei.

Agradeço a minha mãe que, com todo seu carinho e atenção me deram suporte nesse processo de escrita, compreendendo minhas ausências e perguntando sobre minhas produções diárias, sabendo que uma dissertação se escreve um pouco a cada dia e que essa continuidade é essencial para o resultado final.

Agradeço a meu pai que, em sua eterna exigência, me ensinou que sempre há o que melhorar, me empurrando a dar o melhor de mim e que, sendo a vida única e agora, é preciso investir nela a todo momento.

Agradeço enormemente às instituições que abriram as portas para mim, me cederam seus registros, suas memórias, seus profissionais. Agradeço a cada profissional que reconheceu a importância desse trabalho e contribuiu para a sua concretização. Sem a experiência de vocês não teria sido possível esse resultado. Espero que a esperança se renove a cada dia em cada um de vocês.

E, por fim, agradeço aos adolescentes que participaram (ativamente ou não) do estudo, cujas histórias serviram de contexto para alcançarmos os objetivos desta dissertação. Definitivamente, bem mais da metade dessa dissertação foi escrita por vocês dois; a outra metade foi escrita para vocês.

*A meu avô Moacyr e a meu filho Artur que, mesmo não
estando mais aqui, ainda vivem em quem eu sou.*

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar as ressonâncias do discurso de periculosidade nas trajetórias de adolescentes que passaram por acolhimento institucional. Para atender aos objetivos, utilizamos a história de vida de dois adolescentes que tiveram vivência de acolhimento institucional e envolvimento com o tráfico de drogas como ferramenta metodológica, a partir da análise dos prontuários de algumas instituições de acolhimento as quais os adolescentes tiveram passagem, bem como das entrevistas abertas e em profundidade realizadas com profissionais que os acompanharam no momento da institucionalização. Um adolescente do estudo também foi entrevistado, a fim de dar visibilidade à sua voz. Os dados encontrados foram analisados a partir da perspectiva teórica da psicanálise e da análise do discurso de inspiração foucaultiana. Como marco teórico, utilizamos as noções de indivíduo perigoso, poder disciplinar e biopoder analisadas por Foucault, os conceitos de *homo sacer*, de vida nua e de campo desenvolvidos por Agamben e a ideia de vida precária defendida por Butler. A partir da psicanálise, resgatamos os conceitos de adolescência, constituição e estruturação psíquicas e lei simbólica. Para situar historicamente o problema de pesquisa, fizemos um panorama sobre as leis brasileiras de proteção à infância que vigeram no país, sobre a noção de família, sobre a institucionalização de crianças e adolescentes e sobre as imagens que foram sendo construídas sobre a infância institucionalizada. Os casos apresentados possuem características comuns, como vivências de abandono e de violências muito precocemente na vida, dificuldade em se submeter às regras institucionais, a concepção de que são desafiadores das normas, ao passo que também comportam singularidades, como a extensão da circulação familiar e institucional, a posição ocupada nos discursos institucionais e a incorporação da ideia de sua suposta periculosidade. Discutimos que a lógica institucional de atendimento ainda está voltada para a disciplina e que isso fragiliza seu trabalho, que o olhar unívoco sobre o agir adolescente não abre espaço para novas identificações e que a precarização de uma vida a torna mais vulnerável à determinadas contingências. Por fim, esperamos contribuir para a desconstrução da essencialização da periculosidade atribuída a estes adolescentes, trazendo novas perspectivas sobre a travessia adolescente, sobre a função do acolhimento institucional para este público e sobre a discussão da redução da maioridade penal.

PALAVRAS-CHAVE: adolescência; acolhimento institucional de crianças e adolescentes; indivíduo perigoso; vulnerabilidade social; psicanálise.

ABSTRACT

This work aims to analyze the resonance of the dangerousness speech in the trajectory of teenagers who had experienced sheltering. To comprehend the goals, we used as methodological tool the life histories of two teenagers who had experience with sheltering and drug traffic, according to the analysis of some host institution's charts where the teenagers were at, as well as open interviews with professionals that followed these teenagers in the moment of their institutionalization. One of the teenagers were also interviewed in the will of making his voice heard. The data found were analyzed according to the theoretical perspective of psychoanalysis and inspired by Foucault's Discourse Analysis. As a theoretical mark, we used the ideas of dangerous individual, disciplinary power and biopower analyzed by Foucault, the concepts of *homo sacer*, of bare life and field developed by Agamben and the idea of precarious life from Butler. From the psychoanalysis, we rescued the concepts of adolescence, constitution and psychic structure and symbolical law. To historically situate the researcher's problem, we made a panorama about Brazilian laws for childhood protection, about the idea of family, about institutionalization of children and teenagers and about the images built of the institutionalized childhood. The cases presented have common characteristics, like abandonment and violence early on in life, difficulty to submit to institutional rules, the concept that they oppose the norms while they also show their singularities, like the extension of familiar and institutional circulation, the position occupied in institutional speeches and the incorporation of the idea of their supposed dangerousness. We discussed that the institutional logic of work is still turned to the discipline and this weakens it's work, that the unequivocal look on the teenagers acts do not open space for new identities and that the precariousness of a life makes it more vulnerable to certain contingencies. At last, we hope to contribute to the deconstruction of the idea of essentialized dangerousness to these adolescents, bringing new perspectives about the adolescence passage, about the role of the shelter for this public and about the discussion of the reduction of penal age.

KEY WORDS: adolescence, shelter for children and teenagers, dangerous individual, social vulnerability, psychoanalysis.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPSi	Centro de Atenção Psicossocial infantil
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CT	Conselho Tutelar
DAI	Delegacia do Adolescente Infrator
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MSE	Medida Socioeducativa
PIA	Plano Individual de Atendimento
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNCFC	Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
SPA	Substância Psicoativa
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
Percurso profissional – Questões suscitadas no trabalho em instituição de acolhimento para crianças e adolescentes – resumo dos capítulos da dissertação	
1 INTRODUÇÃO.....	18
Mapa de Homicídios – Adolescência – Periculosidade e Virtualidade em Foucault - Binômio vítimas-algozes – Proteção e Punição – Função Social do tráfico de drogas - Problema de pesquisa - Objetivos geral e específicos	
2 PERCURSO INVESTIGATIVO.....	28
2.1 Participantes.....	32
2.2 Coleta de dados.....	32
2.3 Análise de dados.....	34
2.4 Questões éticas.....	35
3 MARCO TEÓRICO.....	38
3.1 Indivíduo perigoso, vidas precárias e tanatopolítica: construção e atualidade desses conceitos.....	38
União entre os saberes médico e jurídico – Análise sobre o indivíduo criminoso e não sobre o crime cometido - <i>Continuum</i> de intervenções possíveis sobre o criminoso – Utilização do conceito de monstro e monstruosidade para justificar os crimes – Vida nua e vida precária – <i>Homo Sacer</i> – Conceito de campo em Agamben	
3.2 Constituição subjetiva e adolescência a partir da psicanálise.....	48
Estruturação psíquica – Estádio do Espelho – Função Materna e Função Paterna – alienação e separação – Adolescência para a psicanálise – Confirmação da estrutura – Laço Social - Desamparo - Lei simbólica	
4 HISTÓRIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES POBRES NO BRASIL.....	60
4.1 Legislações vigentes no Brasil nos séculos XX e XXI sobre crianças e adolescentes: Do Código Penal de 1890 ao Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990.....	60
Criminalidade e Punição nos códigos – Imputabilidade penal – Responsabilidade civil – Idades referentes à maioridade penal – pobreza em situação irregular – Criança e adolescente como sujeitos de direitos	
4.2 Modificações no estatuto da família, noção de cuidado à infância e a assistência pública aos pobres.....	67
Sentimento de Infância – Origem do conceito moderno de família – Noção de família desestruturada – Medicina doméstica –Intervenção do Estado sobre a vida privada – Responsabilização sobre as faltas familiares - Intervenção terapêutica sobre as faltas familiares – A degeneração moral da família pobre – Família pobre como perigosa para as crianças – Associação entre pobreza e criminalidade – Institucionalização de crianças e adolescentes	

4.3 Breve história das instituições para acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no Brasil.....	73
História de institucionalização de crianças e todas as classes sociais – Aumento da quantidade de pessoas em situação de rua e pobreza – Importação do Modelo Europeu da Roda dos Expostos – Ambivalência religiosa quanto ao abandono de crianças – Taxa de Mortalidade Institucional - Ditadura Militar e Fundação Nacional de Bem-estar do Menor – Questionamento sobre a qualidade do atendimento prestado e necessidade de reformulação da política social	
4.4 A Política Nacional de Assistência Social e os Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes.....	79
Redemocratização e nova Constituição Federal – Promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – Política Nacional de Assistência Social – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária – Orientações técnicas para serviços de acolhimento institucional – Medidas Protetivas	
4.5 O que se afirma sobre aqueles que tiveram experiência de acolhimento institucional.....	84
Família pobre como incompetente e desamorosa – Ambivalência na concepção sobre as unidades de acolhimento institucional - má caracterização dos jovens que necessitam deste tipo de assistência social – novas perspectivas de intervenção	
5 A MONTAGEM DA PERICULOSIDADE E A LÓGICA DISCIPLINAR DE ATENDIMENTO: J.D., O ESTILO GANGSTER.....	90
Poder disciplinar - Agir e ato – Errância subjetiva – Circulação institucional e familiar - Função da instituição de acolhimento – Inconstância de laços afetivos – Introjeção de um lugar – Look e experimentação adolescente – Tráfico – Roubo – Risco - Maioridade	
6 SANTIAGO: VIDA NUA, ABANDONO E DESPROTEÇÃO.....	133
<i>Homo Sacer</i> – Campo – Construção de perfis e balizamento de trajetórias – Situações de vulnerabilidade social e pessoal – Abandono – Identificação – Ato de fala – Condição precária – Desconstrução de um lugar e abertura para novas possibilidades de existir	
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS.....	173
APÊNDICE A: Roteiro de pesquisa em prontuário.....	182
APÊNDICE B: Roteiros de entrevistas: Profissionais e adolescentes.....	183
APÊNDICE C: Termos apresentados ao CEP-IPS/UFBA.....	185

Apresentação

Trabalhei dois anos e meio como psicóloga de uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e vulnerabilidade social. Durante este período, me chamavam atenção as singularidades tão próprias de cada história e sempre tão escondidas nos rótulos classificatórios: situação de rua, negligência, maus tratos, ameaça de morte. É espantoso perceber que depois de tantos atendimentos, acompanhamentos, casos discutidos, ainda apareciam regularmente histórias inéditas, inesperadas e inacreditavelmente sofridas. Um adolescente nunca parecia com outro, as famílias eram sempre únicas, por mais que fizéssemos um esforço para tentar aproximá-las, até como uma forma de tentar dar conta de todos eles.

É um trabalho duro, árido e ambivalente. Se não há distanciamento, você não suporta; se não há aproximação, você não intervém. É preciso vínculo com o sujeito para que uma intervenção tenha efeito, ao mesmo tempo que é preciso certo distanciamento afetivo para perceber repetições, demandas, sintomas e decidir como trabalhar com aquele adolescente.

Como dizer para o adolescente que aquele lugar ali não é o ideal, que todo um trabalho será feito para que ele retorne para casa, o mais rápido possível - conforme preconiza a lei - que ele não se acostume com a instituição e, ao mesmo tempo, dizer que ele é bem-vindo e está ali para ser acolhido e protegido? Em outras palavras, como acolher, colocando para fora? Me debati um tempo com essa questão, depois me perguntei se este é realmente um paradoxo. Uma instituição não pode ser acolhedora no breve tempo em que se coloca para isso? Aparentemente, a ideia que se tem por trás desta afirmação é de que se um ambiente for acolhedor o suficiente, protetivo o suficiente, bom o suficiente, os vínculos afetivos primeiros, os vínculos familiares e comunitários serão fácil e rapidamente substituídos pelos vínculos formados dentro da instituição. Contudo, por mais grave que tenha sido a negligência, por mais difíceis que tenham sido as histórias, a própria casa e a própria mãe são sempre lugares idealizados aos quais se quer retornar. De todos os casos que acompanhei, somente um adolescente não queria retornar para casa, querendo permanecer institucionalizado.

Penso que a questão da ambivalência não é um grande problema para a lógica institucional, que pode trabalhar bem entre estes dois eixos. Essa é, contudo, uma questão posta para seus funcionários, sejam eles merendeiras, coordenadores, auxiliares de serviços gerais, educadores sociais, equipe técnica. Eles precisam investir no acolhido e este investimento é de diversas ordens: é preciso ensinar e fazer cumprir as regras da casa; orientar para a realização da higiene pessoal; acordar todos os dias para ir para a escola e, no seu retorno, ajudar nos

deveres de casa; acompanhar no médico e administrar as medicações; passear, brincar, colocar as refeições, organizar a rotina, suportar as expressões de angústia, orientar quanto às atitudes, acolher os choros... enfim, uma interminável gama de tarefas que só se faz efetivamente quando se estabelece uma relação de afetividade.

Como, então, investir tanto tempo, energia e afeto em alguém que pode ir embora a qualquer momento? A grande maioria das reinserções familiares é vista com muito carinho por todos os funcionários, como uma intervenção de sucesso e como algo positivo para o acolhido. É como se todo este investimento tivesse valido a pena. A questão mais significativa está nas fugas, quando um adolescente recorrentemente evade das instituições de acolhimento. Com este que o investimento se faz mais difícil. Exerce-se o papel de educador, coordenador ou outro, mas o investimento é menor; precisamente com aquele que necessita o máximo de todos.

Freud (1915/1974b), em um texto sobre a transitoriedade, fala que existem duas formas de lidar com o fato de que a beleza de alguns objetos seja transitória: ou se supõe uma perda de seu valor, ou um aumento dele. Assim, enquanto algumas pessoas passam a exaltar ainda mais a beleza do objeto justamente por ela ser evanescente, outros, ao imaginar que tal objeto irá evanescer, não conseguem admirá-lo em sua totalidade, já antecipando um luto por sua perda. O processo de luto pressupõe que a libido investida no objeto perdido seja desligada e retorne ao próprio eu para que, posteriormente, possa ser ligada a outro objeto. Contudo, esse processo pode ser muito doloroso para algumas pessoas (Freud, 1915/1974b).

Traçando um paralelo com o trabalho de investimento nos adolescentes institucionalizados, o trabalhador (aquele mais comprometido com seu fazer, pelo menos) lida constantemente com processos de luto pelo adolescente que se foi e, possivelmente, não voltará; ele acredita que todo trabalho foi perdido e todo investimento foi em vão. Então, o trabalho destes profissionais exige – quase que como uma habilidade essencial para seu exercício - uma disponibilidade de circulação de libido muito grande entre diferentes objetos e o próprio eu. Com isso, não é de se estranhar uma certa resistência em estar constantemente fazendo este trabalho de investimento com o acolhido, ainda que este seja o cerne do trabalho. Neste sentido, Freud, em 1925, já dizia que “toda pessoa desse tipo deveria receber uma formação psicanalítica, de vez que, sem esta, as crianças, o objeto de seus esforços, permanecerão sendo um problema inacessível para ela” (Freud, 1925/1976b, p. 342). Ainda que esta seja uma expectativa ideal, é importante estar atento à mobilização subjetiva que este trabalho impõe aos trabalhadores.

Para aquele que necessita do abrigo temporário, a ambivalência com relação a instituição também é uma questão presente constantemente. Não esqueço de um adolescente

que, em franca expressão de angústia, tentando destruir qualquer objeto que fosse da instituição, gritava aos prantos: “*eu quero ir embora daqui! Se isso aqui não existisse, eu estaria em casa com minha família*”. Obviamente, o fato de ele estar institucionalizado não era simplesmente porque a instituição existia. Ele era um adolescente que havia sido retirado abruptamente de sua família, cujos vínculos eram bastante fortalecidos, porque os pais eram usuários dependentes de substância psicoativa e os sete filhos se encontravam em situação de grave negligência: os menores não possuíam certidão de nascimento, os maiores nunca tinham frequentado a escola, uma tinha paralisia cerebral e não recebia os cuidados necessários e todos aparentavam inanição. Ele tinha consciência das motivações e da necessidade de seu acolhimento, mas não era isso que estava em jogo. A questão era que, necessariamente, a existência da instituição anulava a existência da família.

Foi possível notar, ao longo dos anos, a mudança no perfil de atendimento. Na época em que eu entrei, uma funcionária mais antiga da instituição, ao me apresentar a dinâmica e o funcionamento do trabalho, me falava sobre a mudança do perfil de atendimento. Ela dizia que, antes, a maioria das solicitações para acolhimento institucional era para adolescentes em situação de rua, sem vínculo familiar algum ou com vínculos praticamente desfeitos. Alguns não sabiam seu sobrenome, tampouco sua data de nascimento, o que tornava o trabalho de localização da família ainda mais difícil. Já não se via mais esse perfil; na época, eram adolescentes com referência familiar, mas que a família não sabia como mais lidar com os comportamentos indesejados de seus filhos e solicitavam intervenção de terceiros.

Aos poucos, esse perfil se mesclou. Antes eram adolescentes com referência familiar, cujas famílias alegavam não saber mais o que fazer para obter o respeito do filho, que já fazia uso de entorpecentes e tinha vivência de rua. Agora, aqueles adolescentes, embora passassem o dia fora de casa, estavam em sua própria comunidade, em sua maioria trabalhando para o tráfico de drogas da região e, por este motivo, ameaçados de morte no bairro. Assim, o que mudava era o modo de estar na rua.

Na época, eu estava em contato direto com profissionais que trabalhavam com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e era recorrente o relato de que o adolescente parou de cumprir a medida pois havia sido assassinado. Nenhum adolescente que acompanhei foi assassinado, mesmo sob ameaças graves de morte, pelo menos enquanto estive naquele trabalho. Deste modo, nós da equipe, pensávamos que, de algum modo, o adolescente que fugia de sua comunidade e ia para a Alta Complexidade¹, conseguia escapar

¹Uma explicação breve sobre a Política Nacional de Assistência Social: a PNAS divide a assistência social em Proteção Básica e em Proteção Especial. A segunda ainda é dividida em Média e Alta Complexidade. A proteção

da morte, ao passo que os adolescentes mais vinculados ao seu local de origem, acabavam morrendo. Aos poucos, foram aparecendo casos de adolescentes que tinham passado por acolhimento institucional e haviam sido mortos. Assim, fui me dando conta que nossa capacidade de proteção de nossos jovens estava diminuindo.

Me lembrei na época de um pensamento que tive logo quando entrei nesse trabalho, mas que não tinha dado muita vazão, sobre o significante usado para se referir ao adolescente quando ele foge da instituição: fulano *evadiu*. O tempo verbal tem a mesma sonoridade do adjetivo: fulano *é vadio*. Assim, aqueles adolescentes mais errantes, que aderem pouco às regras da instituição, que têm várias entradas em diferentes abrigos, são os de difícil acesso, difícil trabalho, difícil manejo; são os vadios.

Mais uma categoria então está sendo alvo de assassinatos, nesse extermínio da juventude pobre e negra que continua acontecendo no país. Comecei a me interrogar sobre esses “vadios” que estavam sendo mortos no momento de desinstitucionalização e foi daí que decidi fazer esta pesquisa e escrever esta dissertação. Espero que ela possa servir de alguma maneira para diminuir essa chacina diária que vivemos, que possa levantar questionamentos, trazer amparo teórico, fazer repensar algumas práticas nos profissionais que desenvolvem esse árduo trabalho.

Esta dissertação está dividida em seis capítulos. Na introdução, apresentaremos dados referentes à violência na Bahia, ao homicídio contra adolescentes e o perfil da população assassinada, de modo a demonstrar como a criminalização da pobreza é mortífera para esta população e como a condição em que os adolescentes se encontram nesse cenário é predominantemente de vítima, não de autor de homicídio. Situaremos ainda nesse capítulo o problema de investigação, a pergunta da pesquisa e os objetivos deste estudo.

O capítulo dois é destinado à explicitação do percurso investigativo deste estudo, sinalizando os participantes, os métodos de coleta e de análise de dados - tomados a partir de uma leitura psicanalítica dos fenômenos apresentados e da análise do discurso de inspiração foucaultiana - bem como as considerações éticas desta pesquisa.

No capítulo três, trataremos na primeira subseção sobre a noção de indivíduo perigoso desenvolvida por Foucault em diversos momentos de sua obra, discutindo a instauração do poder disciplinar e suas vicissitudes. Abordaremos, a partir de Castel (1981/1987), como determinada classificação atribuída aos sujeitos o comporta sob trajetórias definidas. Por fim,

básica trata de pessoas e suas famílias em situação de vulnerabilidade social, mas ainda com seus direitos garantido. A proteção especial é destinada aos sujeitos em situação de vulnerabilidade social que tiveram seus direitos violados, sendo que os serviços de média complexidade são voltados para aqueles que ainda possuem vínculos comunitários e familiares e os serviços de alta complexidade são voltados para os sujeitos que estão com esses vínculos muito fragilizados ou rompidos. Este tópico será desenvolvido no capítulo 4 da dissertação.

traremos à discussão os conceitos de *homo sacer* e de campo desenvolvidos por Agamben (1995/2002). Na segunda subseção será situada a adolescência segundo a psicanálise, os momentos de constituição subjetiva e de confirmação da estrutura do sujeito e como se constitui a Lei neste período da vida.

No quarto capítulo, discutimos a história de institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil. Para tanto, dividimos o capítulo em quatro subseções: a primeira apresenta as legislações que vigoraram no país, no que diz respeito à proteção e responsabilização de crianças e adolescentes, demonstrando os contextos para as modificações (aumentos e reduções) da maioridade penal, bem como os tratamentos diferenciados propostos para as crianças e adolescentes de diferentes classes sociais; a segunda desenvolve o conceito de família e as conformações do cuidado à infância ao longo do tempo, com base principalmente nas discussões de Freire-Costa (1979); a terceira subseção trata, de modo breve, especificamente de como eram as instituições voltadas para o acolhimento integral de crianças e adolescentes desde o período colonial até o final da ditadura; a subseção quatro trata sobre as novas configurações do acolhimento institucional para crianças e adolescentes, dentro da Política Nacional de Assistência Social, a partir do princípio da proteção social integral; por fim, a última subseção aborda as classificações e rotulações dadas às crianças, aos adolescentes e suas famílias, que necessitam de acolhimento institucional em algum momento de suas vidas, apontando como tais atribuições e modos de enxergar esse público repercutem no trabalho desenvolvido com eles dentro da instituição de acolhimento e fora dela.

O quinto e sexto capítulos estão destinados à história de vida de dois adolescentes. A nossa hipótese de trabalho no primeiro caso é de que quando somente uma interpretação é dada a todos os atos do sujeito, torna-se difícil para ele construir um outro lugar no mundo, diferente daquele estabelecido pelos Outros. No segundo caso, marcamos justamente o oposto: ao possibilitar uma circulação por novos caminhos, o sujeito pode lançar mão de outras identificações que não à exclusiva ao perfil que lhe foi atribuído. No entanto, algumas vidas estão mais suscetíveis a determinadas contingências que outras, resultando em interrupções precoces de trajetórias.

Por fim, nas considerações finais, retomamos os objetivos e os pontos principais discutidos ao longo da dissertação, discorrendo sobre as singularidades e as transversalidades dos casos estudados, tomados a partir de três níveis de análise, a saber, micro, meso e macro. Ainda, reafirmamos as adversidades do trabalho em instituições de acolhimento, mas apontando para sua potência e para sua capacidade de intervir nas trajetórias de seus acolhidos.

1 Introdução

Este trabalho pretende analisar o discurso de periculosidade atribuído a muitos jovens pobres, especialmente aqueles que estão nos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, de modo que trabalharemos as ressonâncias deste discurso nas trajetórias de adolescentes com experiência de acolhimento institucional e que estiveram envolvidos com o tráfico de drogas. Conforme o Mapa da Violência - Homicídio por armas de fogo no Brasil, em 2014, a Bahia ocupou a oitava posição dentre os Estados com maior taxa de homicídios por arma de fogo, obtendo um aumento percentual de 161,7% no período entre 2004 e 2014 (Waiselfsz, 2016). No mesmo patamar se encontra a cidade de Salvador, que subiu oito posições neste mesmo período, saindo da 16ª colocação, passando para a oitava. Dentre os 150 municípios brasileiros com maior taxa neste tipo de homicídio, a localidade de Mata de São João/Ba encontra-se em primeiro lugar e Simões Filho/Ba e Lauro de Freitas/Ba estão em oitavo e décimos lugares respectivamente. Estes três territórios compõem a Região Metropolitana de Salvador.

Ainda segundo este Mapa, aproximadamente 60% das vítimas de homicídios por arma de fogo eram jovens entre 15 e 29 anos. A população negra, na Bahia, tem três vezes e meia mais mortes relativas do que a população branca. Analisando estes dois dados, podemos afirmar que a população jovem e negra tem mais chances de ser assassinada por armas de fogo que qualquer outra população.

O Atlas da Violência de 2018, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), informam uma taxa de homicídios na Bahia de 46,9 mortes por cem mil habitantes para o ano 2016, representando um aumento de 97,8% do valor nos últimos 10 anos. Se analisarmos a taxa de homicídios somente de homens jovens, este número cresce para 218,4 mortes por cem mil habitantes. Um jovem na Bahia tem 4,5 vezes mais chances de ser assassinado que uma pessoa adulta. Um dado alarmante foi divulgado pelo projeto da Unicef, Plataforma dos Centros Urbanos (2017): na Prefeitura-Bairro de Valéria, subdistrito da cidade de Salvador, a taxa de homicídios entre crianças e adolescentes de 10 a 19 anos foi de 87,67% em 2015.

É relevante observar que, neste Atlas, o dado referente à variação do número de homicídios cometidos contra homens jovens brancos entre 2015 e 2016 é informado, mas o mesmo não ocorre com relação aos dados referentes aos homicídios cometidos contra homens jovens negros, sendo esta a população de o maior alvo de homicídios no país, como vimos. Conforme informações presentes no Anuário Brasileiro de Segurança Pública publicado em

2017, no ano de 2016, das mortes decorrentes de intervenções policiais, 99,3% eram homens, 81,8% eram jovens e 76,2% eram negras. Desta forma, pode-se perceber que o alvo principal da letalidade policial são os jovens homens negros.

Em relação a adolescentes envolvidos em homicídios, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2016 informa que, dos 5.120 inquéritos de homicídio instaurados na Bahia em 2014, apenas 114 foram relatados com autoria de criança ou adolescente, o que significa que somente 2% do total de homicídios cometidos na Bahia é praticado por adolescentes. Contudo, em relação ao total de homicídios esclarecidos no país, em 2014, 10,7% dos casos foram cometidos por adolescentes. Segundo Ghiringhelli (2015), a celeridade no julgamento de adolescentes em conflito com a lei é maior do que a de adultos, que levam em média mais de sete anos para serem julgados, o que nos faz pensar que essa diferença de percentual entre inquéritos instaurados e homicídios esclarecidos está atrelada mais à letargia do sistema judiciário penal que aos números brutos de homicídios envolvendo adolescentes como autores.

Segundo o Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo de Salvador, o ato infracional com maior incidência no município foi o envolvimento com o tráfico de drogas (SEMPs, 2017). Ali não constam dados sobre a renda familiar dos adolescentes que entraram em conflito com a lei. Contudo, há uma predominância de jovens negros (94,2%), do sexo masculino (90%), com idades entre 15 e 17 anos (92,9%) e com nível de escolaridade fundamental incompleto (90%). É possível estabelecer uma relação entre os dados e a vulnerabilidade socioeconômica, visto ser este o perfil dos jovens que vem sendo assassinados cotidianamente nos bairros mais carentes da cidade, como no caso de Valéria.

Esta probabilidade nefasta não é mera obra do acaso; há razões históricas que corroboram esta prática. Duas são as explicações que descreveremos a seguir: uma diz respeito a associação entre juventude e periculosidade (ao se afirmar que existem certas essências típicas dos jovens como impulsividade, rebeldia, agressividade [Nascimento e Coimbra, 2009]) e outra à criminalização da pobreza. Estes dois pontos quando confluídos, isto é, quando se referem a jovens pobres, reverbera no extermínio de determinada juventude, expresso nos dados acima².

² O documentário do diretor José Padilha, “Ônibus 174”, de 2002, detalha a história de vida de Sandro, um jovem de 22 anos que sequestrou um ônibus na cidade do Rio de Janeiro. Todo o curso do acontecimento foi transmitido ao vivo e seu desfecho se deu com a morte de Sandro e de uma moça que ele usava como refém para tentar fugir. Durante o documentário, várias pessoas dão seus depoimentos sobre a vida de Sandro, que passou por diversas situações de grave violência física e psicológica, viveu em situação de rua por um longo período em sua infância, tendo sido atendido por diversificados dispositivos da assistência social. Mostrando outra versão do protagonista, “degenerado” pelos meios de comunicação e público geral, Padilha atenta seu telespectador para o sofrimento ao qual Sandro esteve submetido durante toda sua trajetória.

A forma de entender a adolescência, tal como ocorre com a infância, depende de uma construção cultural que varia no tempo, de modo que estas passagens não devem ser tratadas como naturais. Neste sentido, “as características ‘naturais’ da adolescência somente podem ser compreendidas quando inseridas na história que as geraram” (Frota, 2007, p. 155). Phillipe Ariès (1978) descreve como a noção de infância foi sendo desenvolvida ao longo dos séculos e Margareth Mead (1928), ao escrever sobre os adolescentes em Samoa, descreve como a adolescência é vivida naquele país e como as angústias consideradas naturais a esta etapa da vida no mundo ocidental não são vivenciadas pelas pessoas de lá. Deste modo, ela rompe com a tese de que a adolescência é uma etapa universal do desenvolvimento, contrapondo a ideia defendida por algumas teorias da psicologia do desenvolvimento de que essas fases são naturais e sucessivas e que as características fundamentais desta etapa da vida são ligadas às mudanças físicas e hormonais que os jovens passam.

Segundo Guerra (2016, p. 250), “a adolescência é uma construção cultural (...) [possuindo] variações semânticas corolárias à consolidação da ideia de um período ou fase de vida correspondente a essa faixa de idade”. A autora questiona a quem interessa a construção da adolescência como um intervalo, uma travessia ao mundo dos adultos, argumentando que há jovens que assumem muito cedo a responsabilidade financeira de sua família. Neste sentido, as conceituações sobre o que é a adolescência variam de acordo com o grupo social ao qual é referida. Assim, para alguns, a adolescência será um período de moratória, para outros será pura puberdade acompanhada pelo saber médico e, ainda, poderá ser considerada como um momento de desenvolvimento psíquico e de amadurecimento de capacidades sexuais e laborativas para os demais. Com isso, Guerra (2016) afirma que a adolescência não somente é uma construção histórica e política, como sua conceituação muda a depender do que se espera dos jovens em questão.

Há uma diferença cultural significativa ao se falar em criança e em adolescente. Enquanto que a infância é normalmente vista como uma fase de brincadeiras, criatividade, despreocupação e alegria, a adolescência é tida como um momento de crise e tormenta, de questionamentos, de rebeldia, sendo uma fase difícil não somente para ele, mas também para quem convive com o adolescente (Frota, 2007). Contudo, além destes aspectos ditos como próprios da juventude, Coimbra e Nascimento (2008) chamam atenção ao fato que, ao se referir a crianças e adolescentes pobres, duas qualificações são adicionadas: violência e criminalidade.

Paralela à imagem positiva da adolescência como um momento de liberdade e múltiplas possibilidades de vir-a-ser, está a imagem negativa associada ao perigo e à insegurança, frente ao envolvimento com substâncias psicoativas (seja para consumo ou comércio), com gangues,

esportes violentos etc. (Adorno, 2010). Neste sentido, duas classificações são atribuídas a essa população, a saber, a infância em perigo que, apesar de ainda não ter delinquido, pode vir a fazê-lo e, por isso, precisa ser tutelada, e a juventude perigosa, aquela em conflito com a lei.

A adolescência é vista então como uma fase de transição do mundo infantil ao adulto, momento em que sofrem “um processo de requalificação” (Adorno, 2010, p.2). Em consequência, a adolescência passa a se vincular com a ideia de necessidade de vigilância, regulação e controle social desses indivíduos. A partir desta concepção, os saberes da biologia, da psicologia, da pedagogia e da medicina foram utilizados para se criar certa “ciência da adolescência”, com o objetivo de entender, explicar, tratar os possíveis perigos com os quais os adolescentes poderiam se envolver (Vavassori, 2016).

Foucault (1978/2010), em relação à emergência do conceito de periculosidade que será aprofundada no capítulo 3, afirma que a centralidade da análise do crime deixou de ser feita em relação ao ato cometido e passou a recair sobre quem comete o ato. Deste modo, busca-se na história do sujeito o que o levou a cometer tal crime, tornando o crime idêntico ao criminoso e justificando assim o que ele ainda pode vir a fazer. A partir de então, os indivíduos passam a ser avaliados e tratados a partir de seu potencial de periculosidade. Para o autor, o criminoso é aquele que, independente de quem seja, “porta um índice particularmente elevado de probabilidade criminal, sendo em si mesmo um risco de crime” (Foucault, 1978/2010, p. 22).

No sentido das virtualidades, do que pode vir a ser/fazer, as concepções de adolescência e periculosidade se aproximam. Como as noções de risco e de perigo são produzidas socialmente, a cada momento são escolhidos os alvos a serem combatidos. Na atual conjuntura, com a escassez de políticas públicas para a infância e adolescência a fim de garantir acesso aos seus direitos fundamentais (à vida e à saúde; à liberdade, ao respeito e à dignidade; à convivência familiar e comunitária; à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; e à profissionalização e à proteção ao trabalho [Lei nº 8.069, 1990]) e com a retomada da discussão da redução da maioria penal no Congresso Nacional em 2015, os inimigos da vez voltam a ser os adolescentes pobres (Vavassori, 2016). Nessa discussão, ressurgem argumentos de que os jovens são cruéis e que, em alguns casos, a periculosidade é inerente tanto ao indivíduo quanto ao grupo ao qual ele pertence (Cappi, 2015/2017) restando pouco ou nada a ser feito em relação a eles. Este pensamento não é novo e pode ser associado à tese dos viciosos, do século XVIII, abordado no capítulo 4.

Sobre o segundo ponto aludido acima a respeito da criminalização da pobreza, Vavassori (2016) faz uma observação importante de ser destacada: nesta lógica de periculosidade como possibilidade e a associação histórica entre pobreza e criminalidade, são

considerados como em risco aqueles sujeitos que podem se tornar as vítimas dos atos de criminalidade, ou seja, as famílias brancas e de classe média/alta. Para poupar as vidas destas possíveis vítimas, extermina-se, antecipadamente, o *possível* agressor. Desta forma, a chacina diária contra jovens pobres e negros da cidade é justificada e conta, muitas vezes, com o aval da sociedade civil em geral³. No Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2016 há que 57% da população concorda com a frase “Bandido bom é bandido morto”. Ghiringhelli (2015) retoma duas pesquisas nacionais desenvolvidas pelo Instituto CNT/MDA e pelo Instituto DataFolha, ambas de 2013, nas quais 93% dos entrevistados se manifestaram a favor da redução da maioria penal para 16 anos, sendo que, para 72% dos participantes, esta redução deveria ser feita independentemente da gravidade do crime cometido. Neste sentido, para o autor, o apoio da opinião pública para aplicação de medidas mais duras para os adolescentes autores de atos infracionais parte da ideia de impunidade em relação a eles e que o aumento da severidade nas penas inibiria a consumação do ato infracional. Além disso, o argumento sobre o discernimento desses adolescentes sobre seus atos é também sempre trazido à tona. Contudo, Ghiringhelli (2015) defende que se o aumento da punição fosse suficiente para diminuir a prática de atos infracionais, se verificaria uma redução da prática de crimes em jovens que completassem 18 anos, fato que não se confirma nos dados presentes no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2015.

Esta concepção de possível vítima e de possível algoz, no entanto, aponta somente para um eixo da questão que é composto por uma multiplicidade de interações sócio-político-econômicas. Além disso, esta análise simplificada das relações de conflito com a lei legitima as únicas possibilidades de controle desses jovens – cadeia ou caixão (para fazer uma referência ao *slogan* da política de combate ao crack do Governo Federal lançada em 2010).

Neste sentido, hoje não se vê mais uma identificação irrestrita do criminoso ao seu crime. Não é preciso haver crime para que haja criminoso. Os sujeitos são criminalizados à revelia de seus atos. Nos parece que, nessa política que ousaremos de chamar de combate à juventude, parecer um criminoso já é o crime em si. E esse estereótipo do criminoso podemos encontrar na população carcerária do Brasil, seja para adolescentes ou para adultos, composta

³ Cabe lembrar o caso de um adolescente carioca, que supostamente roubava na região, que foi preso em um poste por moradores do bairro, sem roupas, e espancado por três homens, para “lhe dar uma lição”. A pessoa que o encontrou e chamou uma ambulância para atendê-lo afirmou que a população local “está de saco cheio” do aumento da violência no bairro. Em um dos comentários da reportagem, o leitor concorda que o problema da violência urbana está na desigualdade social, contudo, enquanto este problema não for resolvido, é preciso se “adaptar à realidade e eliminar esses malfeitores” (Reportagem retirada do site <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/adolescente-e-espancado-e-presos-no-poste-no-flamengo-no-rio.html>).

de jovens, negros, de baixa renda e com baixa escolaridade⁴. Isto se aproxima muito a um Direito Penal do Autor, “segundo o qual o sujeito não deve ser punido pelo que fez, mas pelo perfil de risco que lhe é asignado” (Dieter, 2013, p. 13), diferente do Direito Penal do Cidadão, que tem como fundamento o princípio da dignidade humana (Nery & Filho, 2014).

Há uma vasta produção acadêmica, tanto em termos de teses e dissertações, quanto de artigos, sobre crianças e adolescentes institucionalizados. De acordo com a revisão de literatura sistemática realizada por Malfitano e Silva (2014), foram encontrados 44 artigos e 500 dissertações e teses sobre esta temática. Conforme nossa revisão de literatura, os estudos nessa área privilegiam questões como: desenvolvimento da criança e do adolescente neste espaço (Brarymi, 2012; Correa, 2011; Pineda, 2012; Soares, 2012), percepção do adolescente e/ou dos educadores sociais acerca daquele espaço (Careta, 2011; Oliveira, 2012), visão acerca de crianças e adolescentes institucionalizadas (Arpini, 2003; Wendt, 2016) ou discussão de casos de atendimento clínico a crianças ou adolescentes institucionalizados (Albornoz, 2006; Poli, 2005).

Em relação a adolescentes em conflito com a lei, há também uma grande produção de trabalhos acadêmicos, sob diversos aspectos: criminalização da pobreza e críticas ao poder judiciário (Miranda, 2016; Silvério, 2016; Barbosa, 2010), experiência clínica com este público (Tavares, 2014; Junior, 2006; Santos, 2003) e à família destes adolescentes (Refosco, 2012; Costa, 2011). Outros trabalhos tentam dar voz aos adolescentes, questionando-os sobre a percepção que tem sobre ato infracional, cometido por ele ou não (Costa, 2015; Tomasi e Macedo, 2015) ou abordam a questão do conflito com a lei a partir da inscrição da metáfora paterna e submissão à lei (Bertol e Souza, 2016; Guerra e Neto, 2012; Martins, Guerra e Canuto, 2015; Vilhena e Zamora, 2011). Há ainda trabalhos que tratam do ato infracional adolescente como uma passagem ao ato, ao qual o sujeito não se reconhece no que fez e precisa ser responsabilizado subjetivamente (Stefen, 2006; Machado, 2015).

A partir de estudos de caso, alguns trabalhos evidenciam as contradições de uma sociedade capitalista, que ao produzir pobreza e exclusão, gera exatamente aquilo que se tenta combater: a violência. Essa frase em si já é ambivalente, visto que associa diretamente pobreza e violência, quando, nas introduções dos mesmos trabalhos, há justamente uma crítica em relação a isso. Claramente, nenhum dos trabalhos pesquisados defende o ato infracional do

⁴ Nos dados sobre a população carcerária do Brasil, divulgados pelo Infopen e analisados pela equipe do Politize!, a população carcerária negra é maior que a população negra geral em todas as regiões e enquanto que a população geral é composta de 18,9% de jovens entre 18 e 29 anos, na população carcerária esse público corresponde a 55% do total. Estes dados encontram-se disponíveis na página <http://www.politize.com.br/populacao-carceraria-brasileira-perfil/>.

adolescente, nem o justifica por conta de sua história de vida. Ademais, é de amplo saber acadêmico que entre as polaridades subjetivas (bom/mau, vítima/algoz) há um infinito espectro de possibilidades de existência. Mas, ao descrever a culminância do ato infracional após ter relatado a história de vida, a ênfase recai no indivíduo que cometeu o ato, como apontou Foucault, citado acima. Assim, o binômio vítimas-algozes se apresenta, mesmo que esteja expressamente dita a complexidade das relações que produzem violência, exclusão social, envolvimento com o tráfico de drogas.

A polarização dos sujeitos produz um efeito de subjetivação capaz de produzir uma identidade determinada (Vavassori, 2016). O estigma de perigosos ao qual estes adolescentes estão submetidos pode se tornar uma profecia autorrealizadora? Será que nós, ao determinarmos de antemão o caráter de um sujeito por conta do local onde ele nasceu e sua condição socioeconômica, não estamos ajudando a fabricar estes indivíduos dos quais temos tanto medo? Nossa proposta é, nesse trabalho, a partir do estudo da história de vida de dois adolescentes, demonstrar tal complexidade, desnaturalizando a ideia de indivíduo perigoso e reforçando o posicionamento de que um sujeito se subjetiva em uma coletividade, cujo insistente dizer sobre ele tem fundamental importância em sua constituição psíquica e na forma como ele se posiciona no mundo.

Para Coimbra e Nascimento (2008), a partir de meados dos anos 1980, com a gradativa implantação de medidas neoliberais, houve uma massiva produção midiática dos sentimentos de insegurança, medo e pânico, articulados ao crescimento do desemprego, da exclusão, da pobreza e da miséria. É preciso entender que há sempre um jogo político e que as categorias sociais estão a serviço de uma ordem discursiva, como por exemplo a ordem discursiva do medo⁵. Diante deste quadro, somente duas intervenções são mostradas como possíveis para esses jovens: proteção e/ou punição⁶ (Vavassori, 2016). É importante esclarecer que não são todos os jovens que conseguem ter acesso a uma ou a ambas políticas citadas. Muitos adolescentes são mortos antes que qualquer intervenção de algum órgão de proteção social

⁵Maria Lúcia Karam(2009) defende que, em substituição aos clássicos valores de “liberdade, igualdade e fraternidade”, os estados democráticos têm cada vez mais assumindo a máxima “segurança, diversidade e solidariedade”, esquecendo-se que, “substituir a liberdade por segurança, na realidade, significa substituir a democracia pelo totalitarismo” (p. 174).

⁶Historicamente estes dois termos se confundem, tendo os dispositivos de proteção caráter punitivo, coercivo e carcerário. Deste modo, poderíamos afirmar que só haveria um modo intervenção possível, o protetivo-punitivo. Contudo, o ECA divide claramente as “medidas específicas de proteção” (título II, capítulo II) e as medidas socioeducativas (título III, capítulo IV). Em ambos, os direitos fundamentais devem ser respeitados e as instituições devem ser fiscalizadas pelo MP, pelo Conselho Tutelar e pelo Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente e penalizadas caso não cumpram com suas prerrogativas. Assim, respeitando os artigos da lei, diremos *duas* intervenções possíveis, proteção e/ou punição.

aconteça, visto que, por serem considerados um perigo à sociedade, são deixados a condições potencializadas de vulnerabilidade, abandono e desamparo, como exploraremos no capítulo 6.

Escrever esta dissertação vai na contramão de uma sociedade em que a maioria da população concorda que “bandido bom é bandido morto”, que apoia a redução da maioria penal, que acredita que todo adolescente que age em conflito com a lei é um “monstro” ou um “bicho solto” e que o jovem contribui significativamente para o aumento da violência no país (Cappi, 2015/2017, p. 155). Para quê investir em “reabilitação” social de adolescentes em conflito com a lei e/ou em situação de rua? Acreditamos que, em tempos de golpe de Estado, de desconfiança com as instituições judiciárias, de congelamento dos investimentos públicos por 20 anos, é preciso resistir e defender e assegurar os direitos fundamentais previstos na Constituição, sendo o primeiro deles o direito à vida.

Esta resistência, contudo, não pode ser uma resistência ingênua. Não há dúvidas de que o tráfico de drogas é um mercado que produz e movimenta um grande volume de dinheiro na economia, seja através da venda de armamentos, de materiais para a produção das substâncias comercializadas, seja pelo comércio destas substâncias em si, além de exigir todo um sistema de inteligência, de vigilância e de segurança pública (Silva, 1997). É um mercado que possui interdependência e cumplicidade com o Estado, na manutenção e no reforço desse tipo de economia organizada (Feffermann, 2009). E, por ser um comércio, mesmo que ilegal, informal e paralelo, precisa de mão de obra reserva. Os programas de aprendizagem – que incorporam a mão de obra do adolescente a partir de 14 anos, com todos os direitos trabalhistas assegurados – são muito procurados e não dão conta de absorver todos os jovens que teriam a competência para adentrar ao programa. Ou seja, são programas que também já asseguram para si uma mão de obra excedente, que criam concorrência pelo preenchimento das vagas. Assim, os jovens desempregados ficam à disposição tanto do mercado oficial quanto do não-oficial (Feffermann, 2009). Cabe destacar, citando Feffermann (2009, p. 67), que “o tráfico de drogas funciona como qualquer indústria e os jovens trabalham em todas as etapas de sua produção”, estando presentes diversas formas de violência em cada etapa e estes jovens precisam se submeter a elas.

De modo semelhante se dá o preenchimento de vagas no setor paralelo. Muitos são os trabalhadores da área e muitos são os que morrem exercendo sua função. Com isso, a questão da sobrevivência assume as duas faces da moeda neste empreendimento à medida que, se de um lado incorpora uma mão de obra que está excluída de qualquer outro processo de produção, ou seja, dá um trabalho a quem fatalmente estaria fadado à miséria, de outro, comporta em sua lógica de funcionamento e de existência o assassinato, a retirada da vida de seus funcionários. Neste sentido, Feffermann (2009) afirma que:

Trata-se de um “trabalho” igualmente alienado e mediatizado pela economia burguesa. A diferença, ou melhor, o grau, é o valor da *força de trabalho*, que, no caso do tráfico, pode corresponder à própria vida. Mais uma vez, percebe-se como as relações no tráfico parecem, de forma exacerbada, semelhantes àquelas que ocorrem nas relações de trabalho legais. A produção de um valor excedente, a mais-valia, representa a renovação do ciclo produtivo (p. 68).

Assim, aparentemente, o tráfico de drogas e o envolvimento de adolescentes tem, além de sua função econômica no mercado interno, outras duas “funções sociais”: o controle demográfico da população – visto que, muitas vezes é com a vida que se paga e é em nome dessas “vidas indignas de serem vividas” (Agamben, 1995/2002, p. 144) que se autoriza seu aniquilamento - e a manutenção de uma mão de obra empregada e outra de reserva, o que acarreta uma deterioração das condições de trabalho e um barateamento no valor do serviço prestado.

Melman (2008) afirma que, atualmente, é a qualidade de vida que autoriza sua validade, sendo que uma vida só tem qualidade se for produtiva. Neste sentido, Foucault (1971/2014) afirma que o investimento político do corpo está ligado à sua utilização econômica; é como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação, visto que ele só se torna força útil se for ao mesmo tempo produtivo e submisso.

Economicamente falando, o tráfico é um “serviço” que funciona, (e funciona bem, haja vista a submissão sem negociação às leis do tráfico, com alto número de homicídios destes jovens e a grande cooptação de trabalhadores para o tráfico) diferente dos serviços públicos de assistência social, de saúde, de educação, cuja precarização é sentida diretamente pela população. Os serviços de assistência social, por exemplo, estão fadados a não funcionar, com seus poucos recursos físicos e estruturais e com seus recursos humanos trabalhando com contratos de trabalho precarizados e em condições de trabalho quase inexistentes. Silva (1997), ao fazer uma análise das condições de socialização imposta aos internos da Febem na época da Ditadura Militar, faz uma provocação levantando a questão se o processo de criminalização do órfão e do abandonado é uma característica intencional daquele sistema de internação. Nesta perspectiva, levantamos uma provocação similar, questionando se esse fado não é intencional, para não se promover uma modificação efetiva das condições de vida do público atendido, mas para se manter no que Silva (1997) chama de administração de toda essa problemática e não de sua solução ou, ao menos, de sua modificação.

De toda forma, em contrapartida à baixa oferta de serviços públicos – assistenciais, educacionais, culturais, esportivos, de lazer, de saúde, de suporte à entrada no mercado de trabalho - que possam fazer concorrência ao estilo de vida ofertado pelo tráfico de drogas,

criminaliza-se a juventude pobre, negra em sua maioria⁷, e atribui-se a eles uma etiqueta prévia de periculosidade e os entrincheira em uma trajetória pré-estabelecida. Coimbra e Nascimento (2005) afirmam que já existe um caminho delineado para a pobreza, sendo a exclusão social e/ou o enclausuramento (seja nas prisões, nas instituições de privação de liberdade ou nas instituições de acolhimento) o lugar destinado àqueles que sobrevivem ao extermínio.

Rosa (2004) afirma que o imaginário dos grupos sociais atribui lugares específicos aos sujeitos, que interferem no próprio sujeito, à medida em que lhes dão ou lhes negam acesso à palavra, à escuta, à cidadania. Segundo Castorialis (1988, citado por Rosa, 2004, p. 339), o imaginário social é “o conjunto de significações, normas e lógicas (dinheiro, sexo, homem, mulher, criança, etc.) que determinam o lugar concreto que os indivíduos ocupam na sociedade”. Neste sentido, a autora entende que, para analisar a construção da subjetividade nos laços sociais, é preciso destacar os enunciados e enunciações presentes na cena social, pois “as problemáticas do sujeito em relação ao campo simbólico resultam do modo como se estruturam os laços sociais, não somente na atualidade, mas também na história” (Rosa, 2010, p. 2).

Isso posto, temos a seguinte pergunta orientadora desta pesquisa: como a insígnia de periculosidade presente nos discursos institucionais, sociais e/ou familiares ressoa na trajetória de adolescentes que passaram por acolhimento institucional? O objetivo geral deste estudo consiste então em analisar as ressonâncias do discurso de periculosidade nas trajetórias de adolescentes com vivência de acolhimento institucional. Especificamente, objetivamos: discutir como a relação com a lei e com a autoridade vai sendo formada em adolescentes sob a insígnia da periculosidade; analisar como as identificações imaginárias e as atuações adolescentes podem contribuir para a nomeação destes jovens como indivíduos perigosos; descrever os itinerários dos adolescentes, considerando as possíveis relações entre a circulação institucional, urbana e no tráfico e as posições ocupadas por estes espaços no discurso sobre a periculosidade; e descrever modalidades de relações estabelecidas com o tráfico de drogas por adolescentes com vivência de acolhimento institucional.

⁷ Apesar de não nos determos neste trabalho sobre a discussão da criminalização da população negra, não podemos silenciar o fato de que a República Brasileira foi fundada sob um sistema escravagista que durou mais de 300 anos recém destituído por lei. Assim, sem qualquer política de proteção a essa população historicamente subjugada, violentada, tomada como objeto de posse de um outro, sobrevivendo sob diversos estigmas como da preguiça e vagabundagem, aos negros foi dada uma condição de marginalização e de segregação que tem impactos diversos na configuração de um racismo que é estrutural e se apresenta em todos os segmentos das relações sociais. Sobre o tema, ver os trabalhos de Flauzina (2006) e Oliveira (2016c).

2 Percorso Investigativo

Segundo Rosa e Domingues (2010), o que define o método de pesquisa mais adequado é a teoria, o objeto e o objetivo do estudo. Por isso, esta é uma pesquisa qualitativa que tem como estratégia metodológica a história de vida. Esta estratégia tem por pressuposto um relato fiel, na medida do possível, da experiência e se interessa pela interpretação do sujeito sobre o mundo no qual vive (Becker, 1992/1999). Segundo o autor, o pesquisador deve se manter atento para que nenhum fato ou acontecimento importante sejam desconsiderados e, principalmente, para que a história contada acompanhe outros relatos e registros oficiais. Segundo Becker (1992/1999), uma das contribuições mais importantes que a ferramenta da história de vida pode dar é a compreensão do processo de desenvolvimento de determinado fenômeno.

Assim, estudaremos duas histórias de vida. Acreditamos que cada caso contribui para a construção de um mosaico do problema, em que se podem ser discutidas diversas facetas da questão. De acordo com Becker (1992/1999), a imagem do mosaico é útil, pois cada peça contribui para a compreensão do quadro como um todo. Todavia, Rosa e Domingues (2010) afirmam que, por mais cuidadosas e bem escolhidas que sejam as perguntas feitas em uma entrevista, as respostas dadas jamais poderão ser verificáveis, visto fazerem parte do universo fantasmático do sujeito e estarem submetidas aos processos de recalçamento do inconsciente. Desta forma, é impossível ter acesso a um suposto fenômeno tal como ele é, já que os dados são resultantes da relação que se estabelece entre pesquisador e pesquisado (Rosa e Domingues, 2010).

Por isso, não é nossa pretensão construir uma análise unívoca de cada caso, na qual todas as facetas sejam abordadas para se chegar a uma conclusão definitiva sobre as trajetórias estudadas (o que tampouco é a pretensão das interpretações das pesquisas em psicanálise [Iribarry, 2003] ou da análise do discurso [Foucault, 1971/2011]). Ao contrário, ao explorar diferentes fragmentos presentes nas histórias, pretendemos ampliar as significações de cada voz, de cada passagem, de cada retificação ou confirmação de um lugar, a fim de problematizar noção de periculosidade dos sujeitos presente nos casos. Nesta direção, Laurent (1999) defende que, ao mesmo tempo em que não se deve retirar de alguém sua particularidade para misturá-lo com todos em um universal, é importante saber transmitir o que a particularidade de cada um tem de interesse para todos. Desta forma, para além de se cultivar a particularidade, é preciso transformá-la em algo útil para todos. Como expõem Rosa e Domingues (2010), “o modo singular de enredamento no laço social é elucidativo das estratégias de controle do campo social e fornece elementos fundamentais para a compreensão do fenômeno estudado” (p. 187).

O estudo das histórias de vida nesta dissertação é feito a partir da análise da trajetória de adolescentes que passaram por instituições de acolhimento e, desta forma, foram foco de intervenção de uma “prática entre vários” (Kusnierek, 2009). Apesar de o termo ter sido criado para se referir ao trabalho desenvolvido por analistas em instituições de saúde mental de atendimento a crianças psicóticas e neuróticas graves, ele é pertinente aqui visto que é pressuposto ao trabalho em instituições de acolhimento ser multidisciplinar. Assim, além dos educadores sociais e merendeiras que são contratados como nível médio, (mas muitos possuem nível superior em diversas áreas), a equipe técnica deve ser composta, minimamente, por psicólogo e assistente social, presumindo também a presença de pedagogos. Nesta pesquisa, ainda foram encontrados atuando nesta área administrador e terapeuta ocupacional.

Kusnierek (2009) define a prática entre vários como a soma de diferentes intervenções de que se utiliza no trabalho com crianças e adolescentes em sofrimento mental grave e a defende como uma necessidade nesses casos. Justamente por serem muitos profissionais a trabalhar com as crianças, não é fácil determinar ao certo o que produziu determinada mudança em um comportamento. Neste tipo de prática, então, não cabe pensar que haveria um que soubesse mais do que os outros, estando as relações baseadas no saber construído sobre determinado sujeito, não sobre os diplomas (Abreu, 2008).

Neste sentido, temos que a confluência dos saberes da psicologia, do serviço social, da pedagogia e da terapia ocupacional – e também de outras áreas que podem compor o quadro de profissionais nestes serviços - são fundamentais nas intervenções realizadas visto que, ao se tratar de famílias em extrema vulnerabilidade social e que se estruturaram psiquicamente neste contexto, intervenções localizadas em uma área somente podem não apresentar os resultados esperados, como a conquista da autonomia da família, a retomada de um vínculo com a escola, dentre outros. Assim, decidimos por denominar este estudo como um estudo de histórias de vida que foram alvo de intervenção de uma prática entre vários, visto que não pode ser caracterizado como um estudo de caso clínico, tampouco estudo de casos sociais.

Utilizamos tanto alguns conceitos da psicanálise quanto a análise do discurso inspirada na perspectiva foucaultiana para subsidiar as análises dos dados da pesquisa. Foram escolhidas então estas duas abordagens teóricas visto que, conforme nos apontam Rosa e Domingues (2010), estabelecer um diálogo interdisciplinar para o exame de acontecimentos complexos, como fenômenos sociais e políticos, supõe explicitar conceitos fundamentais, os fundamentos do campo e indicar o modo de abordar o fenômeno e acreditamos que, a partir delas, tais ações serão possíveis.

Ainda que esta não seja uma pesquisa estritamente em psicanálise, a utiliza como pressuposto teórico e, portanto, cabe explicitar sobre a pesquisa em psicanálise fora do contexto clínico. Rosa e Domingues (2010), ao citarem Enriquez (2005), afirmam que a psicanálise concerne diretamente ao social e é concernida por ele. Deste modo, a psicanálise se detém sobre a dimensão inconsciente dos fenômenos sociais, ou seja, sobre a forma como os sujeitos empreendem as ações coletivas, sobre o imaginário social. Assim, “mais do que pelo tema e lugar, a pesquisa em psicanálise se define pela maneira de formular questões” (Rosa e Domingues, 2010, p. 182). Ademais, para as autoras, devido à dimensão própria de sujeito e de objeto que a psicanálise possui, ela constitui um método específico de pesquisar, no qual o desejo do pesquisador se incorpora ao processo investigativo.

Foucault (1971/2011), em sua aula inaugural no Collège de France, assinala que a análise do discurso que ele propõe não tem a ver com a “exegese tradicional” ou com o “formalismo linguístico” proposto por algumas teorias. O autor propõe duas perspectivas de análise complementares, sendo uma perspectiva crítica e uma genealógica. A perspectiva crítica visa a mostrar como os discursos se formaram, se modificaram e se deslocaram e a que visam responder, analisando seus sistemas de recobrimento e seus processos de rarefação, de ordenamento e de unificação dos discursos. A perspectiva genealógica diz respeito à formação efetiva dos discursos e investiga como se formaram as séries de discurso, sob quais normas e condições de aparecimento, de crescimento, de variação e busca apreender seu poder de afirmação. Foucault (1971/2011) afirma que a formação dos discursos é, simultaneamente, dispersa, descontínua e regular e, enquanto a tarefa crítica deve interrogar as instâncias de controle de formação dos discursos e analisar as regularidades discursivas, a tarefa genealógica deve ter sempre em conta os limites que atuam nessa formação. Assim, a diferença entre ambas tarefas não está no objeto, mas na delimitação e na perspectiva do objeto e, por isso, elas devem alternar-se e se complementar. Neste sentido, a análise do discurso não pretende desvendar a universalidade de um sentido, mas mostrar o jogo de rarefação imposta.

Seguindo o pensamento de Foucault (1971/2011) de que a formação do discurso é descontínua, não linear, se baseia em uma vontade de verdade e é um acontecimento dentro de uma série de acontecimentos, pretendemos descrever como alguns discursos foram sendo formados, como do indivíduo perigoso, associação entre pobreza e criminalidade, concepções sobre as crianças e suas famílias que necessitam de abrigo e quais as repercussões desses discursos no tratamento dado à determinada adolescência.

2.1 Participantes

Creswel (2003) afirma que a seleção dos participantes da pesquisa qualitativa é intencional, para que eles possam ajudar o pesquisador a entender o problema e a questão de pesquisa. Cesar (2005) aponta que, neste tipo de metodologia, a escolha da amostra se baseia na relevância do caso com relação ao estudo e não com relação à incidência do fenômeno ou associada a critérios estatísticos.

Ao menos seis casos foram discutidos no grupo de pesquisa, a fim de escolhermos os casos que pudessem fornecer mais subsídios para responder ao nosso problema de pesquisa. Analisamos também as instituições que cada adolescente passou e a viabilidade de ter acesso aos dados. Deste modo, em consonância com o item XII da Resolução nº 510 do CNS, que define o que são as etapas preliminares de uma pesquisa, sistematizamos três casos e apresentamos no Seminário de Qualificação II. Com base nos comentários feitos pela banca examinadora sobre todo o projeto, culminando na reformulação de alguns objetivos, selecionamos, então, ao final, dois casos para prosseguir com a coleta de dados.

Os critérios para seleção dos casos foram o tempo de acompanhamento da pesquisadora junto aos adolescentes no momento de uma institucionalização, a possibilidade de coleta de dados mais aprofundados sobre os casos nas demais instituições de acolhimento que o adolescente passou e a disponibilidade de alguns profissionais dessas instituições para conceder entrevistas à pesquisadora, a fim de que a descrição de suas trajetórias pudesse comportar um maior nível de detalhamento. A heterogeneidade dos casos também foi um quesito considerado, visto a capacidade de enriquecimento da análise que trajetórias diferentes possuem. Por fim, o envolvimento com o tráfico de drogas e uma vivência de rua, ainda que em diferentes graus, foram fatores considerados importantes a serem incluídos, já que adolescentes com estes tipos de experiência estão mais propícios a ser considerados como perigosos do que aqueles que não possuem esta vivência. Aparentemente, os adolescentes analisados apresentam similaridades fenomênicas em seu percurso, o que poderia sugerir um grau de generalização. A profundidade com que se analisa as histórias de vida, contudo, aponta justamente para o oposto, demarcando como as singularidades de cada sujeito produzem caminhos e relações com o mundo particulares. Assim, nós trabalhamos as singularidades e construções específicas de cada caso, mas sem perder de vista o que era transversal a eles.

2.2 Coleta de Dados

Os métodos de coleta de dados nas pesquisas qualitativas envolvem participação ativa dos sujeitos do estudo e sensibilidade do pesquisador em relação a eles (Creswel, 2003). A coleta de dados foi iniciada após a aprovação da pesquisa no Comitê de Ética. Para realizá-la, utilizamos os registros pessoais da pesquisadora principal sobre os adolescentes do estudo, realizados na época em que trabalhei com eles; os prontuários dos participantes de algumas instituições de acolhimento por onde passaram, bem como os relatórios encaminhados à rede de proteção a crianças e adolescentes da cidade de Salvador; e entrevistas. Foram realizadas quatro entrevistas com sete profissionais de unidades de acolhimento da cidade de Salvador, que tiveram contato direto com os participantes e uma entrevista com uma profissional de fora da instituição que realizou atendimentos psicoterápicos com um dos participantes. Após contatados os profissionais, as entrevistas foram agendadas conforme disponibilidade dos voluntários. Duas entrevistas foram feitas individualmente e outras três em duplas. Realizamos também três entrevistas com um adolescente do estudo, visto que o outro adolescente é falecido. Foram realizadas, então, um total de oito entrevistas para esta pesquisa, sendo entrevistados três profissionais para o primeiro caso e cinco para o segundo. Em relação às instituições, foram analisados os prontuários de cinco instituições das oito pelas quais J.D. passou e o prontuário de duas instituições das três que Santiago esteve acolhido.

Rosa e Domingues (2010), ao defenderem a utilização de entrevistas na pesquisa psicanalítica, afirmam que a transferência – um dos postulados básicos desta teoria e pré-condição para a realização deste tipo de pesquisa – não é um fenômeno exclusivo da relação estabelecida no contexto clínico e ela acontece em todas as relações interpessoais. Deste modo, a transferência pode ocorrer durante a entrevista e deve ser usada como instrumento técnico de observação e compreensão. Tendo isso como perspectiva, a pesquisadora, antes das entrevistas, entrou em contato com os entrevistados para explicar os objetivos do estudo, a importância específica da participação do voluntário na pesquisa, as contribuições que ele podia dar à pesquisa, bem como as contribuições previstas desta dissertação para o tema da assunção da periculosidade dos adolescentes com os quais trabalham, que favorece (e, em alguma medida, legítima) o extermínio da população jovem, negra e pobre. Este último ponto foi fundamental para que fosse possível o estabelecimento da transferência de dois entrevistados com a pesquisadora, que inicialmente não se mostraram muito solícitos para participar da pesquisa.

Em relação ao adolescente - em que o contato para participação no estudo só foi feito já no momento da entrevista – eu, enquanto pesquisadora principal desta pesquisa, acreditava que

meu tempo de acompanhamento junto a ele durante seu acolhimento na instituição em que trabalhava na época, bem como a relação que estabelecemos nesse período, poderiam servir como propiciador para o reestabelecimento da transferência. Assim, no exato momento em que adentrei à instituição aonde ele estava acolhido no momento da entrevista, antes de ser falado para ele o motivo de minha presença ali, J.D., me questionou sobre quanto tempo eu o conhecia. Minha resposta assustou nós dois – 5 anos -, quando ele se deu conta que o conheci na sua entrada na adolescência, ainda bastante pequeno, e foi possível perceber que havia uma relação transferencial dupla. Neste sentido, quando lhe questionei sobre o interesse em participar deste estudo, ele me respondeu que gostaria sim, somente porque era eu quem estava conduzindo a pesquisa. As entrevistas então foram bastante produtivas – não sem resistências – em que J.D. demonstrou bastante interesse em me “ajudar”.

As entrevistas com os participantes foram abertas e em profundidade. O adolescente foi incentivado a descrever e refletir sobre sua trajetória ao longo de sua vida, assim como sobre as assimilações e resistências à noção de indivíduo perigoso que possivelmente atravessou sua trajetória, seja por conta das experiências de institucionalização, de circulação urbana ou de envolvimento com o comércio e com o uso de substâncias psicoativas. Os profissionais foram incentivados a falar livremente sobre o adolescente em questão no momento do seu abrigo, como foi sua passagem pela instituição de acolhimento, as impressões que tinha dele, os tipos de relação que ele pôde estabelecer aí, sendo que algumas perguntas foram feitas pela pesquisadora a fim de esclarecer algumas passagens da trajetória do adolescente. Ressaltamos que todas as entrevistas foram gravadas, para posterior transcrição e análise.

Ambos atores – adolescentes e profissionais – foram escolhidos para dar um maior detalhamento à história e para entender como os discursos presentes nas diversas instituições podem servir tanto para ratificar um lugar de indivíduo perigoso desses adolescentes, como para produzir alguma retificação sobre eles. A multiplicidade de vozes nos permite compreender melhor o percurso dos adolescentes deste estudo.

De acordo com Foucault (1971/2011), o acesso ao discurso não é dado a todos; é preciso que se satisfaça determinadas exigências, que se cumpra certas regras, ou que se esteja qualificado de antemão para entrar na ordem do discurso. É o que o autor denomina de rarefação dos sujeitos que falam. Por este motivo, consideramos importante dar voz a esses adolescentes (neste caso, somente um pôde ser escutado) que tem seus discursos silenciados, seja pela política de extermínio do Estado, seja por uma desvalorização de suas vidas e de suas experiências.

2.3 Análise de Dados

A análise dos dados nas pesquisas qualitativas é um processo constante e não está separada do processo de coleta de dados (Creswel, 2003). Yin (2001) aponta duas estratégias gerais para analisar os dados, uma baseando-se em proposições teóricas e outra na descrição do caso. Na primeira, as proposições estabelecem prioridades às estratégias analíticas relevantes, pois ajudam a pôr em foco certos dados e a ignorar outros, organizando todo o caso na definição de explicações a serem examinadas. Na segunda, a estratégia geral é desenvolver uma estrutura descritiva a fim de organizar o caso. Para fins deste estudo, ambas estratégias de análise foram utilizadas. Por ser considerada uma tarefa difícil para o pesquisador, tal autor sugere que se comece o trabalho com uma estratégia analítica geral, estabelecendo prioridades do que deve ser analisado e por que. Deste modo, inicialmente foram pensadas algumas categorias de análise, formadas a partir dos objetivos deste estudo, que nos ajudou a formular os roteiros de entrevistas, ainda que, possivelmente, elas não fossem ser mantidas na construção final da análise de dados. As categorias iniciais e suas descrições provisórias foram as seguintes:

PRÉ-CATEGORIAS	DESCRIÇÃO
Processos de subjetivação	Relação com a lei e com a autoridade
	Identificação imaginária – pai e mãe
	Repetição e atuação
Patologização dos comportamentos considerados desviantes	Encaminhamentos para serviços de saúde mental para tratamento de comportamentos como agressividade, fugas, descumprimento de normas institucionais etc.
Assimilação e resistência ao discurso do indivíduo perigoso pelo adolescente	Usos da instituição de acolhimento (circulação entre as instituições, momentos para solicitação de abrigo)
	Relatos para a instituição sobre sua trajetória
	Relação com a escola: como o sujeito se insere nela
Validação e retificação do discurso do indivíduo perigoso pelas instituições	Usos do conhecimento das trajetórias desses adolescentes pelas instituições sociais para validar ou retificar suas posições imaginárias dentro do discurso do indivíduo perigoso
	Encaminhamentos a serviços de repressão – DAI, Varas da Infância e Juventude etc.
	Relação com a escola: o que ela diz sobre esse sujeito e para ele
Condição socioeconômica e seus determinantes na interpretação de uma suposta incompetência familiar	Relações entre vinculação familiar e vinculação comunitária
	Desmembramento familiar e a insígnia da incompetência familiar
	Vulnerabilidade social e o acesso a políticas sociais

PRÉ-CATEGORIAS	DESCRIÇÃO
Constituição de laço social	Possibilidade de construção de laços estáveis diante da circulação familiar
	Conciliação entre afetividade e desconfiança nos adolescentes
Envolvimento com o tráfico: uso e comércio	Vias de inserção no tráfico
	Dimensão afetiva da inserção no tráfico
	Relação com a substância psicoativa

Para proceder com a análise dos dados, primeiramente todas as informações contidas nos prontuários foram sistematizadas a partir do roteiro de pesquisa em prontuário desenvolvido pela pesquisadora⁸. Em seguida, com todas as entrevistas devidamente transcritas, fomos, a partir de leituras sucessivas, destacando todos os pontos que poderiam servir de dado para a pesquisa com a ferramenta de realce do texto presente no editor de texto *Microsoft Word*. Utilizamos diferentes cores para distinguir cada pré-categorias assinaladas. Desta forma, os dados foram transformados em texto, identificando e realçando as marcas no discurso, posições e efeitos de sentido, como orientam Rosa e Domingues (2010). As autoras destacam que, na pesquisa psicanalítica, a análise de dados deve ser “orientada pela escuta e transferência instrumentalizada do pesquisador em relação ao texto” (p. 186).

Assim, diante das novas informações coletadas sobre os casos - constantes nos prontuários, nas entrevistas e nas anotações da pesquisadora - as trajetórias puderam ser reescritas. Destacamos que as coletas dos dados referente a cada adolescente foram feitas em tempos diferentes, de modo que o olhar pudesse estar voltado exclusivamente para o caso em questão, permitindo o aprofundamento e a elaboração da pesquisadora sobre os dados disponíveis.

2.4 Considerações éticas da pesquisa

Levamos em consideração as normas e diretrizes para realização de pesquisa com seres humanos, deliberada na Resolução nº 466/2012 e as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais constantes na Resolução nº 510/2016, ambas do Conselho Nacional de Saúde - CNS. Entre outras indicações, estes documentos preveem a obrigatoriedade da apreciação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Deste modo, este trabalho foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia - CEP-IPS, com o número de CAAE 80510417.4.0000.5686.

⁸ Disponível no Apêndice A desta dissertação.

Como exigência do Comitê de Ética em Pesquisa para submissão do projeto, os presidentes/dirigentes das instituições coparticipantes assinaram um Termo de Autorização, permitindo o desenvolvimento da pesquisa na instituição. Os responsáveis pela guarda dos prontuários também assinaram um Termo de Concessão, autorizando a pesquisadora a ter acesso aos prontuários dos participantes do estudo.

Como um dos adolescentes do estudo estava institucionalizado no momento da pesquisa, seu responsável legal assinou um termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE, autorizando sua participação no estudo e o adolescente assinou o Termo de Assentimento, consentindo com sua participação. Os entrevistados, antes das entrevistas, também assinaram o TCLE⁹. Para a participação do outro adolescente da pesquisa, foi solicitada a dispensa de TCLE ao CEP-IPS, visto sua condição de falecido. Estes termos garantem a participação voluntária, preveem que o colaborador foi esclarecido sobre os objetivos da pesquisa e do uso que se fará das informações e dos limites quanto ao seu uso. Todos foram questionados quanto ao entendimento do conteúdo do termo e se havia necessidade de esclarecimentos. É importante ressaltar que o uso das informações obtidas nas entrevistas será utilizado para fins unicamente acadêmicos. Os dados coletados estão mantidos em sigilo e guardados em local seguro sob responsabilidade da pesquisadora principal.

A fim de preservar as identidades de todos os colaboradores deste estudo – adolescentes, profissionais e instituições de acolhimento – os nomes dos participantes foram modificados. Assim, os adolescentes ganharam nomes fictícios e as instituições foram elencadas por ordem alfabética, a partir do seu aparecimento na trajetória de cada adolescente, ou seja, a primeira instituição de acolhimento em que o adolescente passou foi nomeada como instituição A, a segunda como instituição B e assim progressivamente. Deste modo, a instituição A para o caso J.D. não é a mesma instituição A do caso Santiago. Quanto à nomenclatura dos profissionais, eles foram enumerados de acordo com a ordem de entrevistas utilizadas, sem associá-lo a qual instituição pertencem. Portanto, o primeiro entrevistado do primeiro caso está nomeado como E1, o segundo como E2, de modo sucessivo. Foi feito exatamente o mesmo para o segundo caso, de modo que E1 no caso de J.D. não se refere ao E1 do caso de Santiago.

Informamos que os riscos previstos aos participantes deste trabalho são muito baixos e estavam relacionados a um possível sofrimento psíquico decorrente do relato de sua história pessoal/profissional no momento da entrevista. Caso a pesquisadora percebesse o surgimento de questões desta ordem, seria prestada assistência imediata ao participante e, se necessário,

⁹ Todos os termos aludidos encontram-se no Apêndice C desta dissertação.

realizado seu encaminhamento para um serviço de saúde mental ou para atendimento psicológico ambulatorial. Felizmente, não foram necessárias intervenções desta ordem.

Por fim, nos comprometemos em divulgar os resultados deste estudo nas instituições participantes, bem como nos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos que trabalham com esse público, a fim de provocar discussões e sensibilizações sobre a questão da periculosidade e da moralidade dos jovens que necessitam deste tipo de assistência social.

3 Marco Teórico

3.1 Indivíduo perigoso, vidas precárias e tanatopolítica: construção e atualidade desses conceitos

A construção da ideia de indivíduo perigoso será abordada aqui, visto que os imaginários sociais de uma cultura sobre determinados aspectos têm uma localização temporal na história. As formas de se compreender o ser humano, a suposição sobre tendências inatas e seus modos de relação com o entorno mudam com o paradigma político, econômico e social de uma época. Assim, nem sempre a associação entre pobreza e periculosidade foi uma asserção considerada verdadeira, como é atualmente. Tal concepção foi moldada no tempo e é sobre isso que discorreremos abaixo, já que ela tem importante impacto na vida de jovens pobres, moradores de periferia e que necessitam das políticas públicas ofertadas pelo Estado. Na concepção de Butler (2009/2015), tais sujeitos necessitam que o Estado os proteja da própria violência que o Estado promove.

De acordo com Foucault (2001/2010), no início do século XIX, a medicina - através da psiquiatria - e o direito começaram a se mesclar, estabelecendo uma prática que ele denomina de médico-judiciária. Desde então, passa a haver uma grande reivindicação dos médicos sobre seu poder judiciário, bem como dos juízes sobre seu poder médico. Ou seja, os juízes acreditam ter o poder de determinar sobre a medicalização de sua clientela e os médicos, do mesmo modo, se sentem possibilitados a solicitar institucionalização, também judiciária, de seus pacientes. A união destes dois saberes passou então a ser peça fundamental na construção da ideia de periculosidade ou de indivíduo perigoso. Antes de nos determos neste ponto, todavia, é importante descrever como os jogos de poder foram se estabelecendo, a partir do controle dos corpos, que os normaliza. É a partir da criação do conceito e da descrição de normalidade que podemos entender as demais classificações que advém daí.

Foucault (1971/2014) afirma que o poder disciplinar tem como maior função fabricar indivíduos através do “adestramento”. Para tanto, ele se utiliza basicamente de três técnicas: a vigilância hierarquizada, a sanção normalizadora e o exame. A vigilância tem por objetivo estar sempre atenta a qualquer modificação de um comportamento esperado. Utiliza-se das instituições para exercê-la, mas não somente delas. A vigilância é vertical, de cima para baixo, mas também é feita de baixo para cima e horizontalmente (Foucault, 1971/2014), o que poderíamos chamar de controle social.

A partir da vigilância, tem-se a sanção normalizadora, ou seja, punições são aplicadas a qualquer “micropenalidade”, seja sobre a maneira de ser, de falar ou de agir. Qualquer mínima alteração da expectativa é passível de sanção, sendo que qualquer inadequação à regra, qualquer desvio pertence à penalidade disciplinar (Foucault, 1971/2014). Contudo, a disciplina traz consigo uma maneira específica de punir. O castigo disciplinar pretende corrigir o ato mal feito pelo seu correlato bem executado, a partir de seu exercício e treinamento. Deste modo, em alguma medida, a punição deve ser “isomorfa à própria obrigação” (Foucault, 1971/2014, p. 178).

Com base nessa vigilância constante e na aplicação de sanções ou gratificações, o poder disciplinar, através do exame, hierarquiza os indivíduos, classificando-os entre “bons” e “maus”, diferenciando-os em sua natureza, em suas virtualidades, no seu valor. Assim, “a penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Em uma palavra, ela **normaliza**” (Foucault, 1971/2014, p. 180).

A norma então assume um lugar principal no corpo social, no qual variações dos graus de normalidade, no seu papel classificatório, distribui lugares sociais (Foucault, 1971/2014). Neste mesmo sentido, Castel (1981/1987) afirma que qualquer diferença pode ser objetivada, preferencialmente por especialistas, dando lugar à criação de novos perfis. Os indivíduos fixados nessa nova categoria são submetidos à expertise técnica e passam a transitar em um circuito especial, socialmente balizado, próprio de sua condição. Segundo o autor, na França, na década de 1970, foi criado um programa para inscrever qualquer cidadão que possuísse alguma deficiência capaz de enquadrá-lo na conceituação “de risco”. Na época, ao menos 15% das crianças consideradas como “de risco” o eram somente por serem filhas de mães solteiras (Castel, 1981/1987).

O exame, por sua vez, tem a função de documentar a individualidade: ele toma um indivíduo como objeto descritível, analisando suas singularidades e evoluções, mantendo-o sob o controle de um saber permanente, além de compará-lo com os demais indivíduos documentados, estimando os desvios dos indivíduos entre si. Deste modo, “o exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza” (Foucault, 1971/2014, p. 181), estabelecendo sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É a superposição das relações de poder e das de saber presentes no exame que o torna uma técnica tão valiosa. Portanto, o indivíduo se torna efeito e objeto de poder e de saber diante do exame, que está no centro desse processo (Foucault, 1971/2014).

Desta forma, a ponte entre os saberes psiquiátrico e jurídico está justamente nos exames médico-legais, que podem ser solicitados a qualquer tempo ou necessidade. Na análise sobre os relatos presentes nos exames constantes nos julgamentos de pessoas que cometeram crimes, Foucault (2001/2010) desenvolve que o que está descrito não diz respeito ao ato em si ou às tentativas de explicações que puderam servir de causa para o ato, mas sim aos dados da biografia do indivíduo, de determinadas cenas infantis vividas, que já apontam para a possibilidade de aquele sujeito vir a se tornar um criminoso. Segundo o autor, estes eventos biográficos são quase que análogos ao crime cometido, sendo um retorno ao infantil para a origem da criminalidade. As noções médicas de imaturidade, debilidade, estrutura de caráter, entre outras, são utilizadas para justificar a perversidade do criminoso e, em certa medida, determinar que houve intenção de cometer o ato (Foucault, 2001/2010).

Neste sentido, Foucault (1971/2014) afirma que, além dos objetos jurídicos definidos pelo código penal, julgam-se também as paixões, as inaptações, os impulsos, ou seja, a apreciação que se faz do criminoso e o que se pode esperar dele no futuro. Para o autor, isto é uma maneira de qualificar o indivíduo, não de julgar o crime. A “alma do criminoso” é invocada no tribunal para que possa ter participação na sua punição. Assim, a punição legal está menos diretamente ligada à infração que sobre o indivíduo, naquilo que ele é, foi ou poderá vir a ser (Foucault, 1971/2014).

Outro ponto importante trazido por Foucault (2001/2010) sobre a função desta prática diz respeito à alternativa trazida aos polos de punição que se resumiam à hospitalização ou à prisão. Estes dois extremos passam então a estabelecer um *continuum* de intervenções possíveis, que vai desde a primeira correção aplicada ao indivíduo até a sanção judicial mais grave. Todos os serviços existentes entre estas duas instâncias servem para estabelecer uma certa homogeneidade da reação social em relação ao perigo, visto que, se fosse para proteger a sociedade do doente, bastariam as instituições médicas, assim como, se fosse para protegê-la do criminoso, seriam suficientes as instituições punitivas. Neste sentido,

é para o indivíduo perigoso, isto é, nem exatamente doente nem propriamente criminoso, que este conjunto institucional está voltado. No exame psiquiátrico, o que o perito tem a diagnosticar, o indivíduo com o qual ele tem que se haver em seu interrogatório, em sua análise e em seu diagnóstico, é o indivíduo **eventualmente** perigoso. De modo que temos, finalmente, duas noções que se deparam: a noção de perversão, de um lado, que permite costurar uma na outra a série de conceitos médicos e a série de conceitos jurídicos; e de outro lado, a noção de perigo, de indivíduo perigoso, que permite justificar e fundar em teoria a existência de uma cadeia ininterrupta de instituições médico-judiciárias. Perigo e perversão: é isso que constitui a espécie de núcleo essencial, o núcleo teórico do exame médico-legal (Foucault, 2001/2010, p. 30, grifo nosso).

Para efetuar a junção do saber psiquiátrico com o judiciário, foi necessária a ativação das categorias elementares da moralidade. Para tanto, noções como as de orgulho, maldade, obstinação são utilizadas na construção das ideias de perversidade e de perigo social. Assim se desenvolve também o discurso do medo, que terá a função de criar o perigo, para detectá-lo e opor-se a ele (Foucault, 2001/2010).

A força que a prática da normalização ganha é devido ao fato de ela propor um conceito diferente dos saberes da psiquiatria e da justiça. Sua intervenção não se dirige a doentes ou sãos, tampouco a delinquentes ou a inocentes; a nova categoria proposta por este saber é a dos anormais, propondo, então, uma gradação entre o normal e o anormal. Assim, esta prática transforma ambos saberes, unindo-os para se constituírem como instância de controle do anormal (Foucault, 2001/2010).

Traçando um paralelo à realidade brasileira, a partir das considerações de Foucault (2001/2010), os juízes das Varas da Infância e Juventude possuem tanto o poder de instruir quanto o de julgar. As informações passadas a eles pelos pareceres psicossociais, como o próprio nome já diz, são essencialmente psicológica, social e médica. Deste modo, elas dizem mais a respeito do contexto de vida, de existência e de disciplina do indivíduo, do que ao próprio ato que ele cometeu e pelo qual é levado a julgamento. Há, então, toda uma série de instituições de vigilância médico-legal que enquadram principalmente a infância pobre e a juventude em perigo (Foucault, 2001/2010).

Neste sentido, não é a um “tribunal do crime”, como denomina Foucault (2001/2010), ao qual o adolescente comparece, mas a um “tribunal da perversidade e do perigo” (p. 35). É com esta perspectiva que os serviços médico-psicossociais aos quais estes adolescentes são submetidos ao longo do processo de cumprimento da medida socioeducativa aplicada dão a evolução do indivíduo. Ou seja, o que se avalia no sujeito é seu nível de perversidade e de perigo: se ele atingiu um nível suficientemente baixo de perigo e de perversidade, poderá ser libertado, pelo menos, de um modo assistido (Foucault, 2001/2010).

Sobre este tema, Dieter (2013) afirma, que no início da década de 1970, os Estados Unidos iniciaram um processo de substituição dos programas de ressocialização dos presos e passaram a investir em uma “incapacitação seletiva” de determinados criminosos, visando a diminuir as reincidências criminais e garantindo uma gestão eficiente do controle da criminalidade. Para tanto, todavia, era preciso diferenciar o “bandido comum” dos “reincidentes crônicos”, essa classe “verdadeiramente perigosa”. Diversos estudos longitudinais foram desenvolvidos a fim de determinar “os criminosos contumazes, por vocação ou por natureza”

(Dieter, 2013, p. 3), descrevendo o perfil de risco para carreiras criminosas, que serviram de base para a criação de muitos instrumentos de aferição de periculosidade. Tais instrumentos variavam entre os níveis “baixo risco” até “alto risco” de reincidência criminal. Para cada um destes níveis, certas medidas estatais deveriam ser aplicadas, como, por exemplo, tempo e natureza da sanção, nível de vigilância, local de cumprimento da pena, independentemente do crime cometido. Os prognósticos de risco individual eram pautados na lógica da atribuição de toda responsabilidade ao criminoso, por suas escolhas ou por defeitos pessoais. Os resultados dessas pesquisas foram transformados em manuais que orientavam os responsáveis pela criminalização sobre quem eles deveriam “*denunciar, condenar e prender* para, enfim, *incapacitar*” (Dieter, 2013, p. 7).

Como efeito desta lógica atuarial aplicada em larga escala, a avaliação do mérito dos processos e da dosimetria da pena ficou reduzida a um cruzamento de dados fornecidos pelos testes de avaliação de riscos, levando a um aumento considerável da população carcerária. Como estes testes priorizavam alguns fatores sociais para a classificação de risco (como famílias pobres e numerosas, contato dos membros da família com pessoas criminosas, deficiência no controle parental), legitimou-se a perseguição do grupo formado por homens jovens, negros, desempregados, usuários de substâncias psicoativas. “Em síntese, uma vez selecionados pelos filtros das agências de controle social, não havia mais saída, porque a própria seleção era considerada fator de risco” (Dieter, 2013, p. 12).

Castel (1981/1987), então, afirma que algumas estratégias médico-psicológicas trabalham na questão preventiva, a partir do estabelecimento de critérios de risco. O risco não configura uma característica específica de determinado indivíduo ou grupo, mas, antes, está relacionado a dados gerais ou fatores que tornam mais ou menos provável o aparecimento de comportamentos indesejáveis. Pode haver correlações entre fatores independentes de risco, como ser filho de mãe solteira, mãe adolescente, mãe usuária de substância psicoativa. Assim, “a presença de tais fatores basta para desencadear um assinalamento automático, em virtude do axioma de que uma ‘mãe de risco’ engendra, ou cria, filhos de risco” (Castel, 1981/1987, p. 125). Esta concepção está presente quando se questiona a uma mãe sobre a paternidade de cada um de seus filhos, que funciona, também, como tentativa de antecipação de comportamentos promíscuos dela e deles.

Castel (1981/1987) afirma que prevenir é, portanto, vigiar, de modo que se possa antecipar possíveis comportamentos indesejados em determinado grupo assinalado como de risco. A tentativa é antecipar a irrupção do perigo pelo reconhecimento das figuras possíveis de exercê-lo, mais que intervir diretamente em uma situação que já aconteceu. A periculosidade é

então uma noção misteriosa, visto que sua confirmação só pode ser dada caso aconteça algo que prove sua existência. Assim, a atribuição de periculosidade a alguém é dada, *a priori*, a partir de um cálculo de probabilidade intuitivo, baseado nos dados do exame da vida do sujeito. Neste sentido, o diagnóstico de periculosidade é uma categoria forjada do possível sobre o real (Castel, 1981/1987).

De acordo com Foucault (1978/2010), a psiquiatria, ao tratar do louco que cometeu algum crime, utilizou-se da ideia de sujeito monstruoso e de monstruosidade para se referir a crimes cometidos denominados de contra a natureza. Dentro do rol destes crimes, estavam aqueles cometidos contra os pais ou contra crianças. Com esta nova modalidade psicopatológica, a psiquiatria afirmou um lugar de poder, onde podia garantir e justificar sua existência a partir de uma prática de higiene pública. Assim, foi no âmbito de uma medicina concebida como reação aos perigos inerentes ao corpo social que a psiquiatria conseguiu se inscrever. Todos os alienistas do século XIX, apesar de suas divergências, tinham no tratamento do perigo social sua questão em comum, fosse porque a loucura estaria ligada a condições insalubres de vida (superpopulação, vida urbana, promiscuidade, alcoolismo, libertinagem) ou porque fosse percebida como uma fonte de perigos para si mesmo, para os outros, para o meio e para a descendência, através da hereditariedade. A psiquiatria do século XIX serviu também como uma medicina do corpo coletivo, procurando os estigmas patológicos que podiam marcar os indivíduos perigosos: loucura moral, loucura instintiva, degeneração (Foucault, 1978/2010).

Ao se analisar então o criminoso, e não o crime, a possibilidade de perigo social que ele representa, solicita-se ao indivíduo que ele fale de si, esclareça quem ele é, apresente um reconhecimento sobre seu ato e justifique-o: espera-se dele uma confissão. É somente a partir deste discurso de si feito pela própria pessoa que o judiciário, através de seus representantes legais, pode realizar seu trabalho. A punição então passou a se revelar como uma tentativa de modificação do infrator, de transformação individual. Desta forma, a imputabilidade do ato está referida a sua inteligibilidade, ou seja, o quanto o ato pode ser associado à conduta, ao caráter e aos antecedentes do indivíduo. É assim que o indivíduo é identificado como a cópia mesma do seu ato, estando ligado a ele por uma determinação psicológica. Do mesmo modo o pensamento inverso: quanto mais inesperado for o ato, maior a tendência a desresponsabilizar o sujeito por ele (Foucault, 1978/2010).

Neste sentido, se a loucura estaria ligada às condições insalubres de vida e à sua degeneração, de quem se pode esperar atos criminosos? Que tipo de indivíduo teria a tendência e estaria psicologicamente determinado a cometer infrações, resumindo-se à própria infração? Ao passo que a qual indivíduo este mesmo ato seria considerado gratuito e indeterminado,

podendo então ser desculpado por ele? Vemos assim que se vai criando a tendência a considerar *naturalmente* a periculosidade virtual e a necessidade de correção antecipatória de caráter para aqueles cujas vidas são tidas como libertinas e ociosas. Não se espera que determinadas infrações sejam cometidas por qualquer pessoa, mas por certos indivíduos em certas condições socioeconômicas. A isso não podemos deixar de pensar nos crimes cometidos por pessoas das elites, nos quais a alegação de insanidade temporária é considerada, quando a mesma consideração não é feita para crimes similares cometidos por pessoas de classes sociais mais baixas.

Foucault (1978/2010) defende que é possível criminalizar um sujeito e fazê-lo pagar penalmente sem necessariamente ter que determinar sua culpa, mas correlacionando o ato cometido ao risco de criminalidade que constitui sua própria personalidade. Ele é responsável porque apenas por sua existência ele é criador de risco. A punição terá então por finalidade diminuir, “na medida do possível - seja pela eliminação, pela exclusão, por restrições diversas, ou ainda por medidas terapêuticas -, o risco de criminalidade representado pelo indivíduo em questão” (Foucault, 1978/2010, p. 22). Assim, todo este aparato técnico constituído possibilita ao direito, justificado pela psiquiatria, intervir diante do sujeito a partir do que ele pode vir a ser e não decorrente de um crime que tenha sido cometido.

Essa construção é importante de ser delineada visto que impacta diretamente na vida de crianças e adolescentes que vivem em comunidades, considerando que todos eles são vistos como potencialmente capazes de se tornarem criminosos. Todos os órgãos de proteção do Sistema de Garantia de Direitos trabalham na tentativa de evitar este desencadeamento na trajetória de vida desses indivíduos, mas sempre no limite da suspeição. Os que estão envolvidos com a criminalidade possuem um caminho traçado pelo sistema de justiça muito difícil de ser revertido. Os que não estão, ainda, ficam sob os olhos suspeitos das instâncias de controle social, sejam elas escolas, conselhos tutelares ou a própria vizinhança.

Para Castel (1981/1987), existem os especialistas que diagnosticam os sujeitos e, para além deles, todas as instituições que devem cuidar, tratar ou corrigir tais deficiências. Aqueles que estabelecem os perfis não conhecem, necessariamente, a rede de cuidados ofertada para aquela classificação, havendo assim uma cisão entre os trabalhos de classificação e de gestão social do percurso a ser seguido pelos “classificados”.

Foucault (1976/2001), ao se referir ao poder soberano, o caracteriza como sendo o direito de causar a morte ou deixar viver. Aqui, o poder era o direito de se apropriar das coisas, do tempo, dos corpos, que culminava com o apoderamento da vida e seu direito em suprimi-la. A partir da época clássica, o poder foi se transformando, passando de formas de supressão de

novas forças para uma produção delas. Neste sentido, o direito de morte vai se deslocando para o poder de ordenar e gerir a vida, mas ainda se apresentando como complemento a esse poder que se exerce positivamente sobre a vida, a partir de mecanismos precisos de regulação. Com isso, por exemplo, as guerras não são mais justificadas em torno da defesa do soberano, mas em nome da proteção de todos. Assim, conforme Foucault (1976/2001, p. 129), “foi como gestores da vida e da sobrevivência dos corpos e da raça que tantos regimes puderam travar tantas guerras, causando a morte de tantos homens”. É ainda sob essa perspectiva que se justificam as mortes de jovens pobres, supostos perigo à sociedade. Foucault (1976/2001) afirma que essa desqualificação da morte pode ser compreendida através da transformação do poder que antes era direito de causar a morte ou deixar viver e passa a ser um poder de causar a vida ou devolver à morte.

Neste sentido, em uma sociedade onde o poder se afirma sobre a vida, na sua função de garanti-la, sustenta-la e multiplica-la, a pena de morte se torna limite e contradição. Para invocá-la, então – ainda que não discriminada pela Constituição, mas legitimada pelo Estado através de execuções sumárias sem chance de defesa dos sujeitos –, é preciso ressaltar não apenas o crime, “mas a monstruosidade do criminoso, sua incorrigibilidade e a salvaguarda da sociedade. São mortos legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros” (Foucault, 1976/2001, p. 130).

Foucault (1976/2001) destaca que o biopoder se fixa em dois polos principais: no adestramento do corpo, tomado como máquina a ser explorada em suas aptidões e forças, e numa biopolítica das populações, a partir do controle corpo-espécie, em sua dimensão biológica de reprodução, longevidade, saúde. Desta forma, não estando a morte no centro da ação do poder, o biopoder, ao se encarregar da vida, opera em torno da norma e, para garantir que os corpos se mantenham na normalidade, desenvolve mecanismos de controle contínuos, reguladores e corretivos, através de técnicas de qualificação, medição, avaliação, hierarquização. Assim, como vimos, a instituição judiciária cada vez mais se integra num contínuo de aparelhos médicos, sociais, administrativos, cujas funções são, sobretudo, reguladoras. Temos então uma sociedade normalizadora que é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida (Foucault, 1976/2001). Como efeito disso, temos uma atribuição de valor ou de desvalor da vida enquanto tal (Agamben, 1995/2002).

Neste sentido, essa politização da vida implica em uma decisão sobre o limiar em que uma vida pode ser considerada como importante ou desprezível (Agamben, 1995/2002), ou seja, quando uma vida deixa de ser politicamente relevante (Oliveira, 2016a). Essa linha assinala um ponto em que a decisão sobre a vida passa a ser uma decisão sobre a morte e a

biopolítica converte-se, aí, em tanatopolítica (Oliveira, 2016a). Esse limiar não é fixo nem claro e se estende a zonas cada vez mais amplas da vida social através de uma simbiose deste poder com o jurídico, com a medicina, com a ciência, dentre outros saberes. (Agamben, 1995/2002).

Agamben (1995/2002), a partir do conceito de biopolítica de Foucault, que ele esclarece como sendo “a crescente implicação da vida natural do homem nos mecanismos e nos cálculos de poder” (Agamben, 1995/2002, p. 125), traz à tona a nova configuração do *homo sacer* na modernidade. Segundo o autor, alguns indivíduos que foram julgados pela sociedade como tendo cometido um crime, sendo banidos da ordem social e cuja vida não tem mais valor para a sociedade, não podendo o Estado sacrificá-los legalmente, não julga por homicídio aquele que, por algum motivo, vier a mata-los. Desta forma, não há sacrilégio em suas mortes. Esses indivíduos são chamados pelo autor de *homo sacer*, ou homem sacro. O homem sacro é aquele considerado como impuro ou malvado.

Na religião, o homem sacro seria aquele que já estaria condenado pelos deuses e, por isso, sua vida não valia como sacrifício (Agamben, 1995/2002). Sendo a especificidade do *homo sacer* a impunidade de sua morte – ainda que esta não esteja completamente destituída de implicação jurídica (Oliveira, 2016a) - e o veto de sacrifício, ele se situaria no cruzamento entre uma matabilidade e uma insacrificabilidade, fora tanto do direito humano quanto da proteção divina (Agamben, 1995/2002). Esta dupla exclusão o deixa exposto a qualquer violência. O *homo sacer* é aquele que, então, todos os outros homens podem agir como seu soberano. Desta forma, seu ser está intimamente ligado à morte, sem, no entanto, pertencer ainda ao mundo dos defuntos. Portanto, “no *homo sacer*, enfim, nos encontramos diante de uma vida nua residual e irreduzível, que deve ser excluída e exposta à morte como tal, sem que nenhum rito e nenhum sacrifício possam resgatá-la” (Agamben, 1995/2002, p. 107).

É a entrada da vida nua – que é “privada de valor político, mas não de utilidade política (...) [e] não é nem *zoé* (vida natural) nem *bíos* (vida politicamente qualificada)” (Oliveira, 2016a, *on-line*) - na política que possibilitou o nascimento de uma biopolítica e é a ela a quem se dirige os regimes totalitários, sendo os campos de concentração o espaço privilegiado do exercício do biopoder (Agamben, 1995/2002). Contudo, ressalta o autor, é preciso reconhecer que os campos não foram resultado somente da política nazista de extermínio, mas eles continuam existindo hoje e é preciso reconhecê-los em seus trajes. Neste sentido, os campos são “o paradigma oculto do espaço político da modernidade” (Agamben, 1995/2002, p. 129).

Os campos de concentração nascem a partir da proclamação de um estado de exceção do governo alemão, na época do nazismo, que suprimia as liberdades individuais. Ali era o

espaço de captura de tudo aquilo que era excluído, onde a vida nua era tomada em sua essência e qualquer atrocidade cometida contra ela não era considerada como delito. Contudo, hoje, para Agamben (1995/2002), este espaço existe não mais como em um estado de exceção, mas em uma situação normal. É no campo, então, que o estado de exceção é realizado normalmente. Agamben (1995/2002) cita um jurista alemão nazista que definiu a suspensão de alguns artigos da constituição como um “estado de exceção desejado”. Por ser desejado, então, “ele inaugura um novo paradigma jurídico-político no qual a norma torna-se indiscernível da exceção” (Agamben, 1995/2002, p. 177), e faz do campo “o espaço que se abre quando o estado de exceção começa a tornar-se a regra” (p. 175).

Desta forma, o autor afirma que encontraremos um campo toda vez que esta determinada estrutura for formada, independente da natureza dos crimes cometidos. Assim, é um campo quando, “em uma operação de combate à milícia”¹⁰, a polícia entra em uma festa privada, intimida e prende 159 pessoas com a acusação de um suposto envolvimento com o tráfico de drogas. O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro pediu a soltura de 137 presos, pois não havia provas efetivas que justificassem suas prisões. Contudo, no pedido do MP, consta que “não há nenhuma ilegalidade na ação policial, tampouco na decisão da Justiça que determinou a prisão dos 159 participantes da festa”. Neste sentido, Agamben (1995/2002, p. 178) define que “o campo é o próprio paradigma do espaço político no ponto em que a política torna-se biopolítica e o *homo sacer* se confunde virtualmente com o cidadão”. Assim, se atrocidades serão cometidas ou não nos campos depende somente da civilidade e do senso ético da polícia, que age provisoriamente como soberana, pois sua conduta não será julgada como ilegal pelos meios formais (Agamben, 1995/2002).

Temos então o estado de exceção não mais como uma suspensão temporal do ordenamento, mas como uma nova e estável disposição espacial que habita uma vida nua que, cada vez mais, não pode se inscrever no ordenamento social. Oliveira (2016a) afirma que, na contemporaneidade, o soberano é aquele que decide quando o estado de exceção deve ser aplicado. O poder soberano se caracteriza por estar fora do ordenamento jurídico, sem ser indiferente a ele. É isso então que cria uma zona de indiscernibilidade entre o poder soberano e a biopolítica, que estabelecem uma relação de exclusão-inclusiva em que norma e exceção se confundem (Oliveira, 2016a). O campo é, assim, o resíduo da inscrição da via nua no Estado-nação e um permanente espaço de exceção. Ali, toda forma de vida e toda norma podem

¹⁰ Notícia retirada do site <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/justica-concede-liberdade-para-137-presos-em-festa-de-milicianos-na-zona-oeste.ghtml>.

virtualmente ser capturadas. Por este motivo, Agamben (1995/2002) nos orienta a estarmos atentos para reconhecer as metamorfoses do campo nas periferias de nossa cidade.

3.2 Constituição subjetiva e adolescência a partir da psicanálise

Passemos agora à concepção de adolescência proposta pela psicanálise, que nos ajudará a compreender como o processo de internalização da lei vai se constituindo e como, nesta passagem adolescente, a presença de um outro presente que lhe indique possibilidades e suporte com ele suas descontinuidades é de grande relevância. Esta abordagem teórica também nos subsidiará na interpretação dos dados, auxiliando no entendimento sobre a constituição subjetiva, os tempos de confirmação da estrutura, tomando por pressuposto que o adolescente é um sujeito em desenvolvimento e em processo de estruturação psíquica.

Inicialmente, é importante situar a noção de adolescência para a psicanálise. O primeiro ponto a destacar é que a adolescência não é tratada como uma fase natural do desenvolvimento - precedida pela infância e seguida da adultez, da velhice e da morte – na qual toda e qualquer dificuldade apresentada nesse período é considerada como decorrente de uma ebulição de hormônios. As mudanças fisiológicas e hormonais que o corpo do sujeito adolescente passa têm consequências importantes em sua constituição psíquica, particularmente quanto às questões referentes à sexualidade e à identidade, contudo é preciso considerar outras dimensões de análise para compreender a travessia que o adolescente deverá fazer (Lo Bianco & Nicacio, 2015; Birman, 2011).

De acordo com Birman (2011), esse modelo teórico naturalista entende as etapas da vida a partir de uma ordem cronológica, padronizada e regular a todos os indivíduos. A sequência temporal dos períodos da vida é o ponto central nessa teoria. Nesse modelo, as dificuldades subjetivas encontradas pelos sujeitos estariam mais ou menos estabelecidas pelo período da vida em questão, ficando, assim, a leitura do psiquismo atrelada à leitura do biologismo de base. Portanto, a leitura estritamente psico-biológica das idades da vida não nos permite compreender toda a tarefa da adolescência. O registro biológico deve, então, ser inserido na análise junto aos registros sociais, culturais, institucionais e psíquicos. A partir daí a dimensão simbólica pode adquirir sua efetiva pregnância, abrindo espaço para a validação dos demais registros, como os da educação, do trabalho, da família, da saúde (Birman, 2011).

Cabe destacar que esse momento que chamamos adolescência é uma experiência moderna. No mundo antigo e nas sociedades tribais, a passagem da infância para a vida adulta era mediada por rituais de passagem aos quais os jovens membros tinham que se submeter para

se tornarem homens ou mulheres (Lo Bianco & Nicacio, 2015). Após essa passagem, o sujeito estava autorizado a assumir todas as responsabilidades de um adulto.

Nas sociedades tradicionais, as instituições possuíam grande influência na vida dos indivíduos, nas suas decisões, e as regras eram fixas e duradouras. Assim, as possibilidades de escolha eram mais restritas e isso oferecia segurança e estabilidade aos cidadãos. Isto, de algum modo, regulava o desamparo ao restringir as incertezas e a angústia (Kyrillos-Neto e Dunker, 2004). No mundo moderno, a adolescência passa a ser considerada uma fase de preparação para a vida adulta (Lo Bianco & Nicacio, 2015), representada pela dilatação do tempo do estudo e certa moratória para entrada no mundo do trabalho. Não há mais uma passagem ritualizada e estrita para a vida adulta, o que faz com que o sujeito perca as balizas simbólicas de sustentação de um lugar (Lo Bianco & Nicacio, 2015).

As mudanças no corpo do adolescente apontam para uma semelhança com o mundo dos adultos, conferindo-lhe um novo estatuto social e, com isso, espera-se dele atitudes e responsabilidades que não eram esperadas na infância (Monteiro e Lage, 2007). Deste modo, o adolescente tende a se encontrar em um não-lugar, visto que não é mais considerado ou tratado como criança, tampouco ainda é autorizado como adulto (Lo Bianco & Nicacio, 2015).

Existe uma diferença significativa entre a experiência de adolescência entre as classes sociais. Conforme Birman (2011), enquanto nas classes mais favorecidas há uma grande dilatação do tempo para a entrada na vida adulta, as crianças das classes populares são arrancadas de sua condição infantil cedo, devido ao imperativo da sobrevivência. O tempo de escolarização é menor, comparado com as classes mais ricas, e a entrada no mercado de trabalho se dá muito mais precocemente, como forma de complementação da renda familiar. Essas crianças participam da experiência social e assumem responsabilidades de adultos muito cedo – responsabilidade com a arrumação e limpeza da casa, cuidado com os irmãos menores, trabalho informal, dentre outras. Além disso, experiências de vida muito duras vividas precocemente marcam o psiquismo dessas crianças, sem que elas ainda tenham condições para elaborá-las (Birman, 2011).

Alberti (2004) nos adverte que o tempo de latência entre a sexualidade infantil e a entrada na puberdade é um tempo de espera e de fantasia que antecede a possibilidade do ato sexual. Este tempo está encurtado na contemporaneidade, mas, quando se trata dos adolescentes autores de ato infracional, este encurtamento é mais significativo. Guerra, Cunha, Costa e Silva (2014) justificam tal afirmação à medida em que estes jovens entram, muitas vezes, precocemente na vida adulta, suprimindo este tempo de espera, passando pela puberdade, mas nem sempre pela adolescência. A entrada na vida adulta é marcada nesses jovens através do

acesso à vida sexual, ao trabalho, ao crime e às drogas. Tais objetos de consumo oferecem uma solução rápida e eficaz para o encobrimento da falta estrutural do sujeito. Assim,

ao entrar na puberdade, quando a escolha de objeto e de uma posição sexuada ainda não estão definidas, muitos desses jovens já se tornam pais, passam a viver com uma companheira, abandonam os estudos e, por vezes, se instalam no circuito do crime. As exigências impostas pelas condições de vida desses jovens forçam uma urgência de resposta do sujeito, constituindo um estilo adulto de funcionar no mundo, sem o tempo de elaboração dessa posição (Guerra et al., 2014, p. 173).

É importante destacar que a passagem adolescente é um tempo lógico, mais que cronológico. Neste sentido, assumir “um estilo adulto de funcionar no mundo” não torna o sujeito adulto por si só, por isso a ressalva da autora de que esses adolescentes o fazem sem o tempo de elaboração necessário para tanto, quase que como uma ruptura da adolescência, momento importante de experimentação e constituição do eu, como veremos abaixo.

Alberti (1996), ao fazer uma retomada sobre o entendimento da adolescência para a psicanálise, aponta que vários termos foram utilizados para se referir a este momento, como crise, ruptura, descontinuidade, trauma. Esta concepção decorre da ideia que, na adolescência, o corpo pubertário em transformação torna-se um estranho para o sujeito com o qual ele terá que conviver. O corpo familiar da primeira infância é perdido e em seu lugar aparece um mal-estar em relação a esse corpo - um corpo desconhecido, suspeito, fonte de inquietude e, à medida que remete à sexualidade, interpela e questiona o sujeito (Dias, 2000).

As imperativas mudanças fisiológicas que ocorrem no corpo do adolescente fazem com que haja um encontro com o real do corpo e do sexo. Diferentemente dos outros animais da natureza em que o sexo está voltado exclusivamente para a reprodução, nos humanos, seres de linguagem, o que será feito desse encontro é, em parte, determinado pela cultura em que ele se realiza. Neste sentido, a psicanálise entende o adolescente como em um momento de encontro com as transformações do corpo e com a irrupção do desejo sexual (Lo Bianco & Nicacio, 2015). Deste modo, outra tarefa que o sujeito adolescente é convocado a fazer é posicionar-se na partilha dos sexos, quando é solicitado a ele uma representação de si mesmo (Monteiro & Lage, 2007). É neste momento que o adolescente é convocado a assumir em nome próprio a castração e ele então acaba por se encontrar diante da dissimetria que marca a diferença entre os sexos (Lo Bianco & Nicacio, 2015). Assim, “a questão da sexualidade na adolescência (...) necessariamente leva à desconstrução dos ideais existentes até então” (Alberti, 2004, p. 35).

Essa tarefa, entretanto, tem fortes implicações na constituição psíquica do adolescente, visto que ele irá perceber que esse encontro com o outro, especialmente o encontro sexual, é sempre desarmônico: ou seja, nunca há uma correspondência entre o que se pede e o que se

ganha e entre o que se procura e o que se acha (Alberti, 2004). Como afirma a autora, nada da sexualidade humana é definido pelo biológico, mas pela relação com o Outro. Por isso é possível nascer com as características biológicas de um sexo e se identificar com o outro. Essa identificação sexual é pura responsabilidade do sujeito, que precisará assumi-la mais cedo ou mais tarde.

Melman (1997, citado por Lo Bianco & Nicacio, 2015) afirma que o adolescente, em sua jornada de ingresso ao mundo adulto, conserva um olhar idealizante para o mundo, pois o registro imaginário tem uma importante função de suporte nesse momento. Assim, com a queda dos ideais, a realidade passa a ser percebida como precária e injusta. Além disso, o declínio da idealização dos pais da infância o faz perceber as dificuldades da vida adulta e, portanto, que a promessa de um gozo absoluto é falsa (Lo Bianco & Nicacio, 2015).

Em outras palavras, a adolescência é o momento em que o real do corpo proporcionado pela puberdade golpeia a afecção imaginária do eu. É o momento lógico da efetuação de uma operação simbólica, quando há a desconstrução do corpo infantil e a assunção do corpo adulto, ou seja, da assunção de uma nova imagem. A passagem adolescente é, então, o momento da reapropriação egóica do corpo que passou a ser ameaçador, devido ao abalo que o eu sofre pelas modificações corporais que a puberdade impõe. É importante notar que se trata aqui da reapropriação de um corpo que nunca deixou de ser dele (Backes, 2004).

Neste sentido, a psicanálise aborda o sujeito adolescente considerando também seus processos de luto, em suas dolorosas tarefas de desligar-se dos pais, de posicionar-se na partilha dos sexos e, conseqüentemente, de realizar suas escolhas. Ainda, três outros lutos importantes se apresentam aqui então: luto pelo corpo, pelo papel e pela identidade infantis perdidos (Monteiro e Lage, 2007). Conforme Dias (2000), a operação simbólica, na neurose, possibilita a elaboração do luto pelo corpo infantil. Entretanto, a estranheza inicial do corpo é seguida por uma angústia frente ao olhar dos outros sobre esse novo corpo. Há o medo de que essa imagem não agrade e que haja, com isso, uma perda de amor (Dias, 2000).

Contudo, não é somente o sujeito que não mais se reconhece, os pais também não reconhecem mais os filhos, o que causa neles também certo desconcerto. Os pais precisarão fazer um trabalho de luto desse filho perdido/crescido (Alberti, 2009). Com isso, o olhar parental diferenciado sobre o corpo do bebê/criança cai, bem como a voz e o olhar da mãe que fundaram o sujeito. Deste modo, o adolescente precisará fazer a transição de uma imagem no desejo do outro, para outra. Ele deixa de ser o falo, especialmente para a mãe, e deverá passar a tê-lo. Assim, o sujeito deverá operar um deslocamento do campo pulsional, na qual viabilizará uma posição sexuada (Dias, 2000). O adolescente vê a imagem do novo corpo no espelho com

o mesmo estranhamento que o bebê, havendo assim um cruzamento sobre o olhar do adolescente sobre seu corpo com o do Outro (Backes, 2004).

Na adolescência, o Outro entra em pane de consistência imaginária. Esta pane é necessária à medida que é o momento para o adolescente se dar conta de que “o Outro não é encarnável, figurável, mas puro efeito de linguagem, de discurso. Que o Outro é simbólico, não imaginário” (Backes, 2004, p. 40). Neste sentido, Alberti (2004) coloca que os questionamentos do adolescente aos pais ocorrem, pois os mesmos deixam de funcionar como os principais modelos identificatórios. Assim, adolescência é um momento em que este sujeito irá confrontar a autoridade dos pais e questionar as regras da sociedade (Alberti, 2009). Enquanto as crianças precisam colocar seus pais em uma posição idealizada, atendendo a todos os seus pedidos visto que precisam deles para sobreviver, os adolescentes começam a notar a insuficiência dos pais. É graças a essa insuficiência - dada a todos - que as referências identificatórias do sujeito vacilarão e ele poderá encontrar sua forma de ser no mundo (Alberti, 2004). É esta queda da fantasia da onipotência parental que suscita a elaboração de um luto pelos pais da infância (Monteiro e Lage, 2007).

Para fazer este exercício, é fundamental que os pais estejam presentes, o que significa dizer, que, ao contrário do que se imagina, o adolescente precisa muito de seus pais. É somente a partir da presença deles que o sujeito poderá decidir se irá abrir mão deles ou não. Os pais que recuam diante das afrontas de seu filho adolescente, acabam por se separarem dele antes do momento em que o filho pode se separar dos seus pais (Alberti, 2009).

Deste modo, a questão da separação é recolocada para o adolescente. A partir da constatação de que o Outro não pode tudo, o sujeito se autoriza a fazer alguma coisa. Entretanto, é importante frisar que essa ação não pode ser realizada a qualquer custo, marcando a necessidade de um posicionamento ético do sujeito, implicado a partir dos preceitos morais da cultura, das relações com os outros, limitando o ato do sujeito. São nessas ações que o adolescente vai se experimentando (Alberti, 2004).

Diante disso, podemos questionar como é o trabalho de fazer vacilar os ideais frente aos pais da infância, decidir abrir mão dos pais ou não e fazer suas próprias escolhas, com adolescentes que foram abandonados muito cedo ou que não possuem mais referências familiares? Também, como veremos nos casos trabalhados, principalmente em J.D., esta experimentação própria e necessária da adolescência não é permitida a todos do mesmo modo; algumas experimentações de um adolescente de baixa renda são vistas quase que como uma confirmação da certeza de sua periculosidade, quando, então, deixa-se de vislumbrar qualquer outra possibilidade de existência para ele. Silva (1997) defende que manifestações corriqueiras

como desobediência, rebeldia e agressividade são menos toleradas em instituições que no ambiente doméstico, dada a própria representação que os agentes institucionais fazem da criança aos seus cuidados.

A puberdade se constitui então como um tempo de acabamento da estrutura, “em que o remanejamento do sexual em relação ao mito edípico, afeta a economia do desejo e gozo, produzindo novas produções sintomáticas e possibilitando novos laços sociais” (Dias, 2000, p. 122). Segundo Bernardino (2004, p. 78) “a estrutura do sujeito não é um dado a priori, nem produto de um momento de definição único e cristalizado, mas é resultado de vários tempos, que primeiro se instauram e depois são retomados diferentemente”. Neste sentido, a autora afirma que a constituição subjetiva é um processo no qual será necessário passar por uma série de operações psíquicas - que têm correspondência com o desenvolvimento cronológico, mas não se confundem com ele – e que, a cada passagem, devem ser confirmadas.

É importante destacar que, mesmo antes de que haja um sujeito para se constituir, deve haver um desejo que venha lhe dar existência. O bebê humano nasce tão prematuro que é incapaz de sobreviver sem que haja alguém para protegê-lo. Assim, para Crespin (2004), a relação com o bebê deve ser estabelecida mesmo antes de seu nascimento. Deste modo, o nome que lhe é dado, bem como as expectativas sobre ele, serão importantes elementos na vinculação dele com quem irá lhe dispensar os cuidados necessários para sua sobrevivência.

A condição de prematuridade do bebê humano o coloca em uma posição de dependência absoluta de um outro que lhe preste os cuidados essenciais para sua sobrevivência. Este desamparo primeiro, inequívoco, é dado a todos os humanos. Pereira (1999), em uma revisão teórica sobre o conceito de desamparo nas obras de Freud e de Lacan, afirma que Freud conferiu a este conceito um estatuto de dimensão fundamental da vida psíquica, sendo elemento crucial no processo de simbolização. Assim, para além de ser um momento de fundação do funcionamento psíquico, o desamparo acompanha o homem durante toda sua existência, sendo algo intrínseco ao próprio inconsciente. É por este motivo que, para Freud, “a relação do homem com sua existência é sempre marcada pela precariedade, pelas ilusões de domínio e pelas tentativas mágicas de proteção contra os perigos” (Pereira, 1999, p. 145). Já na teoria de Lacan, a dependência do bebê em relação à mãe é de amor, desejo de desejo, sendo, então, a opacidade do desejo do Outro o desamparo estrutural que o sujeito tem de lidar. Além disso, a precariedade fundamental da linguagem, que causa incompreensões, mal-entendidos, e que não é capaz de dizer tudo, que sempre deixa de fora um resto não assimilado, também corresponde ao desamparo estrutural para Lacan (Pereira, 1999).

Ainda segundo Pereira (1999), o desamparo inicial implica em uma abertura do bebê para o outro, à medida que precisa dele para satisfazer suas necessidades. É esta satisfação propiciada pela ação do outro que instaura o processo desiderativo. Neste sentido, o desejo surge no lugar do desamparo e da impotência. Com isto, sentir-se amado pelo seu cuidador representa, no inconsciente, uma proteção contra as ameaças (Pereira, 1999). A relação primordial de absoluta dependência com um outro é significada como amor no futuro e, desta forma, a dependência que estabelecemos com o outro se dá pelo viés do amor (Crespin, 2004). Esse ponto é particularmente importante visto que vamos tratar de crianças e adolescentes abandonados e/ou negligenciados por seus familiares em um momento de confirmação da estrutura, a adolescência¹¹.

Conforme Bernardino (2004), a primeira etapa na constituição subjetiva do sujeito diz respeito ao que Lacan denominou, em 1949, de Estádio do Espelho. O estágio do espelho é o momento de fundação do eu pela imagem especular, quando o sujeito se vê, se identifica e se localiza no outro (Backes, 2004).

A mãe – ou o cuidador primordial -, ao segurar seu bebê diante do espelho e dizer-lhe quem está ali, devolve a ele a imagem de seu corpo unificado e de uma significação dada a ele. Ou seja, o olhar que a mãe coloca sobre o bebê, a partir de seu desejo e de suas fantasias, forma uma imagem a qual ele poderá se identificar (Crespin, 2004). Ao confirmar a imagem que vê, a mãe lhe assegura não somente a imagem do corpo, mas também a constituição de seu eu.

Ao interpretar as necessidades do bebê – choro de fome, de sono - como demandas que desejam ser satisfeitas – querer peito, colo -, a mãe eleva a criança do estatuto de um ser de necessidade para um ser de desejo. Neste mesmo caminho, quando seu grito é entendido como um chamado pela mãe, o bebê é promovido ao estatuto de sujeito falante. Assim, ela lhe atribui conteúdos psíquicos ao saber o que se passa com seu filho e lhe insere no mundo simbólico. Esta operação, chamada de *função materna*, - ou Desejo da Mãe, em Lacan - é possível pois a mãe toma seu bebê como um pedaço de si mesma (que corresponde à onipotência originária da mãe) (Crespin, 2004). Nesse primeiro momento da relação com o Outro materno, o ser é impedido, pelo desejo desse Outro, de aparecer, de ser sujeito desejante (Souza e Paravidini, 2013); é o tempo da alienação (Crespin, 2004).

¹¹ É importante não confundir o desamparo subjetivo com o desamparo social e econômico. Ainda que condições precárias de sobrevivência tenham implicações na forma como o sujeito se estrutura, visto que a contingência é a base do psiquismo, ambos não estão diretamente ligados. Assim, pode uma pessoa em situação de extrema vulnerabilidade social ser capaz de fornecer segurança e amor ao bebê, ao passo que uma pessoa com todas as condições materiais disponíveis para auxiliá-la no processo de cuidado com a criança pode não ser capaz de fazer o mesmo.

Nas palavras de Backes (2004), temos que:

O corpo imagético, inteiro e articulável se dá pelo toque, pelo manuseio, pela forma como o adulto vai inscrevendo uma imagem pela via significativa, pela via discursiva. O adulto desenha ou escreve com significantes uma imagem que o pequeno ser vai assumindo, pela via da identificação. Assim, esse corpo vai se constituindo não somente como um corpo mesmo, mas como imagem “eu sou assim”, mesmo que não seja na frente do espelho (p. 31).

Com relação ao pai¹², inicialmente o filho é visto como um outro e sua função inicial é introduzir um corte, regulando a onipotência materna. A função paterna é, então, ser “um operador psíquico da separação” (Crespin, 2004, p. 29) que introduz um limite ao gozo da mãe. Esta função também é posta em cena quando a mãe interpreta os sinais do filho como de uma alteridade, ou seja, quando a mãe para de amamentar diante dos sinais de saciedade do filho, por exemplo. Assim, esta vertente paterna instaura a dimensão da alteridade quando a criança não está mais completamente a mercê do poder de interpretação da mãe, abrindo espaço para o desenvolvimento do psiquismo do bebê. Então, quando a criança percebe que ela não pode completar sua mãe, que o desejo dela encobre uma falta que é constituinte, esse é o tempo da separação (Crespin, 2004).

Estas duas funções, materna e paterna, são “antagonistas e complementares” (Crespin, 2004, p. 30) e formam as bases fundadoras do psiquismo humano, sendo responsáveis pelas operações psíquicas de alienação e separação. Há então três momentos-chave para estruturação do sujeito: 1) o instante de olhar, que forma o Ideal do Eu a partir das expectativas da mãe, fundando um sujeito; 2) o tempo para compreender, marcado pelo momento de entrada no simbólico pelo sujeito; 3) o momento de concluir, que introduz o sujeito na adolescência (Bernardino, 2004).

No primeiro instante, a criança se reconhece a partir de sua imagem do espelho, mas algo da imagem se apresenta como imagem ideal justamente porque esta mesma imagem revela e retrata sua própria fragilidade de prematuro. Ela é capaz de perceber a defasagem entre o que vê e o que é e ambas imagens a representam. Desta forma, há inevitavelmente a comparação entre as duas imagens, que é, ao mesmo tempo, uma experiência inusitada e desagradável (Backes, 2004).

Contudo, não é somente a imagem de si que é dupla. Neste momento também há a configuração de um eu e de um outro. Entretanto, esse eu e esse outro não podem ainda dissociar-se, sendo que, assim como no eu, aquilo que o outro é, ele também não o é (Backes,

¹² O termo pai aqui é entendido não como o pai biológico, mas qualquer coisa que faça a mãe olhar para outro lugar, que não só seu filho.

2004). Assim, uma das funções do estádio do espelho é a de estabelecer a relação entre o organismo e a realidade, entre mundo interno e meio circundante. É a Mãe Primordial que faz a ligação de seu bebê com o mundo externo, relação que sempre provoca mal-estar. O trabalho do sujeito é haver-se com a diferença entre aquilo que ele é na realidade e aquilo que ele vê na sua relação com o outro especular. Uma dialetização para o conflito entre essas duas imagens só é possível na referência ao Outro (Backes, 2004).

De acordo com Pereira (1999), a dimensão de completude imaginária do eu ocorrida no estádio do espelho apresenta-se como uma muralha frente ao desamparo para a criança, visto que este é o momento em que o sujeito pode representar-se numa imagem contínua, inteira, que forma um “todo”. Neste sentido, o sentimento de desamparo tem relação “com a desintegração de imagem do corpo-próprio, com a fragmentação terrificante de um corpo reduzido a partes independentes e não-integradas” (Pereira, 1999, p. 237). Desta forma, as diferenças entre a imagem do espelho e a do ideal do eu são percebidas como perigo e levam a um esforço de sintetização pelo eu que levam à formação do sintoma.

Esta questão do desamparo se reatualiza na adolescência, quando o sujeito adolescente sente-se ameaçado em sua identidade e, além disso, o outro especular que lhe fornecia uma identidade imaginária é interrogado. Sua nova identidade, portanto, será constituída a partir da invenção de um lugar próprio no mundo, mas não sem referência ao Outro, afinal, para que o Outro seja interrogado, é preciso que ele esteja ali. Deste modo, a adolescência é o período em que as referências do sujeito se deslocam da esfera privada para a pública - ou seja, do familiar para o social -, em que há uma afirmação de si, uma necessidade de falar em nome próprio e em que há uma reelaboração do espelho e uma nova simbolização dos traços que o espelho ofereceu. É o momento ainda da reiteração da metáfora paterna (Backes, 2004).

Deste modo, por um lado, com o registro do imaginário inflado e, por outro, o registro simbólico incapaz de dar suporte à transição, a irrupção do real do sexo termina por ser bastante mobilizadora para o adolescente (Lo Bianco & Nicacio, 2015). Como na contemporaneidade a cultura do narcisismo ganha um novo contorno onde a problemática narcísica desloca-se de uma individualização interiorizada para a imagem dos objetos, o cultivo de si fica voltado quase exclusivamente para a visibilidade social, intensificando o caráter performativo das práticas de si. O eu passa a ser tratado, fundamentalmente, como uma mercadoria (Kyrillos-Neto e Dunker, 2004). Assim, a nova moral sexual está assentada em valores essencialmente hedonistas. Os jovens então precisam exibir as insígnias do consumo e do grupo para poder encontrar algum reconhecimento. É a partir desses objetos, que configuram determinado estilo – cortes de

cabelo, tatuagens, determinadas marcas ou cores de roupa –, que o adolescente tentará encontrar um suporte para sua condição de não-lugar (Lo Bianco & Nicacio, 2015).

Vale ressaltar que este encontro com o real se dá em todos os momentos da vida do sujeito. Contudo, na puberdade, com as modificações corporais, o sujeito adolescente precisará criar uma solução própria para lidar com o real que emerge a partir do seu corpo. Esta solução é denominada de sintoma na psicanálise (Guerra et al, 2014). Neste sentido, Rassial (1997, citado por Dias, 2000) afirma que o adolescente precisa realizar três operações importantes: aceder a uma relação genitalizada com o Outro sexo, para além do fálico que domina a infância; modificar o valor e a função do sintoma e testar a eficácia da lei paterna enquanto significante que barra o incesto.

Sobre a segunda operação citada - modificação do valor e da função do sintoma – significa dizer que, na criança, seu sintoma representa a interpretação que ela faz do desejo dos pais. Na adolescência, o sujeito precisará se apropriar de um sintoma, o sintoma sexual, responsabilizando-se por seu gozo (Oliveira, 2016b; Dias, 2000).

Em relação a terceira operação, como vimos anteriormente, a metáfora paterna perde seu valor na adolescência devido a desqualificação do pai e da mãe em encarnar imaginariamente o Outro. Além disso, o adolescente percebe que a promessa edípica de que se ele renunciasse ao gozo mais tarde teria direitos é enganadora. Assim, diante da queda dos pais do lugar de sustentação imaginária desse Outro, somente o significante paterno é capaz de fazer frente ao gozo invasor. Portanto, se o Outro simbólico e da Lei não vierem em auxílio do jovem, ele poderá duvidar dos valores do pai e acabar retomando uma certa nostalgia infantil, onde ele era tudo e podia tudo, caindo tanto em uma depressão como em mania (Dias, 2000).

Segundo Dias (2000), as dificuldades e as impossibilidades que o sujeito encontra para lidar com a estranheza que seu corpo lhe causa serão resolvidas através de atos que permitam a saída dos impasses e da *pane*. Para autora, o mal-estar com o corpo, a perda da imagem narcísica e a perda do sentimento de onipotência infantil ainda não superada fazem com que os adolescentes acabem por escolher formas de atuação sem considerar a possibilidade de danos no corpo próprio e no do outro (Dias, 2000). Essa tendência ao agir da adolescência como solução para a *pane*, aparentemente vista como uma ação sem pensamento, é, na verdade, segundo Rassial (1997, citado por Dias, 2000), um pensamento-ação que muitas vezes conduz ao pior. Essa *pane* está localizada no âmbito dos pensamentos, na diferenciação entre eu e outro, familiar e social, discurso e ação. “Os impasses em relação a esse novo corpo ainda não familiar, ao lado da queda dos ideais e da separação dos pais conduz aos altos índices de tentativas de morte nessa fase da vida, frequentemente mascaradas através de ritos, de jogos grupais e

condutas ousadas” (Dias, 2000, p. 120). Essa forma de agir decorre da descoberta de que o corpo se torna um estranho, um estrangeiro que incomoda (Alberti, 1996).

Monteiro e Lage (2007) entretanto afirmam que, muito embora exista o risco de alguns adolescentes acabarem por ir em direção ao caos, como por exemplo para a toxicomania e para a delinquência, de um modo geral, estes comportamentos adolescentes não significam necessariamente o estabelecimento de uma morbidade, como se poderia supor no adulto; eles são manifestações normais de uma crise útil para o treino de escolhas que o adolescente tem que efetuar, assinalando uma exigência psíquica da adolescência de se experimentar de uma maneira diferente no mundo. Nesta perspectiva, o conflito adolescente é tanto necessário quanto fundador (Monteiro e Lage, 2007).

Conforme apontam Bertol e Souza (2016), a inscrição da lei simbólica decorre da ameaça de castração, a partir da operação da metáfora paterna. O fundamento psíquico dessa lei está na introjeção de um limite na constituição subjetiva, que é o limite ao gozo, do qual pode nascer o desejo e de onde outros se constituirão (Costa, 2015). Neste sentido, tanto a inscrição da lei quanto a castração restringem as satisfações do sujeito, contudo, concomitantemente, abrem novas possibilidades de satisfação e de escolha objetual, a partir da inserção do sujeito na rede social. A lei, então, possibilita ao sujeito orientar-se em relação ao seu desejo e, justamente por estar articulada a processos e desejos inconscientes, ela não se reduz a lei jurídica e formal (Bertol & Souza, 2016).

Entretanto, para pertencer a uma comunidade, o sujeito precisa se submeter, também, às leis sociais, que regem a relação dele com o outro. O pacto social é uma relação de troca na qual o sujeito aceita renunciar ao incesto para poder eleger outros objetos de satisfação e se submeter às leis, ao passo que a sociedade deve lhe garantir segurança, reconhecimento, bem-estar. Portanto, a obediência às leis envolve não somente a sua inscrição simbólica, mas também o cumprimento do pacto social pela sociedade. Com isso, as leis organizam não só as relações, como significam as ações de determinada sociedade (Bertol e Souza, 2016)

Neste sentido, Bertol e Souza (2016) afirmam que o fato de alguns adolescentes transgredirem as leis jurídicas, não significa, necessariamente, uma dificuldade de elaboração da Lei simbólica. Algumas vezes, o ato infracional é uma resposta do sujeito à quebra do contrato social com ele, à medida em que não cumpre algumas de suas funções, como, por exemplo, segurança e proteção, acesso à lazer, educação.

Como vimos em Agamben (2002), alguns lugares podem ser considerados campos, onde a lei é exercida a partir de sua exceção. Ou seja, não há uma lei capaz de regular a arbitrariedade do desejo do mais forte (Freud, 1930/1974d). Neste sentido, Guerra et al. (2014), ao abordar

sobre adolescentes em conflito com a lei, aponta que muitos destes adolescentes encarnam a figura do Outro nos chefes do tráfico. Assim, são as normas do crime que passam a servir como vetores de orientação para o gozo adolescente, encarnadas nas lideranças sob a forma de ordens de ferro. A identificação imaginária aos ideais do crime, representado pelo estilo de vida daí decorrente, normalmente ocorre sem a realização da passagem simbólica que lhe confira a produção de uma resposta aos impasses da puberdade. A via do crime pode ser uma estratégia de inscrição no laço social, representando uma resposta à falha no real, já que as leis do tráfico oferecem um sistema normativo e regulador, ainda que não dialtizável, que funciona como contorno ao real pulsional em jogo na puberdade. Com isso, a escolha orientada pelo desejo não é realizada nestes jovens (Guerra et al, 2014) que são tomados como objeto, à medida que devem atender ao desejo do outro, sem qualquer mediação possível. Entretanto, é justamente por não terem ascendido à condição de sujeito que Guerra et al. (2014) nos aponta o fato de que é possível realizar um trabalho de retificação e de subjetivação nas trajetórias a serem seguidas por eles, a partir de um reposicionamento a partir do caminho do desejo.

Em suma, a adolescência, para a psicanálise, não é somente o tempo de maturação biológica, quando o sujeito entra na puberdade; é o momento de constituição psíquica, de confirmação da estruturação do sujeito, no qual ele se vê confrontado a responder tanto às novas exigências sociais e familiares que lhe são feitas, quanto às exigências que seu novo corpo lhe impõe. A adolescência é então um longo trabalho de elaboração de escolhas, de elaboração da falta do Outro (Alberti, 2009) e de luto (Monteiro e Lage, 2007). É neste sentido que tomamos a adolescência não como uma fase do desenvolvimento, mas como um momento lógico, mais que cronológico. Assim, a adolescência, da mesma forma que a imagem do espelho, é uma realidade mais constituinte que constituída (Backes, 2004), sendo um momento crucial de constituição de uma identidade própria.

4 História da institucionalização de crianças e adolescentes pobres no Brasil

Neste capítulo traremos uma noção histórica de alguns conceitos que servirão como parâmetro para entendermos como surgiram as concepções que temos hoje de infância, adolescência, negligência familiar, proteção integral à criança e ao adolescente, dentre outros. Inicialmente, vamos apontar as mudanças ocorridas nas constituições da República Brasileira referentes tanto à proteção de crianças e adolescentes, bem como sua imputabilidade ou não aos atos infracionais que praticavam, apresentando o Código Penal de 1890, os Códigos de Menores de 1927 e 1979 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990.

Trataremos em seguida sobre as configurações familiares e o olhar e importância dados às crianças, desde o período colonial até os dias atuais, a partir da revisão histórica feita por Jurandir Freire Costa, em 1979, no livro “Ordem Médica e Norma Familiar”. Aqui será discutida também a relação estabelecida entre pobreza e delinquência.

Veremos como as instituições que acolhiam crianças em situação de risco pensavam suas práticas e sua clientela. É importante ressaltar que tais instituições, bem como o cuidado prestado nestes locais, vão sendo reconfiguradas a partir das noções de infância que determinado momento histórico desenvolve. Deste modo, são práticas constantemente questionadas e, por isso, em constante modificação.

Abordaremos ainda como se configura a Política Nacional de Assistência Social e quais as diretrizes para o atendimento a crianças e adolescentes institucionalizados hoje. Trataremos quais práticas institucionais ainda persistem e como é percebida a instituição de acolhimento por crianças e adolescente, a partir da revisão de literatura.

Por fim, discutiremos as imagens atribuídas a crianças e adolescentes que necessitam de acolhimento institucional, como essas instituições são percebidas pela comunidade em geral e sua importância na vida do público que atende.

4.1 Legislações vigentes no Brasil nos séculos XIX e XX sobre crianças e adolescentes: Do Código Penal de 1890 ao Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990

O primeiro Código Penal da República brasileira data de 1890. Seu art. 4º afirmava que “a lei penal é aplicável a todos os indivíduos, sem distinção de nacionalidade, que, em território brasileiro, praticarem fatos criminosos e puníveis”. Notamos aí que não há distinção de idade para a aplicação da punição. Contudo, para os maiores de 09 anos e menores de 14, só seria aplicada alguma pena para os que cometessem algum ato infracional “com discernimento”.

Caso ficasse constatado que não houve conhecimento sobre o dano que seria causado, essa criança não deveria ser punida. Caso contrário, sua idade era considerada fator atenuante do crime, conforme o art. 42. Estes pequenos “delinquentes” (termo utilizado pelo Código Penal) poderiam ser “recolhidos a estabelecimentos disciplinares *industriais*, pelo tempo que ao juiz parecer, contanto que o recolhimento não excedesse a idade de 17 anos” (Decreto nº 847, 1890, art. 30).

O Referido Código, segundo o art. 29, não considera criminosa nenhuma criança menor que 09 anos, qual seja o ato cometido, sendo ela, então, inimputável. Entretanto, a isenção da responsabilidade criminal não implicaria em isenção da responsabilidade civil (Decreto nº 847, 1890, art. 31). Ou seja, independentemente da idade e do fato, aquele que cometeu o crime poderia ser indicado a reparar o dano referente ao ato cometido.

Deste modo, podemos afirmar que, apesar de não estar especificada a diferença entre criança e adolescente, está prevista a inimputabilidade dos menores de 09 anos de idade, assim como a responsabilização criminal daqueles com até 14 anos que cometessem algum crime “com discernimento”. Além disso, podemos supor que há uma compreensão com relação ao desenvolvimento dos indivíduos, diferenciando a juventude da adultez, quando considera a idade inferior a 21 anos fator atenuante do crime. No entanto, mesmo não respondendo processo criminal, qualquer criança poderia ser responsabilizada civilmente por sua ação, o que nos mostra que se acreditava que mesmo a criança não tendo capacidade de entender sobre a gravidade e as implicações do seu ato, ela deveria se confrontar com isso, reparando o dano causado. Outro ponto importante a ser destacado é que não fora estabelecido um local diferenciado para cumprimento da pena aos infratores menores de 21 anos, ficando então adulto e jovem em um mesmo local.

O século XX foi um momento de transformações na concepção dos direitos da infância. Foi nesse período que se passou a discutir sobre como essa população deveria ser vista, tratada e, principalmente, protegida. Em 1924, a Liga da Nações criou a Declaração dos Direitos da Criança, na qual já se apontava a necessidade de proteção desse grupo contra qualquer forma de exploração, bem como seu direito ao desenvolvimento normal, à alimentação, à saúde e ao convívio familiar (Marcílio, 1998).

No Brasil, em 1927 é promulgado o Código Melo Mattos, primeira política pública para a infância pobre, direcionada exclusivamente à abandonada e à delinquente, formulando o que se convencionou chamar de “doutrina do direito do menor” (Silva, *online*). O termo “menor” era usado como referência à infância em situação de vulnerabilidade em contraponto à denominação “criança”, que era usado para os demais sujeitos dessa faixa etária (Abreu, 2010).

O termo ganhou tanto peso que os egressos dos sistemas Funabem/Febem, que trataremos logo em seguida, eram denominados de “ex-menores”, não porque completaram a maioridade, mas porque foram alvo desta política pública. Este Código, também chamado de Código de Menores, é o primeiro específico para crianças e adolescentes. Assim, o decreto de número 17.943-A “consolida as leis de assistência e proteção a menores”, tendo como objeto e fim da lei “o menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade” (Decreto nº 17.943-a, 1927, Art. 1º)

Ali, era prevista vigilância às famílias que possuíam crianças menores de 02 anos e considerava-se “exposta” qualquer criança menor de 07 anos que estivesse em estado de abandono (Decreto nº 17.943-a, 1927, art. 14). Eram considerados abandonados os sujeitos com menos de 18 anos que não tinham habitação certa, eram órfãos, sofriam maus-tratos, estivessem em situação de “vadiagem, mendicidade e libertinagem” (Decreto nº 17.943-a, 1927, art.26, §5). O artigo 28 traz classificações sobre os “vadios” sem especificar, contudo, a idade a ser considerada, sugerindo, com base no primeiro artigo do Capítulo IV, o artigo 26, todos os menores de 18 anos de idade. O artigo 61 especifica as medidas a serem aplicadas aos menores de 18 anos que forem encontrados “vadiando ou mendigando”, corroborando a ideia acima. Nestes casos, as autoridades poderiam, avaliando o caso, fazer a reinserção na família ou o encaminhamento para instituição de *caridade*, de *ensino*, ou em “*escola de preservação*”.

Ainda aí, os menores de 14 anos que tivessem cometido algum crime não eram submetidos a processo criminal; a criança entre as idades de 10 a 14 anos que estivesse em conflito com a lei deveria ser encaminhada à autoridade judicial, em uma repartição policial especializada para crianças e adolescentes, devendo somente prestar esclarecimentos sobre os fatos. Caso não houvesse esta repartição especializada, ela deveria esperar em uma dependência separada da destinada aos maiores de 18 anos. Aqueles com idade entre 14 e 18 anos respondiam a um processo especial e podiam ser encaminhados para as escolas de preservação, permanecendo ali até completarem a maioridade. As idades entre 18 e 21 anos ainda eram consideradas fator atenuante ao crime e sua pena deveria ser cumprida em local separado dos maiores de 21 anos, na “Colônia Correccional”.

O trabalho era proibido para os menores de 12 anos e poderia ser autorizado pela justiça para aqueles a partir de 14 anos que tivessem completado o ensino primário e seu trabalho fosse considerado indispensável para sua subsistência e a de seus pais. Aos menores de 18 anos, era proibido “os trabalhos perigosos à saúde, à vida, à moralidade, excessivamente fatigantes ou que excedam suas forças” (Decreto nº 17.943-a, 1927, art. 104).

Deste modo, é possível perceber aqui que ainda não há diferenciação entre criança e adolescente e só há a consideração da idade para alguns itens, como a imputabilidade do crime. Com relação ao que era considerado “vadiagem”, qualquer idade podia ser alvo de intervenção do Estado, ou seja, internação em local previsto. Como é um Código específico para determinada faixa etária (0 a 18 anos), podemos afirmar que havia uma preocupação com a formação moral e de cidadania desse público, considerando essa etapa da vida como uma fase de desenvolvimento e suscetível a influências negativas.

Notamos que neste Código a inimputabilidade aumenta a idade de 09 para 14 anos e retira a ideia de discernimento como fator determinante para imputar pena. A maioridade também é aumentada, passando de 17 para 18 anos. Além disso, ainda foram criados locais específicos para cumprimento da pena aos menores de 21 anos. Neste sentido, podemos afirmar que foi um Código que demonstrou avanços na forma de ver e tratar crianças e adolescentes.

Contudo, este Código delega poderes totais ao magistrado, sendo ele o único capaz e possível de decidir sobre os destinos das crianças em situação irregular. Desta forma, Silva (1997) nos alerta que a maioria das crianças que recebia uma sentença de abandono - fosse por ter sido abandonada, fosse por ter sido recolhida por estar em situação de rua ou perdida e ninguém ter reclamado sua guarda – recebia concomitantemente uma sentença definitiva de internação.

Os efeitos da 2ª Guerra Mundial não só sobre as crianças, mas sobre a humanidade de modo geral, fizeram com que direitos fundamentais e universais fossem estabelecidos. Neste contexto, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou, em 1948, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, que considera a dignidade como um direito inerente à pessoa humana, valorizando tanto as necessidades individuais de cada cidadão, quanto a primazia da família e da comunidade para os sujeitos. Em 1946, a ONU cria o Unicef, órgão responsável por socorrer as crianças dos países devastados pela guerra. Assim, começa-se a difundir internacionalmente a ideia de que as crianças precisam de atenção especial (Marcílio, 1998).

O ano de 1959 é considerado emblemático no avanço sobre as conquistas dos direitos da criança, ano em que foi proclamada a *Declaração Universal dos Direitos da Criança* pelas Nações Unidas. Por ter como princípio básico a universalidade da garantia dos direitos desta população, houve grande pressão internacional para que cada país mudasse suas atitudes frente à promoção e proteção de direitos de suas crianças. É nesta declaração que a criança passa a ser vista como prioridade absoluta e como sujeito de direitos (Marcílio, 1998).

O Código de Menores de 1979 revoga o Código de 1927, mas não traz mudanças significativas na lei e ainda não insere essa noção de prioridade absoluta. Para Silva (*online*),

nenhuma dessas declarações teve influência significativa na redação final do Código de 1979. Podemos afirmar que, neste código, se não há uma redução da maioridade penal visto que os menores de 18 anos ainda devem cumprir medida em local diferente dos maiores de 18 anos, há seguramente uma redução da idade para ser considerada a inimputabilidade penal, visto que não há nenhuma definição de idade mínima a ser considerada inimputável. As leis deste código valem para qualquer menor de 18 anos.

A inovação deste Código diz respeito ao artigo 13 que determina que “toda medida aplicável ao menor visará, fundamentalmente, à sua integração sociofamiliar”. Este quesito entra em consonância com os propostos pela lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964, que autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - FUNABEM. Dentre as diretrizes dessa Política Nacional, que é criada ainda na vigência do Código de 1927, está que se deve “assegurar prioridade aos programas que visem à integração do menor na comunidade, através de assistência na própria família e da colocação familiar em lares substitutos”. Começa a haver aqui, mesmo que somente em lei, a ideia da desinstitucionalização das crianças e dos adolescentes e a valorização da família e da comunidade como locais mais apropriado para o desenvolvimento deles. Contudo, em relação às fases do desenvolvimento, ainda não há nenhuma diferenciação quanto a elas.

Um quesito que também pode ser considerado inovador, porque não constava no Código anterior, são as concepções de Liberdade Assistida e Semiliberdade. Para a primeira, a depender do ato infracional cometido, a criança ou adolescente poderia não cumprir uma medida de privação de liberdade, mas ser acompanhado por uma pessoa capacitada ou serviço especializado designado pela autoridade judiciária para acompanhar o caso e que fixará as regras de conduta do menor. Aqui inicia-se com a ideia de semiliberdade como forma de transição da privação de liberdade para o meio aberto.

Outro ponto a ser observado é que neste Código estão prescritas as normas de funcionamento e de atendimento aos adolescentes em privação de liberdade e semiliberdade, o que não havia antes. Aqui também fica estabelecido a ilegalidade da exposição de imagens, nomes, filiação ou residência das crianças e adolescentes quando por qualquer outro motivo que não a tentativa de localizar os desaparecidos. Começa-se a pensar na ideia de preservação da identidade e da privacidade desse público.

Em 1989, houve uma Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, momento em que foi promovida a *Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança* (Marcílio, 1998). Com relação ao Brasil, houve grande pressão popular sobre o que se fazer com as crianças e os adolescentes em situação de rua, provocada por encontros promovidos tanto pela

Igreja Católica quanto por atores da sociedade civil (Abreu, 2010).

Assim, a constituição de 1988 positiva os direitos da criança e do adolescente em seus Artigos 227, 228 e 229 e os ratifica com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, em 1990, baseados na Declaração de 1959 e na Convenção de 1989.

O ECA é um documento formado a partir de ampla participação popular e representa uma grande mudança de paradigma com relação às práticas e ideias frente à criança. O ECA revogou o Código de Menores de 1979, bem como a lei que criou a Funabem, e adotou as doutrinas de proteção integral e de reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direito e como prioridade absoluta na garantia e efetivação de seus direitos.

É no ECA que aparece pela primeira vez a diferenciação entre criança e adolescente estabelecida em lei, considerando-as pessoas em situação peculiar de desenvolvimento. Neste Estatuto, qualquer ato infracional cometido por criança, ou seja, menores de 12 anos, deverá ser aplicada uma medida protetiva, e não uma medida socioeducativa. Todos os menores de 18 anos são considerados penalmente inimputáveis por lei, ou seja, não podem cumprir pena. Para o adolescente – indivíduo entre 12 e 18 anos incompletos, conforme a lei – autor de ato infracional, a autoridade judicial poderá aplicar medidas *tanto socioeducativas quanto protetivas*, a depender da situação que o levou a infracionar. Assim, mesmo que a medida socioeducativa seja a de privação de liberdade, que pode ter um prazo máximo de três anos, o seu caráter não é simplesmente sancionatório, mas também educativo.

Foi dado destaque à frase acima porque é importante ter em mente que o adolescente que infraciona, de um modo geral, está em situação de vulnerabilidade. Em Salvador, 94,2% dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa em meio aberto são negros, 90% são do sexo masculino e 77% não concluíram o ensino fundamental (Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza [SEMPS], 2017). Deste modo, percebe-se que estes adolescentes não têm acesso, ou tem um acesso limitado, às políticas públicas de educação, profissionalização e, podemos inferir, também às políticas de assistência social, saúde, esporte e lazer, mobilidade, dentre outras.

Muitas vezes, a ênfase dada prioritariamente ao ato infracional - seja pelos meios de comunicação, pelas redes sociais, pelos órgãos judiciários – não deixa ver o outro lado da história. Então, a medida socioeducativa aplicada pode ter menos impacto na vida do adolescente em termos de ressignificação do seu ato, que a aplicação de uma medida protetiva. Pode acontecer de, ao ser protegido e assistido pela primeira vez pelo Estado, ele consiga assimilar as regras sociais existentes. A medida socioeducativa pode ser negativamente

compreendida quando, no entendimento sobre direitos e deveres, for constatado que o Estado não só não cumpre seu dever, como muitas vezes lhe retira e/ou viola seus direitos.

É importante destacar que os dois primeiros Códigos específicos para crianças e adolescentes tratavam exclusivamente da infância pobre, ou como dito nas leis, em situação irregular. Ou seja, a tradição legislativa brasileira só tomava conhecimento da problemática da criança a partir do momento em que ela se configurasse como em "situação irregular" junto à família (Silva, *online*). Não havia diferenciação, em termos de lei e de atendimento prestado, entre crianças em situação de vulnerabilidade social – rua, exploração do trabalho infantil, abandono, negligência, maus tratos etc – daqueles em situação de conflito com a lei. Todas as crianças eram *recolhidas* em um mesmo espaço, ficando a cabo do juiz de menores decidir por quanto tempo ficariam reclusas. Já a nova lei é dirigida a todas as crianças e adolescentes, independentemente de sua classe social, sendo considerada uma lei universal.

No ECA, crianças em situação de risco pessoal ou social estão amparadas pelas medidas de proteção, podendo ser encaminhadas para unidades de acolhimento institucional, diferentemente dos adolescentes em conflito com a lei, que, caso sejam encaminhados para cumprimento de medida em privação de liberdade, irão para um local específico, atualmente denominado em Salvador de Comunidade de Atendimento Socioeducativo – CASE.

A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, de 1993, – diferencia os níveis de complexidade da assistência social em Proteção Social Básica, PSB, e Proteção Social Especial, PSE. A PSE ainda se subdivide em dois níveis de complexidade: média e alta. Nesta definição, adolescentes em conflito com a lei são considerados como sendo público alvo de intervenção da Proteção Social Especial de média complexidade e os que estão em situação de vulnerabilidade que requerem abrigo em local afastado da família e da comunidade de origem são classificados como estando dentro da Proteção Social Especial de alta complexidade. O que diferencia os níveis de complexidade aqui é justamente a fragilidade ou o rompimento dos vínculos familiares e comunitários.

Este novo paradigma de diferenciação do atendimento voltado para crianças em situação de risco e de conflito com a lei é relativamente recente, 28 anos, considerando a história de intervenção estatal a ambos grupos. A concepção de que as situações de vulnerabilidade social e de conflito com a lei são ambas faces da mesma moeda ainda predomina o imaginário social e ainda traz implicações na trajetória de adolescentes com história de acolhimento institucional.

4.2 Modificações no estatuto da família, noção de cuidado à infância e a assistência pública aos pobres

Conforme Ariès (1981), o sentimento de infância começou a surgir no século XII, não havendo registros anteriores a este período. Até o século XVI, a ideia de infância estava ligada à de dependência. Assim, ao deixar de necessitar de cuidados relativos à sobrevivência, o indivíduo deixava de ser considerado criança e estava apto a entrar na vida adulta, com todas suas implicações laborais e sociais (Motta e Silva, 2011).

A imagem de criança frágil e merecedora de desvelo absoluto dos pais é recente. A concepção do bebê como a “majestade” da família nem sempre existiu. A família colonial ignorava ou subestimava seus pequenos membros. A criança era tratada como um “adulto incompetente”, cuja existência não possuía nenhum aspecto positivo, visto que gerava gastos e não era capaz de produzir, ou seja, agregar valor financeiro à família. Este lugar ideal de membro mais importante do grupo era delegado ao pai, que, com seu prestígio e sua honra, edificava a família (Freire Costa, 1979).

Naquele momento, a vida das crianças era cindida da vida dos adultos e sua criação era delegada a terceiros. A sua sobrevivência não era a maior preocupação dos pais. Desta forma, o índice de mortalidade das crianças era altíssimo e isto passou a ser alvo de preocupação dos higienistas. Houve então uma recodificação da imagem infantil, que passou a ser representada como a matriz físico-moral do adulto. A partir daí se começou a preocupação com sua vida e ela passou a ser o projeto mais cobiçado das famílias (Freire Costa, 1979).

De acordo com a constituição brasileira, a família é constituída pelos membros de dentro da casa: pai/mãe e filhos (Constituição Federal, 1988, Art. 226, § 4º), e os demais membros, como tios, avós, primos, são considerados “família extensa” (Lei nº 8.069, 1990, art. 25, parágrafo único). Este modelo de família nuclear e conjugal que temos hoje como referência surgiu no século XIX, instaurado pela medicina social e sua política higiênica. Esta disciplina moldou não somente este formato de família, como também seus hábitos de higiene moral, intelectual e sexual (Freire Costa, 1979). Apesar de a sociedade brasileira sempre ter convivido com famílias monoparentais (especialmente matrifocais) e hoje serem legalmente possíveis outras configurações familiares, estas nunca foram consideradas a normalidade da composição familiar.

Com a Revolução Industrial no Brasil a partir da década de 1930 e a necessidade da incorporação da mão de obra feminina nas fábricas, aliada às exigências de grupos feministas

de igualdade entre os sexos, aquele ideal de família patriarcal foi ficando cada vez mais difícil de ser sustentado. Os valores antigos previam o sustento da casa como responsabilidade dos homens, bem como o acesso à vida pública, e a organização doméstica e a vida privada como tarefas das mulheres. Qualquer variação dentro desta regra não era bem vista socialmente (Freire Costa, 1979).

Deste modo, as famílias foram encontrando dificuldades em se manter “estruturadas” e “estáveis”. Para corrigir tal desestrutura, então, nasceram os “cuidados especializados” com a família, a fim de garantir sua “reabilitação”. Com isso, pedagogos, psicoterapeutas e profissionais afins foram sendo chamados para intervir nestes problemas, assistir estas famílias, afirmando a elas sua incapacidade e, ao mesmo tempo, tirando delas a habilidade de resolver suas questões por si próprias. Aos poucos, cientes de sua incompetência, as próprias famílias passaram a procurar ajuda especializada “em busca de soluções para seus males domésticos” (Freire Costa, 1979, p.12).

A técnica da educação higiênica da infância do século XIX cria a imagem da família nefasta aos filhos. Sua metodologia se baseava na criação de hábitos “bons”, que evitavam os castigos extremos e tinham efeitos duradouros. A ideia era criar “almas dóceis” e “corpos tenros” (Freire Costa, 1979, p. 171).

Para que tal método se tornasse efetivo, era preciso que houvesse afeto com as crianças. A medicina higienista do século XIX começa a criar normas de zelo e cuidado com seus infantes. Aos poucos, tanto os corpos quanto os sentimentos conjugais, parentais e filiais foram sendo utilizados como instrumentos de dominação política e como marca de diferença entre as classes sociais (Freire Costa, 1979).

O amor incondicional aos filhos exige tantas atribuições dos pais que veio a se tornar quase um trabalho científico. São tantas regras a serem seguidas que os pais, quando não são vistos como ignorantes, são tratados como doentes, sempre com algo a corrigir ou a tratar em suas ações. Assim, “na família burguesa os pais jamais estão seguros do que sentem ou fazem com suas crianças. Nunca sabem se estão agindo certo ou errado. Os especialistas estão sempre ao lado, revelando excessos e deficiências do amor paterno e materno” (Freire Costa, 1979, p.15). Nos dias atuais, podemos adicionar ainda uma outra forma de classificar os pais: os negligentes, ou seja, aqueles que teriam a consciência de suas atribuições e não o fazem por *mera irresponsabilidade*.

O autor ressalta que as intervenções realizadas pela medicina higiênica não eram as mesmas com as famílias ricas e pobres. Para as famílias mais abastadas, estimulava-se a reprodução e a reorganização das famílias girou em torno da conservação e educação das

crianças. Esta política ficou conhecida como medicina doméstica. Para as famílias pobres, investiu-se em campanhas de moralização e higiene da coletividade. As solidariedades familiar e comunitária eram usadas, tanto pela assistência social quanto pela filantropia, para coagir indivíduos insubordinados e insatisfeitos, utilizando-se da pressão social para regular o comportamento dos vizinhos (Freire Costa, 1979).

É importante destacar que a própria definição da faixa etária para determinar o período da infância era variável conforme a classe social e gênero do indivíduo. Segundo Venâncio (1999), as meninas podiam ser julgadas criminalmente e estavam disponíveis para o casamento aos 12 anos. Quanto aos meninos, essa idade era de 14 anos. Com relação à classe social, um órfão de família rica só poderia assumir as terras de sua família ao completar 25 anos, quando que um de família pobre poderia assumir sua função trabalhista a partir dos 7.

Foram criados critérios e normas de como se comportar com as crianças e os erros cometidos pelos pais sempre fluíam para a culpabilização das famílias. A irresponsabilidade e a ignorância definiram a essência da infração familiar e remanejaram as relações de poder dentro da família: sob o estigma da incompetência e do desconhecimento, foi possível criar um novo tipo de dominação sobre a família (Freire Costa, 1979). “A irresponsabilidade eximia o sujeito da punição legal e, eventualmente, da própria culpa, mas não da correção. Esta última passou a apresentar-se e a exercer-se como necessária ao próprio bem do infrator” (Freire Costa, 1979, p. 71). Estas novas normas produzidas pela ordem médica solicitam intervenções disciplinares constantes de saberes especializados. Freire Costa (1979) faz uma crítica em relação à ideia de desestruturação familiar, afirmando que muito do que é encontrado hoje na desagregação familiar são consequências históricas da educação higiênica.

A atividade terapêutica, tão requisitada hoje pelos profissionais que trabalham com famílias pobres (juízes das Varas da Infância, conselheiros tutelares, professores e diretores de escolas, dentre outros), muitas vezes funciona como uma regulação política da vida dos indivíduos. E, quanto mais intervenção é exigida, mais vigilância e disciplina são necessárias. Além disso, esta prática, ao repousar suas ações no indivíduo, acaba por ocultar o caráter político-social que a originou. Os próprios profissionais, presos à ideologia cientificista de suas práticas, não reveem os pressupostos políticos que criaram determinada teoria (Freire Costa, 1979).

Em corroboração com esta afirmação, Castel (1981/1987) defende que este tipo de intervenção voltado para crianças e adolescentes em situação de risco conta tanto com métodos “científicos” quanto com aproximações artesanais de um fazer, em uma prática ainda experimental. Assim, sobre o domínio da “infância desadaptada”, disputam o mercado “equipes

pedagógicas, equipes sociais e equipes médicas, serviços de tratamento a domicílio, dispensários, internatos ou externatos médico-psicológicos, centros-médico-psicopedagógicos, serviços de colocação familiar, de assistência educativa, de ajuda médico-social precoce, de prevenção em meio-aberto, lares para adolescentes sob assistência judicial, etc.” (Castel, 1981/1987, p. 117).

O termo “criança abandonada” é recente, datado do final do século XIX, em 1890. Para se referir a tal população, a denominação utilizada era criança enjeitada ou exposta. Não se falavam em crianças abandonadas e, na eventualidade da utilização da expressão, se dizia respeito fundamentalmente às crianças infratoras, delinquentes, contraventoras ou vadias (Venâncio, 1999).

Preocupados com a manutenção da ordem das sociedades, pesquisadores da época procuravam entender o que leva uma pessoa a se tornar um criminoso. A Antropometria, por exemplo, no início do século XIX, tentava distinguir os criminosos natos e os perigosos sociais a partir da medição de características anatômicas (Coimbra e Nascimento, 2008)

Em meados do século XIX, Morel escreve seu “Tratado das degenerescências da espécie humana”, no qual afirma que uma das características mais essenciais das degenerescências é a sua transmissão hereditária. Assim, “os produtos de seres degenerados oferecem tipos de degradação progressiva” (Morel, 1857, p. 499). Para o autor, o ser degenerado representa o maior obstáculo ao progresso, por seu contato com a parte sadia da população. Estas teses são utilizadas para justificar, por exemplo, práticas de segregação de determinados grupos sociais. Acredita(va)-se¹³, neste sentido, que não se pode colocar em uma unidade de acolhimento institucional crianças em situação de rua junto com crianças que não tiveram essa vivência, porque a experiência da rua é tão atrativa que influenciaria os demais para ela. Ainda que trajetórias diferentes necessitem especificidades nas intervenções, a ideia da separação estava associada não à característica da atividade profissional a ser desenvolvida – o que já seria motivo suficiente para ser questionada –, mas exclusivamente ao tipo de experiência de cada criança. É como se, na perspectiva de Morel, o contato da vivência de rua com a infância sadia impediria, ou, ao menos, criaria diversos obstáculos, no trabalho com o segundo grupo.

Evoluindo nestas teorias, os tratados de Medicina, Psiquiatria, Antropologia e Direito, na passagem do século XIX para o século XX, utilizam conceitos como “prole malsã”, “herança degenerativa”, “inferiorização da prole”, dentre outros, para pregar a esterilização dos chamados degenerados como profilaxia para os males sociais (Coimbra e Nascimento, 2008).

¹³ Isto eu pude perceber a partir da minha prática profissional neste espaço.

Neste sentido, conforme as autoras, tanto os vícios quanto as virtudes seriam originários pela ascendência familiar. Os filhos das “boas famílias” tenderiam para a virtude, assim como os filhos das “más famílias” penderiam para a degenerescência. Este segundo grupo de família seria aquele entregue à libertinagem, à bebida, ao ócio, associado diretamente à população pobre. A pobreza passa então “a ser percebida e tratada como possuidora de uma ‘moral duvidosa’ transmitida hereditariamente” (Coimbra e Nascimento, 2008, p. 7).

Conforme Rizzini (1997), todos os documentos nacionais relativos à infância em vulnerabilidade, incluindo a mídia impressa da época, a classificavam como perigosa ou potencialmente perigosa. Por conviverem com famílias propícias à degeneração, somente por serem pobres, estas crianças carregavam a “aura da viciosidade” (Rizzini, 1997, p. 46). A partir dos movimentos internacionais citados na subseção 4.1 desta dissertação, as crianças pobres, apesar de ainda serem pensadas como um risco à sociedade, passam a ganhar um estatuto diferenciado de “futuro da nação” e, por isso, devem ser tratadas como um grupo que precisa de assistência.

Para Rizzini (2004), “a ideia de proteção à infância era, antes de tudo, proteção contra a família” (p.39). A má influência do clima doméstico poderia pôr fim aos esforços da higiene. Esta noção da família nefasta aos filhos é particularmente importante na medicina doméstica, pois permite que, ao reduzir a família à condição de fator patogênico, ela possa sofrer todas as intervenções necessárias para sua adequação. Agora, o comportamento familiar dos adultos passa a ter uma prescrição que deve ser seguida à risca (Freire Costa, 1979).

De modo aparentemente passivo, as famílias não se opuseram a tais afirmativas, procurando inclusive o Estado para internar seus filhos, na perspectiva de eles poderem estudar, comer bem e “se tornar gente”. Deste modo, houve a disseminação da ideia de que os pais queriam se ver livres de seus filhos e das responsabilidades para com eles. Essa estigmatização recaiu principalmente sobre as mães solteiras, mesmo que o pedido para internação se baseasse exclusivamente no cuidado do seu filho, por motivo de sua carência socioeconômica (Rizzini, 2004). Venâncio (1999) afirma que a visão que os gestores e funcionários das Casas dos Expostos tinham sobre as mães que abandonavam seus filhos era a de hereges e eram comparadas a animais selvagens. Além disso, o enjeitamento de crianças era visto como imoralidade dos povos e falta de amor das mães.

O autor lança mão de outras hipóteses para o abandono de crianças por seus pais. Com relação a população geral, o número de crianças institucionalizadas era pequeno para afirmar que toda a população pobre tendia a abrigar seus filhos, ao passo que a quantidade total de crianças matriculadas nas Santas Casas era muito alta para considerar que era exclusivamente

fruto da ilegitimidade dos filhos de mulheres brancas da elite. Com isso, Venâncio (1999) acredita que a institucionalização das crianças era decorrente de uma crise familiar. No entanto, a permanência dos mesmos percentuais de inscrições das Casas durante várias décadas confirma a hipótese de que este recurso não era um acontecimento excepcional, mas sim uma prática social inscrita nas estruturas das cidades coloniais. Outros fatores que levavam ao aumento do número de enjeitados eram os impedimentos morais, a condenação à mãe solteira, a dificuldade de famílias pobres para alugar amas de leite e a ausência de hospitais para crianças (Venâncio, 1999).

Além das hipóteses de cobiça, irresponsabilidade e ignorância, é possível considerar a extrema pobreza e a morte ou incapacidade por doença de um ou ambos os pais como justificativa para enjeitar seus filhos. Conforme análise realizada pelo autor dos bilhetes deixados junto às crianças nas rodas, não é possível afirmar o desamor das famílias com relação aos expostos. Os recados solicitavam cuidado e proteção frente à escravidão, informando que a criança era forra ou branca. Alguns anunciavam o desejo de recuperar seu filho em um momento posterior, quando fosse possível, dando-lhes nomes incomuns, a fim de facilitar seu reconhecimento. Entretanto, poucos chegavam a fazê-lo. Aliás, poucas crianças sobreviviam ao primeiro ano de institucionalização (Venâncio, 1999).

Outro motivo para a entrega de um filho à Roda era a situação de doença da criança. Ou a família não tinha condição de cuidar de sua saúde ou não tinha condições financeiras para enterrá-las. A preocupação religiosa de garantir vida próspera após a vida era muito grande na época e, por isso, as crianças que não tinham sido batizadas e eram entregues à beira da morte, era solicitado que se realizasse o batismo antes de seu falecimento. Para as crianças deixadas já sem vida, era solicitado seu enterro, afirmando que a criança fora batizada. (Venâncio, 1999).

Assim, a solicitação à institucionalização não era feita indistintamente por qualquer família pobre. Muitas resistiam o quanto podiam para entregar seus filhos. Era em um momento de fragilidade familiar que o faziam. Não à toa a Santa Casa de Misericórdia de Salvador ficou conhecida como Casa do Pupilo, ou Casa do Órfão. Por este motivo, o bairro onde ela ficava ainda hoje é chamado de Pupileira (Venâncio, 1999).

Segundo Rizinni (2004), o índice de famílias que solicitavam a internação como forma de controlar os filhos rebeldes era pequeno. Com a instauração do Conselho Tutelar - órgão não jurisdicional, “encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente” (Lei nº 8.069, 1990, art. 131) – que ainda atua com a concepção de “família desestruturada” - o conselheiro tutelar passou a receber muitas famílias solicitando sua intervenção para que, de algum modo, “corrigisse” o comportamento dos filhos que não

conseguem controlar. As solicitações de intervenção são as mais variadas, desde apenas uma conversa até seu encaminhamento para a Delegacia do Adolescente Infrator - DAI. Esta solicitação é representativa dos efeitos de controle das famílias e de sua consideração como incompetente no exercício de cuidado com os filhos.

Neste sentido, Freire Costa (1979) afirma que muitos fenômenos apontados como causa da desagregação e desestruturação familiar são consequências históricas da educação higiênica. A tutela familiar passa a ser o mecanismo de controle das condutas pelo Estado, utilizando-se de um método educativo-terapêutico que oculta seu caráter político-social inicial. No entanto, muitas vezes os próprios profissionais que trabalham para o Estado, em nome de sua Política (seja ela de assistência social, de saúde, de educação ou outra), não percebem que, quanto mais normas são exigidas das famílias, são necessárias mais disciplina, mais vigilância e mais repressão (Freire Costa, 1979).

Castel (1981/1987), ao afirmar que, cada vez mais, o que organiza uma família não é mais seu capital socioeconômico e cultural e sim seu capital relacional, ou seja, a qualidade de suas relações interpessoais, a fragilização dessas relações torna a família menos resistente “às pisadelas das instituições educativas e normativas correntes” (p. 158). Assim, para se defender dessas intervenções externas capazes de tornar as estruturas familiares porosas e esmigalháveis, as famílias precisam criar laços entre si, apostando em suas relações e em seus sentimentos mútuos.

4.3 Breve história das instituições para acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no Brasil

Segundo Rizzini (2004), o Brasil possui uma longa história de internação de crianças e adolescentes, tanto nas classes altas quanto nas baixas. Era cultural que as crianças fossem educadas longe de casa. As famílias ricas mandavam seus filhos para colégios internos ou para escolas fora do país, consideradas como o melhor método de educação formal que podia ser oferecido. Nas famílias mais pobres, caso precisassem de apoio do Estado, a única forma que encontravam era abandonando seus filhos nas instituições de acolhimento (Venâncio, 1999).

A situação das crianças abandonadas ou órfãs e em situação de rua sempre foi algo com a qual a população brasileira conviveu. Contudo, como vimos, o valor de insignificância dado à criança no Brasil Colônia não permitia que esta situação fosse considerada um problema a ser resolvido. Somente após a Proclamação da República que essa questão passa a ser vista como um problema social, visto que, com a abolição da escravatura sem nenhum suporte econômico,

social e laborativo a essa população e com abertura do país para receber imigrantes de outros países, esse contingente aumentou consideravelmente (Abreu, 2010).

Inicialmente, a resolução deste problema foi delegada à Igreja Católica, em seus trabalhos assistencialistas. Com projetos de catequização da população brasileira, desde a colonização, sua metodologia de atendimento se baseava neste propósito. Esta cultura ainda tem efeitos nos dias atuais, influenciando alguns modos de se pensar e executar políticas públicas a essa população (Abreu, 2010). Neste sentido, pode-se entender por que praticamente todas as instituições não governamentais de acolhimento institucional de Salvador têm cunho religioso e utiliza estes pressupostos em suas intervenções.

A partir de meados do século XVIII, floresce uma abundante literatura sobre o tema da conservação das crianças, colocando em questão os costumes educativos daquele século, visando prioritariamente três alvos: a prática da institucionalização de crianças, a da criação dos filhos por amas-de-leite, a da educação "artificial" das crianças ricas (Donzelot, 1977/2001).

Tanto as famílias ricas quanto as pobres contratavam amas de leite para os bebês. As Casas da Roda também faziam uso dessa mão de obra. Como isto encarecia muito a manutenção do serviço, tão logo as crianças estivessem em condições de serem mandadas para as amas de fora, elas eram desinstitucionalizadas. Estas mulheres recebiam uma pequena quantia do governo para acolherem em suas casas essas crianças, que deveriam ficar até completarem sete anos. Passada essa idade, elas poderiam ser encaminhadas para as escolas profissionalizantes ou poderiam continuar com as amas (Venâncio, 1999). Houve tentativas de se introduzir o aleitamento artificial, mas as condições de conservação do leite e os métodos de amamentação eram tão precários que aumentou muito o número de mortes dentro das Santas Casas. Deste modo, esta prática foi abolida destas instituições (Venâncio, 1999).

A partir do paradigma estabelecido pela medicina doméstica da época, a classe burguesa foi convocada a protagonizar o papel de educação de seus filhos, que passariam a ficar sob a vigilância dos pais, tirando-os da influência negativa dos empregados (Donzelot, 1977/2001). Assim, a cultura burguesa de enviar seus filhos para serem criados fora de casa foi caindo em desuso. O mesmo não aconteceu com as classes mais baixas (Rizzini, 2004). A institucionalização de crianças era o único apoio que as famílias pobres encontravam do poder público (Venâncio, 1999).

Da segunda metade do século XVIII à segunda metade do século XIX, a Roda dos Expostos foi a principal modalidade de atendimento a crianças abandonadas. Muito comum na Europa Católica, a Casa dos Expostos foi criada pela Santa Casa da Misericórdia no Brasil,

tendo sua primeira sede inaugurada em Salvador, em 1726 e extinta somente em 1887. Este local pretendia preservar a identidade daquele que abandonava a criança (Freire Costa, 1979).

Pode-se notar que foi em relação então ao setor pobre da população que se ampliaram os investimentos do Estado a partir da segunda metade do século XIX. A assistência à infância pobre neste período manteve seu principal foco na reclusão das crianças em situação irregular em instituições públicas e filantrópicas (Rizzini, 2004).

A Igreja Católica, no século XVII, não considerava o amor maternal como sendo fruto de instintos, mas sim do aprendizado. Este amor era inclusive utilizado para medir o grau de cristianização dos povos (Venâncio, 1999). Além disso, o sentimento da Igreja em relação ao abandono é considerado ambivalente por Venâncio (1999), visto os elogios feitos às almas caridosas que cuidavam e acolhiam os abandonados. Ou seja, à medida que havia uma condenação da prática para as mães que precisavam entregar seus filhos, havia uma valorização sobre aqueles que acolhiam e cuidavam dessas crianças. Neste sentido, esta prática servia inclusive para a difusão da fé. A Roda teria sido criada também com o objetivo de reduzir o infanticídio, que chegava a números exorbitantes na época. Assim, estas instituições religiosas cumpriam uma dupla função ao possibilitar aos cristãos o exercício de sua caridade e amor ao próximo e reduzir a mortalidade infantil (Venâncio, 1999).

Contudo, diante da pobreza das instalações e do grande número de crianças que recebiam, a própria Roda dos Expostos produzia aquilo que tentava combater: a mortalidade infantil (Freire Costa, 1979). A taxa de óbitos ultrapassava as cifras de 600 crianças por mil, tanto em Salvador quanto no Rio de Janeiro, maior número de mortalidade infantil registrado na história do país (Venâncio, 1999).

Desta forma, com o surgimento do novo paradigma jurídico-higienista de proteção à infância, tais instituições foram sendo criticadas por sua alta taxa de mortalidade e por estimular o abandono de crianças. As instituições foram se readequando, porém, mantendo um perfil de atendimento, tanto por etnia, quanto por sexo. Para os meninos órfãos, com o crescimento da indústria no país, foram abertos cursos profissionalizantes, com vistas a inserção deles no mundo do trabalho. Para as meninas brancas órfãs, as instituições substituíam a tutela do pai, oferecendo condições para se tornarem boas mães de família, bem como fornecendo enxoval de casamento e dote. As meninas negras ficavam em uma instituição diferente, que restringia sua educação à “formação de empregadas domésticas e semelhantes” (Rizzini, 2004, p. 27).

Podemos questionar então, quais eram os destinos possíveis para os jovens que conseguiam sobreviver ao processo institucional?

Infelizmente, não muitos. Logo quando as Casas das Rodas foram estabelecidas, as

crianças podiam continuar na casa de sua criadeira, voltar à sua família de origem, ou ser entregue a uma família que quisesse arcar com os custos de sua criação (Venâncio, 1999). Os dirigentes das Santas Casas não faziam nenhuma objeção aos pais que quisessem reaver seus filhos. Aos que podiam pagar, era cobrado um valor referente ao gasto da instituição com a criança. Aos que alegavam não terem condições de contribuir com nenhuma quantia, contudo, não era cobrado nada. Além disso, não eram feitos questionamentos sobre os motivos do abandono, as atuais condições da família ou outros. A Santa Casa não considerava que sua assistência era superior à família, e, afinal, era muito caro manter as crianças ali. Entretanto, mesmo com a facilidade que se tinha para recuperar os filhos, o número de crianças que retornavam ao lar era muito pequeno (Venâncio, 1999).

As criadeiras recebiam uma quantia irrisória para cuidar da criança fora da instituição. Quando o infante completava 07 anos, a ama de fora não recebia mais nada por ela. Caso ela resolvesse continuar criando seu pupilo, deveria fazê-lo por conta própria. Normalmente, as amas criavam fortes vínculos com as crianças e elas continuavam a morar ali (Venâncio, 1999). Sobre este costume, podemos entender a cultura que se têm em se tornar “família acolhedora” de crianças que precisam de um lar temporário. Não é incomum ver, nas classes populares, vizinhos criando os filhos de mães que foram presas, foram trabalhar em outros Estados, ou estão em situação de rua, toxicomania, ou outra que dificulte o exercício de sua maternidade.

As que não ficavam com as amas de leite, eram encaminhadas a famílias adotivas. As famílias que se interessassem em criar um órfão, por caridade, podiam fazê-lo. Elas deveriam assumir os custos de sua educação, alimentação, moradia, vestuário e lazer. Em contrapartida, as famílias podiam emprega-las em seu serviço doméstico ou outro serviço familiar que necessitassem. O exposto não poderia receber nenhum auxílio financeiro por seu serviço até completar 14 anos. Com receio da escravização dessas crianças pelas famílias adotivas, os legisladores tentavam criar algumas regras para regular tal situação. Havia a constante suspeita de que, sob o rótulo de “criadas”, as famílias procurassem pequenas escravas domésticas nas Casas da Roda (Venâncio, 1999). É muito importante pensar o quanto essa prática perdurou até pouquíssimo tempo. Muitas famílias ricas, sob o sentimento caridoso de ajudar uma criança pobre, a retirava de sua família de origem, afirmando seu desejo em incorporá-las ao seu núcleo familiar como mais um membro e, na verdade, usava a mão de obra escrava desta criança para ajudar nos afazeres da casa. Ela era a única da família a realizar tais atividades. Vale lembrar do anúncio publicado por uma senhora no mês de julho do ano de 2017 oferecendo moradia gratuita para alguma moça que gostasse de criança, cuidasse dela pela manhã, lhe desse almoço,

a colocasse no transporte escolar e mantivesse a casa limpa e arrumada¹⁴.

Pairava sempre a possibilidade de a criança se revoltar diante deste destino, fugindo para as ruas e reingressando no mundo do abandono. Então, a partir de meados do século XVIII, novas oportunidades aparecem para os enjeitados. Seu trabalho passa a ser valorizado pelo Estado, contratando as meninas para serem fiandeiras e costureiras e os meninos para realizar ofícios manuais ou serem encaminhados à Marinha de Guerra, além de passarem a ser aceitos em seminários religiosos e recolhimento de órfãos (Venâncio, 1999).

Não raras vezes, os pupilos fugiam das casas das criadeiras e das casas das famílias adotivas. Alguns procuravam suas famílias de origem, outros não se adaptavam à dinâmica da casa. Os que retornavam à instituição, ficavam sendo encaminhados para diferentes famílias, sem nunca se fixar em nenhuma, ou ficavam perambulando pelas ruas. Ambos enfrentavam os perigos decorrentes da sociedade escravista. “Sem a proteção dos pais e circulando de lar em lar, meninos e meninas mulatos e negros tornavam-se presas fáceis para mercadores de escravos” (Venâncio, 1999, p. 123).

Outra opção encontrada para este público era enviá-los para serem pajens temporários em domicílios de particulares ou em instituições religiosas. Sua ociosidade era vista com muito medo pela sociedade, já que eram considerados como vadios e vadias em potencial, por conta de seu histórico familiar, como já dito anteriormente. Eles carregariam consigo os “vícios do ócio”, nefastos para a sociedade.

O paradigma da racionalidade científica que vigorava na época, ao criticar as instituições que atendiam a essa população, deu possibilidades para novos modos de trabalhar com tais crianças. Com isso, em 1964, após o Golpe Militar, a Fundação Nacional de Bem-estar do Menor (Funabem) foi criada com o objetivo de atender a crianças e adolescentes em situação de risco, ainda sob a vigência do Código de Menores de 1927. Sua atuação continua repressiva, mas a tônica do tratamento com a família muda. Esta família, que por muito tempo foi vista como a responsável pela deterioração do caráter de suas crianças e como incapaz de criá-las, passa a ser valorizada como local de socialização, assim como sua comunidade de origem. Nasce aqui o mote do “internar em último caso” (Rizzini, 2004, p. 36). Contudo, e isso não é sem implicações na forma de ver aqueles que eram enquadrados no rol das situações irregulares, as questões dessa população foram incorporadas no âmbito da Segurança Nacional, cuja matriz brasileira foi a Escola Superior de Guerra (Silva, *online*). Assim, esta fundação nacional, bem como suas respectivas fundações estaduais foram concebidas no bojo de um golpe de estado

¹⁴ Notícia retirada do site <http://odia.ig.com.br/brasil/2017-07-10/mulher-anuncia-vaga-para-baba-em-troca- apenas-de-moradia-em-sp.html>.

militar, que suprimiu direitos constitucionais.

As unidades da Funabem passaram por reformas físicas e humanas, visando a modificação de seu atendimento. Tais melhorias, contudo, acarretaram em uma intensificação da antiga prática de *recolhimento* das crianças das ruas. De acordo com Rizzini (2004), a justificativa para este fato recaiu sobre a necessidade de se demonstrar a gravidade do problema de crianças e adolescentes em situação de rua, que saiu da esfera de competência do Poder Judiciário e passou diretamente à esfera de competência do Poder Executivo (Silva, *online*). Com isso, manteve-se as instituições e suas equipes, ao invés de intensificar políticas de proteção social nas comunidades (Rizzini, 2004).

Silva (1997) ex-acolhido da Febem, realizou, para sua dissertação de mestrado, uma ampla pesquisa sobre a situação da primeira geração de egressos da Febem, totalizando 370 meninos, tentando compreender como este tipo de institucionalização foi elemento importante na configuração de futuros delinquentes. Segundo conta, “a educação das crianças e adolescentes sob a tutela da Funabem/Febem passou a ser feita segundo os preceitos do militarismo, com ênfase na segurança, na disciplina e na obediência” (Silva, *online*) e o trabalho realizado com as famílias dos acolhidos era mínimo (Silva, 1997). A maior parte das crianças institucionalizadas estava ali sob uma sentença de abandono moral seguida de uma sentença de internação definitiva, o que significa que só poderiam ser desligadas quando da maioridade. Em seus dados, Silva (1997) encontrou uma média de 12,3 anos de institucionalização, sendo que havia aqueles que chegaram a ficar 15, 16 e até 18 anos na Febem. A alta rotatividade institucional, decorrente de faixa etária, comportamento ou outra especificidade – denominada por Silva (1997, p. 104) de “transferência compulsória entre instituições” – foi um fator significativo no processo de não escolarização desses jovens. Assim, 82,4% dos acolhidos não tinham nenhum ano de escolarização no momento da internação e, desses, mais da metade saiu da instituição nessa mesma condição. A profissionalização dos acolhidos, “em termos de capacitação para o trabalho, uma das necessidades básicas, em se tratando de crianças órfãs e abandonadas” (Silva, 1997, p. 106) também não era algo em que se investia, não havendo preparação para o mercado de trabalho. Segundo o autor, somente 26,5% dos meninos se beneficiaram com algum tipo de profissionalização, sendo que a maioria era na zona rural, onde se ensinavam técnicas de manejos em fazendas, de modo geral. Nas unidades na zona urbana, eram oferecidos cursos de técnicos, mas não atendiam a toda a demanda. Ainda assim, no momento do desligamento, a Febem fornecia um certificado de “habilitação profissional” sem que necessariamente se estivesse apto para a função. Contudo, segundo Silva (1997), a profissionalização precoce do interno era vista como um caminho para apressar sua

desinstitucionalização, principalmente nas unidades conveniadas, que acabavam por desrespeitar o limite legal de 14 anos para ingresso no trabalho. Em relação à desinternação, Silva (1997) aponta que 10,8% foram reencaminhados para suas famílias, 10% foram encaminhados para trabalhar no serviço público - como Ministério Público, Juizados - alguns poucos ingressaram no serviço militar e 78% foram classificados como outros, o que significa que ou estavam desaparecidos no momento da maioria ou foram desligados por terem completado 18 anos e passaram a viver por conta própria, sem apoio nenhum de qualquer outro.

Assim, muitas críticas ao trabalho realizado nas Febens foram feitas pela sociedade e divulgadas pelas redes televisivas. As principais alegações eram os maus tratos, o atendimento padronizado a muitas crianças, com a desconsideração de suas trajetórias, de suas experiências de vida, de sua individualidade e de suas famílias. O Estado foi então obrigado a reestruturar novamente estas instituições (Rizzini, 2004). Em 1985 aconteceu o encontro nacional “Paulo Freire e Educadores de Rua”, promovido pelo Projeto de Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua, pela Secretaria de Assistência Social da Presidência da República e pelo Unicef, e em 1987 houve a “Campanha da Fraternidade”, da Igreja Católica. Ambos encontros trouxeram para a discussão como a situação dessa população era fruto da própria dinâmica da sociedade (Abreu, 2010). Com a Constituição Federal de 1988, muitos paradigmas foram modificados, dentre eles a forma de se ver a criança e o adolescente, estando ele em situação de vulnerabilidade social ou não. Abordaremos na subseção seguinte, então, as modificações ocorridas nas instituições de acolhimento para essa população.

4.4 Modalidades de Acolhimento Institucional na Política Nacional de Assistência Social

A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS - define a assistência social como “direito do cidadão e dever do Estado (...) que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (Lei nº 8.742, 1993, p.). Nasce aí um novo paradigma da assistência social, passando a ser vista como dever do Estado e direito do cidadão, distanciando esta política pública da ação beneficente e caridosa de instituições privadas.

É importante reafirmar que a atual Constituição Federal (1988) foi promulgada após o país ter vivido sob um Regime Militar que durou 21 anos (1964 – 1985), no qual os direitos individuais e constitucionais foram suprimidos. Deste modo, um amplo movimento popular de e em diversos setores se desenvolveu, exigindo a garantia dos direitos democráticos da população. A Constituição instituiu então os direitos fundamentais do indivíduo, a saber, saúde,

educação, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados (Constituição Federal, 1988, art. 6º).

Como desdobramentos dessas lutas sociais, a Lei Orgânica da Assistência Social organiza a assistência social no país. O primeiro artigo da LOAS afirma que “a assistência social (...) é Política de Seguridade Social não contributiva”. Isto quer dizer que, mesmo que algum cidadão não contribua com a Previdência Social, ele tem direito a receber os benefícios que necessite. Ali fica determinado que o Sistema Único da Assistência Social, SUAS, irá gerir as ações nesta área. Contudo, somente em 2005, após o lançamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), fica deliberada sua efetiva implantação a partir da regulamentação pela Norma Operacional Básica do SUAS – NOB-SUAS. Vemos aí um hiato de 12 anos para que os Estados e Municípios começassem a se organizar para criar estruturas que garantissem a efetivação desta política. Cabe destacar que durante os 10 anos subsequentes à promulgação da LOAS, relativo ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o país viveu um intenso momento neoliberalista, em que muitas empresas estatais foram vendidas e a intervenção do Estado nos problemas sociais foi enxugado. O momento seguinte ao do lançamento da PNAS, decorrente de uma nova gestão no Governo Federal, o Estado foi novamente convocado a exercer seu papel regulador e financiador das políticas sociais.

A assistência social passa a trabalhar com uma visão de proteção social que visa conhecer os riscos e as vulnerabilidades sociais aos quais os cidadãos estão sujeitos, bem como saber dos recursos com que contam para enfrentar tais situações com menor dano pessoal e social possível. Assim, cria-se um conjunto de serviços e programas baseados na supremacia do atendimento às necessidades sociais, sob os princípios da universalização dos direitos sociais, respeito à dignidade e igualdade no acesso ao atendimento, e organizados de modo descentralizado, participativo (Lei nº 8.742, 1993), “considerando-se a lógica da territorialidade e a centralidade na matricialidade sociofamiliar” (Macedo; Sousa; Carvalho; Magalhães; Sousa & Dimenstein, 2011, p. 481).

Desta forma, a estratégia de atuação do SUAS está hierarquizada em dois eixos, a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial (PNAS, 2004). A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos-relacionais e de pertencimento social. Tais serviços são executados no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (PNAS, 2004).

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC - como política de proteção básica, tem importante significado nesta Política, visto a história nacional de estigmatização das famílias pobres e a conseqüente institucionalização de suas crianças e adolescentes. Este Plano esclarece a ideologia que perpetrou a intervenção do Estado sobre tais famílias, destituindo os pais de seus deveres com seus filhos, fragilizando assim os vínculos familiares desta população. Neste sentido, o PNCFC retoma a ideia de que a família é “lugar essencial à humanização e à socialização da criança e do adolescente, espaço ideal e privilegiado para o desenvolvimento integral dos indivíduos” (Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1, 2006, p. 15).

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social. Suas atividades são diferenciadas de acordo com níveis de complexidade média e alta. São considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. Sua execução se dá através do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Os serviços de alta complexidade são aqueles que oferecem atendimento às famílias e indivíduos que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar de origem. Esses serviços visam a garantir proteção integral a indivíduos ou famílias em situação de risco social e pessoal, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados. Realizam-se por meio de serviços que garantam o acolhimento em ambiente com estrutura física adequada, oferecendo condições de moradia, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade. Os serviços também devem assegurar o fortalecimento dos vínculos familiares e/ou comunitários e o desenvolvimento da autonomia dos usuários (PNAS, 2004).

De acordo com a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, quatro serviços compõem a proteção social especial de alta complexidade: Serviço de Proteção em situações de Calamidade Pública e de Emergência e os acolhimentos institucional, em república e em Família Acolhedora.

O serviço de acolhimento institucional é um espaço de proteção provisório e excepcional, destinado a crianças e adolescentes privados da convivência familiar por meio de medida protetiva de abrigo, em decorrência de situação de risco pessoal ou social ou violação de direitos, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente

impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta (PNAS, 2004).

As instituições de acolhimento institucional assumiram diversas formas, funções e modalidades ao longo da história do Brasil. Atualmente, seu funcionamento está fundamentado no princípio da proteção integral e do direito à convivência familiar e comunitária, instituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e regulamentado através das Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes (Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1, 2009).

No município de Salvador existem 11 instituições que realizam o acolhimento institucional, das quais uma tem administração municipal (ofertando quatro serviços de acolhimento) e oito são oferecidos por organizações não-governamentais. Dessas oito instituições, cinco são conveniadas ao município, recebendo repasse das três esferas de governo; as outras três não recebem tal repasse, funcionando a partir de doações feitas pela sociedade civil. Todas, para funcionar, devem estar cadastradas no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA) e ter alvará de funcionamento, com validade de dois anos. Além disso, todas devem seguir os parâmetros da Política Nacional de Assistência Social.

Com relação às instituições de acolhimento conveniadas ao município, vale salientar que este convênio esteve vigente somente até o final de 2017. Com o Plano de Reordenamento da Unidades de Acolhimento Institucional, todas as entidades que prestam este serviço devem se adequar às normas técnicas estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social, através do manual de Orientações técnicas para Serviços de Acolhimento Institucional. Deste modo, para ter a renovação do convênio e continuar prestando tal serviço, algumas instituições precisarão realizar modificações em sua estrutura de funcionamento.

De acordo com as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1, 2009), existem quatro modalidades de acolhimento: abrigo institucional, casa-lar, família acolhedora e república. Cada modalidade possui suas normas em relação a quantidade de profissionais para atender seu público, quantidade máxima de crianças por unidade, faixa etária, bem como a organização dos espaços e dos atendimentos.

No abrigo institucional, a quantidade máxima de crianças e adolescentes acolhidos deve ser de 20 educandos, na casa-lar, 12 e na república, 6. A república é destinada a jovens que completaram a maioridade e, por algum motivo, não foi possível a reinserção familiar. Deste modo, eles continuam sendo acompanhados por uma equipe técnica até no máximo

completarem 21 anos, quando devem estar inseridos no mercado de trabalho e serem capazes de garantir sua independência financeira. Já a modalidade de família acolhedora diz respeito ao acolhimento familiar de uma criança (ou mais de uma quando se tratar de grupo de irmãos e a família puder acolher todos), até que seja realizada sua reinserção familiar ou colocação em família substituta. Esta modalidade visa garantir a convivência familiar de crianças e adolescentes que precisam ser afastados temporariamente de suas famílias de origem e o atendimento individualizado. Ela ainda não foi implantada no município de Salvador.

Esta nova configuração das instituições de acolhimento propõe que o atendimento a este público seja realizado de modo a considerar a singularidade de cada criança, suas necessidades individuais, garantindo o aspecto de uma casa. Ela entra em contraposição aos antigos abrigos – conhecidos como orfanatos mesmo quando as crianças tinham família. A lógica daquelas instituições era pautada no atendimento igualitário a qualquer criança, sem respeito às singularidades. Funcionava o método da repressão, da imposição das normas através de uma gestão do medo, com castigos físicos severos e forte disciplina. Intencionava-se abolir as diferenças individuais em uma normatização das atitudes (Glens, 2010). Essa lógica de atendimento “desqualifica os usuários e suas famílias, não respeita as potencialidades nem a história do usuário, não preserva os laços familiares e comunitários, revitimiza, ao invés de reparar; viola direitos, ao invés de proteger” (Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1, 2006, p. 4).

Com a inauguração do ECA e as radicais mudanças na forma de ver a infância e sua proteção, surgem também novos paradigmas de atendimento institucional a essa população. Os documentos oficiais que normatizam os procedimentos institucionais preconizam os seguintes princípios: excepcionalidade e provisoriedade do afastamento do convívio familiar; preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; garantia de acesso e respeito à diversidade e não discriminação; oferta de atendimento personalizado e individualizado; garantia de liberdade de crença e religião e respeito à autonomia da criança, do adolescente e do jovem (Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1, 2006).

No rol das medidas protetivas presentes no ECA, ressaltamos o Artigo 100. Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, com destaque para o inciso IV que versa sobre o interesse superior da criança e do adolescente: “a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do adolescente, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto” (Lei nº 8.069, 1990).

Com relação às medidas de proteção apresentadas no Capítulo 2 do ECA, elas estão elencadas do seguinte modo:

- I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II – orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III – matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV – inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII – acolhimento institucional
- VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar;
- IX - colocação em família substituta.

Deste modo, podemos observar que tanto o acolhimento institucional quanto a colocação em família substituta são as últimas alternativas a ser tomadas, caso nenhuma das anteriores tenha surtido efeito. Lembramos que as medidas podem ser aplicadas concomitantemente. Neste caso, se necessária a imediata retirada da criança de sua família, as demais medidas de proteção pertinentes ao caso deverão ser tomadas também.

Assim, uma grande mudança de paradigma em relação ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade está em curso. A Constituição Brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Política Nacional de Assistência Social não consideram mais a assistência social como uma benesse do Estado ou de instituições filantrópicas, mas sim um direito do cidadão. A população que necessita deste tipo de serviço deve ser vista e tratada como sujeitos de direito, independente da sua situação econômica. Apesar de a Constituição Federal estar prestes a completar 30 anos, e o ECA ter completado 28 anos, parece ainda ser preciso (re)afirmar a todo momento que a população de baixa renda tem direito a ter seus direitos básicos garantidos.

4.5 O que se afirma sobre aqueles que tiveram experiência de acolhimento institucional

Todo esse histórico apresentado de classificar as famílias como incompetentes no cuidado com seus filhos, de considerar a pobreza como tendente aos maus vícios, de caracterizar as pessoas em situação de rua como potencialmente perigosas, dentre outras rotulações, traz implicações até os dias atuais. Conforme Silva (1997, p. 153),

a “cultura institucionalizada” durante os 21 anos de regime militar fincou profundas raízes no interior das instituições, impregnou diversas gerações de internos, de técnicos e de funcionários, foi incorporada pela sociedade como slogan (escola do crime) e largamente difundida pela imprensa. Isso quer dizer que esta “cultura institucionalizada” sobreviveu à derrocada do regime militar, criou vida própria e autonomizou-se, sendo que hoje a sua superação e a sua extinção definitiva constituem o principal desafio do ECA.

Decorrente de uma história de atendimento autoritário, punitivo e prolongado, as instituições de acolhimento ainda guardam imagens negativas no imaginário social, tanto de sua estrutura, quanto do público que atende. As famílias ainda são vistas como negligentes, irresponsáveis e desamorosas com seus filhos. O desamor talvez seja a acusação mais grave feita e de onde decorrem as demais faltas. Wendt (2016), para sua dissertação de mestrado, que fez uma contundente revisão bibliográfica sobre representações sociais tanto das instituições de acolhimento, quanto dos jovens atendidos, destacou alguns estudos que evidenciavam isto.

Em relação às instituições, seu estudo mostrou que elas são percebidas, de maneira geral, como “um espaço do excluído e marginalizado, do abandono e da não possibilidade (...) [e] um lugar angustiante e de intenso sofrimento, sem garantias e perspectivas” (Wendt, 2016, p. 21). O ambiente institucional é visto como um local inapropriado para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, fomentando sentimentos de inseguranças insuficiência e falta de perspectivas futuras. Com relação à estrutura física, as percepções giram em torno de sua, contratando profissionais pouco qualificados, expondo os acolhidos a mais sofrimento. Além disso, o pouco contato com a comunidade mantém a percepção ruim dos vizinhos em relação aos atendidos (Wendt, 2016).

Há relatos de percepção positiva sobre a instituição, mas esses são feitos exclusivamente por adolescentes que já haviam passado por institucionalização. Arpini (2003) explica que, ainda que não fosse desejada, a instituição era vista como um lugar de proteção das violências externas e de maiores tranquilidade e suporte. O sentimento para com a instituição como um lugar de perpetuação da violência, de negação das individualidades, como encontrado em décadas anteriores no período das Febens, não é mais pregnante, ainda que ela tenha sido considerada por muito tempo como um espaço em que as crianças deveriam ser encaminhadas ou por uma incompetência da família ou por uma ação preventiva frente à possibilidade de o jovem pobre se tornar um criminoso. Assim, a instituição, mesmo que imaginariamente, sempre esteve presente no cotidiano da população de baixa renda (Arpini, 2003).

Esta ambivalência com relação às imagens das unidades de acolhimento não é tão marcante quando se trata dos adolescentes institucionalizados. De modo amplo, os jovens são

vistos negativamente, como problemáticos, marginais, hostis, carentes e pouco qualificados. Há também a percepção de que são solitários, tristes e malcuidados (Wendt, 2016). A autora aponta que a imagem social negativa em relação a determinado grupo pode induzir os indivíduos a se comportarem de acordo com essas expectativas, promovendo sua validação e perpetuação. Veremos alguns efeitos disso ao discutirmos os casos no capítulo seguinte.

Esta má caracterização dos jovens que necessitam deste tipo de assistência social não é feita somente pela população que não tem contato com eles. Em sua revisão de literatura, Wendt (2016) encontrou que os próprios profissionais das instituições de acolhimento possuem imagens negativas em relação aos adolescentes em questão. O fato de unidades de acolhimento terem atendido, ao mesmo tempo, crianças e adolescentes que necessitavam de proteção social e que estavam em conflito com a lei pode contribuir para a percepção negativa sobre todos os acolhidos. Assim, os educadores oscilam entre esses dois polos, considerando os educandos ora como vítimas, ora como algozes (Wendt, 2016).

Em contraponto ao período da medicina higiênica que considerava a família como nefasta aos filhos, existe hoje uma idealização deste espaço como o único capaz de possibilitar o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes. Tomando isto como perspectiva de análise, a família de um jovem institucionalizado é, deste modo, vista como incapaz de cumprir sua função. O acolhido então, percebido como uma extensão de sua família, acaba carregando consigo as mesmas características associadas a ela. A desqualificação social desses jovens tem efeitos de culpabilização dos acolhidos por sua situação (Wendt, 2016). Tal culpabilização individual por situações de abandono leva a uma negação dos problemas estruturais da sociedade, como desemprego, falta de políticas efetivas de assistência social, acesso aos direitos fundamentais (Arpini, 2003). Além disso, deposita no sujeito a responsabilidade de sair dessa situação sozinho, por sua própria vontade.

É preciso considerar que muitas vezes a instituição de acolhimento representa o primeiro espaço de segurança, imposição de limites, regras e horários, possibilitando condições para um desenvolvimento saudável. Por este motivo, é preciso investir mais na qualificação profissional e, principalmente, reconsiderar a perspectiva institucional, trabalhando sobre o preconceito de que ela é uma alternativa necessariamente fracassada (Arpini, 2003).

Um ponto muito importante em relação ao momento do abrigo de uma criança ou de um adolescente é que, por melhor que seja a instituição e seu trabalho, ele sempre representará uma marca dolorosa na vida desse sujeito. As situações que levam à institucionalização de alguém são duras, representando, por vezes em momentos precoces da vida, experiências de vida muito dramáticas (Arpini, 2003). As instituições podem funcionar

como representantes da violência familiar e daquilo que as afastou de sua casa, sendo o local por excelência de expressão da angústia. Assim, como exemplificamos na apresentação deste trabalho, as vezes os muros institucionais representam a concretização do abandono, presentificam as ausências, acentuando o desejo do acolhido de destruir aquele lugar. Não é necessariamente ao tipo de atendimento que lhe é prestado ou à atenção que lhe é dada, mas ao que a instituição representa para determinada criança/adolescente.

O distanciamento da vivência familiar propicia a reflexão sobre o que sua família representa para ele e o que ele representa para sua família, questionando-se sobre a importância que tem no desejo do outro. A possibilidade de um corte definitivo com a família de origem, mesmo que a experiência tenha sido marcada por violência e abandono, é muito assustadora, visto que se veem diante de uma completa solidão frente à vida (Arpini, 2003). Qualquer experiência de rompimento de vínculos, ainda que tenha sido um vínculo formado a partir de uma relação de violência, é vivida com angústia e medo em relação tanto ao presente quanto ao futuro (Arpini, 2003). O sujeito se constitui na relação com o outro e se ver sem referenciais imaginários sobre o que se é ou deve ser pode ser muito desestruturante. Por mais que algumas instituições forcem um sentimento familiar dentro do abrigo, chamando os acolhidos de irmãos, as crianças e os adolescentes sabem que os “tios” não são familiares e vão para sua casa no final do expediente e eles ficam.

Carregando o rótulo da família negligente, irresponsável e violadora de direitos, Arpini (2003) acredita que os funcionários dos serviços de acolhimento esperam que os acolhidos esqueçam seus familiares sem dor ou sofrimento, somente pela racionalização de que são pessoas que não agiram corretamente. A autora afirma que muitas instituições têm dificuldades em lidar com esse processo, exigindo um desafeto dos jovens com relação às suas famílias.

Outro ponto abordado por Arpini (2003) é que exige-se um comportamento exemplar desses jovens, justamente por já estarem em uma situação diferente da esperada socialmente, na expectativa de que, ao agir de modo correto, desfaçam todo o estigma que carregam consigo. No entanto, há uma contradição institucional no momento em que se considera, de antemão, esta criança ou este adolescente como um problema, pelo simples fato de estarem necessitando de uma medida de proteção. Assim, ao mesmo tempo em que o julgam como violentos e rebeldes, esperam que, magicamente, se tornem “meninos bons”, que respeitam todas as regras institucionais, não admitindo a expressão de sua sexualidade ou de não contentamento e frustração, seja qual for o motivo (Arpini, 2003).

Estes jovens institucionalizados são considerados como estando em “situação de risco”. Esta expressão comporta ao menos duas interpretações. A primeira interpretação resai sobre a

legalidade e sobre os direitos assegurados pela Política de Assistência Social e diz respeito à necessidade de proteção desses sujeitos por estarem expostos a situações de violência, negligência, abandono, dentre outros. A segunda interpretação, porém, pende para o lado oposto. Justamente por estarem afastados da família e terem experienciado diversas situações duras durante vários momentos da vida, são sujeitos que tendem à revolta social, ou seja, à criminalidade. Deste modo, haveria um complemento subentendido à expressão e estariam, então, em situação de risco (de se tornarem perigosos).

Neste sentido, retomo aqui a ideia defendida por Silva (1997) de que o modo de socialização impingido dentro das Febens promoveu uma criminalização do interno a partir do que o autor denomina de “pedagogia do crime”. Conforme sua pesquisa, 35,9% da amostra estudada se tornou criminosa após seu desligamento da Febem, sendo que não possuíam histórico de delinquência pregressa. Assim, crianças institucionalizadas ainda bebês, criadas e educadas exclusivamente pelo poder público, acabaram por desenvolver uma “identidade institucional” que metamorfoseou-se em uma “identidade delinquente”. O autor defende então que não era por uma “índole criminosa” que estes egressos vieram a delinquir, mas que essa identidade foi se constituindo ao longo dos anos de institucionalização em uma instituição criada e administrada por um regime militar, no qual a violência se constitui em um fator regulador das relações intra-institucionais.

Acrescente-se que, no micromundo das instituições, o componente fundamental nesse processo de interação entre pares é a disposição para o uso de violência, a capacidade de delinquir sem ser punido, e a capacidade de burlar todas as regras de segurança e de disciplina. Dizer que as instituições totais constituem-se em escolas de criminalidade, quer dizer que nesses universos instituiu-se uma contracultura, cujos valores, símbolos e representações concorrem para a construção de identidades institucionais que são, sobretudo, negativas, criminosas. (Silva, 1997, p. 147)

Por forças de todas essas questões, ainda há no imaginário social uma grande apreensão sobre a índole daqueles que precisam de acolhimento institucional, sejam eles crianças ou adolescentes, e uma indistinção sobre as instituições de acolhimento e de privação de liberdade. É importante, portanto, repensar não só a lógica de funcionamento das instituições, como a relação que elas estabelecem com sua clientela e com a comunidade em geral. As instituições são muitas vezes um espaço que oferece à criança um ambiente seguro e protetor, onde ela vai poder construir novos referenciais identificatórios. Assim, elas precisam ser vistas como um local em que pode ser possível constituir sujeitos, mesmo que longe de suas famílias. Se for mantido o ideal de que somente dentro de uma família uma identidade positiva, dentro dos padrões da moralidade, pode ser formada, as expectativas com relação ao acolhido serão sempre

negativas, visto que muitos não têm na família a acolhida desejada (Arpini, 2003). Como veremos a seguir nos casos, a forma como a instituição enxerga seu acolhido faz diferença em suas possibilidades de se colocar no mundo, de experimentar identidades.

Se acredita muitas vezes que a tarefa institucional está fadada ao fracasso porque trabalha com questões “naturalmente” sem solução, já que se trata de uma população com poucos recursos familiares e sociais aos quais se pode recorrer. A instituição não pode ser utilizada com o único argumento de que é melhor estar ali que estrar na rua. Ainda que se acredite atender aos “filhos de ninguém”, é preciso dar um novo olhar a esse sujeito, lhe garantindo um lugar de possibilidade de construção de desejos (Arpini, 2003).

5 A montagem da periculosidade e a lógica disciplinar de atendimento: J.D., o estilo gangster

No filme *Thelma e Louise*, dirigido por Ridley Scott em 1991, J.D. é um personagem secundário na história, mas que tem papel fundamental na trajetória de Thelma, uma das protagonistas. Ele é um ladrão, mas se utiliza apenas de uma arma de plástico e de um linguajar característico para realizar seus roubos. Ele se relaciona com Thelma somente para roubar suas economias, mas é tão sedutor e carismático que o telespectador torce pelo casal. É em referência a este personagem que denominamos como J.D o adolescente que apresentaremos abaixo.

Na trajetória que será apresentada a seguir, acompanharemos a extensa circulação institucional desse adolescente, na qual não se consegue interromper a construção de uma identidade gangster - ainda que ele não se reconheça totalmente desta maneira. Ao contrário, todos os discursos institucionais lhe ratificam esse lugar, sem possibilitar caminho algum para outras identificações, para outras saídas (tanto subjetivas, quanto objetivas).

J.D. encontra-se hoje¹⁵ com 17 anos, abrigado na oitava instituição de acolhimento, morou na casa de quatro familiares e foi apadrinhado por duas famílias. Nenhuma dessas pessoas lhe visita mais. Ele não tem contato algum com a família materna. Sua mãe faleceu quando ele tinha sete anos, seu pai vive em situação de rua e faz uso abusivo de álcool. Mantém contato com apenas um dos quatro irmãos que possui. Por que tanta circulação? Segundo a análise dos prontuários de algumas instituições nas quais ele passou (em que constam também relatos dos familiares) e análise das entrevistas realizadas com alguns profissionais que trabalharam com ele em suas institucionalizações, nenhuma intervenção surte efeito com J.D., ele é independente e não quer mudar. J.D. é incorrigível.

Sobre o poder disciplinar e a função do castigo imposto ao criminoso, Foucault (1971/2014, p. 106) afirmou que: “se há incorrigíveis, temos que nos resolver a eliminá-los”. Foi por esta via que J.D., de diversas maneiras possíveis, foi sendo retirado dos espaços de convivência que conhecia e o que acarreta implicações, sejam elas subjetivas – na forma de lidar com o outro, de fazer laço social, de se vincular aos locais –, sejam elas objetivas: adaptar-se às diferentes rotinas, hábitos, regras, figuras de autoridade, dentre outros.

Como discutimos no capítulo anterior, o acolhimento institucional não mais se apresenta como uma instituição total, na qual todas as áreas da vida são geridas ali dentro. As instituições funcionam na perspectiva do atendimento individualizado, nos moldes de uma casa, para a qual

¹⁵ No momento do contato com ele para a realização das entrevistas.

o sujeito volta após cumpridas suas tarefas diárias. Contudo, considerando os aproximados 300 anos da lógica institucional totalitária em relação aos 09 anos de acolhimento institucional¹⁶, temos ainda significativas influências desta forma de intervir, voltada para a inspeção, para a disciplina, para a regulação, enfim, para a normalização dos acolhidos (Foucault, 1971/2014). Desta forma, mesmo neste modelo de funcionamento, as instituições comportam pouco espaço para a subjetividade, para o acolhimento. Há sim o abrigo, mas o acolhimento efetivo do sujeito, com suas demandas e sofrimentos muitas vezes fica dificultado pela crença que as instituições têm de serem fundadas e estruturadas para o exercício do controle.

A lógica institucional intenciona que a criança ou o adolescente se adapte bem (e, preferencialmente, rápido) às regras institucionais. Parte-se do pressuposto que são meninos difíceis devido às suas histórias de vida marcadas por sofrimentos de diversas ordens. Assim, aqueles que alcançam o comportamento desejado são vistos como casos de sucesso, tornam-se o exemplo da instituição, e confirmam sua (suposta) razão de existir. Os que não se doam com tanta facilidade, que resistem à sujeição, denunciam sua fragilidade e, por isso, precisam ser desligados. Ao processo de desligamento, acompanha-se um relatório que inverte o processo, imputando ao adolescente a responsabilidade por sua não adaptação; ou seja, não é a metodologia institucional que é frágil e ineficaz, mas o adolescente que é incorrigível.

Nossa hipótese, no caso de J.D., é que os discursos institucionais vão construindo com e para ele uma suposta incorrigibilidade, de modo que, em momento algum, são valorizadas ou destacadas as tentativas que ele faz de ser outra coisa ou é dada essa possibilidade a ele pela via da palavra¹⁷, dando novas interpretações ao que ele faz ou tentando traduzir suas ações com novos significantes.

Pontos de parada, mas não de ancoragem: o intenso trânsito institucional

J.D. foi institucionalizado bebê, pois sua mãe não tinha condições socioeconômicas de cuidar dele nem de seus irmãos. Ele foi criado em uma creche-orfanato até os 07 anos de idade. A instituição foi fechada após uma denúncia ao Ministério Público e todos os acolhidos foram reinseridos em suas famílias de origem. Ele e o irmão mais novo voltaram, então, ao convívio

¹⁶ O termo “acolhimento institucional” foi incluído no ECA em 2009 após a aprovação da Lei nº 12.010, que ficou conhecida como “Lei da adoção”. 2009 foi também o ano de definição dos parâmetros de estruturação dos serviços, em termos físicos e de recursos humanos.

¹⁷ Digo pela via da palavra porque, de algum modo, ao inserir o adolescente em cursos artísticos, esportivos, profissionalizantes, abre-se espaço para a construção de novas possibilidades de se estar no mundo, a partir da descoberta de habilidades e potencialidades. Contudo, nenhum desses espaços franqueou um outro discurso sobre este sujeito, sendo ele sempre representado pelos mesmos significantes que marcavam sua incorrigibilidade.

da genitora. Pouco tempo depois, sua mãe faleceu – segundo os relatos em decorrência do agravamento de uma mordida de cachorro -, mas não há detalhes sobre o ocorrido. Somente aí eles conheceram sua avó paterna e passaram a viver com ela, onde ele ficou até os 12 anos.

Neste início de trajetória, podemos observar algumas rupturas importantes na vida de J.D. em um curto intervalo de tempo. Ele saiu da instituição onde morou a vida toda para ir morar com a mãe, que não conhecia mais. Mesmo sendo o sonho de muitas crianças abrigadas, é uma mudança significativa no cotidiano, principalmente porque a reinserção se deu por conta do fechamento da instituição e não devido a uma reaproximação da família com ele e nem um desejo dessa mãe em reaver a guarda dos filhos. O óbito da mãe, com todas as elaborações que advém daí, o levou para a casa de uma completa desconhecida, a quem ele “naturalmente” deveria amar, respeitar e agradecer a acolhida.

Entre 8 e 9 anos de idade, começou a se envolver com o tráfico da região, passava o dia fora de casa, retornando tarde da noite, não respeitava a avó, tinha um comportamento de afronta constante na escola. Ele diz que era “*azoadado*”. O diretor chegou a solicitar a avó que o encaminhasse ao CAPS para acompanhamento e ela o fez¹⁸. Conta que, nessa idade, na escola:

J.D.: Batia em todo mundo, brigava na escola todo dia, todo dia eu ia para a diretoria (...). Bagunçava, fumava folha de papel, na época era folha de papel... a professora... bagunçava, bagunçava mesmo (...). Batia a vontade de bagunçar e bagunçava.

J.D. conta que sua avó ficava muito preocupada, brigava com ele, mas ele achava engraçado a forma como ela ficava e ria de suas broncas, o que a deixava ainda mais nervosa. Assim, sua avó o entregou para sua filha criá-lo, alegando que ele estava ameaçado pelo traficante da região no bairro em que ela vivia. Esta tia cuidou dele cerca de um mês. Neste período, J.D. apresentou comportamento agressivo, fugindo diversas vezes de casa. No que viria a ser sua última fuga de casa, J.D. foi encontrado pelo Conselho Tutelar em outra cidade, onde ficou por cinco dias e de onde foi para novo acolhimento institucional (instituição B).

Conforme consta no prontuário deste local, o adolescente se envolveu em diversos conflitos na unidade, sendo encaminhado duas vezes para a DAI – Delegacia do Adolescente Infrator – em menos de um mês, ficando retido uma vez. Os motivos para o primeiro encaminhamento foram por ele estar praticando pequenos furtos na instituição, agredindo verbalmente educadores sociais e demais funcionários e outros acolhidos. Na segunda vez, segundo conta a instituição, ele “tentou agredir fisicamente três crianças, sendo que uma delas foi agredida sexualmente” (sic prontuário). Por este motivo, sua transferência foi solicitada.

¹⁸ Segundo J.D., sua avó o levou para o CAPS do bairro em que moravam, que não possui CAPSi.

Por este motivo, atualmente J.D. está cumprindo medida socioeducativa em meio aberto (liberdade assistida). A audiência de sentença ocorreu quatro anos após a denúncia do fato. Ele nega a acusação, dizendo que a dirigente do abrigo “armou¹⁹” para ele. Ele alega não ter porte físico para fazer aquilo e a menina era mais velha que ele. Conta que no dia da ida à DAI a vítima não foi escutada e no dia da audiência, quatro anos mais tarde, ele tentou desmentir a fala da dirigente, “*mas como a fala dela vale mais que a minha*”, a juíza solicitou que ele fosse retirado da sala de audiência depois disso. Esta fala é particularmente importante visto que estes adolescentes têm suas falas silenciadas ou não reconhecidas em todos os lugares, seja no âmbito familiar, institucional, social e político, não lhes outorgando seu lugar de fala, forçando-os sempre a uma condição de objeto, nunca, ou raras vezes, à condição de sujeito. Nesta perspectiva, constrói-se para eles, muito precocemente, uma identidade, uma identificação, um lugar e um não-lugar, tornando ainda mais difícil a tarefa do adolescente de ascender ao lugar de sujeito, reconhecendo seus interesses, suas singularidades, seu desejo.

No prontuário da instituição B, há seu relato que confirma o discurso que a avó virá a sustentar em todas as instituições de acolhimento que J.D. passará: a de que ele estaria trabalhando para duas facções e estaria ameaçado de morte no bairro. Veremos que este discurso de J.D. vai se modificando ao longo dos demais acolhimentos até chegar ao ponto de J.D. afirmar que nunca esteve ameaçado, que foi tudo inventado por sua tia para tirá-lo do convívio com sua avó, já que ele vinha dando muitos problemas a ela.

Foi assim, então, que J.D. chegou ao terceiro abrigo (instituição C), onde completou 13 anos e permaneceu, novamente, somente um mês e meio. J.D. fugiu diversas vezes da instituição C, se envolveu em muitos conflitos por sempre estar “pirraçando” os demais acolhidos, criando boatos dentro da unidade. Além disso, J.D. se envolveu com “más companhias”. Encontrou um amigo na instituição, que morava perto dele e ambos estavam envolvidos no tráfico da região na mesma facção. Assim, como evadiram juntos, a instituição C se recusou a acolhê-lo novamente, afirmando que ambos não poderiam ficar acolhidos ao mesmo tempo ali, pois colocavam em risco não só aos demais, por conta da influência que tinham sobre os outros, como se colocavam em risco, fugindo constantemente. Percebemos que nesta instituição nenhum trabalho foi feito com J.D. Ao contrário, como ele não foi acolhido por ser um risco a ele e aos demais, podemos supor que, de algum modo, serviu, mais uma vez, para ratificar a posição em que ele chegou.

¹⁹ A gíria “armar para alguém” significa criar uma situação onde a pessoa não consegue sair, como uma armadilha.

Devido a essa evasão e o não recolhimento, J.D. ficou poucos dias em situação de rua e voltou a se envolver com o tráfico. Morou um tempo também na casa da avó desse adolescente com quem fugira pela última vez da instituição C. Após um período na casa dessa senhora, ela, com medo que os vizinhos a denunciassem para o Conselho Tutelar (além de já ter dificuldades suficientes com seu próprio neto), solicitou que ele procurasse o CT. Deste modo, J.D., ao invés de ir ao CT, foi morar com o tio deste mesmo adolescente por um tempo, que tomou a mesma atitude daquela senhora.

J.D., então, procurou o Conselho Tutelar e foi encaminhado para a instituição D, agora com 13 anos. Nesta instituição ele permaneceu por 4 meses. A instituição conseguiu reaver um laço de J.D. com sua família, de quem estava afastado há aproximadamente sete meses e ele passava os finais de semana na casa de sua tia, que afirmava seu bom comportamento. J.D. foi encontrado fumando maconha no quarto por uma educadora da instituição e, por este motivo, a destratou e ameaçou os demais educandos com jargões do tráfico. Após esse fato, J.D. fugiu da instituição e não foi mais recolhido.

Com a saída da instituição D, J.D. passou um mês em situação de rua. Nesse período, ele permaneceu no bairro onde o pai mora. Este é um momento importante na trajetória de J.D, pois, apesar de J.D. passar o dia fora de casa quando morava com a avó, ele sempre retornava à noite para dormir. Ele raramente dormia na rua. Quando evadia das instituições, passava no máximo duas noites fora. Assim, esta é a primeira vez em que J.D. faz da rua uma morada.

Não é para qualquer rua que J.D. vai; ele vai justamente para o bairro onde o pai costumava ficar e ganhar seu sustento. Seria uma busca de uma outra referência familiar? Uma busca ao pai, em uma interdição de sua errância? Conforme Lacadée (2006/2011), a fuga ou a errância podem representar uma última tentativa de inscrição num laço social, face ao excedente de gozo que invade seu corpo adolescente e o deixa fora do discurso. Entretanto, esta busca resulta decepcionante para o sujeito, já que ele só existe pelos lugares simbólicos que a família e a língua lhe dão e o que o alienam (Rassial, 1990/2005). Neste sentido, não podemos afirmar o que J.D. (não) encontrou nesse período em que esteve “fora”, porém é interessante notar que, após essa vivência na rua, J.D. reduziu suas evasões das instituições.

J.D. afirmou que na rua precisava pedir coisas para sobreviver, dormia no chão e não tinha local adequado para realizar sua higiene pessoal. Assim, novamente procurou o Conselho Tutelar, que o levou para a instituição E, que funcionava na época como casa de passagem e, por este motivo, J.D. permaneceu lá somente por 10 dias, indo para a instituição F.

Na instituição F, onde completou 14 anos, ele permaneceu por 09 meses, mas, segundo relato da instituição, foram 09 meses de terror e sua passagem por ali foi caracterizada como

“desastrosa”, em uma sequência de atos “ilegais” e “irresponsáveis” (prontuário instituição F). Ele foi encaminhado à DAI uma vez, mas debochou do encaminhamento, afirmando que não se resolvia nada lá. A equipe técnica da instituição F o levou ao CAPSi algumas vezes, exigindo que o psiquiatra lhe prescrevesse medicação por achar seu comportamento muito desviante, portando transtorno opositor desafiador. Como o CAPSi não fez o encaminhamento para a psiquiatria, a instituição procurou um psiquiatra particular para que ele o fizesse. J.D. começou a tomar tal medicação, mas fugiu da instituição pouco tempo depois. Também foi encaminhado a uma psicóloga clínica, mas abandonou o tratamento, afirmando que não queria mudar. Lançamos a questão aqui: qual foi a intervenção feita com ele a partir dessa afirmação dele? Pode-se supor para o quê a instituição queria que ele mudasse, tendo seu comportamento moldado às normas, mas, na perspectiva de J.D, para quê ele iria mudar? Para quem?

Em um atendimento com a psicóloga da instituição F, pouco tempo após sua chegada, o adolescente diz que não confia nos seus colegas de quarto, que tem medo que eles façam alguma coisa com ele a noite, que eles o desrespeitam e o provocam, afirmando que eles “são ruins” (sic prontuário). Não há nenhum registro de intervenção feita com tais adolescentes. Há, posteriormente, entretanto, registros de que J.D. entrou em conflito físico e verbal algumas vezes com um desses adolescentes e, em outro momento, se uniu a ele para realizar um “motim” (sic relatório) na unidade.

Com a saída da instituição F, J.D. retornou para a instituição E, por onde permaneceu por três meses, já que nenhuma instituição de acolhimento da cidade aceitava acolhê-lo novamente e sua família se recusava a se responsabilizar por sua guarda. Por ali ser um local somente de passagem, ele ficava muito aflito e ansioso com o que ia acontecer com ele, para onde ele iria, como seriam os outros adolescentes, as regras da instituição. Além disso, a rejeição não só por sua família, mas por quase todo sistema de proteção estava posta para ele a cada tentativa frustrada da equipe de conseguir uma vaga para ele em alguma instituição.

Podemos pensar esse período como um momento de suspensão para J.D. A adolescência é um momento em que não se é nem criança, nem adulto, um período sem um estatuto social definido, cujo adolescente, com seu eu fragilizado, fica à deriva de um desejo sem referência (Rassial, 1990/2005). Assim, esse período em que ficou em uma casa de passagem pode ser entendido como uma reedição desse não-lugar, desse não pertencimento, como uma contingência que tem por efeito presentificar a rejeição por todos os lados que J.D. tem de lidar.

Na instituição G, J.D. permaneceu por mais tempo, pouco mais de dois anos. Ali ele completou as idades de 15 e 16 anos. Nesta unidade, após o período de adaptação e “teste” de todo corpo de funcionários, J.D. se adaptou às normas da instituição, tendo boa convivência

com todos. Apesar de se envolver em alguns conflitos com outros educandos e por vezes desafiar o coordenador e os educadores sociais, J.D. era muito querido pelos funcionários. Ele conseguiu voltar para a escola e frequentar as aulas, temporariamente pelo menos. Por este motivo, a equipe conseguiu inseri-lo em um programa voltado a jovens em situação de vulnerabilidade social, que oferece cursos profissionalizantes e posteriormente são inseridos no mercado de trabalho como Cidadão Aprendiz. Assim, J.D. começou a estagiar em um banco, ganhando um salário mínimo por mês, além de todos os outros benefícios. A dinâmica deste abrigo tem uma singularidade que pode ter ajudado em sua adaptação. Ali, os adolescentes podem sair para comprar²⁰, “dar um rolé²¹” e ir para suas atividades sem a necessidade de serem sempre acompanhados por um educador. Assim, tal “liberdade²²” – que é um importante e necessário exercício de autonomia - pode ter funcionado para que J.D. conseguisse ficar mais tempo na instituição.

J.D. afirma que não conseguiu sustentar a rotina de trabalho, a responsabilidade de estar lá todos os dias, ter horário de entrada e saída e começou a faltar, se atrasar, bem como a oscilar sua frequência na escola, culminando em seu desligamento. Por este motivo, J.D. retomou o envolvimento com o tráfico da região. Assim, pouco depois da expulsão de J.D. do curso, os educadores da instituição G encontraram bastante maconha em seus pertences, que resultou em um encaminhamento à DAI e, de modo subsequente, em uma nova transferência institucional.

Há pouco mais de um ano na instituição H, onde completou 17 anos, seu comportamento passou por várias mudanças. Segundo uma entrevistada, nos primeiros meses J.D. teve dificuldade de se adaptar à rotina e às regras institucionais, que são muito diferentes da instituição anterior: há restrições para a saída sozinho para as atividades de lazer, não é permitido o uso de celular e o acesso à internet é administrado pelo educador social, dentre outras especificidades.

Após o período inicial na instituição H, J.D. mudou radicalmente seu comportamento, o que foi comentado por todos. Durante esse período, sua avó passou a visita-lo mais, passava os finais de semana na casa de uma missionária que fazia visitas regulares ao abrigo e se afeiçoou por ele. É importante destacar que ele aparecia no curso profissionalizante que fora

²⁰ Os adolescentes que pude acompanhar sempre usavam o verbo comprar como intransitivo. Nunca havia um complemento na frase “tá, vou ali comprar”. Deste modo, em respeito a essa singularidade encontrada, preferi escrever como eles falam. É interessante notar que, nessa intransitividade, o objeto de aquisição não é importante, mas sim o ato de comprar algo, que coloca o sujeito como parte integrante do mundo do consumo.

²¹ Expressão que significa sair para dar uma volta na rua, sem ter um destino específico.

²² A palavra liberdade foi utilizada entre aspas aqui pois se trata de uma instituição de acolhimento, de proteção social, não de privação de liberdade. Ou seja, todos tem o direito de ir e vir. O que limita tal direito são as regras da instituição, delimitando horários de entrada e saída, possibilidade de sair sozinho etc.

desligado para conversar com o coordenador e solicitar dele uma nova oportunidade. Por isso, ele foi reinserido somente no curso. Ele sustentou essa mudança até o momento em que solicitou da coordenação do abrigo algo que para ele era importante, mas institucionalmente era inviável, e lhe foi negado. Após esse episódio, ninguém consegue acessar J.D., que se fechou para qualquer tipo de intervenção. Desde então, J.D. passou de um movimento de “rebeldia” e “confronto” para um movimento de autodestruição. Não demonstra mais ter a vaidade que tinha, não apresenta mais autocuidado, anda sujo, com roupa suja, não corta as unhas, não toma banho todos os dias.

J.D. encontra-se à deriva, segundo um entrevistado. Em sua vida errada e errante, ele não encontrou ancoragem no desejo de ninguém. Atualmente, ainda retornando para a escola, sem curso, sem padrinhos, sem visita dos e aos familiares e em uma instituição que já tem data agendada para seu desligamento: seu aniversário de 18 anos.

Quando o jogo bem-me-quer/mal-me-quer sempre termina mal: a inconstância afetiva dos vínculos familiares

Abordaremos agora a relação que J.D. estabeleceu com os membros de sua família de origem e extensa, as expectativas mútuas entre eles e como as abordagens feitas a J.D. era sempre culpabilizando-o por seus abandonos e perdas.

Sobre sua mãe, J.D. diz não lembrar nada. Ao ser questionado sobre as condições de seu falecimento, ele responde que nunca parou para ler seu atestado de óbito, como se essa fosse a única possibilidade de saber sobre ela ou sobre a vida que levava. Ele sabe que sua mãe colocou todos os filhos em um abrigo quando eles ainda eram muito pequenos, pois não tinha condições financeiras de cuidar das crianças, mas acredita que se sua mãe estivesse viva, ele não estaria em abrigo. Em sua perspectiva, quando se tem mãe, ela faz tudo para ficar com os filhos²³ e ele a estaria ajudando financeiramente, mesmo que fosse através do trabalho no tráfico de drogas.

Em relação ao pai, J.D. contou durante a entrevista que encontrava o pai tanto em seu local de estadia e trabalho, quanto em momentos de festa, mas eram encontros breves. J.D. nunca contou aos técnicos das instituições que sabia o paradeiro dele. Ou melhor, contou que não sabia o seu paradeiro, mesmo indo visitá-lo com alguma frequência. Ao ser perguntado sobre o motivo, responde:

²³ Vale destacar que essa crença não condiz com a realidade da maioria de seus amigos/colegas das instituições as quais passou.

J.D.: *“Sai rapaz, para quê? Para quando ele estiver bêbo ele querer vir para cá? (...) deixa meu pai lá mesmo. Qualquer coisa eu vou lá na casa dele.”*

Uma entrevistada afirma que a situação de rua e de alcoolismo do pai incomodava J.D.:

E2: ele via o pai na rua e ele se incomodava, porque geralmente quando ele via o pai, o pai estava bêbado, abandonado lá na rua, (...) ele: “poxa meu filho, o meu pai tava todo lá bêbado”. (...). Ele demorou um tempo para me dar essa localização [do pai], eu não sei se era por vergonha de que a gente fosse lá e visse que o pai dele estava morando na rua (...), ou se era porque o pai dele bebia muito e ficava num estado de abandono total.

Como veremos, J.D., quando estava na instituição F, foi apadrinhado por um casal e passava os finais de semana na casa deles. O pai de J.D. vivia no mesmo bairro e J.D. ia ao seu encontro com certa frequência, sem nunca contar para o pai a localização da residência dos padrinhos. Ao saber do interesse do casal em adotar J.D., seu pai foi até a instituição F dizer que não abriria mão da guarda do filho e não o deixaria ser adotado. Na época, afirmou já ter uma casa e poder cuidar do filho. Inicialmente J.D. se animou, mas depois, “como sempre reagia” (sic prontuário), perdeu o interesse. Contudo, seu pai também não fez novas visitas à instituição para dar continuidade ao processo de reinserção familiar, o que pode ter desanimado J.D., visto o não empenho de seu pai em cumprir com sua palavra.

Seu pai conta que J.D. o procurou para morar com ele quando fugiu da instituição F, mas como ele o questionou sobre seu comportamento naquele abrigo, J.D. fugiu de sua casa e não mais retornou. Tal questionamento pode ter causado em J.D. o sentimento de não acolhimento de seu pai independentemente de quem ele é ou do que ele teria feito, que é o que imaginariamente se espera de uma família: o amor incondicional. Por isso então essa fuga intempestiva e sem retorno. Ainda, podemos supor que a possível colagem de seu pai ao discurso da instituição sobre ele não abriu margem para a possibilidade de um novo discurso sobre si, um novo lugar na relação familiar, marcado por outros significantes.

Pouco tempo depois, já na instituição G, J.D. reencontrou seu pai, que foi visita-lo na unidade com sua esposa, o que deixou J.D. muito desconfortável. O pai contou à equipe que trabalha no estacionamento de um mercado, carregando as compras dos clientes até o carro e recebendo trocados para isso. Disse que não tinha condições de ficar com o filho porque sua companheira não aceita J.D. devido ao seu histórico. O pai acredita que J.D. deve ficar com sua irmã, com quem morou um tempo, mas não pode obrigá-la a aceitá-lo. Neste momento ele reafirmou que não abriria mão da guarda do filho.

Apesar de verbalizar o desejo de que o filho more com ele e de que não seja adotado, seu pai não demonstra nenhum esforço para concretizar esse desejo. Ou seja, não faz visitas regulares ao filho, não o convida para passar finais de semana em sua companhia, não tenta

convencer a companheira a aceitar J.D., mesmo que temporária ou ocasionalmente. Contudo, ele sempre aparece nas instituições quando vê a possibilidade de perder a guarda do filho e vai dizer que não abrirá mão de J.D. Aparenta ter orgulho do filho, apresentando-o a seus amigos com exaltação. Ainda, sempre que J.D. vai a seu encontro, ele oferece lanches a ele, dando mais do que o suficiente para J.D. no momento; ele sempre dá tudo que pode na hora. Na interpretação de uma entrevistada, o pai é distante, mas quando está com J.D., ele se apresenta como pai e J.D. consegue enxergá-lo como um, acreditando haver vínculo entre os dois. Outro entrevistado tem outra opinião, acredita que não existe um vínculo de pai e filho, visto esta ausência do pai.

Mesmo de modo oscilante, J.D. sempre mantém contato com ele, indo ao seu encontro. Em que pese o estado de alcoolismo do pai incomodar J.D. e ele ter vergonha de mostrar aquela pessoa como sendo seu pai, eles têm um vínculo que se manteve apesar de toda sua circulação tanto institucional quanto familiar. Seu pai é uma pessoa que, mesmo distante, se orgulha dele. De acordo com uma entrevistada, J.D. reconhece as dificuldades do pai, sabe que o pai não tem condições de cuidar dele, porém essa relação do pai com ele lhe dá um lugar diferenciado no desejo de alguém. Não é sem efeito em J.D. a recusa do pai em abrir mão de sua guarda. Podemos levantar a hipótese de que parte da dificuldade de J.D. em estabelecer uma relação de pai e filho com o padrinho afetivo possa ter a ver com isso. Como o próprio J.D. verbalizou, o casal *“era como se fosse meu pai e minha mãe... me dava as coisas, me dava tudo...”*.

Vale ressaltar que J.D. usa a mesma palavra para descrever seu pai que ele usou para se descrever em outro momento da entrevista: “azoadado”. Ele atribui ao alcoolismo do pai essa característica e acha que foi por isso que o pai não quis deixar ele ser adotado pelo casal:

L. Porque você acha que ele não queria que você fosse adotado por ninguém?

J.D.: tsc... meu pai é maluco, azoadado, porque sei lá, ele deve estar pensando o que? porque ele deve estar pensando que ele não ia mais me ver, esses negócios... eu não entendo essa mente dele não. Mas se eu fosse adotado ia ser melhor para mim e para ele, que ele ia saber que eu estava... e olhe, ele é tão coisa que o bairro onde meu tio morava é o bairro em que ele está morando. Mesma casa, só que eu não falava para ele onde era a casa.

Ele não atribui essa recusa do pai em perder a legitimidade sobre sua paternidade a algum sentimento positivo que ele possa ter por J.D. e quando é afirmado o afeto de seu pai por ele, ele é evasivo na resposta e tenta mudar de assunto.

L.: Eu lembro que ele tinha muito ciúme de você, né? Ele disse que não ia deixar ninguém te adotar, que você era filho dele... não foi? Lá na instituição G? Quando você começou a ir para a casa de C. ... aí ele disse que não queria não, que você era filho dele e ele não ia deixar ninguém te adotar não. Então... eu acho que ele gosta de você!

J.D.: Ele gosta... (silêncio). E mais...?

Assim, percebemos que não é a indiferença que aparece no discurso de J.D. em relação a seu pai, é vergonha, tristeza, talvez até um certo desapontamento. Ele não quer que o pai vá até ele nos locais onde frequenta, porque ele teria que apresentar aquela pessoa como sendo seu pai, mas ele sempre vai a seu encontro para se certificar de como ele está.

Sobre a convivência com a família extensa, esta foi muito breve na vida de J.D. Ele morou com a avó paterna um período, mas não há dados de como era essa relação, qual lugar sua avó ocupava em sua vida, como era exercida a lei. Só sabemos que ele debochava de sua tentativa de impor limites a ele. Com uma tia, passou um brevíssimo período em sua casa sob sua responsabilidade e a frequentou de modo oscilante durante alguns momentos quando estava em diferentes instituições.

J.D. não falava muito de sua família com os técnicos, nem bem nem mal, nem se gostava ou sentia ódio, enfim, não verbalizava nenhum sentimento sobre sua família. Durante as entrevistas, ele chegou a esboçar um ressentimento com ela, acreditando que não se importam com ele, pois não o visitam, não ligam para saber se está precisando de algo. Segundo os entrevistados, J.D. não se sente acolhido por sua família, que não consegue relativizar ou ter um outro olhar sobre os erros dele. Desta forma, não houve a criação de um laço forte entre eles. Ambos técnicos de duas instituições acreditam que, para J.D., não importa o que ele faça, a família continuará afastada dele, então ele não teria motivos para mudar seu comportamento.

E1: (...) ele tem uma vinculação com a avó, com os outros não. Acho que ele pensa assim, “eu vou aprontar, eles estão afastados, eu vou continuar aprontando, eles vão continuar afastados, então não vai haver acolhimento mais para mim no seio dessa família, cada vez que eu vou, eu apronto uma coisa lá”. Então a família realmente.... Mas ele não se queixava da falta da família não.

E2: Ele não fala muito da família, ele sabe que ele tem uma vó, um vô, uma tia, tá lá, (...), são pessoas que ele sabe que existem, estão lá no canto e são importantes para ele, mas ele não traz muito elas.

Houve um momento em que sua tia começou a visitar J.D. com frequência no abrigo G e permitiu que ele passasse os finais de semana em sua casa. J.D. foi novamente conquistando o afeto de sua tia e ela se dispôs a ficar com ele durante todo o período de férias escolares, com possibilidade de reinserção definitiva em sequência. Contudo, um final de semana antes de encerrarem as aulas, J.D. furtou o relógio do cunhado desta tia. Ninguém deu falta do relógio e J.D., então, o deu de presente a essa tia, que o usou em uma festa na casa da irmã. Seu cunhado reconheceu o relógio e questionou como ela tinha conseguido ele. Depois disso, a tia se recusou a aceita-lo durante as férias escolares, parou de visitá-lo, se distanciando completamente dele. Este evento podia ter sido lido de muitas formas e ter tido outras saídas. Mas diante do histórico

já construído por/para ele, somente a interpretação do ladrão, do lesador, pôde ser vista. Conforme uma entrevistada:

E2: (...) ele sempre é marcado por umas questões a ponto que depois disso as pessoas não querem mais. É tipo assim, imperdoável o que ele faz, não existe possibilidade de retorno por conta dessas situações que aconteceram no passado.

J.D. não faz menção a esse episódio durante as entrevistas e conta que parou de ir para a casa de sua tia porque quis. Para ele, passar os finais de semana era pouco, ele queria que a tia o assumisse definitivamente. Como ela não queria fazer isso, ele diz que também não queria ir mais para sua casa: “(...) *ela não queria, e quando um não quer, dois não briga, se ela não quer que eu more lá então eu também não quero passar o final de semana lá...*”

Todavia, é importante observar que a avó e uma tia sempre iam visitar J.D. em todos os abrigos em que ele passava. A avó, apesar da idade avançada e dos problemas de saúde, continua fazendo visitas, ainda que irregulares, ao neto. Elas demonstram carinho e cuidado por ele e a tia algumas vezes – quando ele estava nas instituições D, F e G - fez a tentativa de levá-lo aos finais de semana. Sempre havia circunstâncias provocadas por ele e que ninguém sabia como lidar, que a fazia parar de levá-lo. Não podemos deixar de destacar que, do mesmo modo que J.D., sua família também foi alvo de intervenção de diversas equipes técnicas, tendo sempre que repetir as mesmas falas para diferentes profissionais, mas que, de algum modo, não foram suficientes ou eficientes para retificar algo nessa relação, tornando possível a convivência.

Segundo relato de uma entrevistada, a casa dessa avó é muito “*gostosa e acolhedora*”, com quintal, ventilação, bem arrumada. Dois pontos são importantes de destacar aqui: um diz respeito à idealização de uma avó e o outro diz respeito à avó que não se tem mais. Esclarecemos: popularmente se pensa na avó que faz todas as vontades, que faz as comidas que o neto gosta, que dá colo. Mas todas essas ideias são construídas socialmente e não sabemos o quanto essa visão de “vó” e de “casa de vó” foi construída com J.D. para que ele pudesse valorizá-la como a entrevistada valoriza. Tanto que, na fala dele, ele se refere apenas que a vida na casa de sua avó “*era boa.... não era ruim não... eu ia para a igreja todo dia...*”. Na sua descrição, não aparecem esses outros pontos destacados pela técnica.

O segundo ponto nos faz retomar sua primeira infância, quando foi criado em uma creche e que algumas crianças chamavam a dona do local de “vó”. Em uma conversa informal com esta senhora, ela me contou que algumas crianças que perdiam a referência familiar ela não disponibilizava para adoção junto à 1ª Vara da Infância e Juventude, pois acreditava que se ela podia criá-las, não havia motivo para dar para outra pessoa criar. Assim, percebe-se que há um vínculo forte dessa pessoa com as crianças que acolhia indefinidamente. Vale observar que

esta instituição não recebia repasse público para a manutenção do serviço, ou seja, todo investimento ali era de origem privada ou de donativo. Deste modo, J.D., ao ser abruptamente desligado dessa instituição perdeu essa “avó” para passar a conviver com sua outra avó, que desconhecia até então. Com isso, nos questionamos o quanto a convivência com essa nova avó, nessa casa “*gostosa e acolhedora*” o remetia a avó que perdeu, trazendo uma conotação de perda àquilo que ganhou.

A família faz a exigência de que, para acolhê-lo, é preciso que ele mude e tenha um bom comportamento, “*e bom comportamento é J.D. chegar e ficar dentro de casa, é J.D. não sair para ir para a rua (...)*” (E2). Um dos técnicos acredita que “*se ele fosse mais assistido pela família, como era antes, talvez ele melhorasse esse comportamento dele*”. O que está sendo dito nas entrelinhas é que se ele se comportasse, as portas não seriam mais fechadas, que o amor seria incondicional. Retomamos brevemente aqui o fato de que ele vinha se comportando exemplarmente na instituição H, mas, ao fazer uma solicitação importante para ele, ele não teve a resposta que lhe foi prometida, pois a instituição precisou lhe negar. A ambiguidade dessa frase é intencional, pensada a partir da leitura de Lesourd (2004) sobre o interdito.

Um dos entrevistados contou que J.D. tem muita dificuldade de ouvir não, o que tornam as negativas frente a alguns pedidos seus muito difíceis para ele lidar. Lesourd (2004) afirma que, em adolescentes com o narcisismo enfraquecido, recusas e interditos são vividos no registro da rejeição pelo sujeito, como uma condenação à inexistência, como uma expulsão para fora da relação e do mundo. Nesses casos, a questão recai sobre um tempo mais arcaico da constituição subjetiva, da separação do eu e do não eu pelo primeiro não, da primeira rejeição feita pela criança. Assim, o adolescente revive essa rejeição para fora de si, numa posição de objeto, quando de alguma interdição. Essa reação de J.D. às negativas, então, não é apenas por ele ser “*muito mimado, muito cheio de vontade*” ou “*um menino marrento mesmo, birrento mesmo*”, como descreve um dos entrevistados, mas pode ser a expressão de angústia frente ao sentimento de negação de sua existência.

Em relação casal que o apadrinhou, J.D. conta que era muito querido pela família, principalmente pelo filho caçula. Após um período de boa convivência com este casal, em que ele esperava ser adotado, apesar do posicionamento do pai, ele começou a usar maconha no final de semana em que estava lá e entrava na casa sob efeito da substância. Ao saber do que estava acontecendo, o padrinho não mais aceitou sua presença na casa, por não querer más influências para seus filhos e o rompimento foi definitivo. Isto deixou J.D. bastante abatido.

E1: J.D. ia para a casa deles, ajudava no restaurante no final de semana, ficava lá, acho que ela [madrinha afetiva] viu J.D. fumando maconha lá. E depois disso (...) ela nunca

mais veio aqui, ficou de vir para a gente conversar, mas não veio mais. Ela cortou o vínculo mesmo, ela e ele [padrinho afetivo]. Ela não me disse que viu ele fumando, mas pela fala ela percebeu alguma situação.

Segundo J.D.:

Ele [padrinho afetivo] descobriu que eu estava usando droga. Aí ele não quis mais, eu também não quis mais. (...). Ele primeiro me deixou de castigo, depois eu não fui mais... aí eu falei “ah, não quero ir para lá mais não, tsc, deixa lá”.

Esse fator foi decisivo em uma relação que já vinha desgastando, todavia.

E1: Ele ia para lá e sumia. Dizia que ia para a casa de C., saía de manhã e só voltava de noite. C. foi falar e ele não gostou não. (...). E essas coisas foram desgastando né, as pessoas não querem assumir esse tipo de coisas também, né, já basta com seus filhos, com seus parentes. Tinha a boa vontade do povo de acolher ele, de levar, de tentar ajudar, mas... o perfil dele né...

Na análise de J.D.:

Tsc... ele já não ia muito bem assim comigo, porque ele ficava falando que só ficava ouvindo música de ladrão e esses negócios... e coisava boné para trás e usava pancada e gostava de corrente, que não sei quê, ele reclamava comigo direto.

Percebe-se aqui que se quer ajudar um tipo específico de adolescente em situação de acolhimento institucional, que é diferente do “*perfil*” de J.D. Por que não era possível acolher J.D. em sua singularidade, respeitando sua alteridade? Por que é sempre necessário enquadrar o sujeito em uma normativa policialesca? É importante frisar que esse padrinho afetivo era da Guarda Municipal, assim associava diretamente sua vestimenta à do ladrão. Neste sentido, este estilo dele era incompatível com a exigência que seu padrinho lhe fazia. Tem-se, aqui, um desencontro na relação de ambos: J.D., com seu *estilo gangster* tentava ganhar um lugar no desejo do Outro, contudo foi justamente esse *look* que fez a relação desgastar, já que, como veremos, a aparência do sujeito marca o pertencimento a determinado grupo e, no caso, era justamente o grupo combatido pelo padrinho em seu ofício. Assim, sem uma mediação possível entre eles, acabaram por desatar.

J.D. também cativou uma missionária que fazia visitas regulares à instituição H e passou a frequentar sua casa nos finais de semana. De modo semelhante às outras rupturas, ele não respeitava algumas regras da casa, fazendo justamente o oposto que lhe havia sido solicitado, desgastando mais essa relação. Essa senhora se afastou dele, impedindo que ele continuasse frequentando sua residência, em uma tentativa de fazê-lo refletir sobre seu comportamento e valorizar o que havia perdido. Contudo, na extensa história de abandono de J.D., “*gelo para ele é revolta, não é reflexão*” (E3).

J.D., ao afirmar: *“preferia estar com minha família né, do que estar aqui”*, nos faz pensar em uma família idealizada já que, como podemos notar, nenhuma das figuras de afeto que surgiram na vida de J.D. – o pai, a avó, as duas tias, o casal que o apadrinhou afetivamente, a madrinha afetiva – se estabeleceram como laços estáveis em sua trajetória. Estes laços foram todos marcados por rupturas, mesmo que algumas tenham sido reatadas, mas sempre dentro de um ciclo: ruptura – restabelecimento – ruptura.

Entretanto, é em J.D. que recai a responsabilidade por seu abandono:

E2: eu acuso ele porque eu digo “você perdeu todas as chances do mundo e jogou fora”, a gente joga isso na cara dele o tempo todo, e a gente joga mesmo, você teve todas as chances, você desperdiçou isso, você fecha as portas... a gente só vai com ele com acusação.

A intervenção era similar na instituição anterior. Conforme conta um entrevistado, os atendimentos para fazê-lo refletir sobre a relação da família com ele eram da seguinte forma: *“mas você entende que sua família é assim por conta de seu comportamento? Que a família se afastou de você por conta de seu comportamento, que você procurou porque você quis?”*.

As falas recorrentes de que J.D. joga todas as oportunidades que consegue fora encontra lastro no seguinte aspecto: J.D. é muito carismático, gentil, sedutor, além de ser franzino e “loirinho”, o que inspira nas pessoas um desejo de cuidar dele e protegê-lo. De fato, ele teve um leque de oportunidades muito mais amplo que muitos outros adolescentes acolhidos:

1. Conseguiu um curso profissionalizante duas vezes fora da seriação escolar correta: se uma vez já é muito difícil de conseguir, ter uma segunda chance é praticamente impossível;
2. Conquistou dois padrinhos afetivos, em momentos diferentes, o que é um fato considerável, visto a relação direta que se faz entre adolescente abrigado e periculosidade;
3. Tem uma referência familiar, mesmo com todas idas e vindas, que o visita e o recebe em sua casa, composta por duas tias, uma avó e um pai, ao passo que tem adolescentes institucionalizados que, por mais que se procure, não se encontra nem uma pessoa que se disponibilize a, ao menos, contar sua história;
4. Apesar de não ter tido aprovação na escola desde os 12 anos, nos períodos em que ele se compromete a ir, tira notas boas e tem sua inteligência (não seu empenho) reconhecida (seu bom desempenho era algo de que ele sempre se orgulhou);
5. Ele é muito habilidoso então, quando é inserido em uma atividade esportiva ou artística rapidamente se destaca, sendo convidado a participar de apresentações, quando muitos outros ficam muito tristes por não terem sido escolhidos para se apresentar junto ao grupo.

Assim, por ele ter certa facilidade em conseguir coisas que outros adolescentes são privados durante toda sua institucionalização, é fácil ver nele a responsabilidade por suas perdas.

Contudo, ao olhar pela perspectiva dele, porque não inverter a afirmação: “você é assim por conta do comportamento de sua família”? Claro que essa afirmação simples não compõe a complexidade do problema e sabemos que a subjetividade não é formada numa relação binária de causa e efeito. Todavia, pensar a partir de uma outra perspectiva abre novas possibilidades de intervenção, tanto com o adolescente, quanto com a família. Do ponto de vista de J.D., ele foi abandonado ainda bebê, nunca recebeu visita de nenhum familiar durante seus sete primeiros anos de vida. Nem sabia da existência de uma família paterna. Ele foi abruptamente retirado do local que vivia e entregue à mãe e, pouco tempo depois, foi novamente retirado de forma abrupta da convivência dela por conta de seu falecimento e entregue para a avó paterna. Não sabemos quais ilações ele pode ter feito sobre essa sequência impiedosa de eventos, mas sofrer três abandonos consecutivos não é sem grandes efeitos. Neste sentido, devemos pensar como acolher uma criança neste desamparo subjetivo? A família pode ter objetivamente acolhido ele e o irmão, mas que amparo, que acolhimento foi verdadeiramente oferecido para todo esse sofrimento? Deste modo, inversão da afirmativa não deve ser lida meramente como acusatória, mas como uma tentativa de levantar novas hipóteses para compreensão da trajetória de J.D., de construir com ele outras interpretações para sua história que não sua culpabilização por seus abandonos, de tentar promover um curto-circuito nas suas repetições.

É importante destacar que J.D. leva todas as suas relações até muito além do limite de todos, é como se ele provocasse incessantemente o outro a desistir dele. Em sua trajetória institucional, ele fugiu de todos os abrigos, com exceção dos dois últimos, e ele só fugia após a instituição já ter recorrido a todas as instâncias solicitando sua transferência, de já se sentir esgotada em todas as suas possibilidades de intervenção. Na penúltima instituição, que ele ia aparentemente bem e não pensavam em transferi-lo para outro local, ele intensificou seu envolvimento com o tráfico da região, tornando-se visado pela vizinhança e pela polícia, culminando com o flagrante que determinou sua transferência.

Em sua trajetória familiar, o mesmo se deu: o tráfico na casa da avó, o descaso com sua preocupação, o roubo na casa da tia, o uso de maconha nas redondezas da casa dos padrinhos, a completa falta de respeito com os pedidos feitos pela outra madrinha em relação às regras da casa. Nunca eram infrações pequenas que ele cometia, ao mesmo tempo em que nenhuma dessas pessoas chamou verdadeiramente a atenção de J.D. sobre nenhum desses episódios. Os fatos aconteciam e, quando não aguentavam mais, elas desapareciam de sua vida. Assim, não havia uma resignificação do fato para eles e, do mesmo modo, não podia haver uma

ressignificação de seus atos por J.D. Neste sentido, os entrevistados, ao serem questionados sobre a existência de alguém com laço mais duradouro na vida de J.D., não conseguiram citar ninguém. J.D., em relação a essa mesma pergunta, cita os amigos que fez na instituição A, quando ainda era uma criança e diz que os vê de vez em quando, quando J.D. aparece na instituição e que se falam ainda pelas redes sociais. Ou seja, aos 17 anos, J.D. não possui nenhuma figura de referência a qual possa se remeter, seja para se identificar, questionar e se sentir acolhido e seguro.

O estilo gangster: a introjeção de um lugar a partir do discurso criminalizante

Nesta subseção, analisaremos os prontuários de algumas instituições de acolhimento as quais J.D. passou, a partir da perspectiva de como o olhar e o discurso conferidos a J.D. funcionaram como lastro para a construção de uma identificação dele com um gangster e como, ao final, tal construção identificatória institucionalmente reforçada passou a ser atribuída como característica intrínseca de J.D., como sua marca primordial, fazendo dele um incorrigível.

J.D. foi reinstitucionalizado após o período de 4 anos vivendo com sua família. Uma funcionária da instituição B afirmou que J.D. “não era dos piores, só gostava de mostrar aquele jeito de marginal, pois ele tinha se envolvido na região dele”. Alguns anos mais tarde, J.D. relatou para a equipe da instituição G que ele gostava de ser “estilo *gangster*, mas sem roubar e sem matar”. A princípio, parece clara a diferença entre “*gostar de mostrar*” determinado modo de ser, ou portar determinado *estilo*, e efetivamente encarnar a figura estilizada. A confirmação de um envolvimento com o tráfico deu a ele um lugar diferenciado na instituição, fazendo com que as ameaças com jargões do tráfico ganhassem um peso em sua fala. Ele sempre foi um adolescente franzino e, desta maneira, de fato, ganhou corpo.

Como vimos no capítulo 3, a adolescência é o momento em que o sujeito precisará se reapropriar da imagem de seu corpo, devido às mudanças arbitrárias impostas pela puberdade. Um novo olhar começa a ser dado ao adolescente e novas exigências lhe são impostas. Assim, esta passagem provoca um mal-estar na sua relação com o outro semelhante, visto que ela se estabelece sob a perspectiva de um novo olhar e voz em relação ao próprio corpo (Dias, 2000) dos quais o sujeito precisa para lhe confirmar uma imagem de si. O olhar e a voz maternos que davam sustentação ao sujeito passarão a ser o olhar e a voz do semelhante do Outro sexo e novas identificações deverão se processar, em uma reedição do estádio do espelho (Backes, 2004; Dias, 2000).

Lesourd (2004) fala da importância do *look* para o sujeito adolescente. Sendo, na nossa sociedade, a aparência uma forma de reconhecimento entre as partes, a roupa é um elemento essencial para marcar um reconhecimento ou uma separação com relação ao outro. Nesse sentido, o *look* participa da construção do eu, devendo, então, ser compreendido como uma extensão e uma afirmação do eu do sujeito. O *look*, ao passo que marca um pertencimento a determinado grupo, também comporta a singularidade do sujeito (Lesourd, 2004). No caso de J.D., seu *estilo gangster* tem sua particularidade: “*sem roubar e sem matar*”. O autor ressalta, entretanto, o perigo da cristalização do *look*, dando a ilusão de uma identidade garantida, já que a marca fundamental desses objetos de exibição adolescentes é justamente a busca de identidade do sujeito.

No prontuário da instituição B não há registrado um relato dele sobre seu envolvimento com o tráfico. Há um relatório escrito somente pelo Serviço Social de que J.D. “apresenta ser tranquilo, mas mantém instantes de agressividade”. Ao ser questionado sobre seus interesses, fala que queria ser advogado e continuar no abrigo. Assim constam as observações psicológicas:

Relata estar sentindo-se bem no abrigo e não deseja retornar ao convívio familiar. Tem demonstrado um comportamento que indica desajuste social, com evidentes rompantes de agressividade e dificuldade em respeitar figuras de autoridade. Não consegue estabelecer contato afável com o meio, deferindo incursões que sugerem certa ameaça. (sic prontuário instituição B, grifo nosso).

Segundo Foucault (1971/2014), o Estado Moderno - que não se baseia mais no poder soberano que arbitra sobre a vida e a morte dos seus subordinados, mas nas leis e nos códigos civis - detalha o crime e suas punições respectivas a ser julgados nos tribunais de justiça. Ali, porém, são julgadas também as paixões do criminoso, as anomalias, as inaptações, as hereditariedades. Com isso, tais observações, vindas principalmente de uma ciência que estuda sobre a personalidade, começam a criar a um “laudo pericial” que, antes de tentar explicar um ato, qualifica um sujeito (Foucault, 1971/2014). Assim, aqui já se inicia o discurso institucional que tem por função marcar um “desajuste social”, construindo a imagem do pequeno perigoso. Neste sentido, em parceria com o serviço social, a psicologia ratifica: “*a criança descreve sua história de maneira que não demonstra arrependimento, através de um discurso que ressalta um posicionamento frio e sem vínculos afetivos*” (sic prontuário). Há, ainda, que J.D. “evidencia falta de emotividade”, “dificuldade em estabelecer contato positivo”, “tende a exercer certa liderança sobre os demais” e “denota certa espontaneidade, que sugere falta de limites”. Todos estes destaques dados no prontuário e nos relatórios intencionam apontar para uma possível psicopatia em J.D.? Se não para isso, para que serviriam estas observações se não estão

acompanhadas de um plano individual de atendimento que vise a dar conta dessas questões, se não estão contextualizadas em uma história de múltiplos abandonos ainda na infância?

Não é irrelevante o fato de a institucionalização ter sido logo após ele ser abandonado pela quarta vez (1 – pela mãe em seu primeiro abrigo; 2 – fechamento da instituição e o afastamento das pessoas de sua infância; 3 – óbito da mãe, que pode ser interpretado como um abandono pela criança; 4 – a rejeição da avó). Neste sentido, como esperar que ele falasse positiva e afetivamente da família? Como estabelecer contato afável com o meio, sendo que o meio sempre aparece como transitório?

Foucault (1971/2014) afirma que o castigo é uma das formas que o Estado Moderno tem de fazer os cidadãos seguirem as leis e as normas. Para ser efetivo, contudo, ele precisa obedecer a algumas condições. Destacaremos duas delas: a primeira, diz respeito à não arbitrariedade, ou seja, é preciso haver uma ligação entre o crime e o castigo, seja de semelhança, de analogia ou de proximidade. Desta forma, a punição ideal deverá ser transparente ao crime que sanciona. A segunda condição diz respeito à duração do castigo. Se a função da pena é transformar o sujeito, considerando que haja efetivamente esse efeito, se ela for eterna, não terá utilidade, pois o sujeito agora virtuoso, não terá para onde voltar e o sujeito não poderá exercer sua virtualidade. Pensando na história de J.D., será que podemos considerar que seu castigo, voltar para o abrigo, sem perspectiva de retorno familiar, foi análogo ao seu crime (se envolver com o tráfico e debochar da preocupação da avó)? E, na perspectiva de um adolescente de 12 anos que só sairá da institucionalização aos 18 anos, essa não pode ser considerada uma pena sem validade? Como esperar que este castigo, por si mesmo, sem um outro que lhe auxilie a ressignificar sua história, seja efetivo?

Essa passagem tão breve e com impressões tão inquestionáveis sobre sua agressividade, periculosidade e falta de afetividade com a família podem ter funcionado como um forte ratificador de lugar que ele estava experimentando. De acordo com Steffen (2006), muitas vezes o meio externo não oferece vias identificatórias para formação de um ideal de eu e as falas parentais [e institucionais] aparecem em um enunciado de identificação negativa, com um “não seja isso” ou “não seja aquilo”. Assim, para J.D., como resposta ao enigma “o que queres de mim?”, apareceu apenas um lugar como possibilidade identificatória para esse sujeito recém-entrado da adolescência: o do marginal. Entretanto, é preciso destacar que suas falas de afronta e apologia ao tráfico aqui ainda foram descritas como *sugerindo* certa ameaça, não como ameaças em si.

Como forma de coerção ao seu comportamento “com rompantes de agressividade”, ele foi levado duas vezes para a delegacia, sendo que, na segunda vez, seu encaminhamento se deu

na véspera de um feriado enforcado, o que o fez dormir na DAI por cinco dias²⁴. Assim, após essa passagem pela instituição B, no primeiro atendimento realizado a J.D. durante o acolhimento na instituição C, ele contou que se envolveu com o tráfico aos 10 anos, fumava maconha, usava arma na cintura e praticava assaltos a postos de gasolina junto aos traficantes da região. Além disso, confirmou estar ameaçado no bairro onde a avó mora, pois “entregou a droga na boca errada” (sic prontuário instituição C). Afirmou ainda não ter medo de morrer, questionando qual traficante tem esse medo. Nenhuma dessas informações foi dada à equipe técnica da instituição B. Ou seja, nota-se que a história aqui já foi narrada com um acréscimo de periculosidade e na identificação direta como um traficante.

Apesar dos comportamentos de pirraça e provocação que aborreciam alguns educadores e o fazia ser rejeitado por alguns educandos, J.D. sempre demonstrou um comportamento solidário, dividindo seus pertences com os que precisassem, atencioso com o sofrimento alheio, procurando dar conselhos quando outros brigavam, separando brigas e acalmando os envolvidos, muito prestativo e afetuoso com a equipe, disposto a ajudar no que fosse solicitado. Isto, entretanto, não está escrito em nenhum relatório ou prontuário de nenhuma instituição. Este conhecimento vem da relação que estabeleci com ele na época e como pude acompanhá-lo durante um tempo posterior em sua trajetória, vi que esse comportamento dele se manteve. Assim, notamos que não é para isso que o olhar institucional está voltado e que os prontuários se tornam registros meticulosos e restritos às (pequenas) infrações para que se possa servir como dado de avaliação dos sujeitos (Foucault, 1971/2014).

Na instituição D, apesar de ter se adaptado às normas institucionais, ele apresentava comportamento arredio, era desobediente, mentia, ameaçava com jargões do tráfico os outros educandos, roubava nas redondezas da instituição. Com relação à escola que frequentava quando estava na instituição D, a equipe foi chamada a comparecer pois J.D. não a estava frequentando e, quando ia, não entrava em sala. As poucas vezes em que assistia aula, ele tumultuava o ambiente, se desentendendo com os colegas. A diretora contou que J.D. ficava nas redondezas da escola, andando com meninos envolvidos com o tráfico e estava “frequentando a boca onde se reúnem” (sic relatório). O panóptico, descrito por Foucault (1971/2014), se trata de uma arquitetura de vigilância na qual todos os indivíduos seriam vistos ininterruptamente e onde se poderia moldar o comportamento de cada um para o que se espera,

²⁴ L. E como é lá a DAI?

J.D. É feião, tudo feio lá embaixo. O cara não dorme não. Você vê um bocado de coisa lá embaixo.

L. Vê o quê?

J.D. Você vê tudo sujo véi, você não vê parede, você vê um bocado de nome, você vê um bocado de coco nas paredes, nas comarcas, no chão, tudo fedendo a mijo, o bagulho é doido, tudo escuro...

a partir de inspeções e registros constantes. Podemos observar até aqui que a todo momento o comportamento de J.D. está sob suspeição, em rigorosas observações sobre o que faz, com quem anda, aonde está. Ainda assim, esse esquema de vigilância, em sua tentativa de discipliná-lo, falha, pois ele sempre consegue burlá-la.

J.D. negou todas as acusações que recaíam sobre ele, “*sempre com um ar de riso, como se nada tivesse a perder*” (sic relatório). Este ponto é bastante interessante de se pensar: o que ele teria a perder?

Para a psicanálise, a lei jurídica não se confunde com a lei simbólica. Freud (1930/1974), em o *Mal-Estar da Civilização*, afirma que uma das funções da civilização é regular as relações sociais, estabelecendo leis que não poderão ser violadas em favor de um indivíduo. Não fosse assim, todos ficariam à mercê da vontade arbitrária do indivíduo mais forte. Deste modo, numa sociedade, seus membros precisam abrir mão da satisfação de algumas pulsões primárias, para que a lei se torne a expressão da vontade da comunidade e não somente de alguns indivíduos.

Na perspectiva lacaniana, é a metáfora paterna que, ao marcar uma interdição à mãe, inaugura o acesso à dimensão simbólica e abre espaço para a constituição de um sujeito desejante. Contudo, essa lei do pai só se efetiva à medida que a criança descobre que o desejo da mãe também está submetido a esta lei (Dor, 1985/1989). Ou seja, a função paterna só é representativa da lei sob a condição de determinar, para a criança, seu lugar exato no desejo da mãe. É somente quando a criança pode ver que tem um lugar no desejo de sua mãe que ela aceita negociar sua condição de ser o falo para ela, para a condição de ter o falo. Assim, “o desejo de ser, recalcado em prol do desejo de ter, impõe à criança que engaje a partir de então seu desejo no terreno dos objetos substitutivos do objeto perdido” (Dor, 1985/1989, p. 94). Neste sentido, a inscrição da lei possibilita ao sujeito orientar-se em relação ao seu desejo (Bertol e Souza, 2016).

Dor (1985/1989) afirma que é justamente a questão do desejo que irá garantir para a criança ascender da condição de objeto à de sujeito. Todavia, é somente no registro de uma relação simbólica com o Outro e através do desejo do Outro que o desejo do sujeito pode se inscrever. Assim a demanda, para além da satisfação da necessidade, é, antes de tudo, demanda de amor, formulada e endereçada ao outro. Portanto, o desejo institui-se, de saída, como desejo de ser desejado.

Assim, se a demanda é primariamente de amor, se é a partir do desejo de ser desejado pelo Outro que a criança pode aceder a condição de sujeito, o que se tem a perder quando não há amor, quando não há lugar no desejo do Outro? Pensando na história de J.D., que não tem mais contato com as pessoas que o criaram, longe dos irmãos, com a mãe falecida, sem notícias

do pai, com a avó tendo solicitado seu novo abrigo, sem vínculo com a escola, sem vínculo com nenhuma das comunidades do entorno (do abrigo, de onde a avó mora ou de onde passou a infância), parece que ele, realmente, não teria muito a perder. Ele paga com a vida? Mas que valor pode ele atribuir a essa vida que, aparentemente, não tem muito valor para o outro/Outro? É justamente neste ponto, a partir da perspectiva de Dor (1985/1989), que o valor estruturante da simbolização da lei se fragilizaria.

Todavia, levantamos ainda outra hipótese: é a partir da colocação dos sujeitos na condição de objeto que as instituições tratam os acolhidos. Eles não são ouvidos na construção das regras institucionais, são silenciados em suas expressões de angústia, de insatisfação, não são levados em consideração em suas reivindicações. Assim, o desrespeito às figuras de autoridade, para além da interpretação de ser uma afronta e um questionamento das normas - características comumente encontradas na adolescência - pode representar uma tentativa de fazer valer a inscrição do Nome-do-Pai, de afirmar sua condição de sujeito, à medida que não se permite sua redução, novamente, à condição de objeto, completamente submetido ao gozo absoluto do Outro. Neste sentido, ao contrário da ideia de que esses adolescentes não estariam submetidos nem à lei simbólica nem à lei jurídica, eles estariam, à sua maneira, reafirmando sua inscrição, confirmando-a, ainda que de forma falha.

Ainda, além das diversas interpretações que podem ser dadas a afirmação de que ele nada teria a perder, é preciso perguntar qual foi a intervenção que a instituição fez com J.D. a partir dessa constatação? Como trabalhar com este adolescente o que ele tem a perder? Desta forma, mais que constatar que ele leva a vida com deboche, “como se nada tivesse a perder”, é preciso usar isso de forma a promover alguma retificação sobre o valor de sua vida e das relações. Afirmar que ele pode nada ter a perder, por si, ratifica mais uma posição de indiferença frente ao valor de sua vida e confirma um lugar de desvalor no desejo do Outro, que promove uma mudança. Foi exatamente por não conseguir promover um espaço de retificação na sua posição de gozo que esta instituição justificou o não acolhimento de J.D., afirmando uma saturação da instituição em lidar com seu comportamento desafiador. Além disso, a instituição apostou que não recolher J.D. serviria para dar um “recado aos demais acolhidos”, para que eles “entendam que não podem viver brincando com a própria vida” (sic relatório).

Conforme Foucault (1971/2014), o castigo também serve como um exemplo aos outros possíveis culpados, de modo que a punição ideal deve ser transparente ao crime que sanciona para que quem a contemple possa ver ali o crime que está sendo castigado. Neste sentido, a disciplina possui uma maneira específica de punir: o castigo disciplinar. Tudo o que está inadequado à regra, todos os desvios, por menores que sejam, pertencem à penalidade

disciplinar. Assim, o castigo disciplinar deve ser essencialmente corretivo e, por isso mesmo, deve ser isomorfo à própria obrigação. Castigar é exercitar. Foucault (1971/2014) afirma que o poder disciplinar tem como maior função “adestrar”. Como J.D. não se dobra ao adestramento, ele acaba por colocar a função da instituição em questionamento. Assim, para que a instituição possa manter seu lugar disciplinador, é preciso que afaste aquele que não se rende e que este possa, ao menos, servir de exemplo para os demais. Percebemos então que todo o trabalho da instituição está voltado para o controle, através do poder disciplinar. J.D. nos revela que este foco exclusivo na dimensão da correção precariza e fragiliza o trabalho institucional.

Durante o período em que esteve na instituição E, ele demonstrou os mesmos comportamentos pelos quais foi solicitada sua transferência do abrigo anterior. Em seu relatório há que seu comportamento era desrespeitoso com toda a equipe técnica e com os outros adolescentes que se encontravam na unidade, infringia as normas institucionais, provocava conflitos entre os adolescentes, fazia apologia ao tráfico e às facções e não participava das atividades propostas pelos educadores. Neste período, acabei me aproximando de J.D. por outro motivo²⁵ e me lembro que, por conta de todo seu histórico - que vai sendo passado de instituição em instituição via relatórios - pela convivência breve que tiveram com ele anteriormente e por apresentar muito gingado no andar e muitas gírias na linguagem, os técnicos e os educadores deste abrigo desconfiavam e brigavam muito com ele, o que o fazia reagir de modo agressivo algumas vezes. Assim, me pergunto, o que desencadeia esses rompantes de agressividade? Será que não há nesse excesso de vigilância, de controle e de punição um gatilho para uma expressão mais efusiva de descontentamento?

Na instituição F, em sua passagem “desastrosa” (sic prontuário), J.D. praticou muitos atos delinquentes. Com o encaminhamento à DAI, seu comportamento só foi piorando. O relatório que foi encaminhado pela instituição junto com J.D., direcionado à 2ª Vara de Infância e Juventude²⁶, descreve eventos problemáticos em que J.D. foi o protagonista, desde destruição do patrimônio privado até envolvimento com o tráfico da região. Segundo consta, nenhuma intervenção realizada com o adolescente surtia efeito. A função deste relatório era solicitar a transferência de J.D. para uma instituição de privação de liberdade (e não outra instituição de acolhimento), visto que “seu comportamento é de infrator, devendo cumprir medida socioeducativa e não protetiva” (sic relatório)²⁷. Vale frisar que a instituição deixou claro que,

²⁵ Este motivo não pode ser explicitado aqui para garantir o anonimato das instituições e dos participantes.

²⁶ Vara da infância que trata exclusivamente de adolescentes em conflito com a lei.

²⁷ A única forma de um adolescente ser encaminhado a uma unidade socioeducativa de privação de liberdade é, após ele ser acusado de ter infringido a lei, ter sido julgado e considerado culpado, o Juiz da Vara da Infância e Juventude decidir por sua internação durante uma audiência.

caso tivesse recebido o relatório da instituição E antes de ter aceitado acolhê-lo, eles não o teriam recebido. Assim, podemos afirmar que a recusa e o esgotamento de possibilidades de atuação com J.D. já estavam dados antes mesmo de sua chegada. Apesar de no dia seguinte do retorno da DAI ele ter solicitado à coordenação uma segunda chance, afirmando estar arrependido de tudo que tinha feito, nesta mesma noite J.D. “atentou contra a vida²⁸” (sic relatório) de um educando. Assim, vemos que quanto mais se enfatiza sua criminalidade, sua periculosidade, mais ela vai se presentificando em J.D.

Segundo Rassial (1990/2005), o ato delinquente é, antes de tudo, uma tentativa de inventar um outro espaço, outras regras de deslocamento do sujeito e dos objetos. Deste modo, ele não joga o jogo justamente para criar um fora-de-lugar. O jogo que J.D. não joga é o da submissão irrestrita às normas institucionais, o que representaria o silenciamento do seu corpo, uma objetificação de seu ser. O comportamento de J.D. pode ser lido exatamente como uma convocação à mudança, porém à mudança do modo de funcionamento da instituição, no que diz respeito ao predomínio existente sobre a vigilância e sobre a punição. No caso desta instituição, o encaminhamento à psicologia, à psiquiatria e à medicalização nos sugere mais uma tentativa de controle e de normalização do sujeito, do que uma preocupação com ele. Assim, do ponto de vista de J.D., podemos afirmar que era a instituição que não queria mudar, pensando em outras formas de lidar com ele, de efetivamente escutá-lo.

Lacadée (2006/2011) associa isso que a psiquiatria e algumas vertentes da psicologia chamam de distúrbios do comportamento a uma pantomima. A pantomima é uma forma de expressão através de gestos, sem a utilização da linguagem falada; é a mímica que acompanha um texto. Neste sentido, o trabalho a ser desenvolvido com jovens que fazem do agir seu modo principal de expressão deve ser o de auxiliar o adolescente a produzir palavras sobre essa pantomima, cujo texto ainda é desconhecido, mais do que visar simplesmente a uma mudança de atitudes ou de conduta; é preciso ajudá-lo a encontrar um lugar de endereçamento para seu sofrimento a partir da compreensão daquilo que o faz agir (Lacadée, 2006/2011).

O autor, a esse respeito, lança duas perguntas importantes: “Se o sujeito faz um signo com seu comportamento, qual será seu parceiro? O olhar que o vigia, o avalia, o classifica, ou um discurso que ele ignora?” (Lacadée, 2006/2011, p. 40). Retomamos estas questões aqui porque o posicionamento em que tanto a instituição quanto o profissional irão tomar junto ao sujeito terá impactos na direção do trabalho com o adolescente. Até o momento, vemos que o trabalho institucional está voltado para a vigilância, avaliação, classificação, mas não constam

²⁸ J.D. teria desarmado a tomada do ventilador para que quando o adolescente fosse liga-lo, tomasse um choque.

dados sobre a tentativa de se construir um outro discurso ou um outro saber sobre seus atos. A partir da leitura dessas pantomimas, é possível tentar decifrar a maneira como o sujeito se situa diante do desejo do Outro, se separa dele, o provoca, o faz surgir (Lacadée, 2006/2011) ou falha nessas tentativas.

Desta forma, Lacadée (2006/2011, pp. 41-42) afirma que

quando fracassa o processo de tradução, o processo de nomeação, o distúrbio de conduta surge como uma formação do inconsciente mais alongada, mais contínua do que o sintoma freudiano. Onde o sintoma opera um enlace entre o significante e o corpo, uma prática de ruptura condena o sujeito a vagabundear, longe de qualquer inscrição significante que o ancore no campo do Outro.

Assim, J.D. age cada vez com mais ênfase, em uma tentativa desesperada de se situar no campo do Outro. A instituição, todavia, sem perceber isso, o descreve como extremamente agressivo, intimidador, desafiador e possuidor de forte liderança negativa com os demais acolhidos, com propensão a mentir para obter vantagens. Desta forma, já sem ferramentas de intervenção com ele, visto que a repressão, o controle e a vigilância não funcionavam, a instituição solicitou ao juiz da 1ª Vara de Infância e Juventude²⁹ uma audiência para advertir J.D. de seu comportamento. Seu comportamento melhorou durante um período antes da audiência, mas como no dia em que voltaram da audiência ele desrespeitou um educador, essa melhora foi descrita como mera “*performance*” para enganar o juiz. Vemos então que nenhuma tentativa de ser outra coisa, de ser de outro modo, é visto dessa forma. Todo olhar e léxico servem somente para ratificar um lugar que, de forma bastante obediente, J.D. acata.

Para Lesourd (2004), o adolescente é sensível aos significantes que lhes são invocados pelos encontros, principalmente se forem pessoas que podem encarnar as figuras novas do grande Outro: o Outro social ou o Outro sexo. Com isso, ao mesmo tempo em que espera essa nomeação, ele a teme, pois, aí, ele se sente, ao mesmo tempo, existir e desaparecer (Lesourd, 2004). A utilização de uma linguagem unívoca e de um determinado léxico para nomear um sujeito tem graves consequências para sua existência, pois pode congelá-lo em um ponto de exclusão (Lacadée, 2006/2011). Assim, por ser difícil para esses jovens nomear a si próprios e traduzir em palavras o enigma de suas existências, é preciso manejar esse léxico com muita prudência para não correr esse risco. O autor cita Henri (2005), no que ela fala sobre “o efeito Pigmalião”, em que “o medo da planta selvagem faz crescer a selvageria, real ou suposta” (Henri, 2005, citado por Lacadée, 2006/2011).

²⁹ Vara de Infância e Juventude que trata exclusivamente de questões referentes à proteção de crianças e adolescentes.

Passados 3 meses da audiência com o Juiz, novo relatório foi escrito, descrevendo mais cenas de desrespeito e de agressividade de J.D. dentro da instituição. Além disso, há o relato de J.D. ter agredido um educador com faca e, em outro momento, jogado uma bola de futebol contra seu rosto, mais de uma vez. Ele anunciava no dia anterior que iria “barbarizar” no plantão seguinte. Ele furtou alimentos e objetos de lazer da instituição, além de ter conseguido um molho de chaves da instituição e ameaçava atentar contra a vida de funcionários e educandos.

Na escola, não obstante fosse visto como muito inteligente, comunicativo, capaz de ler e compreender o sentido de um texto e escrever bem, apresentava um comportamento semelhante. No relatório escolar consta a dificuldade em lidar com “J.D. que está cada dia mais ousado, desrespeitoso, agressivo e se recusa a receber ajuda”. Agredia verbalmente e desafiava professores e direção e dizia que o comando era dele. Não frequentava as aulas e só entrava em sala quando queria. Foi suspenso dois dias por indisciplina. Dizia que se não fosse transferido de escola, iria “fazer terror” (sic prontuário). Vemos nesse condicional de J.D. - “se não me transferirem, então vou fazer terror” - uma hiância entre o enunciado e o ato, que pode ser compreendida como uma tentativa de convocação do Outro para impedi-lo de fazer isso. Entretanto, caso o Outro falhe ao atender a sua solicitação, o enunciado passa a ser uma convocação a assistir seu ato (Barros, Frej e Melo, 2014). Como ninguém consegue interpelar J.D. em sua enunciação, fazendo-o produzir algum sentido sobre seu próprio texto, não há outra saída para ele a não ser agir.

Lacan (1962-1963/2005), no seminário 10, diferencia duas modalidades de ato: o *acting out* e a passagem ao ato. O *acting out* possui uma ênfase demonstrativa, sendo orientada para o Outro, em uma convocação desse olhar para a interpretação. A passagem ao ato, na outra mão, é a saída de cena do sujeito, representando um desligamento radical do Outro (Capanema & Vorcaro, 2012). As autoras citam Lacadée (2007), que situa o ato do adolescente como uma tentativa de inscrição no campo do Outro, numa tentativa de ser escutado, revelando uma precariedade em se situar no campo da linguagem. Deste modo, estando o acesso à palavra dificultado na contemporaneidade devido à uma precarização do campo simbólico, novos modos de laço com o Outro têm sido estabelecidos, prioritariamente pela via da atuação em lugar da enunciação. Por este motivo, os atos infracionais podem estar ligados ao *acting out*, em uma mostra para o Outro, clamando por uma significação, sendo, inclusive, uma tentativa de autonomação, diante da falta do Outro (Capanema & Vorcaro, 2012).

Capanema e Vorcaro (2012) ressaltam que quando reiterados *actings out* falham em sua dimensão de convocação, impossibilitando a mediação simbólica e intensificando o desamparo do adolescente, a passagem ao ato aparece como último recurso do sujeito para sair do

embaraço. Neste sentido, o ato infracional também pode vir como uma passagem ao ato, quando não há endereçamento algum ao Outro. Todavia, as autoras chamam atenção para o fato de que o ato tem um caráter de excepcionalidade e comporta em si uma transformação, propicia uma retificação subjetiva, instaurando um antes e um depois. Com isso, quando há uma banalização do ato adolescente - ou seja, quando se desconsidera essa dimensão da necessidade de dar sentido a este ato -, este acaba por se constituir como uma série de tentativas de inscrição, perdendo seu caráter de ato. As autoras lançam então a pergunta: “como recuperar a função do ato quando sua banalização o apaga?” (Capanema & Vorcaro, 2012, p. 157).

Lesourd (2004) faz uma diferenciação entre agir e ato, a partir da teoria e do conhecido aforisma de Lacan: “agir é arrancar da angústia sua certeza” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 88). O agir comportaria a dimensão motora da ação, em que o sujeito busca sair da hegemonia do desejo do Outro, que causa angústia, ao passo que o ato seria uma enunciação subjetiva da ação, ou seja, por palavras no agido. O agir, estando em relação ao objeto a, deve ser compreendido como a criação de um objeto na realidade, que provoca uma separação entre o sujeito e o Outro desejanste. “O agir é uma maneira de escrever uma relação entre o Um e o Outro, uma maneira de fazer laço entre o sujeito e o outro” (Lesourd, 2004, p. 142). Para o autor, o agir é a referência única de existência do sujeito, em uma confirmação sobre quem se é, de modo que alguns adolescentes ancoram a certeza do seu ser e da sua existência em seus comportamentos. Lesourd (2004) traz o exemplo de crianças que, na brincadeira imaginária, seu narcisismo se torna seu ato – ou seja, elas acreditam ser os personagens que interpretam – até que a realidade as faça sair do jogo. Deste modo, deixamos a pergunta: e quando a realidade, ao invés de fazer o adolescente sair do jogo o faz entrar mais ainda nele?

Em relação ao ato, é preciso primeiro que o sujeito aja e, depois, que o sujeito fale sobre seu ato, o signifique. Por este motivo, Lesourd (2004) classifica tanto o *acting out*, quanto a passagem ao ato e o sintoma como agires, à medida que eles só ganhariam estatuto de ato quando o sujeito pusesse palavras na ação. Desta forma, o ato implica a diferenciação entre o enunciado e o enunciador, presentificando a divisão subjetiva entre o eu e o Outro. A diferença do ato para o agir é justamente essa: o agir é uma afirmação da existência do ser, porque é onde o sujeito se reconhece, enquanto o ato instaura o questionamento sobre o acontecido, instaura a divisão subjetiva através da colocação de palavras no agido. O autor destaca que o adolescente está em busca dos significantes que o representam ao olhar do Outro social e do Outro sexo, preferindo o agir ao ato, já que o primeiro lhe garante a certeza do seu ser (Lesourd, 2004) e também, podemos pensar, pois a simbolização desse lugar no Outro é muito difícil. Com isso,

entre seus agires, o adolescente procura aqueles aos quais o Outro possa nomeá-lo, que o designariam como representável para o Outro.

Assim, o trabalho com o adolescente é “fazer dos agires tentativas de ato, ou seja, permitir a detecção do significante que representa o sujeito em ato” (Lesourd, 2004, p. 146). Para tanto, é necessário “um entendedor que possa encarnar o outro significante, junto ao qual o sujeito se represente no seu significante em ato” (Lesourd, 2004, p. 149). Retomamos então a pergunta de Capanema e Vorcaro (2012) e reafirmamos a necessidade de se fazer instaurar a dúvida no adolescente sobre o que fez e/ou sobre o que faz repetidamente, a fim de que a função do ato possa ser colocada.

Contudo, em J.D., somente um significado vem constatar a certeza de seu ser, fazendo-o se manter em uma sucessão de diferentes agires que não o fazem se questionar sobre o que faz, não instauram a dúvida, não abalam sua certeza de quem é ou quem acha que deve ser. De modo similar, podemos afirmar que a resposta da instituição também é um agir, à medida que não se questiona sobre esse fazer, não coloca a dúvida sobre a pertinência de determinada atitude, a tomando de modo automático e generalizado, em uma tentativa também desesperada de afirmar a certeza de sua existência.

Ao analisar o PIA – Plano Individual de Atendimento – da instituição F, há que “trata-se de adolescente muito ansioso, agressivo, inquieto com labilidade de humor, tanto que nada o satisfazia. Não se relaciona amistosamente nem com os educadores, equipe técnica, nem com seus pares. Vive num conflito tanto interno como externamente”. A hipótese pensada pela psicologia para explicar tal postura diz respeito ao abandono, aos eventos de vida estressores e, talvez, à carga genética. Sem pretender desconsiderar a importância que os genes podem ter na construção de determinada característica do sujeito, atribuir a eles a origem de determinados comportamentos podem paralisar mais o profissional que trabalha com o adolescente que produzir novas possibilidades de intervenção. Freud (1900/1974) afirma que a realidade é a realidade psíquica. Deste modo, nós, psicólogos, devemos nos orientar para o trabalho psíquico, para o processo de elaboração que uma característica pode levar o sujeito a fazer, indo além da constatação de que algo pode ser atribuído à carga genética e da paralisação que advém daí.

Em um relatório elaborado na instituição G, há que

de maneira implícita, a vivência do abandono aparece como tema central para o adolescente, que em seu discurso tenta desqualificar os que o abandonaram e colocar que não se importa com isso, mas em suas ações sempre aparece a dimensão de “chamar a atenção destas pessoas” variando as narrativas sobre si mesmo e seu futuro (...).

É importante destacar que essa variação de narrativas sobre si mesmo é necessária para a própria construção do si mesmo, nesse momento de recriação da imagem de si. Contudo, a possibilidade de experimentação dessas variações é que aparentemente foi cerceada a J.D., no momento em que somente quando ele representa o estilo *gangster* ele chama a atenção do olhar do outro. Assim, vemos que a experimentação adolescente não é permitida a todos os sujeitos do mesmo modo. Kehl (2009; 2008) destaca, por exemplo, como a iniciação ao uso de substância psicoativa marca a entrada ao mundo adulto dos adolescentes de classe média e como adolescentes também dessa classe econômica estão se identificando com a “estética dos excluídos” (Kehl, 2008, p. 46). Para a autora, isso não é necessariamente um risco, ao contrário, tem um lado positivo à medida que faz esses adolescentes questionarem tanto uma lógica de consumo quanto uma proteção excessiva da família ao meio social. O consumo de drogas leves, ainda para a classe média, diferencia os que ainda são crianças daqueles que já saíram da infância. Entretanto, os adolescentes moradores das periferias que fazem desse percurso seu rito de passagem à vida adulta, são rapidamente classificados como futuros delinquentes. Assim, esse estilo *gangster* de J.D., ao invés de ser visto como esse objeto de exibição na busca de uma identidade, funciona, mais uma vez, como marca categórica de sua personalidade.

Retomamos que, após a saída da instituição F, J.D. procurou seu pai para morar com ele. Como seu pai condicionou seu acolhimento à qualidade de seu comportamento na instituição F, J.D. fugiu de sua casa e ficou um mês em situação de rua. Para Rassial (1990/2005), as fugas são a busca de um lugar “onde se reconciliariam o Imaginário do corpo, o Real da puberdade e o Simbólico da lei” (p. 60). Assim, elas não seriam apenas uma ruptura intempestiva do contexto familiar, mas representariam também a busca de um funcionamento, de uma outra lei, onde o sujeito poderia circular (Rassial, 1990/2005). Lacadée (2006/2011) afirma que esses adolescentes designados como perigosos, delinquentes, incorrem no risco de se verem aprisionados nessa nomeação predicativa³⁰, fazendo surgir a ilusão de uma identidade devastadora. Com isso, a tentativa de produzir ou encontrar um outro lugar pode tomar a forma de fuga ou errância para esses jovens. Além disso, como, conforme Lacadée (2006/2011), o lugar central do gozo é a colocação em ato da pulsão, o que o leva à repetição e à passagem ao ato, a parte do gozo que o sujeito não pode ou não consegue modificar através das palavras, o leva a errar, a vagar (Lacadée, 2006/2011, p. 43). Em mais um movimento de tentar um lugar de acolhimento no desejo do Outro, J.D. foge. Entretanto, sem ter lugar de acolhimento na

³⁰ Qualificação de um sujeito feita de maneira afirmativa e, com frequência, arbitrária (Lacadée, 2006/2011, p. 9)

família e tampouco em nenhuma instituição de acolhimento, J.D. fica três meses em uma casa de passagem, em um momento de suspensão, como já aludimos.

Na instituição G, os rompantes de agressividade diminuíram significativamente, ou, pelo menos, não há registros sobre isso. Havia, ainda, muitos conflitos com os demais e desentendimentos com os educadores sociais, pois ele queria ditar as regras institucionais e não segui-las. Ele possuía uma liderança sobre os demais e a exercia também através do poder que o envolvimento com o tráfico lhe dava.

Esse *estilo gangster* que ele gostava de representar assustava os professores e diretores da escola que frequentava quando estava acolhido na instituição G, e solicitaram a presença da equipe técnica daquela instituição na escola algumas vezes. J.D. costumava contar muitas histórias de envolvimento com o tráfico, enfrentar quem representava a autoridade e ameaçar de morte ou de espancamento os colegas, alegando ter parentes traficantes, em um comportamento muito parecido com o que apresentou nas escolas anteriores. Houve um grave incidente na escola no qual J.D. ameaçou agredir fisicamente um colega de sala, através de uma rede social, o que deixou seus pais completamente amedrontados.

E1: “*Ah, a mulher chegou aqui, ela tremia, ‘ele vai matar meu filho!’*”

Houve uma tentativa por parte da instituição G de desconstruir essa ideia sobre J.D., mas encontrou muita dificuldade, visto o histórico dele.

E1: “E para desconstruir isso aqui com essa criatura e o marido? ‘ele não vai matar seu filho não minha senhora, tenha calma, J.D. não é assassino!’ Mas foi uma tarde inteira com essa mulher aqui, ela chorando, com medo de J.D.!”

J.D. assumiu que fez a ameaça, disse que não era séria, fora apenas uma brincadeira. Mas diante de seu status social, de seu histórico e de seu estilo, a brincadeira ganhou corpo:

E1: J.D. disse que ia pisar no pescoço do menino... para amedrontar o menino né, aquele menino bestinha de família... aí J.D. sabe como é... (...) Mas assim, a fala amedronta né? J.D. é de abrigo, J.D. é de favela... o que eu digo pode ter um peso.

Além disso, neste período, no estágio, começou a fazer perguntas não adequadas para o local, um banco, a exemplo de onde ficava a chave do cofre, o horário de chegada e saída do gerente, o que fez que os funcionários comesçassem a desconfiar de suas intenções. Como se não bastassem as perguntas indevidas, um funcionário do banco viu J.D. tentando roubar numa praça próximo ao banco, no seu horário de descanso. Isso aumentou ainda mais a suspeição sobre ele:

E1: E aí o pessoal estava em pânico no banco, né, em pânico. Fui lá três vezes para conversar. (...). O banco estava com muito medo (...) que ele talvez não pudesse fazer, roubo por exemplo, lá dentro, mas ser um canal para outras pessoas fazer. Porque ele

entrava né, o segurança era amigo dele, ele chegava, era bem querido por todo mundo. (...). E aí o pessoal ficou preocupado. Eu senti na fala da coordenadora, “será que ele pode armar com as pessoas para vir roubar o banco” e tal. Eu disse “não, não, não acredito que ele seja capaz disso não”. Falei um pouco do histórico de vida dele, mas eu senti o pânico na voz dela.

Assim, não podemos deixar de observar que, em alguma medida, essa imagem montada por e para J.D., se tem o efeito de afastar o outro dele tem, também, a capacidade de exercer certo controle sobre o outro, à medida que ele pode ditar o sentimento a se nutrir por ele. Explico: J.D. é extremamente carismático, sociável, tem boa comunicação, por isso, inclusive, que essa vaga foi providenciada para ele, mesmo ele não estando formalmente apto para ela³¹. Então, ele conquistava facilmente as pessoas e ele era realmente querido ali, inicialmente. De modo semelhante, ele sabe o que fazer/dizer para as pessoas temerem ele e se afastarem dele e ele faz esse exercício muito bem. Desta forma, tal controle, ainda que afaste os outros dele, é, ao menos, uma forma de ter alguma certeza sobre o sentimento do outro por ele, um adolescente que, aos 16 anos, já tinha morado em sete instituições de acolhimento, na casa de seis familiares e frequentado a casa de um padrinho.

Assim, vemos que a ideia de que J.D. é perigoso e o medo que ele causa no outro vai se incrementando em novos espaços, não mais somente para os profissionais da instituição ou da escola, que insiste em afirmar sobre seu envolvimento com pessoas ligadas ao tráfico ao redor da escola, mas também para os colegas da escola e seus pais, para os colegas de trabalho, para os vizinhos que iam lá avisar que ele estava roubando na comunidade. Então, essa noção de indivíduo perigoso vai ganhando corpo nos mais variados espaços em que J.D. circula.

Ele não se vê dessa forma, todavia. Ele acredita que tinha um poder sobre os demais acolhidos, mas afirma que os outros adolescentes não tinham medo dele porque ele não era o “bicho”. Ser o bicho significa, segundo J.D., “querer mandar, querer bater, querer fazer e acontecer, querer encurralar”. Do mesmo modo, ele acredita que as pessoas não tinham medo dele, pois ele “não amedrontava ninguém na rua não”. Além disso, ele descontrói essa imagem de si acreditando ser bem querido nas instituições as quais passou:

J.D.: Depois que eu saí de lá [instituição F] eu fui lá véi... entrei, comi, eu fiquei lá... falei com todo mundo... no dia da inauguração desse negócio da comunidade eu fui, me chamaram para ir, ó para aí véi. Tá vendo? Que o povo me expulsou, mas gostava de mim, que me chamou para ir lá?

³¹ Este tipo de curso profissionalizante é muito exigente com a escolaridade. O adolescente que o frequenta deve estar cursando, normalmente, o nono ano do ensino fundamental II, ou seja, estar na seriação correta para a idade. Todavia, apesar de não estar cursando a série exigida pelo curso por conta de seus abandonos escolares, J.D. foi aceito no curso. O coordenador ficou muito interessado nele, pois reconheceu nele uma excelente capacidade de comunicação e articulação.

Contudo, como enunciados presentes na cena social constituem certo imaginário dos grupos sociais, ele atribui, assim, lugares específicos aos sujeitos (Rosa e Vicentin, 2010). Neste sentido, J.D. parece desconsiderar que, mais do que objetivamente colocar medo em alguém na rua, seu modo de falar, vestir, andar, seu *estilo gangster*, já podem ser lidos como certa ameaça.

Conforme Foucault (1971/2014), o sucesso do poder se deve ao uso de três instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame. No caso de J.D., o primeiro não teve o poder de inibir seu comportamento desviante e segundo não foi capaz de restituir a norma. Deste modo, restou ao exame concluir sobre sua inaptidão em normalizar-se, ou seja, sobre sua incorrigibilidade.

É muito importante destacar que J.D. tentou, de forma cada vez mais intensa, em todos os lugares onde passou, que o Outro lhe interpelasse, porém sem sucesso. Por fim, no curso profissionalizante que ele conseguiu retomar após ter pedido outra oportunidade, nas primeiras semanas de aula ele começou a afrontar todos os adultos – professores, coordenadores etc. – e ninguém, mais uma vez, o questionou sobre o que estava acontecendo, o que ele estava fazendo, o que ele pretendia com toda aquela pantomina, e decidiram pelo desligamento dele. Na atividade de lazer que faz é um local bastante rigoroso com relação a disciplina e respeito e ele frequentemente se envolve em conflitos e também não é feita uma intervenção sobre sua ação, mas sobre as consequências dela, que é voltar mais cedo para a instituição. Assim, parece que não há mais o que questionar sobre J.D. ou para J.D., pois já se tem certeza sobre o que ele é: *ele é assim*.

Somente na instituição H, após a ratificação de sua personalidade nas seis instituições anteriores, as falas de afronta de J.D. são entendidas não como um comportamento intimidador ou agressivo, mas como um pedido de algo que ninguém da instituição ainda conseguiu decifrar. Ao menos esta instituição percebeu que os atos de J.D. possuem um sentido, ainda que não saibam o que fazer com isso. Na fala dos técnicos:

E2: Ele gosta de dar ‘piti’, mas não considero ele agressivo não. Nunca vi nenhum episódio de agressividade dele não (...). Eu acho que ele quer afrontar mesmo de alguma forma, porque ele também está nos gritando, pedindo alguma coisa, e a gente não está conseguindo entender o que é essa coisa que ele está pedindo (...) parece que ele está querendo levar tapa de graça, ele está gritando pro mundo “oh, me pegue, me bata, faça alguma coisa comigo”

E3: Ele só é agressivo e violento com ele mesmo, com essas coisas que ele faz que só prejudica a ele mesmo.

Lesourd (2004) afirma ainda que o adolescente utiliza o espaço social – rua, família, instituições – como o local de um *acting-out* da presença-ausência, a fim de convocar o Outro

a uma resposta sobre sua existência. Para o autor, as instituições para adolescentes muitas vezes funcionam como sendo esse lugar onde o sujeito tenta estar visível, pois ele espera ser interpelado pelos adultos que estão ali. O adolescente tenta encontrar-se no olhar e na nomeação do Outro, especialmente o Outro social, que lhe confirmará a versão pública de si, nesse momento de deslocamento do Outro privado, familiar, para o Outro público (Lesourd, 2004). Nesse sentido, a errância do adolescente, sejam familiares ou sociais, ou ambas, deve ser entendida como uma forma de provocar o Outro para a nomeação, para o encontro, “antes que surja a errância subjetiva, aquela de alguém que não pôde arrimar-se no Outro” (Lesourd, 2004, p. 190). Lembramos que é assim que J.D. se encontra atualmente: à deriva, em um movimento de autodestruição, sem vaidade ou autocuidado, sem ter encontrado ancoragem no desejo de ninguém.

Em relação ao questionamento de a instituição ter ou não responsabilidade quanto à inadequação de J.D. às normas institucionais, um dos entrevistados diz:

E1: Eu entendo que é o comportamento dele mesmo, acho assim, não tem um entendimento da instituição para com ele, não tem um acordo, não teria como a gente fazer um acordo com ele em relação a isso. Até porque quando você traz essa questão do cumprimento de regras, e sempre chegou assim: “ele está furtando”, isso é sério, como é que eu lido com isso institucionalmente? (...). E é difícil de lidar com isso, isso é uma coisa dele, acho que não vai ter mediação da instituição para mudar isso, é dele, e ele está bem assim.

O que significa esse “ele está bem assim”? Será que diante de tantas incertezas na trajetória de J.D., a certeza do seu ser provocada por seu agir incessante não seria ao menos uma certeza a qual ele poderia se segurar? Mas, além disso, é interessante notar ainda a fala destacada acima, pois demonstra precisamente a dificuldade institucional em lidar com J.D., com suas questões, repetições e atuações. Como discutimos, a mediação da instituição é sempre através do esquema vigilância – punição – exame. Visto que este tipo de intervenção não tem o efeito esperado em J.D., a instituição se vê sem recursos para lidar com ele, tendo seu trabalho e sua função questionados. É destaque em todos os relatórios de todas as instituições que nenhuma intervenção surtia efeito com J.D. e J.D. ratificava isso ao dizer que não precisava de ajuda, que não queria mudar. J.D. denunciava então os limites de atuação das instituições que passava, o que causava bastante mal-estar naqueles locais. Assim, como fazer uma conciliação entre a necessidade de cada acolhido sem perder de vista as regras institucionais mais amplas? E será mesmo que o entendimento da instituição com o acolhido tem que ser no nível do acordo?

Uma outra entrevistada traz a mesma angústia com relação à dinâmica institucional e ao trabalho junto a J.D.:

E2: E nesse momento eu saio de cena porque eu não estou conseguindo acessar, eu não sei, pelo menos, eu não consigo, eu não estou conseguindo falar com ele. Porque ou eu vou pela via da repressão mesmo, reclamar com ele, enfim, outra eu não consigo. Às vezes, tem alguns momentos, eu ainda sento com ele e faço uma reflexão com ele, eu percebo, ele escuta, “não tia, eu sei, eu sei que a senhora está certa”, mas assim, você percebe que ele consegue ouvir o que a gente fala, e talvez eu acho que até nesse momento dessa conversa ele até entende que tem a ver aquilo que a gente está falando e ele se percebe “poxa, realmente, o que é que eu estou fazendo com minha vida?”, mas ele não consegue sustentar isso.

Em alguma medida, o fato de J.D. não conseguir “*sustentar isso*” denuncia o fracasso das instituições em fazê-lo retificar algo de sua história, de seu posicionamento frente à sua vida, pois, como discutimos anteriormente, este tipo de intervenção punitiva e de controle precarizam o trabalho institucional. Retomamos Lacadée (2012) em que é preciso reconhecer que quando determinados sintomas aparecem na adolescência, momento em que se deseja ser visto e reconhecido de um jeito novo, o que se mostra é também o que deseja ser ouvido, a fim de encontrar uma resposta para o questionamento sobre onde e como se posicionar no desejo do Outro. Assim, devemos tentar ler as questões que esses adolescentes em momentos de condutas de risco e errância trazem sob a perspectiva de uma tentativa de seu reconhecimento de um outro modo, como uma tentativa de confrontar o vazio que enfrentam (Lacadée, 2006/2011). Portanto, essa reflexão construída *para* ele, não tem o mesmo efeito que uma reflexão construída *por* ele. Melhor se for uma reflexão construída *com* ele, à medida em que vai se produzindo um texto, um saber em conjunto, em uma escuta que o convoca a falar e não a “*ouvir o que a gente fala*”. Talvez assim alguma retificação possa advir.

Neste sentido, em relação à função das instituições na vida de J.D., ainda que para uma entrevistada elas tenham funcionado como alternativa à vida na rua, como um lugar onde passou quase toda sua vida e foi conhecendo lugares, pessoas, fazendo cursos, os entrevistados foram unânimes em afirmar que elas só serviram para ratificar seu lugar de perigoso.

E1: Eu acredito que só se confirmaram os comportamentos.

L.: Nada se retificou, nenhuma mudança?

E1: Acho que não, J.D. não, não acredito não. Porque assim, (...) essa mudança dele daqui para lá [instituição H] não alterou em nada o perfil dele, a postura, o comportamento. Se você conversar com ele um ano atrás e conversar hoje, ele fala a mesma coisa, ele tem o mesmo discurso das coisas, da vida, da sociedade, de facção, de droga, é o mesmo discurso de um ano atrás e agora. (...) a passagem por instituições não modificou o comportamento dele não. Acho que só se manteve.

E2: Acho que só foi cristalizando, porque assim, (...) se a gente for pensar enquanto instituição, como que as instituições são moldadas, e a gente acaba também carregando esse papel, essa rigidez institucional, a gente acaba fazendo isso, então isso não melhora. Hoje, preste a completar a maioria, (...) eu não consigo ver nessa história dele, nos relatórios que a gente tem, nas falas dele, um fator assim que tenha trazido um

significado positivo, ou até dado maior, respondido um pouco, dado um equilíbrio um pouco a ele, pelo contrário, J.D. é um menino que traz uma tristeza no olhar, uma coisa assim...

E3. Ou seja, abrigo para ele não foi bom.

Destaco aqui uma fala de J.D. na qual, apesar de ele estar descrevendo positivamente alguns abrigos pelos quais passou, podemos supor que ele faz uma alusão, ainda que sem essa intenção, ao caráter de privação de liberdade que a instituição comporta:

J.D.: tem abrigo que faz com que o cara fique, no caso instituição D, no caso instituição C, instituição F, tem abrigo que obriga o cara a ficar, entende? De uma forma... sei lá, de uma forma eles tentam, dando lazer para a gente, é uma forma de prender a gente dentro do abrigo, na instituição F mesmo tinha GVT, tinha videogame, tinha computador, tinha saída, no horário correto... (...). Eu aprontei lá, mas eu gostava de lá...

Deste modo, pensamos que este curto período de existência do acolhimento institucional ainda não foi suficiente para desconstruir a lógica de intervenção da instituição total e vemos que esta metodologia de atendimento ainda vem produzindo mais exclusão e sofrimento que possibilidades de ressignificação de uma história, de reconstrução de laços afetivos estáveis e de retificação subjetiva.

O tráfico e seus corolários: quais as possibilidades da maioridade?

Nesta última subseção, descreveremos como foi a passagem de J.D. pelo tráfico, o lugar diferenciado que esta inserção lhe deu e como foi o período em que esteve formalmente empregado. Abordaremos ainda sobre suas perspectivas após completar a maioridade.

J.D. conta que entrou para o tráfico com 09 anos, aproximadamente – ele não tem certeza -, mas com 11 anos já se sentia completamente dentro dele. Primeiro começou como olheiro e, só depois, começou a vender a droga. Quem o incentivou a entrar para o tráfico foi uma garota que trabalhava perto da casa dele e a quem ele ajudava em algumas tarefas.

J.D.: (...) o que me levou a levar a conhecer o tráfico foi uma menina lá véi... (...) [ela] disse que conhecia os caras com envolvimento, eu lembro tudo como hoje, que ela me chamou, me chamou para ir dar uma olhada ali na boca, depois eu fui um dia, fui no outro dia... ai fui conhecendo os caras, depois comecei a se envolver...

J.D.: (...) Ela ficava apertando minha mente para mim ir para lá e depois que eu comecei a ficar como olheiro, eu ia por lá aleatório.

Não foi possível, durante as entrevistas, saber mais sobre quem era essa garota, o que ela representava para ele, mas, claramente, ele atribui a ela a sua entrada para o tráfico de

drogas. É interessante observar que J.D. acredita que, caso sua mãe estivesse viva, ele acabaria entrando para o tráfico para poder ajuda-la. Em suas palavras:

J.D.: *“acho que Deus levou ela já sabendo que poderia acontecer outra coisa... (...), ela comigo, se ela não ia ter condição... aí vai que eu ia entrar no tráfico? Ela ia sofrer mais ainda!”*

De certa forma, é como se sua entrada para o tráfico fosse acontecer de um jeito ou de outro. Essa questão que ele coloca *“aí vai que eu ia entrar no tráfico?”*, é bastante interessante, principalmente se considerarmos toda a trajetória de J.D. com o comércio de SPA. Sua fala remete à entrada ao tráfico como algo ruim, que faz as pessoas que gostam dele sofrer. No entanto, ele não se questiona sobre sua inserção ali, porque se manteve, se se manterá quando ele sair da instituição.

Temos também aqui a convocação pelo Outro sexo para a entrada no tráfico e talvez até a uma chamada para a assunção de uma posição na partilha entre os sexos. Assim, a questão da masculinidade se coloca para ele nesse momento. Existe uma ampla literatura sobre a construção social dos gêneros e seus os papeis sociais desenvolvidos, bem como sua tentativa de diferenciá-los a partir das características biológicas e que tem em Butler (1990/2008) uma de suas principais representantes. Sem pretendermos discutir a temática da masculinidade em relação com o ato infracional com profundidade, que foi o foco da dissertação de mestrado de Bertol (2010) e muito bem colocado por Machado (2001), nos ateremos a dois pontos abordados pelas autoras – o da virilidade e o do lugar de provedor – que nos auxiliarão na compreensão da motivação de J.D. para a entrada no narcotráfico.

Machado (2001) afirma que há ainda hoje uma forte associação entre virilidade e uma posição e postura masculinas. A virilidade está em relação à detenção do pênis, que possui, em nossa cultura, um valor de objeto fálico. Segundo a autora, a virilidade pode ser exercida a partir da submissão da mulher como objeto sexual, mas também a partir de uma submissão a uma regra que lhe outorga certo poder, como o trabalho exercido no narcotráfico. Com isso, portar arma, concordar em roubar, atirar se for preciso, dentre outras atribuições, são comportamentos importantes para receber o “reconhecimento como maioral” (Machado, 2001, p. 22), ao passo que não fazer tais solicitações pode atribuir ao sujeito o título de “bundão” (Machado, 2001, p. 21). Desta forma, em J.D., não atender à insistência dessa garota em se vincular ao tráfico da região podia lhe significar uma atribuição negativamente pejorativa de tal tipo, implicando, inclusive, em alguma dificuldade de circulação em seu próprio bairro.

Outro ponto trabalho por Machado (2001) sobre o exercício da masculinidade diz respeito à ideia do provedor. Neste sentido, “ser homem” significa poder sustentar uma casa,

sem deixar faltar nada à família. É, portanto, em relação à esta significação que J.D. se coloca quando afirma que caso sua mãe estivesse viva, ele precisaria sustenta-la, através do trabalho no tráfico, visto a condição financeira precária dela. Desta forma, J.D. justifica sua entrada para o tráfico, tanto a verdadeira quanto a imaginada, a partir de dois significantes que remetem à masculinidade e ao tornar-se homem, ainda que sua entrada efetiva tenha ocorrido na infância.

Segundo a então psicóloga da instituição G, começar a receber seu próprio dinheiro a partir do trabalho formal lhe deu um status diferenciado dentro da unidade e uma nova possibilidade de se relacionar com o trabalho, que não pela via do tráfico. Inicialmente, J.D. parecia muito orgulhoso de seu estágio. Contou que os funcionários do banco pediam quentinha para almoçar e guardavam a dele sem que ele pedisse, que o convidaram para a confraternização da empresa, dentre outras coisas. Parecia ser muito bem quisto ali e se orgulhava disso.

Para que um sujeito mude de posição, é preciso que ele encontre amparo no desejo de alguém, alguém que suporte, junto a ele, sua transição; alguém que seja capaz de transformar seu agir em ato. Entretanto, institucionalmente, diante de tantas demandas e tantos problemas enfrentados no dia-a-dia com os acolhidos, quando se consegue organizar objetivamente a vida do adolescente, inserindo-o em um curso profissionalizante, mantendo uma frequência regular na escola, uma visita constante aos familiares, aparentemente o trabalho está quase completo. Contudo, subjetivamente, há um outro trabalho que ocorre de modo concomitante e que, por vezes, pode funcionar como força opositora a essa suposta organização externa.

Nas entrevistas, J.D. afirmou sempre ter traficando nas redondezas da instituição G, mesmo quando estava trabalhando. Na época em que estagiava, todavia, ele reduziu significativamente sua atuação no tráfico. Além disso, J.D. sempre exerceu certa liderança com os demais acolhidos e esta característica dele está presente nos prontuários de todas as instituições. Deste modo, não bastassem as dificuldades subjetivas de sustentar uma nova posição no mundo, um outro adolescente maior, mais forte, com outras histórias e vivências de grande envolvimento com o tráfico em uma cidade muito maior que Salvador foi acolhido na instituição G e parte dessa autoridade ficou ameaçada. Imediatamente, uma rivalidade entre ambos foi estabelecida. Essa vida legal que ele estava vivendo não produzia, ali, o mesmo efeito de identificação com a figura representativa de um líder que ser dono de uma boca, de ser o “homem” do traficante da região. Deste modo, J.D. foi encontrando as diversas dificuldades já mencionadas para se manter no estágio e voltou a intensificar sua relação com o tráfico da região, atuando nele de modo muito mais ativo. Conta que fazia primeiramente o acordo da venda da droga pelo celular e depois os usuários iam buscar em sua mão e que portava uma arma para sua segurança. J.D. relata que o fazia por conta da renda, para complementá-la, mas

supomos que era também para manter certa equiparação com este outro adolescente. Por conta disso, ele começou a ser reconhecido no bairro e acredita que a abordagem policial que culminou em sua transferência foi devido a uma denúncia de algum vizinho de que ele estava traficando. Em suas palavras: *“Oh vei, os polícias nenhum me conhecia, do nada começou a me abordar, ou seja, começou a saber”*.

Foucault (1971/2014), a despeito do Panóptico, afirma que esta é uma máquina que dissocia o par ver-ser visto, no qual o sujeito observado nunca sabe quem o está vigiando e o observador nunca é visto pelo vigiado. O dispositivo panóptico se utiliza de técnicas que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Sendo a sujeição à norma a finalidade última deste esquema de poder, para aqueles que querem subverte-la, a visibilidade é uma armadilha. Desta forma, J.D. sai de uma vigilância das instituições de acolhimento e escolar e passa a estar também sob a observação da comunidade e do aparato policial.

Ele acredita que trabalhar para o tráfico faz com que as pessoas tenham ele, o que o faz se sentir *“o mestre das obras”* e não sentir medo de nada ou ninguém, somente da polícia. Assim, quando estava traficando, ele ganhou um status diferenciado com os outros acolhidos, que pediam ajuda a ele para resolver qualquer questão que surgisse.

J.D.: *“Quando sumia coisa no abrigo, os pivete chegava em mim: ‘qual foi J.D., sumiu meu dinheiro ali’, eu chamava todo mundo (...) [depois] ‘oh véi, meu dinheiro apareceu’”*.

Caso o problema não fosse resolvido, era *“bolo e desembolo”*. Ou seja, sua autoridade tinha que ser respeitada. Ele afirma que se sentia o *“bambambam”*. Além da potência fálica que o lugar de traficante confere, sentir-se o *“bambambam”* é reconhecer em si uma característica positiva. Retomamos com Bertol (2010) que a agressividade, a dominação e a autonomia são atributos associados à masculinidade e, principalmente, valorizados no homem que os possui.

J.D.: *Qualquer um que estiver no tráfico e estiver com arma na mão vai se sentir o bambambam, não tenha esse, o cara vai se sentir o forte, o cara está com uma arma na mão, na cintura, o cara sabe que ali é sua proteção, qualquer coisa ele dispara...*

Todavia, como este envolvimento resultou em mais uma passagem na DAI, no desligamento do curso profissionalizante e do estágio e em mais uma transferência institucional, ele reavalia esse momento, afirmando que:

J.D.: *“Eu achei que era uma forma de ganhar dinheiro, mas na verdade era uma forma de estragar sua vida... e isso aí não vale o tráfico não...”*

Há registros nas instituições anteriores sobre a prática de furtos de J.D. nas redondezas das instituições, bem como durante sua permanência na instituição G. As falas vinham de outros acolhidos e de moradores que o viam praticando o ato e iam relatar aos funcionários. Ele conta

que começou a roubar na comunidade da instituição G quando iniciou no tráfico na região e passou a ter porte de arma. Afirma que só roubava quando estava sem droga para vender, pois precisava do dinheiro. Assim, ele oscilava a venda dos produtos ilegais. Ele vendia os objetos roubados do mesmo modo que vendia a droga: anunciava pelo celular os pertences que estavam sob sua posse e os compradores iam buscar. Seu “estilo *gangster*, mas sem roubar e sem matar” estava sendo questionado, deixando de ser um estilo e passando a ser uma representação dele mesmo. Aos poucos, ele foi se colando nessa imagem construída por e para ele.

Para Lesourd (2004), o objeto furtado/roubado faz do sujeito um sujeito valorizado. Neste sentido, ele teria a função de reforçar o narcisismo do sujeito, à medida que valoriza o objeto eu. Como, na atualidade, o valor do indivíduo é medido através de suas posses, o ato de furtar e/ou roubar pode ser entendido como um comportamento socializado, visto que sua finalidade última é inserir o sujeito no registro social (Lesourd, 2004)³².

Outra análise que o autor faz sobre o roubo diz respeito à tomada de risco do sujeito no momento do ato. Ali, o sujeito se confronta com o ato perigoso, em uma tentativa de provar a si mesmo que é capaz de fazê-lo, remetendo o sujeito à sua potência. Deste modo, o objeto envolvido nesse tipo de roubo é o objeto fálico, no qual o sujeito acredita que deve possuir para assegurar a sua potência (Lesourd, 2004). No caso de J.D., pensamos que estes dois aspectos estão presentes no seu ato de roubar: os objetos por ele furtados e roubados (correntes de ouro, celulares) agregam valor narcísico a ele e o que possui valor de objeto fálico é o meio pelo qual ele realiza o ato. Ao estar sob a posse de uma arma de fogo, ele está mais potente que a vítima, sendo capaz de intimidá-la de dizer-lhe o que fazer. Termina por ser uma inversão social dos papéis, quando é ele quem está, frequentemente, no lugar do intimidado (seja pelas regras institucionais, pela polícia, pela lógica social de exclusão, pelos abandonos recorrentes que sofre) e do que deve obediência.

J.D.: “*Era só chegar do lado dele, ‘me dá o celular ou vai morrer’, acabou. (...). Se ele reagisse era murro.*”

Spink (2001) faz um panorama histórico sobre a conceituação e a utilização da palavra risco, desde ser uma forma de se relacionar com o futuro até se tornar uma forma de governo. A autora defende que, atualmente, o risco deve ser visto na perspectiva de aventura, em sua dimensão positiva, como cumprindo funções de anteparo aos processos de destradicionalização

³² Há também uma outra interpretação possível, que não iremos explorar aqui, mas que gostaríamos de assinalar, que diz respeito ao roubo, em casos de crianças e adolescente que foram privados e expropriados de tantos bens – materiais, afetivos, emocionais -, como uma tentativa, ainda que inconsciente, de reapropriação do que lhe foi retirado/perdido.

típicos da pós-modernidade – fragilidade das instituições, questionamento das normas – e como de uma forma de falar das “novas sensibilidades decorrentes do imperativo de enfrentar a imponderabilidade e volatilidade dos riscos modernos” (Spink, 2001, p. 1278). Tomando em perspectiva que Spink (2001) não faz nenhuma referência à infração da lei, estudando a tomada de risco nos jogos de vertigem e na economia, nos interessa aqui a retomada que ela faz sobre as diferentes conexões feitas entre risco e aventura (valorizada pela ousadia passível de levar a descobertas), risco e formação de caráter (expressa no valor educativo da aventura) e risco e aposta (em sua essência de potencialidade de ganhos e perdas). Há, ainda, o risco desejado, no qual é justamente a incerteza quanto ao resultado ou consequências da atividade que impulsionam o comportamento de correr o risco.

Assim, sobre como se sentia no momento do ato, J.D. fala: *“Adrenalina. Você fica... sei lá, aéreo, porque você fica com medo da vítima vir atrás. Ou então a polícia”*.

Um dos entrevistados acredita que ele praticava esses atos – furtos, roubos e tráfico – somente por conta da adrenalina, já que J.D. não precisava de dinheiro quando entrou para o tráfico, pois sua avó e suas tias tinham condição financeira e davam tudo para ele. Por isso, o entrevistado acredita que os envolvimento dele tenham sido para afrontar as regras:

E1: Ele tinha o dinheiro dele do Banco, ele estava trabalhando, ele não necessitava daquilo, e quando ele precisava a gente dava o dinheiro que ele precisava. Não dava dinheiro para ele esbanjar, mas dava o dinheiro que ele precisava.... cortar o cabelo, comprar uma calça, comprar um tênis. Ele tinha acesso a dinheiro, então ele não precisava furtar. Por isso eu acho que essa questão do furto estava ligado mais a essa questão da emoção, de desafiar, acho que está mais ligado a isso.

Ou seja, vemos aqui a presença da dimensão da aposta e do risco desejado, visto a imponderabilidade do que poderá acontecer. Deste modo, o ato de roubar de J.D. está em maior relação com esses quatro tópicos, (considerando que os outros dois – aventura e formação de caráter estão próximos à questão da tomada de risco trabalhada em Lesourd [2004]) que com a infração à lei em si. Temos então uma perspectiva diferente da de Le Breton (2012), neste caso, sobre as condutas de risco, que para o autor estão relacionadas com uma tentativa de medir o valor de sua existência e dar sentido a ela. Se levarmos em consideração o que poderiam ser os jogos de vertigem para esse público, temos basicamente o conflito com a lei, sejam nas roletas russas, nos roubos, na pichação, dentre outros. Será então que, para alguns desses jovens, a infração à lei não pode ser vista justamente como um jogo de vertigem e não como um jogo perverso de confronto à lei?

Por fim, a maioria é vista então com muitas incertezas pelos entrevistados, estando alguns mais esperançosos que outros em relação ao futuro de J.D. Um dos entrevistados acredita

que a única possibilidade para J.D. depois que ele completar 18 anos é o hotel social, visto que hoje ele não tem nenhuma possibilidade de reinserção familiar e não tem renda para alugar uma quitinete ou um quarto para ele. Outro entrevistado, entretanto, acredita que o peso da responsabilidade, de não ter mais a instituição em sua retaguarda, irá fazer ele dar uma guinada.

J.D. vislumbra algumas possibilidades para si quando sair do abrigo. Ele diz não querer mais traficar porque sabe que há grande probabilidade de ser morto. Pretende “*melhorar seu comportamento*” e trabalhar, pois, caso sua família ofereça alguma resistência em relação a acolhê-lo em sua casa, ele terá como sobreviver sem a ajuda deles. Contudo, sua fala neste sentido também é um pouco idealizada, acreditando ser fácil arranjar emprego, que todo mundo precisa de um ajudante em algum lugar. Pretende ainda terminar a escola. Ele tem por garantido ir morar com sua avó, mas, ao mesmo tempo, não confia muito no apoio da família:

J.D.: “(...) *quando eu fizer 18 anos a vida vai ser minha, o que acontecer comigo eles vai me deixar de mão meu filho...*”

Ferreira (2017), em sua dissertação de mestrado, encontrou que existe um grande silenciamento sobre a questão do desacolhimento por maioria, tanto dentro das instituições de acolhimento, quanto na rede intersetorial. As normativas legais (Lei nº 8.069 e Resolução Conjunta CNAS/CONANDA) preconizam que o desligamento do acolhido seja gradual e em parceria com a rede socioassistencial, a fim de possibilitar uma vinculação do adolescente com a comunidade que irá morar e a constituição de uma base de apoio que possa auxiliá-lo a gerenciar sua vida. Deste modo, para Ferreira (2017), a dificuldade institucional em construir um plano de desacolhimento para o adolescente devido à ausência de políticas públicas de amparo ao jovem desacolhido acaba se transformando em um discurso que culpabiliza o próprio jovem pela pouca ou nenhuma possibilidade de realizar um desligamento amparado socioassistencialmente. Em J.D, encontramos este pensamento individualizante do processo de desinstitucionalização tanto no discurso no institucional, que afirma que ele não foi capaz de constituir laços com a família e tampouco juntar dinheiro suficiente para alugar um quarto, quanto no discurso do próprio J.D., que acredita que precisará dar conta de sua vida sozinho. Não obstante todos os abandonos sofridos por J.D. que tornam essa sua perspectiva bastante palpável, notamos que não foi e não está sendo construída com ele uma vinculação com algum serviço da rede socioassistencial que pudesse lhe dar algum amparo. Ao contrário, não havia, até então, nenhum plano de desligamento, somente dúvidas e angústias de como será esse momento.

Diante de sua experiência com adolescentes em acolhimento institucional próximos a completar a maioridade, uma entrevistada acredita que J.D. ainda irá mudar com a aproximação do seu aniversário e que a instituição terá ainda mais dificuldade em lidar com ele:

E2: Eles tem uma dificuldade muito grande de lidar com essa possibilidade da maioridade, é muito complexo isso para eles, eu fico pensando como é que isso vai ser com J.D., como vai ser quando ele parar para pensar “poxa, eu vou fazer 18 anos e aí eu não vou poder mais estar nesses locais aqui”, que por mais que não seja o melhor local do mundo, é um local de proteção, onde eu tenho uma referência.

Além de as instituições serem um local de referência para J.D., ele sabe como se deslocar dentro delas, ele já conhece as normas institucionais de cada uma, sabe o que se espera dele, ele sabe quem ele é dentro das instituições. É, todavia, a parte destacada da fala que gostaria enfatizar: *a possibilidade da maioridade*. Qual seria a outra possibilidade? A de não completar a maioridade? O questionamento aparece porque não se pensa que um jovem de classe média não vá completar a maioridade. Os que não completam entram no registro da fatalidade, do acidente, do que está fora da norma. Para essa população não: sempre se tem em conta a possibilidade de não se chegar à maioridade. Não é para nos iludirmos com a ideia de que não há essa possibilidade, porque, como vimos na introdução desta dissertação, muitos adolescentes morrem antes de completar 18 anos. A questão aludida aqui diz respeito mais à constatação sem questionamento dessas mortes; é um fato, há a possibilidade de não se chegar à maioridade e isso não é tomado mais como uma fatalidade também. Não quero dizer que não há sofrimento dos profissionais com relação a isso, que as perdas por morte dos adolescentes que acompanham não são genuinamente sentidas. São. O que afirmo é que parece que não há como fugir desta constatação. Não podemos prever o futuro de J.D., mas nossa perspectiva é que ele consiga encontrar algo ou alguém que possa dar a ele um novo lugar e escape desta previsão nefasta de seu futuro.

Após o encerramento da coleta de dados para a pesquisa, J.D. entrou em contato com a pesquisadora principal e informou que havia voltado a frequentar a Igreja e estava estudando para fazer as provas do exame supletivo para concluir o ensino fundamental.

*

Nesta história, portanto, pudemos acompanhar a construção da identidade criminosa forjada para e por J.D. a partir de suas passagens pelas instituições de acolhimento, de ensino e familiar. Uma trajetória de periculosidade foi marcada por encaminhamentos múltiplos à DAI, por um jeito de marginal (na voz da instituição) ou um estilo gangster (nas palavras de J.D.),

por muitas evasões, por um excesso de conflitos interpessoais, pela não interrupção do uso de maconha, por furtos e roubos, por uma não submissão irrestrita às normas, pelo confronto com as figuras de autoridade, pelo retorno ao narcotráfico e por seu poder de liderança. As suas características que não apontam para esse par criminalidade/periculosidade não são registradas.

Vimos então que as instituições ainda atuam na lógica do controle, da punição e da normalização dos indivíduos, comportando pouco espaço para as experiências individuais. Neste modo de ser, elas não conseguem ler as ações dos adolescentes que atendem para além do agir, tendo uma resposta pronta e padrão para explicar e justificar os comportamentos deles, classificando-os dentro de categorias pré-estabelecidas. Deste modo, não possibilitam ao adolescente significar seu agir, não abrindo espaço para o questionamento e para novas identificações, ao mesmo tempo que também não se questionam sobre seu próprio agir. Assim, a relação entre ambos se estabelece a partir de incessantes ações que se repetem indefinidamente e não encontram uma significação.

J.D. foi nomeado como incorrigível, pois não se rendeu aos imperativos do controle. Sua vida foi marcada por múltiplas rejeições e abandonos, nenhum laço efetivamente estável e nenhuma figura de referência em quem se amparar. Ele não é acolhido pelo desejo de ninguém. Suas atuações podem ser vistas como tentativas de inscrição no desejo do Outro, como tentativa de ser interpelado por alguém, mas suas tentativas resultaram falhas, pois ninguém veio em seu auxílio nesta tarefa. Agora, próximo a completar a maioridade, se encontra sem expectativas de futuro e à deriva.

6 Santiago: vida nua, abandono e desproteção

Santiago Nasar é o personagem principal do livro “Crônica de uma morte anunciada”, do escritor colombiano Gabriel Garcia Márquez. Na história, Santiago será assassinado no final do dia, toda a cidade sabe disso e nada é feito para que o fato não ocorra. No livro, não é possível afirmar se Santiago Nasar sabe do atentado que planejam contra ele e o que ele pensa a respeito.

O protagonista da história a seguir parece circundar em um enredo parecido. A trajetória de um jovem negro e de baixa renda, envolvido com o tráfico de drogas no município de Salvador na atualidade é, infelizmente, uma crônica de uma morte anunciada. O nosso Santiago provavelmente não sabia do seu desfecho naquele dia, no qual as condições de sua morte foram as mais banais possíveis, em um desentendimento aparentemente ordinário com uma pessoa em situação de rua. Enquanto que sua morte era certamente evitável, diante do seu histórico e das possibilidades vislumbradas para seu futuro, sua vida parecia ser ainda mais evitável.

De acordo com Castel (1981/1987), as diferenças entre os indivíduos são objetivadas para estabelecer a constituição de perfis. A partir dessa discriminação dos indivíduos, eles são submetidos à expertise de profissionais e se põem a transitar num circuito especial construído para cada agrupamento. Desta forma, “essa etiqueta coloca a pessoa em um circuito social bem balizado” (Castel, 1981/1987, p. 112). Segundo o autor, esses rótulos dariam aos indivíduos, senão direitos, ao menos um lugar assinalável na estrutura social. Assim, temos Santiago, enquadrado no rol dos “meninos de rua”. Seu percurso foi, de fato, bem balizado: rua – institucionalização – rua – institucionalização – morte. Essa síntese não expressa, contudo, sua trajetória nesses locais, nem como ele foi se modificando para pertencer a eles. É o que iremos explorar neste caso. A nossa hipótese é a de que, ao possibilitar uma circulação por novos caminhos, o sujeito pode lançar mão de outras identificações que não a exclusiva ao perfil que lhe foi atribuído.

Em uma sexta-feira qualquer, Santiago, então com 14 anos, não teve aula e retornou mais cedo para a instituição. Como não queria ficar ocioso ali, pediu para dar um “rolé” pelas redondezas. Como forma de ganhar algum dinheiro e passar o tempo, Santiago foi guardar os carros da praça. O local já contava com um guardador de carro, que vivia em situação de rua, era usuário dependente de SPA e conhecido por sua abordagem muito intimidadora e agressiva³³. Além disso, era de conhecimento da comunidade que este guardador teve passagens na prisão por furtos, roubos e tentativas de homicídio. Esta pessoa não ficou satisfeita em dividir

³³ A partir da análise do processo penal do caso, foi possível ter conhecimento que esta pessoa tinha um diagnóstico de esquizofrenia dado pelo psiquiatra que o acompanhou durante três anos em um CAPS.

o espaço e solicitou que Santiago saísse, dizendo que ele não podia ficar ali. Eles discutiram e Santiago o xingou. Incomodado com o xingamento, este senhor desferiu um único golpe de faca tipo peixeira em Santiago. A facada foi na altura do tórax, acertou seu peito, perfurando seu pulmão e ele faleceu poucos minutos depois do ferimento, procurando por socorro, em plena luz do dia e em uma praça bastante movimentada. No processo penal do homicídio e em algumas reportagens³⁴ sobre o ocorrido, Santiago foi descrito como “morador de rua”, que “costumava pedir dinheiro” na região.

O guardador foi preso em flagrante. Ele não saiu do local, não demonstrou nenhum sentimento sobre o que fizera, estando completamente apático. Afinal, comete-se algum crime ao se matar um *homo sacer*? Conforme Agamben (1995/2002), mesmo que o homicídio não seja legal, não há sacrilégio em sua morte, ou seja, não há do que se culpar. Ele foi condenado por homicídio qualificado, está em prisão preventiva, porém seu processo está suspenso por conta de um pedido de insanidade mental. Assim, vemos que quem matou um *homo sacer* foi um outro *homo sacer*, cuja vida tampouco tem valor.

Conforme os entrevistados, o corpo de Santiago permaneceu no IML por três dias, pois sua mãe não foi fazer o reconhecimento do corpo. Ela soube da morte de Santiago por uma casualidade, no mesmo dia, pois uma pessoa que conhecia Santiago a encontrou na rua e contou. O velório foi com o caixão fechado, pois ela se recusou a abri-lo, aparentando certa indiferença em ver o corpo do filho no caixão. O corpo, do jeito que foi colocado no caixão pela equipe no IML, ficou. Por este motivo, a equipe da instituição C foi quem vestiu e ajeitou o corpo de Santiago para o velório. O sepultamento quase teve que ser adiado, pois ela chegou muito depois do horário marcado, quase no horário de fechamento do cemitério.

Butler (2009/2015) afirma que é possível uma figura estar viva e não ser uma vida, pois para que uma vida seja considerada vida, ela precisa ser sentida como lesada ou perdida quando de sua ausência, precisa ser enlutada. Do mesmo modo, no sentido reverso, uma vida não pode ser considerada lesada ou perdida se não for primeiro considerada viva. “Assim, o fato de ser passível de luto é uma condição do surgimento e da manutenção de uma vida” (Butler, 2009/2015, p. 32). É a condição de ser enlutado que torna possível a apreensão do ser vivo como algo que vive.

Nesta perspectiva, a autora supracitada escreve que todo corpo está sujeito a uma modelagem estabelecida pelas normas e pelas organizações sociais e políticas. Tal modelagem cria as condições para que os sujeitos se reconheçam entre si como tal. Com isso, as normas

³⁴ As fontes das reportagens não serão divulgadas aqui a fim de garantir o anonimato de Santiago.

existentes atribuem reconhecimentos de formas diferenciadas, tornando algumas pessoas mais “reconhecíveis” e outras menos. “Neste sentido, a condição de ser reconhecido precede o reconhecimento” (Butler, 2009/2015, p. 19). Em outras palavras, enquadramentos são feitos para que seja possível diferenciar as vidas que podemos apreender como vida, daquelas que não podemos. Essa diferenciação gera ontologias específicas do sujeito (os loucos, os mendigos, os perigosos) que vão determinar quais vidas têm o direito de serem protegidas das que não têm. Deste modo, para alguns grupos é dado direitos sociais básicos, como alimentação, abrigo, cuidados médicos, enquanto que outros grupos são submetidos às condições de privação de direitos legais, como fome, subemprego e, principalmente, exposição diferenciada à violência e à morte (Butler, 2009/2015). São forjados, então, esquemas de inteligibilidade³⁵ para definir o que é humano e o que não é, criando um poder normativo que atua de duas formas: uma produz uma forclusão de nossa apreensão do humano através do reconhecimento de certos rostos como inumanos; e “a outra funciona por meio de um apagamento radical, como se nunca tivesse existido um humano, nunca houvesse existido uma vida ali, e, portanto, nunca tivesse acontecido nenhum homicídio” (Butler, 2011, p. 29).

E assim temos Santiago: não tinha *status* para ser procurado pelo traficante ou ser mira da polícia; não foi alvo de violência urbana em um assalto, por exemplo, em que se suporia que ele teria alguma coisa de valor a ser tomada; não sofreu de nenhum acidente no qual se poderia lamentar a perda repentina de uma vida tão jovem; não possuía nenhuma doença crônica ou terminal em que ele pudesse ter lutado pela vida e afirmado um valor a ela. Não. Era um reconhecimento de vida tão frágil que bastou *uma* facada, de um desconhecido qualquer, para rapidamente deixar de estar vivo.

Para Butler (2011), a desumanização se consuma no momento em que nos tornamos insensíveis à dor e ao sofrimento alheio. Assim, a desumanização do outro não se dá nem dentro nem fora da imagem construída e passada sobre determinados grupos, mas através da própria moldura que contém a imagem. Neste sentido, convidamos o leitor a adentrar à trajetória de Santiago, desfazendo as molduras que a enquadraram e nos tornando mais sensíveis a seus enfrentamentos.

Antes de passarmos a Santiago, é preciso apontar uma observação importante sobre a escolha do caso. Temos como norte a intenção de dar voz a esses adolescentes que são silenciados de diversos modos, seja no descrédito dado às suas falas, às suas trajetórias, seja na produção de corpos docilizados que não possibilitam a expressão de angústia, seja em sua morte

³⁵ Entendida como o esquema histórico geral que estabelece os domínios do cognoscível (Butler, 2009/2015, p. 21)

antecipada. Apesar de não terem sido realizadas entrevistas com Santiago para termos sua perspectiva igualmente como foco da análise, acreditamos que dar visibilidade à sua história é, também, fazê-la ressoar para que novos olhares possam ser dados a estas vidas. A história dele não é diferente da de muitos, mas esperamos que a história de muitos ainda possa ser diferente da dele.

Uma história sem valor e sem lugar

Santiago foi uma criança que, apesar de ter uma moradia fixa para onde voltava (quase) todos os dias, vivia em situação de rua. Ele perambulava pela cidade, percorrendo grandes distâncias durante o dia, se divertindo, brincando, fazendo uso de maconha e pequenos trabalhos para o tráfico de algumas localidades – ele traficava não somente no bairro onde morava, mas também nos locais por onde andava - a fim de ter algum dinheiro para passar seu dia na rua. Também praticava pequenos furtos para este mesmo fim. Por esses motivos, foi dito pela mãe que ele andava com “más companhias”. Ele não tinha vínculo algum com a escola, não tendo sido aprovado mais após o terceiro ano do ensino fundamental I (série que se cursa na faixa dos oito anos de idade), quando não há mais aprovação automática, devido à falta de frequência escolar.

Sua mãe contou que ela o deixava sozinho em casa, pois precisava trabalhar. Assim, ao invés de ir para a escola, ele ia para a rua e, às vezes, para um lava-jato. Ali, aos 11 anos, fora alvejado no rosto, causando uma séria lesão no palato e na região nasal. Três histórias foram contadas: a primeira foi de que o tiro não havia sido direcionado a ele, mas à pessoa que estava ao seu lado, que seria o traficante da região, tendo uma das balas acertado ele acidentalmente; a segunda foi que Santiago estava no lugar errado, na hora errada: ele estaria trabalhando no lava quando um inimigo do traficante da área foi procura-lo neste lugar e, como não o encontrou, deu um tiro em Santiago para que o recado fosse passado e a viagem não fosse perdida; a terceira foi a de que Santiago estaria na praça da comunidade em que morava, na companhia de um amigo, quando duas facções rivais começaram a trocar tiros entre si e uma das balas acabou atingindo-o. As duas primeiras histórias foram contadas por ele e por sua mãe e a última foi contada muito tempo depois por esse amigo, que foi quem chamou a polícia para socorrê-lo. Pelo que veremos da história de desvalor de Santiago, a última versão parece ser a mais plausível.

De qualquer modo, temos nesses relatos os indicadores do alto grau de vulnerabilidade a que Santiago estava exposto. Sabemos que ele trabalhava intermitentemente em um lava-jato.

Além disso, sabe-se que muitos locais de lava-jato são utilizados como disfarce para o comércio de substâncias ilegais. Então, Santiago não só estava em trabalho infantil³⁶, como andava absolutamente solto durante o dia, longe da presença de um adulto responsável. Ainda, quando Santiago tinha sete anos, sua mãe precisou deixar ele e o irmão (de oito anos) na casa do pai deles quando foi parir sua filha caçula. “Ele os deixou à toa” (sic prontuário) e ambos foram abusados sexualmente por um vizinho.

Viñar (1995) afirma que a expressão “criança de rua” não é uma categoria descritiva, mas valorativa, o que significa dizer que ela não leva a uma compreensão do fenômeno, mas a um movimento passional, seja de apreensão e suspeita, seja de altruísmo solidário; ela está mais próxima da qualificação vergonhosa que da particularização descritiva. Pesa sobre as crianças e adolescentes em situação de rua a estigmatização de serem prostitutas, ladrões ou toxicômanos. Neste sentido, para além de ser uma designação, um modo de se nomear alguém, o enquadramento dado se fixa em uma ordem de exclusão e de desprezo. São crianças e adolescentes que padecem de um grave defeito, pois “são seres que violam o mandamento bíblico de ‘ser filhos de’, de ter um lugar na cadeia genealógica (material ou simbólica)” (Viñar, 1995, p. 166). Nesta direção, Rosa (1999) defende que as crianças em situação de rua são despidas de valor fálico e ainda que evidenciem a necessidade de cuidados e atenção, à menor dificuldade, o discurso sobre elas desliza do discurso da carência para o do perigoso. Assim, Carmo (2011) defende que os significantes disponibilizados pelo Outro social a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social são marcados por significados portadores de desqualificação e que geram dificuldades de inscrição adolescente no laço social.

Assim, aos 11 anos, Santiago já trabalhava para o tráfico de drogas, fazia ele mesmo uso frequente de maconha e foi alvejado por alguém. Quais chances de saída desta situação Santiago tem, fora da escola, sem o olhar atento e cuidadoso de algum adulto de referência, longe de qualquer atividade esportiva, artística ou de lazer e afastado da proteção familiar e comunitária?

Santiago passou por uma internação hospitalar de aproximadamente quinze dias para se recuperar do tiro. Ele fez uma grande cirurgia de reconstrução na face. Após a alta, permaneceu ainda três dias internado, visto que ninguém apareceu no hospital para retirá-lo da internação. Sua mãe falou que teria acordado com o pai de Santiago para isso, mas ele não apareceu; ela

³⁶ De acordo com a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1999), ratificado pelo decreto nacional no 3.597, de 12 de setembro de 2000, a utilização, recrutamento ou a oferta de crianças para a realização de atividades ilícitas, em particular a produção e o tráfico de entorpecentes, é considerado **uma das piores formas de trabalho infantil**.

tampouco. Ou seja, ele não recebeu visita de nenhum familiar por pelo menos esses três dias, permanecendo completamente só em um momento de recuperação de uma importante cirurgia e após um grave ocorrido, tanto físico, quanto emocional.

Santiago conta que, do hospital, foi encaminhado por um amigo da família diretamente para uma Comunidade Terapêutica, cujo trabalho é extremamente religioso e voltado para a população adulta. Além disso, o não cumprimento a qualquer regra institucional é tratado ali com muita rigidez, utilizando-se de técnicas de exposição e humilhação dos acolhidos. Por este motivo, Santiago afirma ter tentado fugir algumas vezes dali, mas sua saída foi decorrente de uma transferência para a instituição A feita por um “líder” (sic prontuário).

No prontuário da instituição A, há outra versão dos fatos. No relatório encaminhado pelo Conselho Tutelar, consta que Santiago fugiu daquele local, indo para a casa de uma tia sua que se negava a se responsabilizar por ele. “Se encontra lá *desde* o dia xx/xx” (sic relatório). Cabe destacar que o período entre o “dia xx/xx” e a data de acolhimento na instituição A é de *quatro* dias. Podemos supor o quão desgastante pode ter sido este período para sua tia devido ao comportamento agitado de Santiago ou o quanto Santiago era rechaçado por essa família e qualquer tempo com ele seria tempo demasiado. Ninguém foi apontado como possibilidade para acolher Santiago, por isso ele foi institucionalizado.

No primeiro dia de acolhimento, Santiago aparentava estar “muito tranquilo e aceitando a institucionalização” (sic prontuário). A genitora o descreve como sendo “um bom menino”, mas a instituição acredita que “ela não estava falando a verdade sobre seu filho” (sic prontuário). Para aquela instituição, ela contou uma primeira versão sobre o momento em que Santiago foi baleado. Ela relatou temer pela vida do filho, pois o amigo que estava com ele na hora do tiro e também havia sido baleado e encaminhado para o hospital junto com ele, foi executado após sua alta pelo traficante, que teria “terminado o serviço” (sic prontuário). Deste modo, ela dizia acreditar que o mesmo ocorreria com Santiago e afirma que ela mesma estava com medo e havia saído de casa com os outros dois filhos. Se ela não estava mais no bairro onde ocorrera a ameaça, porque não levou Santiago consigo? Além disso, nunca houve nenhum outro relato que confirmasse a presença de uma terceira pessoa no momento do acidente. Destaca-se que ela fez somente uma visita a Santiago nos seus trinta dias de abrigo na instituição A.

Durante seu acolhimento na instituição B, que durou 1,5 ano, Santiago esteve sempre muito abandonado. Nenhum familiar o visitou ou telefonou para ele. A presença de sua mãe era esporádica e sempre sobre muita pressão da equipe. Santiago nunca tocou no nome do pai. A única nota existente sobre seu pai estava no prontuário da instituição A, quando Santiago foi

questionado se gostava dele. Em resposta, ele disse que sim, mas não era um afeto recíproco e abaixou a cabeça, chorando. Verbalizou seu desejo de ir morar com ele (mesmo tendo sido alvo de violência sexual e negligência naquele ambiente). Muitas solicitações foram feitas à mãe de Santiago para que ela viabilizasse o contato do pai dele, mas ela não o fez. Assim, não foi possível contato com o genitor, que, por sua vez, também nunca entrou em contato com a unidade para saber do filho.

É difícil inferir muito sobre a relação de maternagem da mãe de Santiago com seus filhos, visto que não foi estabelecida uma relação de confiança dela com a equipe, nem tiveram encontros em que fosse possível abordar esta questão. Contudo, podemos narrar os fatos ocorridos neste ano e meio e fazer algumas ilações a partir daí.

Segundo relato de sua mãe, a solicitação para abrigamento de Santiago foi por ele estar ameaçado de morte pelos traficantes do bairro onde morava, por isso havia levado o tiro. Entretanto, o mais provável é que, após ter permanecido internado por três dias de alta hospitalar, sem ter nenhum responsável para tirá-lo de lá, o serviço social do hospital tenha entrado em contato com o Conselho Tutelar, como é de praxe nesses casos. Assim, diante de seu histórico de rua, o CT solicitou o abrigamento.

Apesar do relato para a instituição A que temia pela vida do filho, aparentemente sua mãe não demonstrava muito receio que seu filho morresse pelo seu envolvimento com o tráfico ou por sua situação de rua. Não contou sobre nenhuma intervenção que fez com ele para que essas situações deixassem de ocorrer. Ela creditava exclusivamente a ele a culpa pelo que acontecia com ele. Dizia que o filho mais velho era mais tranquilo, que não se envolvia no mesmo tipo de conflitos que ele. Era como se Santiago que fugisse a regra, por conta de seu temperamento e não que fosse necessária alguma intervenção sobre o que fazia, como se não fosse necessário a presença de alguém para educar as crianças.

O contato da instituição B com a genitora sempre foi algo muito difícil. Ela é descrita como irresponsável pelas entrevistadas. Foram pouquíssimos os atendimentos realizados a ela, sendo que somente um foi na unidade de acolhimento, visto sua não presença na unidade em horário administrativo. Nos contatos tidos com ela, era sempre evasiva e contando histórias por vezes contraditórias e sem muitos fundamentos plausíveis. Por exemplo: afirmava que não via motivos para Santiago estar institucionalizado, visto que ele tinha pai e que este poderia se responsabilizar por ele, mas omitiu o excesso de violência física utilizado pelo pai contra as crianças e a negligência dele no cuidado favorecendo a ocorrência do abuso sexual; outra versão sobre o abuso sexual que Santiago sofreu junto a seu irmão foi narrada. Ela fala que, aos sete anos de idade, os meninos foram passar um feriado com o pai e, durante o período, eles foram

abusados sexualmente por um vizinho. Ela soube do ocorrido algum tempo depois e o denunciou. Foi aberto um processo de investigação criminal contra o possível agressor, contudo, cinco anos depois, o processo ainda não estava finalizado e ninguém havia sido responsabilizado pelo crime.

No único atendimento realizado na unidade de acolhimento, a genitora afirmou sentir muita falta do filho e que sua filha caçula não estava dormindo a noite, saudosa do irmão. Entretanto, suas visitas eram irregulares e rápidas e foram, aos poucos, ficando cada vez mais escassas, a ponto de cessarem. Ela ligava algumas vezes para falar com ele pelo telefone e ele sempre perguntava pela irmã. Tanto a equipe quanto Santiago ligavam muito para ela solicitando seu comparecimento na unidade, mas ela não ia. Por diversas vezes Santiago ligou para ela chorando, pedindo sua visita e que levasse sua irmã. Ela dizia que ia, desligava a ligação rapidamente e não aparecia. Não foi somente uma vez em que ela disse para ele ficar pronto que o levaria para passear no dia seguinte e desaparecia por 15 ou 30 dias consecutivos. E Santiago ficava pronto todos os dias, na esperança de que ela aparecesse. Em determinado momento, ela parou de atender as ligações e quando atendia - pois se ligava de vários números diferentes - encerrava a ligação ao perceber que era da instituição e desligava seu aparelho de celular, inviabilizando qualquer contato. Deste modo, a equipe B ficava periodicamente um tempo sem conseguir contato algum com a genitora.

Foi necessário então solicitar uma audiência com o juiz da 1ª Vara da Infância e Juventude para poder encontrar a genitora. Neste momento, a equipe aproveitou para reforçar o quanto Santiago sentia sua falta e solicitava sua presença na unidade. Juiz e promotor de justiça, em consonância, solicitaram regularidade nas visitas a Santiago, que não surtiu efeito algum. Os intervalos entre as visitas eram tão grandes, com ausência completa de contato com o filho, que a equipe considerava isso um “desaparecimento” (sic prontuário).

Segundo Pereira (1999), o sentimento de ser amado pelo Outro representa para o inconsciente uma proteção contra todas as ameaças. Do mesmo modo, a perda ou a separação desse amor corresponde ao perigo de ser abandonado à própria sorte sobre o desamparo. Freud (1926/1976) afirma que, quando o indivíduo é ainda imaturo, para o ego, o perigo de desamparo psíquico é equivalente ao perigo de vida. Nesta perspectiva, independentemente de estar experimentando uma dor insistente ou um acúmulo de necessidades orgânicas que não podem ser satisfeitas, o ego realiza a mesma economia psíquica “e o desamparo motor do ego encontra expressão no desamparo psíquico” (Freud, 1926/1976, p. 193). Desta forma, temos uma recolocação desse perigo para Santiago a cada “desaparecimento” da mãe, quando era impossível localizá-la.

Na instituição B, Santiago foi inserido em duas atividades esportivas e de lazer, as quais ele sempre demonstrou muita habilidade. No final do primeiro ano, quando Santiago estava abrigado há aproximadamente 5 meses, houve duas apresentações das atividades e sua mãe foi convidada a ir prestigiá-lo, mas não compareceu. No meio do ano seguinte, houve outra apresentação da atividade e Santiago pediu várias vezes para a equipe ligar para sua genitora, pois ele queria convidá-la. Ela compareceu a uma para assisti-lo e levou sua filha mais nova. Foi a única vez que ela o prestigiou com sua presença.

Dois aniversários seus foram comemorados na instituição B, 12 e 13 anos, porém sua mãe não apareceu nenhuma das vezes. No segundo, perto de seu retorno para casa, foi a equipe que contatou a genitora para ele poder receber seus parabéns. Durante o período natalino, a genitora foi “convocada” (sic prontuário) a comparecer na unidade para ver o filho, porém não apareceu, deixando Santiago “bastante triste e agitado” (sic prontuário). A noite de réveillon, contudo, eles passaram juntos. Cabe destacar que ela foi busca-lo por volta das 22:00 do dia 31/12, retornando na manhã do dia 01/01.

É importante ressaltar a assimetria de afetos entre Santiago e sua mãe observada durante seu abrigo na instituição B. Santiago demonstrava ser apaixonado pela mãe, sentia sua falta, pedia para ligar, solicitava sua presença, lhe pedia que levasse roupas, presentes e merendas. Dizia a todo momento que queria estar em casa, que sentia saudade de sua irmã, de sua família. Quando ele a via, a abraçava, ficava tão feliz que tudo nele se transformava: sua feição, seu comportamento, seu modo de falar. Ao mesmo tempo que, quando ela sumia ou descumpria o acordo que havia feito com ele, ele ficava irritado, triste, agitado, respondendo a todos com grosseria, xingando. Deste modo, o comportamento agressivo de Santiago é associado pelas entrevistadas à angústia pelo desaparecimento da mãe, “que o deixava altamente descompensado” (sic entrevistada E1). Pereira (1999) afirma que a dependência da criança em relação à mãe é mais uma dependência de amor do que uma dependência vital. O que a criança deseja é o desejo do Outro, identificando o objeto imaginário desse desejo. Neste sentido, o autor, através da interpretação da obra de Lacan, propõe que o desamparo diante do qual o sujeito tem que lidar é o da opacidade do desejo do outro, em que o sujeito se vê sem recursos para decifrar. Assim, os comportamentos mais agressivos se intensificavam quando ele retornava de um final de semana com a mãe, em que ele ficava muito chateado por ter que voltar para a instituição ou quando ela desaparecia e não viabilizava nenhum contato com ele.

Das diversas versões sobre como ocorreu o incidente do tiro e as motivações para o fato, a equipe tomou por pressuposto que Santiago estava ameaçado de morte no bairro em que a mãe morava. Com isso, foi solicitado a ela que ela se mudasse de casa. Como ela morava de

aluguel e ela própria afirmara sentir-se ameaçada no local, o pedido era mais possível de ser atendido. Após a mãe de Santiago afirmar que iria se mudar, iniciou-se um trabalho intenso para tentar fazê-la cumprir o acordo e desinstitucionalizar o filho. Enquanto a mudança não acontecia, ela pegava o filho em alguns feriados, sob muita insistência da equipe, para passá-lo junto a ela e aos irmãos. Quase sempre, todavia, ela aparecia para pegar o filho sábado tarde da noite, muito fora do horário combinado e o levava de volta ao abrigo no domingo muito cedo. Ela dizia que o deixava na casa de sua tia (ou seja, longe de sua companhia). A cada cobrança da equipe sobre como estava seu processo de busca de um novo local de moradia, ela contava uma história diferente. Inicialmente, informou que estaria procurando um quarto no mesmo local da casa da tia para alugar. Foi então agendada uma visita domiciliar tanto na casa desta tia, quanto no local que ela estaria interessada em alugar. Diante da pressão, ela novamente desapareceu.

Após esse sumiço, ela reapareceu com outra história: informou estar se relacionando com uma pessoa que morava na Região Metropolitana de Salvador e que passaria a viver com ele lá. Ele havia aceitado receber seus filhos e, assim, ela desinstitucionalizaria Santiago logo que se mudassem. Contudo, a casa ainda estava em construção. A equipe entrou em contato com esse companheiro da mãe de Santiago, que confirmou sua ida para lá. Entretanto, com a proximidade da data, este senhor voltou atrás, dizendo não querer assumir esta responsabilidade e negando ter um relacionamento sério com a mãe de Santiago. Ainda assim, ela insistiu sobre sua mudança para aquela localidade. Tanto o Conselho Tutelar quanto o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS – daquela região foram acionados para fazer o acompanhamento da família após a reinserção. Foi realizada uma visita domiciliar na suposta casa onde iriam morar e não foram encontradas irregularidades no local.

Ficou acordado que Santiago seria reinserido na família junto à genitora³⁷ para passar as férias escolares na companhia da mãe, ainda sob os cuidados da unidade de acolhimento. Para o enorme sofrimento de Santiago, sua mãe novamente desapareceu. Não atendia as ligações da equipe, mesmo quando eram utilizados telefones diferentes para realizar as ligações. Uma única vez, uma criança atendeu o telefone e, quando ia passar a ligação, informou que ela não estava em casa, que retornasse a ligação em pouco tempo, porém o telefone não foi mais

³⁷ Cabe observar que as instituições de acolhimento, ao trabalharem o processo de reinserção familiar, também investem na família extensa, principalmente quando não é possível a reinserção na família de origem. No caso de Santiago, sua mãe era o único contato que as equipes tinham de referência familiar. Nem ela, nem Santiago, ofereceram, em momento algum, informações ou dados que pudessem levar às equipes a buscar essa família extensa. No discurso dos dois, era como se a mãe fosse sozinha, sem suporte de irmãos, sobrinhos, genitores. Por este motivo, toda tentativa de trabalho da instituição B com a família para promover a reinserção familiar de Santiago foi voltado exclusivamente para a mãe. No caso da instituição C, nem o contato com ela foi possível.

atendido. Santiago ficou com suas coisas arrumadas durante todo o período e não queria sair para os passeios, na expectativa de sua mãe chegar. Logo cedo, ele se arrumava e ficava pronto para ir embora. O adolescente pedia frequentemente à equipe para que entrasse em contato com sua mãe para saber se ela iria buscá-lo. Ele verbalizava sentir muita falta de sua casa, de seus irmãos e de sua mãe, almejando retornar ao convívio familiar. Somente no mês de janeiro, um mês depois do combinado, sua mãe apareceu para busca-lo. Foi realizado seu desligamento e foram dadas recomendações à sua mãe. Não era possível manter Santiago na unidade, diante de tanta expectativa sua.

Passagem adolescente: de uma rua da infância à outra da adolescência

Após sua reinserção, foi perdido o contato com ele. Sua mãe novamente deixou de atender as ligações da equipe. Algum tempo depois, a equipe soube que Santiago estava morando novamente no bairro em que supostamente fora ameaçado. Uma funcionária de outra instituição de acolhimento o acusou de ter sido o pivô da evasão de duas adolescentes que estavam abrigadas em sua unidade, tendo aliciado elas para entrada no narcotráfico da região. Deste modo, a equipe da instituição B, em parceria com o conselho tutelar de referência de Santiago, tentou realizar uma visita domiciliar na casa dele. Na entrada da rua, contudo, uma moradora informou sobre a periculosidade do local, reconheceu Santiago e confirmou seu envolvimento com pessoas relacionadas ao tráfico local e aconselhou que as profissionais não adentrassem mais. Foi então realizada uma visita à escola da localidade em que ele estava matriculado e foram informadas que Santiago não havia frequentado as aulas durante o semestre. A diretora contou que em uma reunião de pais ocorrida na escola a genitora não quis informar o paradeiro de Santiago, tentando desconversar e, após a insistência da equipe pedagógica, disse que ele estaria morando em outro local com uma tia dele. A conselheira tutelar deixou uma notificação na escola para ser entregue à mãe, solicitando sua presença no CT, porém ela nunca apareceu.

No semestre seguinte, a caminho de casa, uma educadora da instituição B reconheceu Santiago dormindo sob uma marquise e foi ao seu encontro. Sem apresentar qualquer resistência, ele aceitou ir com ela ao CT da localidade, que não era o seu de referência. Podemos supor, então, que, naquele momento, ele queria ajuda, queria ser cuidado, estar em um lugar protegido e ainda confiava na relação com um outro para lhe auxiliar nisso, visto que, como veremos, a institucionalização seguinte não foi sem grande relutância por parte dele, precisando muito investimento do educador social de rua que fazia abordagem com ele, para Santiago

aceitar conhecer a nova instituição e decidir se gostaria de continuar. Assim, no CT, Santiago forneceu o telefone da mãe e o conselheiro tutelar lhe entregou o filho sob termo de responsabilidade, não solicitando mais acolhimento institucional para ele. Não sabemos se alguma intervenção foi realizada pelo conselheiro com a mãe, ou se sua história não foi efetivamente investigada ou se a mãe também contou alguma história sobre a situação de rua de Santiago que convenceu o conselheiro, mas Santiago voltou, novamente, para situação de rua após esse acontecido. Desta forma, ao que tudo indica, após sua reinserção familiar, Santiago voltou para situação de rua. A promessa da mãe de que iria morar na região metropolitana de Salvador não foi cumprida.

Lesourd (2004) faz uma diferenciação importante entre função da rua na infância e na adolescência. No infantil, a rua deve ser compreendida como espaço de projeção, de jogos, onde são encenados roteiros imaginários e fantasias realizadoras de desejo. Neste sentido, para a criança, que está num momento de construção do Eu, a rua deve ser concebida como um espaço onde “o interior e o exterior são não-separados, o dentro e o fora intimamente imbricados” (Lesourd, 2004, p. 204). O percurso pela rua é lembrado pela criança como uma aventura em que, a depender dos desafios do dia, pode se tornar humilhante ou gloriosa. Já no juvenil, a rua se torna limite, traço que separa. Para o adolescente, “a rua é vivida como uma topografia que descreve uma tipologia social, na qual se encenam os jogos da exclusão social, da separação e da exterioridade” (Lesourd, 2004, p. 204). Para o autor, a rua carrega uma “íntima extimidade” com o adolescente, pois ambos comportam a dimensão de passagem: a rua como “o espaço de passagem entre o privativo da habitação e o público do subúrbio” e o sujeito como momento de “passagem entre a alienação ao Outro infantil à alienação ao Outro sexo” (Lesourd, 2004, p. 204).

Lesourd (2004) traz que, na atualidade, a rua não tem mais um carácter de encontro, o que faz de seus frequentadores seres anônimos. É parte do trabalho adolescente fazer a travessia entre essa topologia infantil da cidade em que dentro e fora estão em continuidade e a topografia adulta que separa. Considerando que na adolescência o sujeito está à espera de um significante que o represente no discurso social, que designe a ele um lugar, o adolescente age essa passagem entre as topologias, na busca de um reconhecimento exterior (Lesourd, 2004). Assim, quando a rua é capaz de dar pontos de amparo ao sujeito através do reconhecimento entre os transeuntes, essa encenação pode ser sem perigo. Contudo, o anonimato existente nas ruas da atualidade torna ineficaz o agir exibitório que busca reconhecimento subjetivo. Então, o único significante encontrado por esses jovens é o da estigmatização negativa, da reprovação pública. Com isso, ao passo em que não encontra um outro suficientemente próximo que possa reconhecê-lo, o

adolescente acaba encontrando, nesta estigmatização, uma nomeação bem-sucedida (Lesourd, 2004, p. 207).

Essa diferenciação é importante para o caso não somente porque Santiago utilizou a rua como local para fazer sua passagem do infantil para a adolescência, mas porque ele habitava a rua quando foi convocado a fazer essa passagem. A rua, como espaço de íntima intimidade, foi dado muito cedo em sua vida. É importante destacar que Santiago, talvez por sorte³⁸, passou pelas mudanças pubertárias durante sua permanência na instituição C: deu um estirão, ou seja, deixou de ser o pequeno da turma que precisava reagir violentamente para não ser devorado; mudou a voz, passando a ser reconhecido agora no mundo dos “grandes”, mais do que dos “pequenos”; se tornou mais vaidoso, já que, agora como homem, poderia ter acesso ao sexual.

Podemos perceber que a entrada de Santiago na adolescência se deu ali. A adolescência é um momento de passagem da cena familiar a um lugar de pertencimento na cena social, a partir da inscrição do laço social (Carmo, 2011; Rosa, 2002). Como vimos no capítulo 3, a irrupção do real do corpo provocado pela entrada na puberdade reativa os interditos do incesto. O adolescente se vê frustrado ao se dar conta de que a promessa de uma satisfação pulsional plena é um engodo e passa a questionar as verdades contadas pelo Outro parental. Desta forma, o sujeito é forçado a procurar mais adiante, no social, fora do circuito familiar, um objeto de amor que faça suplência a essa satisfação perdida e novos saberes e significantes com os quais possa se identificar e se constituir (Carmo, 2011). Para tanto, o sujeito deve encontrar no discurso familiar referências que lhe permitam se projetar no futuro para que o afastamento desse primeiro suporte não se traduza em perda de todo suporte identificatório (Rosa, 2002). É preciso, portanto, que a referência familiar possa dizer algo sobre o sujeito e que esse discurso não seja desqualificado *a priori*. Entretanto, Rosa (1999) defende que há um processo de desqualificação da família de crianças em situação de rua, o que enfraquece o poder dos significantes que se possa atribuir ao sujeito. Assim, no caso de Santiago, essa fragilidade era dupla, visto que não só a presença do Outro que pudesse dizer algo sobre ele era débil, como tudo o que era dito por esse Outro era tomado sob suspeição, porque sempre entrava em contradição com o que fora dito anteriormente.

A entrada de Santiago na adolescência não se deu como uma passagem do familiar ao social, tendo sempre a família como referência. Sua travessia foi, na verdade, uma ruptura que

³⁸ Dizemos “talvez sorte” porque o fato de ser pequeno, de parecer criança, pode diminuir as investidas de violência contra ele. Contudo, é somente “talvez” visto que, de acordo com Butler (2009/2015) e com um dos entrevistados, o sinal de maior vulnerabilidade pode, ao contrário, torna-lo alvo de um desejo de eliminação dessa vida em condição precária.

não somente tirou sua referência familiar, pois ele não contava mais com ela como suporte, ao mesmo tempo em que seu caminho em direção à cena social o colocava justamente fora dela, visto o fato de ter passado a viver definitivamente em situação de rua. O trabalho com Santiago requeria então uma inscrição no laço em vários níveis já que, na época, ele não estava atado a nenhum.

Após um ano em situação de rua, Santiago foi novamente institucionalizado. Ele estava em uso abusivo de maconha e houve o recrudescimento de uma resposta com violência a qualquer abordagem dirigida a ele. Após algumas abordagens sociais na rua, ele concordou com o abrigo, mas com bastante desconfiança. Na instituição C, que viria a ser sua última institucionalização, ele permaneceu por seis meses.

Os entrevistados da instituição C também não conseguiram contato nenhum com qualquer familiar e não foi possível contato algum com a mãe durante todo seu acolhimento. Aparentemente, ele estava só no mundo. Assim, não foi possível pensar nem trabalhar em um processo de reinserção familiar durante seu último abrigo. Santiago, nesta nova instituição, não falava da família, somente da irmã mais nova. Dizia que tinha um irmão mais velho também, que havia saído de casa cedo e perdera o contato. Nunca falou do pai, de tios, primos ou avós. Ali, já se referia pouco à mãe e, quando o fazia, era demonstrando seu descontentamento com relação a ela, seu sentimento de abandono e descuido por parte dela. Se sentia preterido aos outros irmãos, de quem acreditava que ela cuidava. Ao mesmo tempo, ele oscilava nessa crença, preocupando-se com o destino da irmã, que ainda estava sob a responsabilidade de sua mãe, que ele não considerava capaz de exercer a maternagem, visto o tratamento dela com ele. Carmo (2011) afirma que todo laço de amor carrega consigo a ambivalência de sentimentos e, quando esse amor é desestabilizado, ele cede lugar à agressividade e ao ódio. Parece que, após tanta ausência e abandono, foi o que aconteceu com Santiago em relação ao amor que tinha por sua mãe.

A institucionalização: a capa da rua e a desconstrução de um personagem

Sua breve permanência na instituição A foi conturbada. Como se repetiu nos demais espaços institucionais que Santiago percorreu, ele não respeitava as regras, não respeitava os educadores, ameaçava os demais acolhidos, subtraía e danificava objetos da instituição, tinha um comportamento agressivo. Esta instituição acreditava que ele prejudicava o trabalho que já vinha sendo feito com os demais acolhidos por conta de seu comportamento e por ser “um dependente químico” (sic prontuário). Além disso, ocorreu uma situação em um local próximo

à instituição, em que pessoas relacionadas ao narcotráfico da região teriam dito que iriam queimá-lo em um pneu por ele falar demais. Silva (1997) explica que marcas são feitas em determinadas partes do corpo – principalmente nádegas e rosto -, com objetos perfurocortantes, com a finalidade de evidenciar se aquela pessoa é um “cagete”. Deste modo, não sabemos se esta fala foi devido a algo que Santiago contou a essas pessoas ou se fora somente devido a esta marca que possuía no rosto. A instituição ficou muito amedrontada com a ameaça e não se sentia apta para trabalhar com ele e sua transferência foi prontamente solicitada.

É importante destacar que no único atendimento que a instituição A teve com a mãe de Santiago, muito foi dito e quase nada foi repetido para as demais instituições. Pensamos em três hipóteses para este fato: 1) uma boa relação foi estabelecida entre a equipe da instituição A e a mãe de Santiago, o que a fez falar; 2) repetir a história incessantemente para diversos atores pode ser muito desgastante para uma família, afastando-a das instituições e 3) o quanto se perde de informação de um encaminhamento para outro, visto não haver uma relação próxima entre as instituições de acolhimento na cidade de Salvador.

Na instituição B, sua passagem também foi conflituosa. Desde o início, Santiago se envolveu constantemente em “confusões e brigas” na unidade, o que fazia com que ele ficasse muitas vezes de castigo, sem poder sair para algumas atividades de lazer. Alguns fatores desencadeavam as brigas: por conta da grande cicatriz no rosto e da falta dos dentes frontais superiores consequentes do tiro, ele foi apelidado pejorativamente pelos outros adolescentes do abrigo, aos quais ele respondia somente em ato. Outro fator – e isso não era exclusivo com Santiago, todos os acolhidos respondiam da mesma forma nesta questão – era quando falavam mal de sua mãe: alegavam a falta dos dentes dela também, mas, principalmente, lembravam-no com frequência do seu abandono por ela, que ele reagia com expressões de muita angústia.

Contudo, rapidamente uma questão chamou atenção da equipe: seu “gosto por apanhar”. Santiago, na maioria das vezes, brigava com os adolescentes mais velhos e mais fortes. Por ele ser pequeno, os maiores o ignoravam para não brigar, mas ele aborrecia o outro até ser agredido. Após sofrer a agressão física, ele esbravejava, ameaçava agredir, matar, chorava bastante, demonstrando muita raiva, mas nunca revidava, nem ao menos uma vez e, como se não bastasse, passava o resto do dia ao lado do agressor. Além disso, quando outros adolescentes estavam brigando por qualquer motivo que não envolvia Santiago, ele entrava no meio, sem tomar parte de nenhum lado, nem para apoiar, defender ou apartar, gerando comentários de que ele ficava ali somente para ser agredido. A reação explosiva e sem revide dele foi logo notada também pelos outros adolescentes e ele era alvo fácil de provocações. Deste modo, essa imagem

dele de “malandro”, de alguém com grande envolvimento e influência no narcotráfico da região foi desconsiderada pela instituição B e virou, inclusive, motivo de graça entre os funcionários.

Freud (1916/1974), em um pequeno texto intitulado “criminosos em consequência de um sentimento de culpa”, escreve que é fácil observar crianças agindo de forma travessa propositalmente, na intenção de serem castigadas. Após a punição, elas ficam “quietas e contentes” (Freud, 1916/1974, p. 376). Essa necessidade de castigo viria de um sentimento de culpa inconsciente do sujeito, do qual ele precisa ser punido. Santiago, que era muito calado, não nos deu brecha para supormos qual seria esse sentimento de culpa que ele carregaria, que ele precisava pagar, nem se havia isso. Pensando em sua situação de abandono, será que ele se sentia culpado por não ser amado? Será que atribuía a si a responsabilidade pelo seu não valor aos olhos do Outro? Com relação ao abuso sexual que sofreu aos sete anos, podemos supor que ele se sentia culpado por ter sido violentado, junto com seu irmão? Será que de alguma forma ele revivia essa agressão ao buscar ser agredido por outro homem maior e mais velho? Infelizmente, não temos dados para aprofundar os questionamentos.

Além das tentativas de contatar a mãe de Santiago e de estreitar a convivência deles, a instituição B investiu no trabalho territorial com ele, a fim de ampliar sua vinculação com outras instituições, favorecendo a construção de novos laços sociais. Tykanori (2001) utiliza a denominação “empréstimo de poder contratual”, para se referir ao papel dos profissionais que trabalham com populações socialmente excluídas. O “poder contratual” de cada pessoa é aferido por três dimensões: a capacidade de poder trocar bens, de trocar mensagens e de trocar afetos. Considerando adolescentes em situação de acolhimento institucional, estas três dimensões estão desvalorizadas. Assim, os “técnicos devem usar seu prestígio social, seu saber reconhecido pela sociedade, para possibilitar relações e experiências renovadas aos usuários” (Tykanori, 2001, p. 59). O autor aponta então para a necessidade de se produzir dispositivos que permitam a seus usuários a passar por experiências que aumentem seu poder de troca. Deste modo, Santiago foi inserido inicialmente em duas atividades esportivas em turnos opostos e, após a matrícula na escola, ele passou a frequentar as duas atividades artísticas/desportiva, uma instituição de reforço escolar e ainda foi inserido em uma turma intensiva de alfabetização no próprio colégio. Com muita frequência a equipe B era convidada a comparecer nessas outras instituições para falar sobre o comportamento de Santiago e todas as vezes a equipe B, ao acolher as queixas das outras equipes e ao mesmo tempo se responsabilizar por Santiago e, em alguma medida, por suas atitudes, emprestava a ele seu poder contratual e possibilitava a ele poder se manter nos espaços. Isso foi capaz de abrir possibilidades de subjetivações para ele,

de se enxergar em outros locais e sob outros olhares, ao invés de restringir ou demarcar com interpretações unívocas quem ele supostamente era.

Uma questão que chamou atenção no caso de Santiago em todas essas instituições diz respeito à relação dele com a autoridade masculina. Na instituição de acolhimento, ele desafiava muito os educadores e respeitava mais as educadoras. O mesmo acontecia na atividade física que participava: não tolerava quando o professor lhe chamava atenção. Como ele era habilidoso, não gostava de prestar muita atenção na demonstração e na execução do exercício, conversava bastante e tirava a atenção dos colegas. Isso acontecia com bastante frequência, fazendo com que fosse suspenso de algumas aulas. A coordenadora da atividade relatou os conflitos dele com o professor que, segundo ela, era bastante tranquilo. Afirmava que ele era um menino bom, porém se negava em participar de algumas atividades propostas, principalmente quando ele queria realizar outra tarefa. Quando ela o chamava para conversar, ele reagia de uma forma completamente diferente, abaixando a cabeça, reconhecendo o erro, dizendo que ia mudar.

Na escola, foi possível notar o mesmo comportamento. Sua maior dificuldade, segundo a coordenadora pedagógica, era essa. Santiago conflitou algumas vezes com o professor de educação física: não participava das aulas, enfrentava, respondia com agressividade, se negava a fazer qualquer coisa que o professor solicitasse. Com a diretora e com as professoras ele respeitava e obedecia e elas não entendiam esse comportamento, pois aquele professor era adorado pelos outros alunos.

É interessante notar que inicialmente suas reclamações na escola diziam respeito mais a conversas durante a aula. Não havia relatos de brigas na escola. Aos poucos, com seu avanço, ele foi descumprindo mais as regras, questionando, sem querer ficar em sala. Contudo, como este comportamento foi se intensificando no final do ano, em que já havia quase a certeza de que ele voltaria a morar com sua mãe após a finalização do ano letivo, podemos supor que essa mudança na escola estivesse relacionada a esta expectativa. Além desta hipótese, considerando a trajetória escolar dele quando estava na instituição C, podemos supor também que com seu progresso em sala, a disparidade de idade entre ele e os colegas pode ter sido um fator desestimulante, visto as atividades estarem focadas para crianças menores e ele conseguir finalizá-las com mais brevidade ou não se interessar por todas elas.

Somente no curso de reforço escolar que fazia não conseguiram notar que esse comportamento verbalmente agressivo nunca acompanhava uma agressão física dele e o expulsaram duas vezes desta atividade. Cabe destacar que a comunidade acreditava que os adolescentes acolhidos na instituição B eram adolescentes em conflito com a lei e esse boato se espalhou. Toda vez que se ia matricular um adolescente em algum curso, a equipe precisava

fazer um trabalho prévio, explicando o que era uma unidade de acolhimento institucional, sua função, seu público e seus objetivos. Assim, esse projeto aparentemente não sabia lidar com adolescentes com histórias de vida mais complexas e temia sempre pelo pior. As ameaças de que chamariam os traficantes para invadir o curso ou as relações de parentesco que alegavam ter com certos traficantes era levada ao pé da letra, o que dificultava a aproximação com esses adolescentes. Deste modo, as intervenções eram receosas de que algo ruim pudesse acontecer. E com Santiago não foi diferente, visto que ele montava mesmo o personagem. Não puderam se aproximar um pouco mais dele para acessar o que havia por trás do personagem.

Santiago era sempre muito desafiador ao se dirigir a alguém, abria o peito perguntando alguma coisa, olhando de canto de olho, andando com gingado, em um jeito que poderia ser considerado intimidador por algumas pessoas. Contudo, a qualquer resposta mais enfática da equipe, fosse no tom de voz ou no movimento corporal, ele se encolhia, sorria sem graça, saía de onde estava e também abraçava, o que era interpretado como um pedido de desculpa. Este comportamento seu se mantinha nos outros espaços em que frequentava e isso era notado pelos profissionais que o acompanhavam, que não viam nessa postura a figura direta de um “pequeno criminoso” e não reforçavam esse lugar para ele. Poucas vezes esse comportamento não cedia com tanta facilidade, principalmente quando o olhar do outro confirmava essa posição, como no caso do reforço escolar.

Assim, esse personagem dele era facilmente desmontado: ele próprio se desfazia da roupagem de perigoso, desmontava a cena criada logo que alguém colocava isso à prova. Todavia, a consideração prévia de periculosidade que determinados grupos sociais, determinados rostos (Butler, 2009/2015), incitam não é rapidamente desfeita. A ruptura com a família faz surgir um discurso social específico para essas crianças – em situação de rua, por exemplo -, em detrimento do discurso dos pais. Este discurso destitui a criança ou o adolescente do lugar de criança ou de adolescente, justificando o descaso e o medo para com elas, além de qualifica-las previamente como perigosas, oferecendo-lhes como única possibilidade de nomeação a identidade de delinquente (Rosa, 1999), mesmo que aquele a quem o olhar é dirigido, como no caso de Santiago, não encarne efetivamente a figura do perigoso, não se identifique efetivamente com essa nomeação.

Cabe destacar que com o tempo, mesmo com os conflitos continuando e a permanência de alguns enfrentamentos e rompantes de agressividade, Santiago foi ficando mais carinhoso. Ele gostava de receber abraço, só não sabia pedir diretamente. Ele não pedia desculpa, não dizia

que gostava de alguém, mas o fazia através de gestos³⁹. Assim, ele nos abraçava, fazia favores, tentava nos ajudar em alguma tarefa, oferecia seus lanches. Era nesta perspectiva que os técnicos da instituição B atuavam no sentido de desconstruir a imagem do menino de rua, perigoso, envolvido com o tráfico de vários lugares e com furtos e roubos: quando ele entrava na sala fazendo uma postura parecida com a de um traficante, isso não era interpretado como a essência dele, mas como uma brincadeira ou como uma forma de ser visto pela equipe; ele era tratado com afeto, tendo um apelido carinhoso utilizado somente pela equipe técnica, que era usado principalmente quando ele estava muito agressivo ou angustiado, para tentar se aproximar dele; as qualidades dele eram sempre reforçadas, em detrimento da associação entre seu histórico e uma provável tendência à criminalidade.

Conforme as entrevistadas, Santiago, apesar de ter 13 anos na época, se comportava como uma criança de 8 anos, sendo muito “bobo”. Ele ia “*no fluxo*”, uma expressão que ele gostava de usar. Então, se estava com alguém que usava maconha, ele usava, se estava com alguém que traficava, ele traficava. As entrevistadas veem nisso a prova da inocência dele, visto que se alguém pedisse para ele guardar algo ilícito, ele guardaria e ainda assumiria ser seu, se fosse preciso. Assim, para elas, ele ia sempre precisar de alguém para orientá-lo, “*para dar um norte a ele*” (E1), e ele não tinha isso de ninguém. Ele era solto, sem borda, sem atenção.

“E4. ele só tinha a capa de menino da rua, quando saiu a rua dele, ele voltou a ser criança...(...) Gostava de brincar, gostava de bagunçar, corria picula...”

A chegada de Santiago na instituição C foi descrita como “turbulentíssima” e extremamente desgastante. Como vimos, ele havia passado o ano na rua e se dado conta de que sua família, especialmente sua mãe, não demonstrava muita preocupação com ele. Ele estava bastante hostil a qualquer contato, não aceitava absolutamente nenhuma regra ou acordo, sempre muito agressivo na forma de se dirigir ao outro, completamente inacessível. Qualquer negativa para ele era recebida com rompantes de muita agressividade e ele era reativo a qualquer comando. Isso perdurou por cerca de 2 a 3 meses. Nesse período, se envolveu em muitas brigas na unidade, as quais ele não apanhava apenas, também batia, quebrou muitos objetos da instituição, desrespeitou toda e qualquer pessoa que tentou se aproximar dele. Não eram somente as palavras dele que eram agressivas, mas também seu tom, seu gestual, seu olhar. Todos esses comportamentos apresentados inicialmente foram interpretados pela instituição C

³⁹ Lembro de um dia em que ele pediu para falar comigo, ficou mais de trinta minutos na sala, calado, suando. Me olhava sem jeito, gaguejava, abaixava a cabeça, até que desistiu e saiu sem dizer nada. Ao encontrar minhas colegas na sequência, elas me perguntaram se ele tinha pedido desculpas - por conta de uma situação ocorrida no dia anterior -, pois, antes de entrar na sala, ele havia dito a elas que estava indo me encontrar para fazer isso.

como sendo “*a capa da rua*” (E4) que Santiago precisou vestir para sobreviver naquele ambiente. Por ser o menor do grupo, se ele não fosse para o enfrentamento, ele seria devorado. Segundo o ditado que eles próprios falam: “na rua, quem não é ladrão, é gado”.

Para Butler (2009/2015), a precariedade é o fator primário da vida, visto que se depende de vários outros para sobreviver e que ela pode ser eliminada a qualquer momento, seja de forma acidental ou proposital. Neste sentido, para ser vivível, a vida exige o apoio de certas condições possibilitadoras de existência. Portanto, “a possibilidade de manutenção da vida depende das condições sociais e políticas, e não somente de um impulso interno para viver” (Butler, 2009/2015, p. 40). É neste ponto que os conceitos de precariedade e de condição precária se cruzam. A condição precária é uma condição politicamente induzida, a partir de uma distribuição diferencial deste estado, maximizando a precariedade para uns e minimizando-a para outros. Por isso, o reconhecimento deste tipo de precariedade exigiria um compromisso ético entre os vivos. Contudo, conforme Butler (2009/2015), constatar a existência de uma vida precária não necessariamente incita o desejo de alguém em protegê-la, ao contrário, a apreensão da precariedade pode conduzir a uma potencialização da violência. Para a autora, a percepção de vulnerabilidade sobre uma pessoa ou um grupo pode incitar o desejo de destruí-lo. Assim, para pessoas em situação de rua, que estão expostos a todo tipo de violência urbana, estar com a defesa alta e atento às tentativas de invasão do outro é questão de sobrevivência. Neste sentido, a “capa da rua” deve ser compreendida como estratégia de defesa às ameaças de fora, mais que como uma encarnação do signo da periculosidade. E esta foi a aposta feita pela instituição C.

A equipe C foi na instituição B e na escola em que ele estudava na época para buscar alguns documentos. A receptividade calorosa de todos com Santiago e certa reciprocidade dele também no ambiente fizeram a equipe C se questionar como era possível tamanha oposição. A equipe B falou como foi sua passagem ali, as dificuldades que teve no contato com a genitora. Apesar dos conflitos em que se envolvia e de alguma dificuldade que ele tinha para seguir normas, ele foi descrito em sua positividade para a equipe C, que ainda não tinha conseguido ver aquelas características, frente à resistência que Santiago apresentava a abordagem.

Todo o desgaste físico e emocional que Santiago causava na equipe C a fez repensar em vários momentos suas intervenções com ele. De diversas formas foram tentando acessá-lo, desfazer algumas marcas criadas pela situação de rua, tentando fazê-lo se comunicar com os outros de formas menos violentas. Para tanto, algumas regras institucionais puderam ser relativizadas para ele, o que gerou um questionamento dos demais acolhidos sobre essa flexibilização, já que, dizem eles, “a regra de um é a regra de todos”. Santiago pôde perceber o investimento que estava sendo feito com ele, a não desistência em seu cuidado, a forma com

que era dirigida a palavra a ele, mesmo diante de sua agitação. Com isso, à medida que ele foi testando novas formas de (re)agir, foi vendo outros modelos e foi obtendo também outras respostas das pessoas ao seu redor, “*o cara se transformou (...), ele realmente mudou da água pro vinho*” (E4).

A escola e a construção de um novo lugar

O grande catalizador dessa mudança, segundo os entrevistados, foi o vínculo que ele estabeleceu com a escola. Durante a institucionalização anterior, o comportamento de Santiago não passou por grandes oscilações. Os conflitos com outros educandos, os pesadelos, alguns descumprimentos de regras e outros se mantiveram sem muitas modificações. Nossa hipótese é a de que, quando estava na instituição B, Santiago ansiava pelo olhar da mãe, pelo seu reconhecimento, e estes quase nunca estavam lá. Assim, suas mudanças não tinham retorno do lugar de onde ele olhava. Contudo, na instituição C, quando ele já não esperava mais *esse* olhar, ele pode deslanchar, tendo o olhar das instituições em que ele estava vinculado, servindo de amparo e reconhecimento. Um fato a se destacar em toda sua trajetória foi a boa vinculação que ele fez com as instituições – as de acolhimento, as escolares, as artísticas e desportivas - enquanto esteve abrigado e isso é bastante significativo visto que, conforme Viñar (1999), as instituições também são constitutivas do sujeito.

Esta vinculação pode ser parcialmente aferida se considerarmos suas poucas evasões diante de um histórico de situação de rua. No prontuário da instituição B consta somente uma evasão. No relato das entrevistadas, elas lembram que ele evadia muito, contudo era somente para passar o dia fora, mas não dormia mais na rua. Entretanto, suas evasões são associadas não a seu desejo de sair da unidade, mas de se filiar. Ou seja, quando chegavam adolescentes com histórico de evasões e uso principalmente de maconha, ele evadia com esses acolhidos e usava maconha com eles.

Na instituição B, Santiago foi inserido na escola somente no ano seguinte, mesmo ele tendo sido institucionalizado no meio do ano anterior, visto a dificuldade em se conseguir o histórico escolar dele, a negação da escola em matricula-lo sem esse documento e sua alegação de que não tinha vaga na série solicitada. A escola anterior onde ele estudou não podia disponibilizar seu histórico, pois sua pasta havia sumido e não havia registros seus. É importante questionar como pode documentos escolares tão importantes sumirem de uma escola. Supomos que, devido a não frequência escolar de Santiago durante todos os anos em que esteve matriculado ali, seus documentos não eram revistos, nem acessados, tendo sido perdido nas

reorganizações documentais. Pensando que se ele não tinha importância para escola, porque sua documentação teria? É conduta padrão da direção escolar notificar o conselho tutelar quando uma criança falta muita aula, mas isso não foi feito no caso de Santiago. Será que a escola temia um possível envolvimento seu com o tráfico de drogas da região e não queria afrontá-lo? Mas ele foi matriculado ainda pequeno, entre 6 e 7 anos de idade. Será que ele tinha tão pouco valor para essa escola que qualquer esforço seria demais ou que não valia nenhuma intervenção?

Santiago chegou sem reconhecer nenhuma letra ou número, apesar de se encontrar no 3º ano do ensino fundamental I. Por este motivo, ele foi inserido em um projeto de alfabetização da escola. Como dissemos, ele também frequentava, três dias na semana, outro projeto na comunidade que oferecia reforço escolar. Inicialmente não demonstrava interesse pelos estudos, muito impaciente em fazer as atividades devido a sua grande dificuldade. Aos poucos, com o incentivo da escola e dos educadores, foi progredindo, chamando a atenção da escola. Sua professora, apesar de reconhecer que ele ainda não havia alcançado todas as habilidades requisitadas para a série, no final do ano queria aprova-lo para reforçar seus empenho e avanço. Para ela, uma reprovação, mesmo que adequada, poderia desmotiva-lo. Ele já sabia ler e escrever, interpretava pequenos textos, contava até 70 e demonstrava seu orgulho com relação a isso. Santiago se afeioou muito a uma educadora e guardava todos os deveres de casa para fazer com ela. Ele tinha prazer em fazer suas tarefas, mas só gostava que ela lhe ensinasse. Ele também demonstrava certo ciúme quando ela ia ensinar o dever para outros acolhidos.

Com a entrada na instituição C, as marcas da rua em Santiago e a dificuldade em lidar com ele foram, em um primeiro momento, motivo de segregação da e na escola. Santiago, em toda sua vida, só havia estudado durante um ano, quando esteve na instituição B. A escola, “em sua ânsia normatizadora” (Carmo, 2011), com regras muito bem estabelecidas e dificilmente flexibilizáveis, dificultava sua adaptação. Assim, permanecer todo um turno quieto, em um local fechado, com horário para ir ao banheiro, beber água, fazer atividade, era demais para ele. Havia ainda uma discrepância não só etária com relação a seus colegas de classe, quanto no tamanho de Santiago, que já estava com 14 anos e acabara de dar um estirão, e os demais na faixa entre 8 e 9 anos. Inicialmente, isso também era uma desmotivação para ele.

Contudo, ao perceber este movimento de rejeição da unidade escolar com Santiago, a equipe C realizou alguns estudos de caso com a equipe da escola, na tentativa de encontrar uma melhor estratégia de vincular (com) Santiago. Deste modo, com muito investimento da equipe C, dos educadores daquela instituição, em articulação com a escola e com as atividades que fazia no contraturno, foi possível, aos poucos, ir desarmando Santiago. A relação que ele

conseguiu estabelecer com a escola foi primordial para sua mudança. À medida que foi (re)viendo seu progresso, sua capacidade, ao passo que a escola também foi reforçando suas habilidades, seus conhecimentos, ele se abriu para as demais intervenções. Santiago, por exemplo, terminava suas atividades muito mais cedo que seus colegas e ficava entediado. Assim, antes ele usava este tempo para “bagunçar” na sala e depois, quando ele pôde verbalizar seu descontentamento com esta ociosidade, a escola começou a liberá-lo para casa mais cedo, quando ele terminava todas as atividades propostas. Isso não prejudicava seu desempenho escolar e ainda criou uma relação mais estreita da escola com ele, que passou a entender seu funcionamento. A professora também o utilizava como seu auxiliar em classe, o que o motivava e dava um lugar especial a ele tanto em sala quanto aos olhos dela. Segundo contou sua professora, ele estava para receber um prêmio de melhor aluno da escola por conta do seu desempenho e evolução no comportamento.

De acordo com Santos (2010), a escola, além de ser catalisadora do desenvolvimento cognitivo, é uma instituição valorizada nos discursos individual e coletivo e um local de socialização. Assim, o afastamento da escola é visto a partir de um sentimento de vergonha, principalmente para os que ainda não desenvolveram habilidades básicas como a leitura. Frequentar a escola propicia um sentimento de inclusão, sendo então um importante espaço de apoio socioemocional e de reconhecimento de uma identidade.

Segundo contam os entrevistados, Santiago estava conseguindo se relacionar com os outros de uma forma mais “eficiente” (sic), ou seja, não somente pela via do enfrentamento e da agressividade. Assim, aquele comportamento de entrar em conflito para se machucar, que ocorria na instituição B e ocorreu inicialmente na instituição C, não estava mais sendo visto. A partir do momento que as instituições puderam escutá-lo e negociar com ele algumas concessões, ele pôde passar a se comunicar através das palavras. Viñar (1999) afirma que o objetivo primeiro de instituições tutelares é apontar para a palavra, na tentativa de fazer surgir sujeitos desejantes e pensantes. Sendo então este o foco principal, as intervenções institucionais precisam “escapar do círculo infernal de criminalidade e repressão, escapar do dilema entre repressão e permissividade, entre severidade e indulgência e buscar outras alternativas no manejo do problema da marginalidade e da delinquência” (Viñar, 1999, p. 170). Neste sentido, ao invés de se intencionar a gestão de um sujeito passivo, necessitado e vazio de desejo, deve-se permitir a emergência de um sujeito, que possa se encarregar de si mesmo, tentando balbuciar um projeto de vida, um desejo (Viñar, 1999). A intervenção da instituição C com Santiago teve esta perspectiva e isso teve uma grande repercussão nele.

Assim, o fato de ele ter sido visto em sua singularidade, ter sido tratado como um sujeito único, diferente de todos os outros, teve um efeito importante em sua trajetória institucional. *“O se importar com ele, o de ser diferente, o de perceber ele como uma pessoa... uma pessoa, ele, é Santiago, não é mais um (...) perceber ele enquanto ele”* (E3) possibilitou que ele pudesse se mostrar de outra forma. Ali ele podia ser carinhoso, afetivo, sem que isso pusesse em risco sua vida, como aconteceria na rua. Segundo os entrevistados, a partir de um processo de tentativa e erro, foi possível achar uma forma de compreender o funcionamento de Santiago e desarmá-lo, podendo, a partir daí, fazer muitas intervenções que surtiram efeito.

Esse foi o efeito de um processo que se iniciou no seu abrigo anterior. Para a instituição B, ter conseguido referenciar Santiago tanto no CRAS quanto no Conselho Tutelar da cidade onde a mãe afirmou que ia levar o filho foi uma conquista que não se consegue com muitos adolescentes. Para estas entrevistadas, a relação de afeto que a equipe desenvolveu com ele, de se preocupar para além das questões burocráticas institucionais, bem como a boa relação dele com alguns educadores também teve efeito nele. O fato de uma educadora saltar do ônibus para falar com ele porque o viu embaixo de uma marquise demonstra a preocupação que se tinha com ele. Além disso, o esforço de todo o corpo de funcionários da instituição B para que ele aprendesse a ler e a escrever, auxiliando-o em suas atividades, levando outras atividades complementares para ele fazer também mostram isso. Ele via as inúmeras tentativas de contato com a mãe dele e sabia que algum trabalho estava sendo feito para que ele retornasse para casa. Assim, *“essa questão de ser notado, de ser gente, sabe, eu acho que ele teve aqui”* (E1) e, de algum modo, ele pôde sentir isso.

Santiago não tinha o olhar atencioso de nenhum familiar. Contudo, ele pôde ser notado pelas instituições que passou e sempre conquistava uma pessoa de cada local, que ia construindo novas possibilidades junto com ele. Assim, enquanto esteve na instituição B, ele se vinculou a mais quatro instituições e somente em uma não houve alguém que viesse por ele. Na instituição C, o mesmo: se vinculou a mais três instituições, todas muito interessadas em seu progresso. Neste sentido, percebemos que com um pouco de demonstração de afeto e cuidado por Santiago, ele consegue fazer um bom uso disso e avança: aprendeu a ler e a escrever, desenvolveu excelentes habilidades artísticas de diferentes modalidades, conseguiu acessar a palavra para se colocar, se dispôs a demonstrar afetos positivos com os outros. Destacamos ainda o fato de ele ter feito isso em um tempo muito curto, principalmente se levarmos em conta seu histórico de rua, de, pelo menos, sete anos.

Sobre sua dificuldade em acessar a palavra, temos que a primeira observação sobre Santiago em seu prontuário da instituição A é acerca de sua dificuldade em falar sobre o que

viveu. Ademais, Santiago tinha grande capacidade de não responder às perguntas. Era impressionante a sua aptidão para ser evasivo e escorregadio nas respostas; quando respondia, não o fazia em relação ao que fora perguntado. Ele ora desconversava, mudava de assunto, ria, ora assumia um jeito mais “malandro”, colocando um olhar desconfiado, lateral, demonstrando muita insatisfação com o “inquerito”. Santiago devolvia quase todas as perguntas que lhe eram feitas, questionando porque o interesse em saber daquilo, suspeitando da curiosidade de quem perguntava e quais usos seriam feitos de sua resposta. Santiago andava sempre bastante desconfiado, defensivo, olhando atentamente a todos, sem nunca olhar de frente, somente de canto de olho.

Como vimos, o contato da instituição B com a mãe de Santiago foi muito pequeno e pouquíssimas informações foram prestadas por ela, também sempre se esquivando das perguntas, contando histórias diferentes a cada contato, talvez tentando disfarçar o grau de vulnerabilidade a que Santiago esteve exposto durante toda sua infância. Falar demais a colocaria em julgamento. Nas comunidades, muitas pessoas são mortas por terem dado informação acerca de um grupo ou de uma movimentação do tráfico da região e o pacto de silêncio nesses locais torna-se quase um contrato social. Lembramos que Santiago portava a marca do delator no rosto – ainda que talvez não o fosse - e isso poderia trazer sérias consequências para ele e sua família. Com isso, não responder ao que lhe era perguntado pode ser visto por ele como uma questão de segurança e de sobrevivência. Para além de tentar interpretar os motivos que o levaram a desenvolver tal característica, nos interessamos em analisar as consequências desse silenciamento em sua trajetória.

Assim, além de ele se calar diante de uma possibilidade de expor a mãe sobre a vulnerabilidade em que seus filhos vivem (ou seja, não falava sobre seu cotidiano), ele também se calava diante das experiências traumáticas que enfrentou. Sabemos de dois grandes eventos – o abuso sexual e o tiro no rosto -, mas podemos supor que outros episódios marcantes podem ter ocorrido, visto se tratar de uma criança em situação de rua, trabalho infantil e envolvida com o comércio de entorpecentes.

Santiago tinha diversos pesadelos durante a noite que foram percebidos quando ele estava tanto na instituição B quanto na C. Ele, ainda sonâmbulo, gritava, levantava assustado, às vezes, correndo em direção à porta, às vezes brigando ou se escondendo. Precisava ser contido pelos educadores para não sair da unidade e era levado de volta para a cama. Ele nunca relatou o conteúdo desses sonhos para nenhum funcionário do abrigo B, mesmo na insistência de todos. Ao ser questionado sobre os sonhos, ele reagia muito agressiva e defensivamente, ao mesmo tempo, nos perguntando porque se queria saber e se era da conta de quem perguntava.

Já na instituição C, ele dizia não lembrar o conteúdo dos sonhos e achava graça do que fizera quando lhe contavam. Os entrevistados acreditam que eram sonhos em que ele estava em situação de risco, quando precisava se proteger, fugir ou enfrentar. Inicialmente os sonhos eram mais frequentes, mas com o passar do tempo, quando foi se acostumando com a rotina institucional, aceitando o cuidado e a proteção que as instituições ofereciam, esses episódios de sonambulismo foram diminuindo.

Em contextos de fragilização social, o adolescente pode encontrar dificuldade em ancorar sua existência em um Outro. Assim, o adolescente se expõe ao risco de confrontação com o traumático e de emudecimento diante deste, visto a falta de significantes do Outro para auxiliar na tentativa de dar sentido ao vivido e dar ao sujeito um lugar de pertencimento (Catroli e Rosa, 2013). Rosa e Poli (2009), a despeito do conceito de mulçumano utilizado por Agamben (1995/2002), que seria a condição de morto-vivo, de dessubjetivação encontrada nos campos de concentração nazistas, afirmam que o distanciamento da experiência traumática vivida impede a possibilidade de o sujeito narrar o acontecido para outra pessoa. Entretanto, as autoras acreditam que este afastamento da experiência pode ser uma “estratégia de subjetivação em situação extrema de confronto com o obscuro no Outro” (Rosa e Poli, 2009, p. 9), principalmente quando não há um outro que acolha e ampare seu sofrimento. Neste sentido, o silenciamento do sujeito não diz necessariamente de sua morte subjetiva, “mas de um modo de resistência até poder recuperar um lugar de enunciação” (Rosa e Poli, 2009, p. 9).

O analista, ao abrir espaço para a fala, pode dar as condições necessárias para a localização subjetiva, organizar uma demanda e restituir um campo mínimo de significantes referidos ao campo do Outro. Desta forma, o sujeito pode articular um apelo ao dar sentido à sua experiência de dor, saindo do mutismo (Rosa e Poli, 2009). Tendo esta perspectiva como aposta e como Santiago não dava espaço para a equipe técnica da instituição B trabalhar com ele suas questões - fossem seus pesadelos, sua agressividade quando se sentia abandonado pela mãe, sua dificuldade em se expressar, sua desconfiança generalizada, dentre tantas outras - ele foi encaminhado para atendimento psicoterapêutico ambulatorial. No início ele resistiu a ir, perguntava o motivo, o que era, como era, dizia que não ia contar nada e as vezes faltava os atendimentos.

A psicóloga que o atendeu relatou que ele não falava muito durante as sessões. O pouco tempo de duração do acompanhamento aliado ao grande número de faltas que ele teve por conta da dificuldade da instituição B de viabilizar o transporte para que Santiago fosse às sessões, pode ter dificultado o estabelecimento de uma relação transferencial com a psicoterapeuta. Ele não aprofundava os poucos conteúdos que levava; assim, da instituição, por exemplo, só dizia

que era “legal” ou relatava que tinha tido algum conflito, mas nunca falou da institucionalização em si. Como estava perto de sua reinserção, ele dizia estar contente com isso, mas também não desenvolvia sobre sua mãe, como ela era, seu relacionamento com ela, as expectativas em retornar para casa, os motivos de seu abrigo. Em uma sessão, após escrever o nome da mãe diversas vezes no papel, a estagiária tentou explorar algo sobre isso e ele desconversou, dizendo ser melhor não tratar daquele assunto.

O acompanhamento durou cerca de três meses por conta de sua reinserção. Sua mãe foi orientada a continuar levando-o para as consultas, foi afirmado a importância disso, mas, como já era esperado, ela não o fez. Após sua reinserção, a psicóloga conta que entrou em contato com a mãe uma vez, marcando uma sessão para Santiago. Ela aceitou marcar o atendimento, porém não compareceu e não mais atendeu suas ligações, inviabilizando novos contatos. Foi assim que os atendimentos foram encerrados, não tendo sido alcançado seu objetivo principal.

Entretanto, apesar deste acompanhamento não ter tido o efeito desejado de abertura para a palavra, as intervenções feitas com ele durante sua permanência na instituição C tiveram também esse resultado. Santiago era conhecido na sua região por um apelido que ganhara dos amigos por ser o único que não sabia ler nem escrever. Chamavam-no de debiloide⁴⁰. Durante sua permanência na instituição B, por não conhecerem esse apelido, ele não era utilizado. Contudo, na instituição C, todos se referiam a ele por esse nome, o que o deixava bastante irritado. Entretanto, os demais adolescentes não conheciam a origem do apelido, acreditando que era por conta do filme *Debi e Loide*, pois achavam-no parecido com um dos protagonistas. Certo dia, após sua reinserção na escola e apresentando grande evolução ali, ele pôde responder em palavras aos outros educandos: “*eu não sou debiloide não, eu sei ler*” e descreveu todas as atividades que fazia na escola. Segundo Gerbase (2015), só as palavras podem desfazer aquilo que foi feito com palavras. Para o autor, só há fato quando há dito. Assim, quando Santiago pôde se perceber de outro lugar e pôde nomear sua insatisfação com o apelido, ele pôs uma distância entre ele e o apelido, de modo que ele não se incomodava mais. Esse seu ato teve tanto efeito sobre todos, que pararam de chama-lo assim, não por uma imposição de Santiago, mas porque já não fazia mais sentido.

Em relação ao seu uso de SPA, antes da institucionalização, Santiago fazia uso intensivo de maconha, mas, após o abrigo na instituição B, Santiago parou de usar qualquer SPA. Um ano depois, mais próximo de sua reinserção, ou seja, quando ele ansiava voltar para casa e sua mãe desaparecia, ele voltou a fazer uso de maconha. No trajeto tanto para a escola, quanto

⁴⁰ O apelido foi modificado a fim de não permitir a identificação do adolescente, mas o contexto de aparecimento do apelido foi mantido.

para os cursos, ele dizia que passava pela praça principal da comunidade e pedia os restos para as pessoas que estavam usando ali. Ele nunca negou ter voltado a fazer uso e falava muito tranquilamente o que fazia para conseguir. Quando ele chegou na instituição C, ele estava novamente fazendo uso abusivo de SPA. Diante do trabalho que foi sendo desenvolvido com ele no CAPS e na unidade de acolhimento, aos poucos ele pôde perceber que o uso em determinados horários, como antes da escola, lhe trazia prejuízos. Quando algum acolhido lhe oferecia maconha antes da escola, ele mesmo respondia que depois da aula podia até ser, mas antes não. Assim, ele foi reduzindo a quantidade de maconha que usava durante o dia, saindo de um uso abusivo para um uso recreativo e somente nos finais de semana. Ele não se envolveu com o tráfico da localidade, a não ser para fazer a compra.

Sobre seu envolvimento com o tráfico, em ambas instituições, apesar de ele ter feito uso de SPA, ele não se envolveu com o tráfico da comunidade de forma laborativa consistente. A mãe trazia o relato de que ele se envolvia no tráfico da comunidade onde morava, mas Santiago nunca tratou disso abertamente. Seu envolvimento não era ativo, digamos assim, de ele ir procurar o traficante para poder vender a droga, de ser dono de boca, como vimos em J.D. Ele fazia pequenos bicos quando era conveniente para ele, que lhe garantissem um trocado no momento e não lhe vinculassem efetivamente ao tráfico. Não há relatos de ele ter criado uma dívida com o tráfico por ter pego droga para vender e a consumiu ou a perdeu, ou ter entregado pacotes em lugar errado, ou outro. Para os entrevistados da instituição C, se envolver com o tráfico, estando em situação de rua, é questão de sobrevivência: esses meninos não têm alternativa a não ser aceitar o comando do traficante, visto estarem completamente expostos e sem proteção alguma, seja de alguém ou do Estado.

Assim, vemos que a institucionalização, principalmente a última, foi bastante positiva para Santiago, não só na desconstrução da imagem de perigo que ele tentava passar, com toda sua violência - na postura, nos atos, nas falas, nas brigas, nas tentativas de quebrar alguns objetos da instituição bem como a instituição em si - mas também dando a ele a possibilidade de experimentar novas formas de estar no mundo, de se relacionar com o outro. Talvez as relações de afeto criadas na instituição B tenham criado um caminho para o estabelecimento de confiança com o outro que pôde ser resgatado e bem utilizado pelos profissionais da instituição C e demais instituições as quais ele passou nesse período.

A interrupção da trajetória: o poder da contingência

Não obstante, quando Santiago parecia estar bem, adaptado já à rotina, aprendendo a fazer concessões, entendendo que algumas regras e limites têm efeito de organização psíquica às vezes mais que de privação, se relacionando bem com os outros acolhidos, com os educadores, permitindo algumas intervenções da equipe técnica, vaidoso, progredindo na escola, o pior aconteceu, em um dia descrito como aquele em que tudo foi feito para dar errado, porque, como vimos em J.D., para esse tipo de adolescente sempre há possibilidade de não se completar a maioridade. A linha que separa a vida e a morte é sempre muito tênue.

O velório estava cheio. Havia pessoas da escola, da atividade esportiva que participava, a equipe C, alguns educandos que pediram para ir para se despedir dele, além de muitos familiares, entre tios, primos, irmãos, fato que causou grande surpresa para a equipe C. A família afirmou ali que não sabia onde estava Santiago e, quando perguntavam à mãe sobre ele, ela respondia apenas que ele estava novamente institucionalizado e bem. Não sabemos o quanto também um velório comove os familiares visto que, durante o ano e meio em que Santiago esteve institucionalizado na instituição B, ninguém nunca, nem ao menos uma vez, ligou para ele ou foi fazer uma visita. Não podemos dizer também com qual ênfase se perguntava sobre esse paradeiro nem o quanto a mãe resistia em dizer, mas fato é que ele esteve completamente só em seus abrigamentos.

A morte de Santiago foi efeito de uma contingência, mas também foi efeito de um encontro. Não é nossa intenção desresponsabilizar o agressor quanto ao assassinato de Santiago, nem responsabilizar Santiago pelo encontro fatal. A proposta aqui é pensar a fragilidade com que muitos desses adolescentes estão ligados à vida e o quanto suas vidas também estão à mercê de determinadas contingências que não são dadas a todos. Conforme apontam Rosa e Poli (2009) a estética de um sujeito, a qualidade e o estado das roupas que usa, o situa de um lado ou de outro da linha da dignidade da vida. Neste sentido, algumas pessoas são deixadas para morrer enquanto outras têm suas vidas protegidas e investidas (Foucault, 1976/2001).

Podemos perceber em Santiago, pela história que conhecemos, uma grande exposição sua a perigos. Talvez ele não calculasse os riscos efetivos, mas ele sempre estava exposto. Temos, por exemplo, sua constante permanência em um lava-jato, que é alvo de batidas policiais e ponto de venda de drogas. Também seu envolvimento com furtos e roubos. Esta não é, claramente, uma particularidade dele, principalmente se levarmos em consideração sua situação de rua, mas era assim que ele estava no mundo: exposto. Temos, também, o relato de um entrevistado que afirma que ele precisou sair da região do subúrbio *“por decorrência de*

algumas situações que aconteceram lá”, mas não especifica quais. Dois adolescentes que andavam com ele tinham um envolvimento mais efetivo e arriscado com o tráfico de drogas da região e também eram envolvidos com roubos e furtos. Seguramente Santiago participou desses episódios e eles precisaram sair dali. Um desses adolescentes foi assassinado pouco tempo depois, não se sabe ao certo se pela polícia ou pelo tráfico.

Segundo o depoimento da pessoa que matou Santiago, há uma versão um pouco diferente da contada por outras testemunhas. Ele conta que ambos se desentendiam há algum tempo. Santiago se referia a ele sempre num tom pejorativo por conta de sua situação de rua e do seu uso abusivo de SPA, circunstância que até muito pouco tempo era a mesma da sua. Deste modo, essa pessoa já vinha intencionando fazer algum mal a Santiago e afirmou que esse dia fora a “gota d’água”. Ele havia feito uma viagem, onde adquirira a faca tipo peixeira que foi o objeto que usou para agredir Santiago. Quando Santiago estava passando, foi abordado por ele e respondeu como de costume, o depreciando. Assim, ele pegou sua faca e desferiu contra Santiago, não lhe dando chances de defesa, de acordo com o processo criminal. Lembremos que Santiago, como descrito nesta narrativa, costumava se dirigir ao outro com o peito estufado. Há de se observar que o golpe acertou justamente o externo e não houve nenhum sinal de tentativa de defesa ou esquiva de Santiago. Não estamos desconsiderando a possibilidade de ele ter paralisado diante da ameaça. Contudo, é possível que Santiago tenha enfrentado essa pessoa sem realmente considerar a possibilidade de sofrer alguma lesão grave. Talvez ele não acreditasse que fosse ser agredido em praça pública, à luz do dia.

Além disso, segundo os entrevistados da instituição C, esse comportamento dele de enfrentar pessoas maiores para ser agredido não estava mais sendo visto, diante de todas as mudanças que ele vinha fazendo. Mas essa pessoa não era qualquer pessoa: era um reflexo dele do passado, e possivelmente até de um futuro, e alguém que, naquela circunstância, tinha menos valor que ele, que podia ser vencida.

Como vimos no capítulo 3, Agamben (1995/2002), ao introduzir o conceito de campo – tomado a partir dos acontecimentos ocorridos dentro dos campos de concentração nazista -, o utiliza para se referir aos espaços de exclusão produzidos pela desigualdade social, que podem facilmente ser encontrados em alguns bairros periféricos das cidades. Nesses locais, as leis são aplicadas a partir de uma concepção de estado de exceção, ou seja, elas podem ser suprimidas ou reinterpretadas a partir da situação⁴¹. Assim, em lugares onde o exercício da lei depende do censo de ética do policial que a aplica e que suas condições de vida e de morte são pouco

⁴¹ Temos, por exemplo, a aplicação da prisão preventiva como sendo regra para quem não pode pagar uma defesa, quando esta devia ser uma medida excepcional, tomando como princípio constitucional a presunção de inocência.

consideradas (Agamben, 1995/2002), muitos sujeitos podem se engancharem no laço social a partir de significantes desqualificadores, identificando-se como resto social, cujas vida e morte não possuem qualquer valor social positivo de pertencimento (Catrioli e Rosa, 2013). Para essas autoras, o resultado disso é a produção de sujeitos sem afiliação nominativa no campo simbólico, sujeitos em deriva. Como vimos, Santiago pôde encontrar outros significantes oferecidos pelas instituições por onde passou, que não apontassem apenas para o mal, como acontece com muitos adolescentes, mas não teve a oportunidade de exercitar sua existência a partir desses novos significantes, diante da interrupção de sua trajetória. Podemos supor, a partir de algumas informações contidas no processo penal sobre o agressor de Santiago, que o mesmo não aconteceu com o senhor que tirou a vida de Santiago, tendo estado toda sua vida à margem da sociedade, também excluído por sua família. Assim, precisamos repensar o lugar atribuído aos sujeitos em situação de pobreza, reconstruir molduras de enquadramento que possibilitem uma ancoragem no laço social que não precipite o sujeito em seu pior.

Contudo, apesar do desfecho trágico de sua história, nos momentos em que esteve institucionalizado, ele foi reconhecido como um sujeito, teve sua vida valorizada e protegida e sua perda foi enlutada. Foi justamente quando morreu que Santiago passou a ser vida reconhecida e falada e, hoje, ele é descrito pela instituição C como um caso de sucesso da instituição, como exemplo de um bom trabalho desenvolvido. Esse processo de concessões que Santiago obrigou a instituição a fazer trouxe muitos ensinamentos para a equipe C, inclusive na forma de lidar com novos acolhidos. Assim, *Santiago foi uma grande lição para a gente aqui também, para a gente aprender a ceder, aprender a se adequar, enfim, deixou a sementinha dele aí...*

*

A história de Santiago é marcada por um abandono familiar e social e por uma longa trajetória de vivência de rua, que implicou em experiências de tráfico, furtos/roubos e de uso de SPA. Como vimos, para estes jovens, o discurso social desliza facilmente do discurso da carência para o do perigoso, visto que são marcados por signos estigmatizados, como ladrões, toxicômanos e prostitutas e todas suas ações são reprovadas publicamente. Sua morte se deu em um local movimentado, no início da manhã, e nada pôde ser feito para evitá-la. Apesar da imagem de ver alguém agonizando até o falecimento ser perturbadora e impactante para quem a testemunha, como as reações morais sobre a morte de alguém são reguladas pelos enquadramentos interpretativos (Butler, 2009/2015), seu assassinato não foi sentido pelo

público geral como uma injustiça ou como um objeto de lamentação. Os enquadramentos interpretativos diferenciam aqueles aos quais eu dependo para existir daqueles que representam uma ameaça direta à (minha) vida. Desta forma, aquelas pessoas que se constituem como uma ameaça direta à (minha) vida, não são consideradas como “vidas”, mas sim como uma ameaça à vida. Portanto, estes que matamos ou deixamos morrer, fazemos por não os considerar completamente humanos, completamente vivos. Eles são, ao contrário, “uma representação viva que representa a ameaça à vida” (Butler, 2009/2015, p. 69).

Contudo, apesar de um discurso social que apontasse para a periculosidade e para a desconsideração de sua vida e um discurso familiar ausente, os discursos institucionais, em sua maioria, não tomaram essa nomeação como exclusiva para descrever Santiago e possibilitaram novas identificações e subjetivações para ele. Assim, se em um primeiro momento Santiago sustentava uma imagem de envolvimento com o tráfico e de agressividade na relação com o outro, esse personagem era desmontado por ele mesmo, em demonstrações de afeto e de reconsideração. A partir de um empréstimo de poder contratual (Tykanori, 2001) dos profissionais que trabalharam com ele, foi possibilitado a ele a circulação por espaços sociais que não seriam possíveis de outra maneira, espaço que ele utilizou para desenvolver e aprimorar suas habilidades e conhecimentos.

Deste modo, este caso nos mostra que dar novos olhares para estes adolescentes com vivência de acolhimento institucional e envolvimento com o tráfico de drogas é fundamental para permitir novas identificações e possibilitar a construção de novas trajetórias, se formos capazes de cessar as interrupções prematuras de vidas e de histórias.

7 Considerações Finais

A escolha do objeto estudado nesta pesquisa decorreu da experiência profissional da pesquisadora principal com adolescentes em acolhimento institucional. Com a imersão neste campo de trabalho, foi possível escutar discursos sobre a suposta periculosidade desses adolescentes, em instituições de diferentes modalidades de atendimento, e os efeitos disso tanto na abordagem a eles, quanto em processos de subjetivação dos adolescentes. Foi possível perceber ainda, naquela ocasião, que esta população também estava se tornando alvo da política de extermínio da juventude pobre que vivenciamos hoje.

Deste modo, a partir da pergunta de investigação, tivemos como objetivo central desta dissertação analisar as ressonâncias do discurso de periculosidade nas trajetórias de adolescentes com vivência de acolhimento institucional. Fizemos este percurso a partir da análise da história de vida de dois adolescentes, um que ainda se encontra em acolhimento institucional com perspectiva de desacolhimento somente após completar a maioridade e outro que teve sua vida tragicamente interrompida aos 14 anos.

Discutimos como a relação com a lei e com a autoridade vai sendo formada em adolescentes sob a insígnia da periculosidade, de modo que chegamos à construção de duas hipóteses para compreender esta relação: uma diz respeito à infração à lei, compreendendo-a, em alguns casos e para determinados jovens, como um jogo de vertigem, no qual as dimensões do risco desejado e do risco aventura funcionam como motivadores ao comportamento; a outra está relacionada com o dito não respeito às figuras de autoridade e às normas das instituições. Suspeitamos que a relação do adolescente com as instituições – que, como toda relação, é sempre em duas vias - não revela, necessariamente, uma não submissão às leis jurídicas ou à lei simbólica desses jovens; ao contrário, demonstram justamente sua inscrição. Acreditamos que não deixar-se reduzir novamente à condição de objeto, atendendo irrestritamente a qualquer normativa, é uma forma de fazer valer a inscrição da lei simbólica, em uma tentativa de se afirmar enquanto sujeito, mesmo que às custas de uma relação conflituosa com as figuras de autoridade.

Analisamos também como as identificações imaginárias e as atuações adolescentes podem contribuir para a nomeação destes jovens como indivíduos perigosos, na tentativa de desessencializar o indivíduo perigoso, reforçando que ninguém nasce bom ou mau nem fica bom nem mau, mas que, na relação com o Outro, um sujeito se constitui. Assim, nas histórias estudadas, vimos que um comportamento de fala evasiva, de olhar escanteado, pode ser uma

forma de proteger a pessoa que ama de julgamentos de negligência e irresponsabilidade no cuidado com os filhos e de finalmente ser amado por essa pessoa, e que muitas ações consideradas como má conduta ou “transtorno opositor desafiador” podem representar uma tentativa desesperada de convocar o olhar do Outro a dar uma significação sobre quem se é, como uma tentativa de encontrar um lugar no desejo do Outro. Contudo, estas formas de expressão são normalmente interpretadas como uma identificação desses jovens com o modo de ser exigido pelo tráfico de drogas e uma encarnação inquestionável de periculosidade. Vimos também o quanto o desamparo é fragilizador do eu do sujeito e, para esconder tamanha fragilidade (que pode ser utilizada para aniquilar o próprio sujeito), é preciso montar a armadura e deixa-la sempre bem estruturada, como o adolescente citado na apresentação que, ao receber um abraço meu após guardar um grande pedaço de madeira que estava portando para ameaçar um outro adolescente, se desfez em meus braços, precisando ser *amparado* para não cair no chão, gritando e chorando alto, sem ainda poder dizer o porquê.

Descrevemos os itinerários dos adolescentes, considerando as possíveis relações entre a circulação institucional, urbana e no tráfico e as posições ocupadas por estes espaços no discurso sobre a periculosidade e pudemos perceber, a partir de um dos casos, que, à medida que a circulação por estes ambientes vai crescendo, vão se confirmando as certezas sobre uma suposta incorrigibilidade, atestada pelos relatórios psicossociais, que detalham as infrações cometidas pelos adolescentes, a fim de dar o “diagnóstico situacional” daquele submetido às técnicas da vigilância, do controle e do exame. A partir do outro caso, vimos que somente o fato de estar em situação de rua já é marca suficiente de aferição de periculosidade, a partir dos enquadramentos que são dados a determinados sujeitos. Neste sentido, de um lado ou de outro, todas as explicações levam a imputar ao adolescente a responsabilidade sobre sua situação atual, justificada por sua suposta periculosidade. Assim, uma ampla circulação institucional não diz respeito a outras problemáticas, como, por exemplo, uma fragilidade da metodologia de trabalho das instituições, mas sempre à insubordinação do acolhido; a situação de rua não diz respeito, talvez, a uma dificuldade da família de manter os vínculos afetivos entre seus membros fortalecidos, mas sim à escolha por uma vida livre e sem regras desse adolescente; e a inserção no tráfico de drogas não se refere à uma multifatorialidade - que envolve uma situação de vulnerabilidade social na qual é difícil escapar dos imperativos do traficante e em que os envolvidos muitas vezes estão submetidos a condições de extrema violência; a um processo de identificação com determinado estilo de vida; a necessidade de sobrevivência; dentre outros fatores -, mas ao contrário, revelaria a predisposição do jovem a querer se tornar tão violento quanto o chefe do tráfico ao qual se submete. Deste modo, tentamos desconstruir tais

explicações ao longo da dissertação, demonstrando a fragilidade de muitas imagens construídas para e pelo adolescente, sendo possível realizar um trabalho que pode favorecer a retificação subjetiva e o reposicionamento no mundo a partir de um olhar e de uma escuta diferenciados sobre o adolescente e seus atos.

Descrevemos também modalidades de relações estabelecidas com o tráfico de drogas pelo adolescente com vivência de acolhimento institucional. Notamos que o envolvimento com o tráfico, real ou suposto (aquele contado pelo adolescente ou por sua família sem ter ocorrido necessariamente), dá corpo ao adolescente e o coloca em um lugar diferenciado, tanto no discurso institucional, quanto com os pares. Assim, encontramos o sentimento de ser alguém diferenciado dentro da instituição, de ser respeitado por seu lugar de liderança e de enxergar em si, ao menos desta forma, uma característica positiva. Ainda, vimos que a entrada para o tráfico de drogas pode representar uma forma de sobrevivência, possibilitando certa circulação urbana, visto que a passagem por determinadas áreas só é permitida caso a pessoa seja da área e, para crianças e adolescentes em situação de rua, com uma rota extensa de perambulação, ser conhecido nestes locais é fundamental. Temos também a entrada para o tráfico como uma tentativa de filiação, de pertencimento a um grupo. Sendo a adolescência marcada por seu olhar voltado para fora da família, para o social, ao se tratar de adolescentes com vínculos familiares tão frágeis e inconstantes, estar filiado a um grupo, que tem suas características próprias, pode dar ao adolescente um lugar e lhe fornecer um significante ao qual possa se identificar, e isso, de algum modo, dá certo amparo a este sujeito.

A partir da história de cada adolescente, foi possível trazer elementos distintos e complementares, que compuseram a análise dos dados. Os adolescentes do estudo apresentam singularidades em suas trajetórias, mas também transversalidades, que nos revelaram diversas camadas de análise e formaram um caleidoscópio⁴² do fenômeno estudado.

Neste sentido, em uma macroanálise, os casos nos mostram que adolescentes que necessitam de abrigo temporário ou permanente até a maioridade são vistos com receio pela população geral e por algumas instituições. Por este motivo, comunidades fazem abaixo-assinados solicitando a saída da instituição de acolhimento da localidade, projetos sociais não

⁴² Preferimos utilizar a ideia do caleidoscópio, que, devido à sua característica própria, é capaz de mostrar múltiplas imagens a depender da perspectiva de onde se olhe, à ideia do quebra-cabeças, que pressupõe que uma imagem pré-estabelecida seja formada ao final da composição das peças, ou à ideia do mosaico aludida na metodologia deste trabalho visto que, o mosaico, apesar de poder admitir diversas imagens na composição de suas peças, ao término da montagem também carrega consigo uma única imagem final. Deste modo, por não ser nosso objetivo concluir uma análise unívoca dos casos ou do fenômeno em questão, acreditando que quanto mais diferentes olhares forem lançados a esses sujeitos, mais possibilidades identificatórias eles terão, o caleidoscópio configura uma metáfora mais apropriada para aludir a isso.

aceitam - ou aceitam com muitas restrições e ponderações - matricular adolescentes que não estejam vivendo com suas famílias, preceptores de estágios profissionais temem que atos infracionais sejam cometidos dentro da unidade de trabalho, evitando receber adolescentes institucionalizados em suas dependências, sempre na perspectiva de que, se estão fora do convívio familiar, possuem histórias de vida difíceis e, portanto, estão mais propensos à periculosidade e à criminalidade. Por isto, são sempre tomados em suspeição pelo imaginário social e institucional e se constituem, também, a partir da perspectiva de confirmação desta suposta tendência à marginalidade.

Argumentos usados para defender a diminuição da maioridade penal advém deste imaginário social e da ideia de que os jovens têm discernimento tanto sobre o ato infracional que praticaram, quanto sobre sua impunidade, visto que não vão para presídios. Assim, acredita-se que o endurecimento da pena serviria para inibir o ato ao/ou dar a correção adequada. Se concordamos que a adolescência é um momento de experimentações e descobertas e que a intervenção voltada exclusivamente para a vigilância, para o controle e para o exame não consegue promover novos encontros identitários, as medidas protetivas e socioeducativas devem potencializar a construção de uma nova trajetória, ao invés de reduzir o sujeito à infração cometida ou ao risco potencial de cometê-la. É preciso dar as condições para que o adolescente possa se tornar sujeito em sua trajetória, trabalhar resgatando seu desejo e, só aí, a responsabilização por seu ato pode ser feita. Reduzir a maioridade penal não atende a essas questões; ao invés disso, cola o sujeito em seu ato infracional e não abre espaço para uma significação do agido e para uma possível retificação.

A mesoanálise nos indica que o modo de intervenção disciplinar ainda é a metodologia principal utilizada com os acolhidos e isso não possibilita a abertura das instituições para a singularidade e para as especificidades de cada adolescente atendido (para além das necessidades individuais de saúde, escolarização e outras), nem para a construção de redes de solidariedade e de reciprocidade na qual o adolescente possa encontrar abrigo. Ademais, sendo a instituição um espaço de acolhimento temporário, substituindo momentaneamente o papel da família em alguns quesitos – proteção, alimentação, cuidados básicos, acompanhamento das atividades diárias -, o modo como ela olha para o acolhido, ou seja, como ela o reconhece, a significação que dá a seus atos, nesse momento de travessia, é fundamental na estruturação do adolescente, na forma como ele irá se posicionar no mundo. Neste sentido, a dinâmica institucional parece desvalorizar esta questão, acreditando relatar só o que vê em

seu exame e desconsiderando que seu relato é, também e primordialmente, constitutivo de uma subjetividade e de uma identidade.

A partir de uma microanálise, observamos relações distintas dos adolescentes com as instituições e das instituições com os adolescentes; diferentes modalidades de e motivos para inserção no tráfico; vinculações e investimentos familiares singulares; modos singulares de estar na rua e com significações muito particulares para cada caso; relações particulares de inscrição no e de ruptura do laço social. Além disso, encontramos o uso das instituições como ponto de apoio nos dois casos; ambos se faziam ouvir dentro das instituições, com seus excessos comportamentais, com seus rompantes de agressividade, de modo que convocavam sempre o outro/Outro a falarem deles; os dois possuem história de repetidos abandonos familiares e já desacreditavam de suas famílias como capazes de lhes darem um suporte afetivo e protetivo; ambos encontraram dificuldades de serem descritos por significantes que não remetessem à marginalidade.

Não podemos nos esquecer da importância da contingência tanto na causalidade psíquica, quanto no curso de uma vida. Um dos adolescentes da pesquisa teve sua trajetória de vida interrompida precocemente, devido a um encontro fortuito com uma pessoa que já conhecia. Nada naquela cena foi planejado (ainda que possamos pensar em hipóteses que nos ajudem a compreender o desfecho do caso) e é preciso considerar a imponderabilidade de algumas circunstâncias quando acompanhamos e estudamos histórias de vida submetidas a tantas vulnerabilidades. Todavia, é preciso deixar sempre em perspectiva que algumas vidas estão mais sujeitas a infortúnios que outras e isso não pode ser atribuído unicamente à responsabilidade do sujeito de se colocar em situações de risco, mas também à responsabilidade social, nossa, de concordarmos e de permitirmos que alguns rostos sejam apreendidos como inumanos e que, portanto, podem e devem ser radicalmente apagados do laço social.

A adolescência é entendida aqui como um tempo de travessia, de confirmação da estrutura psíquica, de experimentações identitárias. Nesta experiência do adolescer, as capturas imaginárias do discurso de uma suposta periculosidade ganham peso, visto a fronteira identitária ainda porosa. O adolescente está em busca de um significante que o represente, visto a perda de sua imagem e de seu corpo infantis. O jovem não se reconhece mais e vai buscar no laço social alguém que lhe confirme a imagem própria. Neste sentido, o adolescente é sensível aos significantes que lhe são emprestados, estando vulnerável a incorporá-los. Desta forma, neste momento de experimentações e de descobertas de possíveis identidades, é importante abrir espaço para o aparecimento de significantes que possam servir de amparo subjetivo para

o adolescente, para não correr o risco de aprisioná-lo em uma nomeação predicativa, na qual o sujeito se vê sem recursos para escapar.

Os adolescentes do estudo, apesar de terem entrado em conflito com a lei por algumas vezes, ainda eram considerados público da proteção social e não da socioeducação. Assim, eles ainda se encontravam em um momento anterior ao da encarnação do signo de periculosidade e foi possível acompanhar o processo de construção do “estilo gangster” no caso J.D.⁴³ e a desmontagem da capa da rua no caso Santiago. Neste sentido, destacamos a importância do trabalho das instituições de acolhimento neste momento ainda anterior ao da identificação à criminalidade, de modo que as intervenções realizadas possam permitir a construção de novas identidades e não somente constatar o que supostamente já se sabe sobre o sujeito.

Vivemos hoje sob a política do medo, que sustenta a lei do “matar ou morrer”. Kehl (2008) afirma que acreditamos estar presos ao gozo mortífero de nossos semelhantes, que são incapazes de gerenciá-lo e de renunciar a ele, pois não encontram na organização social uma proibição efetiva sobre seu gozo sádico. Assim, nos sentimos eternamente ameaçados e pensamos que, a cada aniquilação de um outro possível agressor, estamos um pouco mais protegidos. Ressaltamos, todavia, que a lógica é inversa: quanto menos somos capazes de regular as relações sociais pela via do simbólico, da palavra, mais somos tomados pelo real e mais ameaçados e sob risco estamos todos. Desta forma, precisamos substituir essa lógica do “ou eu, ou ele”, utilizada como argumento para o extermínio da população jovem e pobre e passarmos para a defesa do “eu e ele”, acreditando que todas as vidas são interdependentes, apostando na força do laço social e sustentando que toda vida importa. Senão, continuaremos submetendo determinados grupos sociais a este estado de exceção permanente, onde as leis são formuladas de acordo com a ocasião e com o senso (não) ético do aplicador.

Aprendemos com Freud (1923/1976, p. 40) que “o ego é, primeiro e acima de tudo, um ego corporal; não é simplesmente uma entidade de superfície, mas é, ele próprio, a projeção de uma superfície”. Assim, habita-se um corpo e é ele o local privilegiado de expressão desses sentimentos. Se as instituições tentam docilizar esses corpos, tornando-os disciplinados, obedientes, eficientes, em que nenhuma expressão fora da norma é permitida, então são corpos silenciados. Acreditamos que silenciar esse corpo em sua forma de expressão mais própria, negando-lhe o acesso à palavra, é uma forma de mortificar o sujeito, de dessubjetivá-lo, de retirar dele sua própria condição de sujeito. Portanto, ao contrário do que muitos

⁴³ Me lembro do meu encontro com J.D., quando ele havia acabado de sair da DAI após ter ficado 5 dias preso e o quanto isso influenciou na sua postura, no seu andar, no seu modo de falar e na sua narrativa.

comportamentos de risco tendem a apontar como sendo corolários de uma pulsão de morte, pensamos que eles podem representar, em alguns casos e para alguns sujeitos, justamente uma pulsão de vida extraordinária, em uma importante resistência à mortificação. Contudo, sendo a disciplina normalizadora a finalidade última das instituições, a contenção do corpo continua, seja literal ou objetivamente, nos encaminhados para a privação de liberdade.

Contudo, há adolescentes que continuam a resistir e insistem em se expressar. Aqueles que conhecem a rede de garantia de direitos, a utilizam a seu favor, apelando para os vizinhos, para os promotores, para os defensores, resistindo à sua objetificação e denunciando a fragilidade da intervenção institucional exclusivamente disciplinar. Mas há outra forma de silenciamento, que é a contenção química. Muitos adolescentes são encaminhados para serviços de saúde mental com interesse exclusivo na medicação psiquiátrica. Não vão para falar da angústia, das dores, das aflições, porém para contê-las e silenciá-las. Desta forma, é preciso rever a modalidade de intervenção institucional para que ela seja capaz de promover o acesso à palavra, de modo que as expressões não precisem ficar restritas ao corpo e, a partir daí, possibilitar retificações subjetivas e nas trajetórias dos adolescentes que acolhe.

Relembramos que o trabalho em instituições de acolhimento é bastante árduo. Algumas unidades trabalham com 20 adolescentes e suas famílias, em alta rotatividade, com diversas atribuições, demandas constantes e urgentes. Quando se começa o trabalho com um adolescente recém acolhido, é preciso ver escola, curso no contraturno, visita domiciliar, referenciar em CRAS, CREAS, às vezes em CAPSia, ao mesmo tempo em que é preciso lidar com as angústias de cada acolhido, intermediar sua relação com a família, organizar sua documentação pessoal e institucional (comunicados de acolhimento, relatórios diversos, guias de encaminhamento, de acolhimento, dentre outros), bem como averiguar sua situação de saúde, gerenciar a dinâmica da unidade, os horários, tarefas, atividades lúdicas, dentre outras atividades importantes. Sem esquecer que, enquanto todas estas tarefas estão sendo desenvolvidas e agendadas, um adolescente evade, às vezes em grupo, retornando poucos dias depois, ou não, sendo necessárias intervenções com os adolescentes, com as famílias e encaminhamentos de novos comunicados e relatórios para a rede de proteção. É um trabalho carregado de adversidades, na própria relação tanto com os adolescentes quanto com suas famílias, mas, principalmente, nas relações com as demais instituições da rede de garantia de direitos, nas condições e nos contratos de trabalho, de modo que chegamos a questionar na introdução desta dissertação se os serviços da assistência social estão fadados a não funcionar.

No entanto, mesmo sempre reafirmando a dureza do trabalho concreto, nós, trabalhadores da área, somos a força motriz dos serviços e não podemos perder isto de vista, sob risco viramos meramente técnicos e nos resumirmos a um fazer também puramente técnico, asséptico, justificado na repetição burocrática. Retomamos Carmo (2011, p. 204), quando afirma que “os especialistas são infalíveis em seu discurso sobre qualquer um, sobre um sujeito sem nome, sem filiação”, com um saber sobre a generalidade, fazendo do Outro social como incapaz de nomear o sujeito, de atribuir-lhe um lugar diferenciado. Neste sentido, o que marca a diferença de um trabalho burocrático, assistencialista, para um trabalho voltado para o acolhido é o nosso *olhar* sobre o sujeito, ou, como disse nossas entrevistadas, reconhecer que há *um* sujeito ali, único e singular, sempre se colocando como meta o trabalho particularizado, pensado no e para o caso, no modo de funcionamento de cada sujeito, não blindado nas normativas institucionais e na precariedade da rede, que nos defende do difícil trabalho de investimento no acolhido. Assim, defendemos que este é um trabalho potente e é possível, em alguns casos, promover mudanças significativas nas trajetórias dos acolhidos se nós, profissionais, nos permitirmos a ver e, conseqüentemente, a dar novas interpretações para os atos dos adolescentes, fornecendo-lhes novos significantes que possam representa-los e abrindo espaço para a experimentação de novas identificações.

REFERÊNCIAS

- Abreu, D. N. (2008). A prática entre vários: a psicanálise na instituição de saúde mental. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, UERJ, RJ, ano 8, n.1, p. 74-82, 1º semestre;
- Abreu, W. F., & Neves, M. A. C. M. (2010). *O Trabalho de Socialização de Meninos de Rua em Belém do Pará: Um Estudo sobre a República do Pequeno Vendedor*. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado;
- Adorno, S. (2010). A violência na sociedade brasileira. Juventude e delinquência como problemas sociais. *Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade*, 2010 2(2): 01-11;
- Agamben, G. (2002). *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I*. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG. (Obra original publicada em 1995);
- Alberti, S. (1996). *Esse sujeito Adolescente*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará;
- Alberti, S. (2004). *O adolescente e o Outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar;
- Almeida, A., Lopes, E. S., J. T. C., & Choi, V. M. P. (2016). *Manual APA: regras gerais de estilo e formatação de trabalhos acadêmicos*. São Paulo: FECAP;
- Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2015). Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 9;
- Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2016). Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 10;
- Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2017). Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 11;
- Ariès, P. (1978). *História social da infância e da família*. Tradução: D. Flaksman. 1ª ed. Rio de Janeiro: LCT. (Obra original publicada em 1960);
- Arpini, D. M. (2003). Repensando a Perspectiva Institucional e a Intervenção em Abrigos para Crianças e Adolescentes. *Psicologia Ciência e Profissão*, 21 (3), 70-75;
- Atlas da Violência (2018). Ipea e FBSP. Rio de Janeiro;
- Backes, C. A reconstituição do espelho. In Costa, A *et al* (org). *Adolescência Experiências de Borda*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004;
- Barbosa, D. R. (2010). *Adolescente, punição e garantismo: uma interpretação sistemática do direito (Penal Juvenil)*. Mestrado Profissional em adolescente em conflito com a lei. Universidade Anhanguera de São Paulo;
- Barros, P. C., Frej, N. Z., & Melo, M. F. (2014). “Vou pintar o terror!”: “Pois bem, veja então isso!”. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 17(3-Suppl.), 604-615;
- Becker, H. S. (1999). *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. 4ª ed. Tradução: Marco Estevão e Renato Aguiar. São Paulo: Hucitec. (Obra original publicada em 1992);

- Bernardino, L. M. F. (2004). *As psicoses não decididas da infância: Um estudo psicanalítico*. São Paulo: Casa do Psicólogo;
- Bertol, C. E. (2010). *Inscrição da lei, constituição subjetiva e masculinidades: cenas de adolescentes cumprindo medida socioeducativa*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina;
- Bertol, C. E. & Souza, M. de. (2016). A inscrição subjetiva da Lei e o adolescente em medida socioeducativa. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 1220-1238, ISSN 1808-4281;
- Birman, J. Tatuando o desamparo. In Cardoso, M. R. (org). *Adolescentes*. 2a. edição. São Paulo: Escuta, 2011, p. 25-43;
- Butler, J. (2008). Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade. 2ª ed. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Obra original publicada em 1990);
- Butler, J. (2011). Vida precária. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, n.1, p. 13-33.
- Butler, J. (2015). *Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?* 1ª Ed. Tradução: Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Obra original publicada em 2009);
- Capanema, C. A., & Vorcaro, A. (2012). Modalidades do ato na particularidade da adolescência. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. XV n. 1 jan/jun, pp. 151-163;
- Cappi, R. (2017). *A maioria penal nos debates parlamentares: motivos do controle e figuras do perigo*. Tradução: Ana Cristina Arantes Nasser. Belo Horizonte: Letramento. (Obra original publicada em 2015);
- Carmo, V. S. (2011). *Anonimato de vida e de morte: contemporaneidade e laço social na adolescência*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Psicologia Social;
- Castel, R. (1987). *A gestão do risco: da anti-psiquiatria à pós-psicanálise*. Tradução: Celina Luz. Rio de Janeiro: Francisco Alves. (Obra original publicada em 1981);
- Catrolí, V. S., & Rosa, M. D. (2013). O laço social na adolescência: a violência como ficção de uma vida desqualificada. *Estilos clin.*, São Paulo, v. 18, n. 2, mai./ago, 297-317;
- Cesar, A. M. (2005). Método do Estudo de Caso (Case Studies) ou Método do Caso (Teaching Cases)? Uma análise dos dois métodos no Ensino e Pesquisa em Administração. *Revista Eletrônica Mackenzie de Casos*. São Paulo, v. 1, n. 1;
- Coimbra, C., & Nascimento, M. L. (2005). Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? JOVENes – Revista de Estudios sobre Juventud, jan/jun, 338- 355. México: DF;
- Coimbra, C., & Nascimento, M. L. (2008). A produção de crianças e jovens perigosos: a quem interessa? Recuperado de <http://www.infanciajuventude.uerj.br/pdf/livia/aproducao.pdf>;

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm;
- Costa, A., & Poli, M. C. (2010). Sexuação na adolescência: um ato performativo. *Psicologia Política*, 10(19), 141-150;
- Costa, M. I. (2011). *Fortalecendo a capacidade protetiva da família do Adolescente em Conflito com a Lei*. Mestrado Profissional em Adolescente em Conflito com e Lei. Universidade Anhanguera de São Paulo;
- Costa, V. A. (2015). *Da revalidação do Nome-do-Pai à posição diante da lei e do ato infracional na operação adolescente*. Tese de Doutorado. Universidade Católica de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Laboratório de Psicopatologia Fundamental e Psicanálise;
- Crespin, G. (2004). *A clínica precoce: o nascimento do humano*. São Paulo: Casa dos Psicólogos;
- Creswell, J. W. (2003). *Research Design: qualitative, quantitative and mixed methods approaches*. London: Sage Publications;
- Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890*. Promulga o Código Penal. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm;
- Decreto nº 17.943-a de 12 de outubro de 1927*. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm;
- Dias, S. (2000). A inquietante estranheza do corpo e diagnóstico na adolescência. *Psicologia USP*, 11 (1), 119-135;
- Dieter, M. S. (2013). Lógica atuarial e incapacitação seletiva: a farsa da eficiente gestão diferencial das novas classes perigosas. *Revista EPOS*; Rio de Janeiro, vol. 4, nº 1, jan-jun;
- Donzelot, J. (2001). *A polícia das famílias*. 3ª ed. Tradução: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal. (Obra original publicada em 1977);
- Dor, J. (1989). Introdução à Leitura de Lacan: O inconsciente estruturado como linguagem. Tradução: Carlos Eduardo Reis. Porto Alegre: Artmed. (Obra original publicada em 1985);
- Ferreira, M. B. (2017). Impasses do desacolhimento institucional por maioria: psicanálise e articulação de rede territorial. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo;
- Flauzina, A. L. (2006). Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Brasília;
- Foucault, M. (2001). *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Tradução: Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 14ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal. (Obra original publicada em 1976).

- Foucault, M. (2010). A evolução da noção de "indivíduo perigoso" na Psiquiatria Legal do Século XIX. In *Ditos e escritos*. Vol. 5, 2ª ed., pp. 1-25. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Primeira publicação em 1978);
- Foucault, M. (2010). *Os anormais*. Curso no Collège de France I (1974-1975). Tradução Eduardo Brandão. 2ª Ed. São Paulo: Martin, Fontes. (Obra original publicada em 2001);
- Foucault, M. (2011). *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 21ª Ed. São Paulo: Edições Loyola. (Obra original publicada em 1971);
- Foucault, M. (2014) *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. 42ª ed. Tradução: Raquel Ramalhete. Petrópolis: Editora Vozes. (Obra original publicada em 1971);
- Freire Costa, J. (1979). *Ordem médica e norma familiar*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal;
- Freud, S. (1972). A interpretação dos sonhos. In Freud, S. *Obras Completas, vol. 4*. Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1900);
- Freud, S. (1974a). Totem e tabu. In Freud, S. *Obras Completas, vol. 13*. Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1913);
- Freud, S. (1974b). Sobre a transitoriedade. In Freud, S. *Obras Completas, vol. 14*. Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1915);
- Freud, S. (1974c). Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico. In Freud, S. *Obras Completas, vol. 14*. Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1916);
- Freud, S. (1974d). O mal-estar na civilização. In Freud, S. *Obras Completas, vol. 21*. Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1930);
- Freud, S. (1976a). O Ego e o Id. In Freud, S. *Obras Completas, vol. 19*. Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1923);
- Freud, S. (1976b). Prefácio à juventude desorientada de Aichhorn. In Freud, S. *Obras Completas, vol. 19*. Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1925);
- Freud, S. (1976c). Inibições, sintomas e ansiedade. In Freud, S. *Obras Completas, vol. 20*. Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1926);
- Frota, A. M. (2007). Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, UERJ, RJ, v. 7, n. 1, p. 147-160;
- Gerbase, J. (2015). *Atos de fala*. Salvador: Associação Científica do Campo Psicanalítico;
- Ghiringhelli, R. (2015). Adolescentes em Conflito com a Lei – Atos infracionais e medidas socioeducativas. In *Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2015)*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 19;

- Glens, M. (2010). *Órfãos de pais vivos: uma análise da política pública de abrigamento no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, Universidade de São Paulo;
- Guerra, A. (2016). Contra o reducionismo na redução da maioria penal. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 245-253, abr.;
- Guerra, A., Cunha, C., Costa, M. H., & Silva, T. L. (2014). Risco e Sinthome: A Psicanálise no Sistema Socioeducativo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Abr-Jun, Vol. 30 n. 2, pp. 171-177;
- Guerra, A., & Neto, O. (2012). Laço Social e Adolescência: O Pai e a Infração. *PSICO, Porto Alegre*, PUCRS, v. 43, n. 4, pp. 490-499, out./dez;
- Iribarry, I. N. (2003). O que é pesquisa psicanalítica? *Agora*, 6(1),115-138;
- Junior, N. C. (2006). *Adolescência e Violência: direção do tratamento psicanalítico com adolescentes em conflito com a lei*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS;
- Karam, M. L. (2009). Controle social e criminalizações. In Bocayuva, H e Nunes, S. (Org). *Juventudes, subjetivações e violências*. Rio de Janeiro: Contracapa;
- Kehl, M. R. (2009). A juventude como sintoma do consumo. Recuperado de <http://jovenseconsumo.blogspot.com.br/2009/06/juventude-como-sintoma-do-consumo-maria.html>;
- Kyriillos-Neto, F., & Dunker, C. O ineditismo na adolescência: originalidade, igualdade e repetição. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, VII, 3, 56-66;
- Kusnierek, M. (2007). Pertinências e limites da prática entre vários. *Pertinências da psicanálise aplicada: trabalhos da Escola da Causa Freudiana reunidos pela Associação do Campo Freudiano*. Rio de Janeiro: Forense Universitária;
- Lacadée, P. (2011). *O despertar e o exílio: ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições*. Tradução: Cássia Rumenos Guardado e Vera Avellar Ribeiro. 1ª ed. Rio de Janeiro: ContraCapa. (Obra original publicada em 2006);
- Lacadée, P. (2012). A clínica da língua e do ato nos adolescentes. In *Responsabilidades*. Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 253-268;
- Lacan, J. (2005). O seminário, Livro 10: A angústia. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original proferida entre 1962-1963);
- Laurent, E. (1999). O analista cidadão. *Revista Curinga*, Escola Brasileira de Psicanálise, Minas Gerais, n.13, p.07-13, set;
- Le Breton, D. (2012). O risco deliberado: sobre o sofrimento dos adolescentes. *Revista de Ciências Sociais*, n. 37, pp. 33-44;
- Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm;

- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.* Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm;
- Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.* Lei Orgânica da Assistência Social. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm;
- Lesourd, S. (2004). *A construção adolescente no laço social*. Tradução: Lucy Magalhães. 1ª ed. Petrópolis: Vozes. (Obra original publicada em 2004);
- Lo Bianco, A., & Nicacio, E. (2015). O adolescente e o encontro com os impasses do sexual. *Cadernos de Psicanálise*, CPRJ, Rio de Janeiro, v. 37, n. 33, p. 71-84, jul./dez.;
- Macedo, J. P., Sousa, A. P., Carvalho, D. M., Magalhães, M. A., Sousa, F. M. S., & Dimenstein, M. (2011). O psicólogo brasileiro no SUAS: Quantos somos e onde estamos? *Psicologia em Estudo*, 16(3), 479-489;
- Machado, L. Z. (2001). Masculinidades e violências. Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. Recuperado de <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie290empdf.pdf>;
- Machado, S. S. (2015). *O sujeito adolescente e os impasses frente à lei: uma leitura psicanalítica*. 105 f. il. 2015. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador;
- Malfitano, A.P.S., & Silva, T.V. (2014). Abrigo como medida de proteção para crianças. *Revista de Terapia Ocupacional*, Universidade de São Paulo, jan./abr.;25(1):94-100;
- Marcílio, M. L. (1998). A lenta construção dos direitos da criança brasileira no Século XX. *Revista USP*, São Paulo (37): 46-57, Março/Maio;
- Martins, A. S., Guerra, A., & Canuto, L. G. (2015). A guerra do tráfico como sistema de vida para adolescentes autores de ato infracional. *Cultures-Kairós - Anthropologie et psychanalyse: débats et pratiques*;
- Mead, M. (1928). *Coming of Age in Samoa: A Psychological Study of Primitive Youth for Western Civilization*. New York: Morrow;
- Melman, C. (2008). *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço. Entrevistas por Jean-Pierre Lebrun*. Tradução Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud;
- Miranda, G. U. (2016). Adolescente em conflito com a lei e a lei em conflito com o adolescente: processo de criminalização da adolescência pobre. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional). Universidade Federal do Espírito Santo, UFES;
- Morel, B. -A. (1857). Tratado das degenerescências na espécie humana. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, v. 11, n. 3, p. 497-501, setembro 2008. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v11n3/13.pdf>;
- Monteiro, K., & Lage, A.M. A depressão na adolescência. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 12, n. 2, p. 257-265, maio/ago. 2007;

- Motta, X. F., & Silva, R. (2011). Um olhar possível sobre a infância. *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades* ISSN-1678-3182, Número XXXV;
- Nascimento, M. L. do, & Coimbra, C. M. B. (2009). Juventude normatizada, moralizada e violentada: alguns modos de subjetivação contemporâneos. In Bocayuva, H e Nunes, S. (Org). *Juventudes, subjetivações e violências*. Rio de Janeiro: Contracapa;
- Nery, D. C. P., & Filho, J. R. O. de M. (2014). Direito Penal do Inimigo x Direito Penal do Cidadão. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca*, v.9, n.2, dez, pp. 35-76;
- Oliveira, C. (2016a). Biopolítica, soberania e tanatopolítica: ensaio sobre as ideias de Foucault e Agamben. *Revista Epos: Genealogia, subjetivações e violências*. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 1, jan. a jun, ISSN 2178-700X;
- Oliveira, C. (2016b). Corpo, narcisismo e identificação nas escarificações ansiolíticas entre adolescentes na atualidade. In Gelman, E. (org). *Nós do Sintoma*. Salvador: Campo Psicanalítico;
- Oliveira, E. W., Fº. (2016c). A criminalização do negro e das periferias na história brasileira. *Vertentes do Direito*, vol. 03, n. 01, pp. 60-75, ISSN-2359-0106;
- Pereira, M. E. C. (1999). *Pânico e desamparo*. 1ª ed. São Paulo: Escuta;
- Pires, S. (2013). *Desamparo na infância*. 1ª ed. São Paulo: Biblioteca 24horas;
- Política Nacional de Assistência Social - PNAS. (2004)*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social. Recuperado de http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf;
- Rassial, J-J. (2005). *O adolescente e o psicanalista*. Tradução: Lêda Mariza Fischer Bernardino. Rio de Janeiro: Companhia de Freud. (Obra original publicada em 1990);
- Refosco, L. (2012). *Configurações das funções paterna e materna no cenário da adolescência em conflito com a lei*. Dissertação (Mestrado em psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC-RS;
- Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1, de 13 de dezembro de 2006*. Aprova o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Recuperado de https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriançasAdolescentes%20.pdf;
- Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1, de 18 de junho de 2009*. Aprova o documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Recuperado de http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes_tecnicas_final.pdf;
- Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009*. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Recuperado de http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2009/Resolucao%20CNAS%20no%20109-%20de%2011%20de%20novembro%20de%202009.pdf;

- Rizzini, I. (1997). *O século perdido. Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro: EDUSU/AMAIS;
- Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola;
- Rosa, M. D. (1999). O discurso e o laço social nos meninos de rua. *Psicologia USP*, vol 10, n.2;
- Rosa, M. D. (2002). Adolescência: da Cena Familiar à Cena Social. *Psicologia USP*, vol. 13, n. 2, 227-241;
- Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*. Fortaleza, v. IV, n. 2, p. 329-348;
- Rosa, M. D. (2010). O jovem e o adolescente na cena social: a relação identificação, ato e inserção no grupo social. Texto relativo à exposição oral feito no Seminário Juventude Juventudes: presente e devir. Disponível em <https://craspsicologia.files.wordpress.com/2013/04/o-jovem-e-o-adolescente-na-cena-social.pdf>;
- Rosa, M. D. & Domingues, E. (2010). O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 180-188;
- Rosa, M. D., & Poli, M. C. (2009). Experiência e linguagem como estratégias de resistência. *Psicologia & Sociedade*; V. 21 Edição Especial: 5-12;
- Rosa, M. D., & Vicentin, M. C. (2010). Os Intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperabilidade. *Psicologia Política*, 10(19), 107-124;
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, P. B. (2006). *Metodologia de Pesquisa*. São Paulo: Mc-Graw-Hill;
- Santos, E. C. (2010). Além do saber ler e escrever: a escola na vida de crianças em situação de rua. In Morais, N. A. et al (org.). *Endereço desconhecido: crianças e adolescentes em situação de rua*. 1ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo;
- Santos, P. (2003). *Clínica Psicanalítica com adolescentes em conflito com a lei: uma experiência*. Dissertação (Mestrado em Psicanálise). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ;
- Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza, SEMPS. (2017). *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo de Salvador*;
- Silva, R. da. (1997). *Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas*. 1ª ed. São Paulo: Ática;
- Silva, R. da. (online). Direito do Menor x Direito da Criança. Retirado de: <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/28366-28377-1-PB.htm>;

- Silverio, L. M. (2016). *Aplicação de medida socioeducativa ao adolescente autor de ato infracional: análise crítica dos fundamentos de sentenças judiciais*. Mestrado Profissional em Adolescente em Conflito com e Lei. Universidade Anhanguera de São Paulo;
- Spink, M. J. (2001). Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, nov-dez, pp. 1277-1311;
- Steffen, M. I. M. (2006). Delinquência: privação, trauma e passagem ao ato. *Revista pulsional de psicanálise*, ano XIX, n. 188;
- Tavares, A. L. (2014). *A ética psicanalítica na escuta de adolescentes em instituições*. Dissertação (Mestrado em Psicanálise). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ;
- Tomasi, L. O., & Macedo, M. M. K. (2015). Adolescência em Conflito com a Lei: A Intensidade da História de Vida em Ato. *Psic.: Teor. e Pesq. [online].*, vol. 31, n.1, pp.53-63. ISSN 0102-3772;
- Tykanori, R. (2001). Contratualidade e reabilitação psicossocial. In: PITTA, A. *Reabilitação psicossocial no Brasil*. São Paulo: Hucitec. 2ª Ed, pp. 55-59;
- Unicef (2017). Plataforma dos Centros Urbanos: Resultados 2013 – 2016. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/pt/ResultadosPCU20132016.pdf>. (Dados parciais não publicados);
- Vavassori, M. B. (2016). *Da minorização à redução da maioria penal: uma análise da produção de jovens ban(d)idos*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia;
- Venâncio, R. P. (1999). *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX*. 1ª ed. Campinas: Papyrus;
- Vilhena, J., Zamora, M. H., & Rosa, C. M. (2011). Da lei dos homens a lei da selva: sobre adolescentes em conflito com a lei. *Trivium [online]*. vol. 3, n. 2, pp. 27-40. ISSN 2176-4891;
- Viñar, M. N. (1995). Infância marginal institucionalizada: que saber para que prática? *In Educar-se uma criança?* Associação Psicanalítica de Porto Alegre, Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2ª Ed.;
- Waiselfsz, J. J. (2016). *Mapa da Violência: Homicídios por Armas de Fogo no Brasil*. Rio de Janeiro, FLACSO;
- Wendt, B. (2016). *Imagens sociais atribuídas a jovens institucionalizados e a instituições de acolhimento*. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Programa de Pós-Graduação em Psicologia Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
- Yin R. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2a ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.

Apêndice A: Roteiro de pesquisa em prontuário

Coletar dados sobre:

1. Tempo de acolhimento
2. Motivos para o acolhimento
3. Quem solicitou o acolhimento
4. Como ele chegou na instituição, através de quem
5. Comportamento do educando dentro e fora da unidade de acolhimento
6. Matrícula, frequência e relação com a escola
7. Relação com a família de origem
8. Relação com os demais educandos da instituição
9. Relação com os educadores sociais e demais funcionários da instituição
10. Relação com a equipe técnica da instituição
11. Primeiro atendimento
12. Possíveis problemas de saúde
13. Encaminhamentos: DAI, CAPSi (ou outra instituição de saúde mental), Conselho Tutelar, Central de Regulação de Vagas, outra instituição de acolhimento etc.
14. Evasões e reacolhimentos: quais motivos o levaram a evadir e quais o levaram a retornar
15. Como foi o reacolhimento e como a instituição lidou com isso
16. Evolução: o que consta como registro?

Apêndice B: Roteiros de entrevistas - Profissionais

Entrevistas com os profissionais: abertas, semi-estruturadas, de modo a fazê-lo falar sobre o adolescente participante, o que pensa sobre ele, sua trajetória institucional e sua história de vida.

1. Quem era o adolescente (falar o nome do adolescente)?
 - 1.1. O que você lembra dele?
 - Quais as percepções que se tem sobre ele
 - Como foi que o participante chegou a esta instituição
 - Por que acha que o participante precisou de acolhimento institucional
 - Por quais motivos ele não conseguiu se manter na sua família
 - Como foi a passagem dele pela instituição
 - Como era a relação do participante com regras e normas institucionais
 - Como a instituição reagia aos descumprimentos?
 - Porque acha que o participante passou por várias instituições de acolhimento institucional
 - Por quais motivos foi solicitado sua transferência
 - A instituição falhou em algum ponto ou a responsabilidade pela não adaptação à instituição foi exclusivamente do adolescente?
 - O participante foi encaminhado para algum serviço de saúde mental? (serviço de psicologia, neurologia, capsí etc)
 - Vinculação do participante com os funcionários da instituição?
 - Porque acredita que o participante se envolveu com o tráfico de drogas, quais foram suas motivações
 - Como era o uso de SPA do participante
 - Como era seu comportamento na escola e se foi necessária alguma intervenção da equipe técnica na escola
 - Quais usos o participante fazia da instituição
2. Como você percebia a família do adolescente?
 - Como era a relação do participante com os familiares e dos familiares com ele
 - O que o participante falava da família
 - O que a família falava sobre ele
 - Possibilidades de reinserção familiar do participante
3. Como se deu a passagem do adolescente pelas instituições?
 - Explorar as diferentes perspectivas institucionais sobre o adolescente
 - O que se confirma e o que se retifica nas passagens pelas instituições sobre o adolescente
4. Em sua opinião, como esta instituição interferiu na trajetória do adolescente?
 - Resistências e cristalizações que o adolescente foi estabelecendo ao longo do período de institucionalização.
5. Como vocês (instituição) lidam com a aproximação da maioridade desses adolescentes?
 - 5.1 Quais são os horizontes que você vislumbra para o adolescente quando ele completar a maioridade?
6. Quais recursos você via no participante?
 - Explorar recursos emocionais, relacionais, familiares

Apêndice B: Roteiros de entrevistas - Adolescentes

Entrevistas com os adolescentes: abertas, não estruturadas, de modo a reconstruir a história do adolescente, a partir de sua trajetória de acolhimento institucional e de inserção no tráfico de drogas. Pretende-se considerar nas entrevistas:

- Os modos de inserção do participante no tráfico de drogas:
 - Como foi sua entrada no tráfico
 - Quais foram as motivações (pedir para relatar uma experiência)
 - Houve alguma resistência ou receio? Quais?
 - Alguém da família tem envolvimento com o tráfico de drogas? Quem? Qual a relação? Isso teve alguma influência em sua entrada? (na opinião dele)
 - A família sabe do envolvimento dele com o tráfico? O que ela pensa sobre isso? (se souber)? O que pensaria sobre isso? (se não souber)
- História de acolhimento institucional:
 - Por quais instituições passou
 - Quais foram os motivos que ele foi encaminhado para acolhimento institucional
 - Porque ele solicitou acolhimento (quando pertinente)
 - Como foi ser separado da família
 - Ele esperava visita de algum familiar? Qual(is)? Como eram os encontros? Ele verbalizava sentir falta dele(s)? (quando pertinente)
 - Os motivos das solicitações de transferência (quando houver);
 - Como eram as relações com os outros acolhidos, fez amizade duradoura com algum?
 - Como eram as relações com os educadores e funcionários? Se apegou a alguém? Desconfiava de alguém? Por que?
 - Como ele se sentia com as transferências: expectativas do novo abrigo, rompimento de vínculos no local anterior; se a constante mudança de locais de acolhimento passou a interferir na forma como ele lidava com os outros acolhidos e funcionários
 - Qual a função/importância do abrigo na vida dele? Possibilitou alguma ressignificação de sua própria vida? Reforçou suas ideias sobre si mesmo?
- Relação com a família:
 - Como os vê
 - Como acha que é visto
 - Expectativas que tem com relação a eles
 - Se identifica com a mãe e com o pai de alguma maneira?
 - Quem é a figura familiar de referência na vida dele
 - Sente falta do local onde morava? Gostaria de voltar? Como seria esse retorno?
- Encaminhamentos para serviços de saúde mental:
 - Porque ele acha que foi encaminhado?
 - Concorda com o encaminhamento?
 - Como foi sua passagem por ali
- Encaminhamentos para a DAI (Delegacia para o Adolescente Infrator):
 - Porque ele acha que foi encaminhado?
 - Concorda com o encaminhamento?
 - Como foi sua passagem por ali
- Relação com a escola:
 - Gostava da escola?
 - Como eram seus relacionamentos?
 - Como era seu comportamento? Tinha conflitos?
 - Como achava que era visto na escola?
- Projetos de futuro

Apêndice C: Termos apresentados CEP-IPS/UFBA

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado participante,

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “A noção de indivíduo perigoso e suas incidências na trajetória de adolescentes com vivência de acolhimento institucional”, desenvolvida por Laís Flores Carneiro Santos, discente de Mestrado em Salvador/Ba da UFBA/IPS, sob orientação da Professora Cristiane Oliveira Santos.

O objetivo central do estudo consiste em problematizar as incidências do discurso do indivíduo perigoso nos processos de subjetivação de adolescentes com trajetórias de envolvimento com o tráfico de drogas e de acolhimento institucional.

O convite à sua participação se deve ao fato de você ter acompanhado o adolescente do estudo durante seu período de acolhimento institucional. Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, podendo retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir com sua participação ou desistir da mesma. Contudo, sua participação é muito importante para a execução da pesquisa.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material será armazenado em local seguro. A qualquer momento, durante a pesquisa ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua participação em conceder entrevistas à pesquisadora. A pesquisadora poderá gravar as entrevistas, a fim de poder consultá-los novamente em momento posterior à coleta de dados. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12.

Espera-se com esta pesquisa construir e aprimorar conhecimento para subsidiar práticas psicossociais com o público estudado, além de fortalecer do Sistema de Garantia de Direitos a partir da análise do atendimento a esta população.

Informamos que os riscos previstos aos participantes deste trabalho são muito baixos e estão relacionados a um possível sofrimento psíquico decorrente do relato de sua história pessoal no momento da entrevista. Caso a pesquisadora perceba o surgimento de questões desta ordem, será prestada assistência imediata ao participante e, caso necessário, será realizado seu encaminhamento para um serviço de saúde mental ou para atendimento psicológico ambulatorial.

Os resultados desta pesquisa serão divulgados na dissertação da pesquisadora e em artigos científicos escritos a partir dela. Serão ainda realizadas palestras à rede de garantia de direitos da infância e juventude.

Este termo está redigido em duas vias, sendo uma para o participante e outra para o pesquisador. Todas as páginas deverão ser rubricadas pelo participante da pesquisa e pelo pesquisador responsável, com ambas as assinaturas apostas na última página.

Contato para dúvidas:

Se você tiver dúvidas com relação ao estudo, direitos do participante, ou no caso de riscos relacionados ao estudo, você deve contatar a investigadora do estudo Laís Flores Carneiro Santos através do telefone fixo número: 71 30157882 e celular 71 98201-9416.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia - CEPIPS. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e

dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa para recurso ou reclamações do sujeito pesquisado.

Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia (CEP/IPS) da UFBA
Rua Aristides Novis, Campus São Lázaro, 197, Federação, CEP 40.170-055, Salvador, Bahia,
telefone (71)3283.6457, E-mail : cepips@ufba.br

Laís Flores Carneiro Santos

Contato com o(a) pesquisador(a) responsável:

Tel.: (071) 98201-9416 / 3015-7882

E-mail: lai_flores@hotmail.com

Salvador, ___ de _____ de 2018

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

(Assinatura do participante da pesquisa)

Nome do participante:

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado responsável pelo participante,

O adolescente que está sob sua responsabilidade está sendo convidado a participar da pesquisa “A noção de indivíduo perigoso e suas incidências na trajetória de adolescentes com vivência de acolhimento institucional”, desenvolvida por Laís Flores Carneiro Santos, discente de Mestrado em Salvador/Ba da UFBA/IPS, sob orientação da Professora Cristiane Oliveira Santos.

O objetivo central do estudo consiste em problematizar as incidências do discurso do indivíduo perigoso nos processos de subjetivação de adolescentes com trajetórias de envolvimento com o tráfico de drogas e de acolhimento institucional.

O convite à participação do adolescente se deve ao fato de ele ter vivência de acolhimento institucional e histórico de envolvimento com o tráfico de drogas. Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e o adolescente tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, assinando um Termo de Assentimento ele próprio, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, a participação do adolescente é muito importante para a execução da pesquisa.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-los será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material será armazenado em local seguro. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, vocês poderão solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua participação do adolescente consistirá em autorizar a coleta de dados da pesquisadora em seus prontuários, presentes nas diversas instituições na qual passou. A pesquisadora poderá *escanear* os prontuários, a fim de poder consulta-los novamente em momento posterior à coleta de dados. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12.

Espera-se com esta pesquisa construir e aprimorar conhecimento para subsidiar práticas psicossociais com o público estudado, além de fortalecer do Sistema de Garantia de Direitos a partir da análise do atendimento a esta população.

Informamos que os riscos previstos aos participantes deste trabalho são muito baixos e estão relacionados a um possível sofrimento psíquico decorrente do relato de sua história pessoal no momento da entrevista. Caso a pesquisadora perceba o surgimento de questões desta ordem, será prestada assistência imediata ao participante e, caso necessário, será realizado seu encaminhamento para um serviço de saúde mental ou para atendimento psicológico ambulatorial.

Os resultados desta pesquisa serão divulgados na dissertação da pesquisadora e em artigos científicos escritos a partir dela. Serão ainda realizadas palestras à rede de garantia de direitos da infância e juventude.

Este termo está redigido em duas vias, sendo uma para o participante e outra para o pesquisador. Todas as páginas deverão ser rubricadas pelo participante da pesquisa e pelo pesquisador responsável, com ambas as assinaturas apostas na última página.

Contato para dúvidas:

Se você tiver dúvidas com relação ao estudo, direitos do participante, ou no caso de riscos relacionados ao estudo, você deve contatar a investigadora do estudo Laís Flores Carneiro Santos através do telefone fixo número: 71 30157882 e celular 71 98201-9416.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia - CEPIPS. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa para recurso ou reclamações do sujeito pesquisado.

Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia (CEP/IPS) da UFBA
Rua Aristides Novis, Campus São Lázaro, 197, Federação, CEP 40.170-055, Salvador, Bahia,
telefone (71)3283.6457, E-mail : cepips@ufba.br

Laís Flores Carneiro Santos

Contato com o(a) pesquisador(a) responsável:

Tel.: (071) 98201-9416 / 3015-7882

E-mail: lai_flores@hotmail.com

Salvador, __ de _____ de 2018

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

(Assinatura do participante da pesquisa)

Nome do participante:

TERMO DE ASSENTIMENTO INFORMADO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: A noção de indivíduo perigoso e suas incidências na trajetória de adolescentes com vivência de acolhimento institucional

Investigador: Laís Flores Carneiro Santos

Local da Pesquisa: Universidade Federal da Bahia/Instituto de Psicologia

Endereço: Rua Aristides Novis, Campus São Lázaro, 197, Federação, CEP 40.170-055, Salvador, Bahia

O assentimento significa que você autoriza que seja realizado um estudo a partir dos prontuários feitos sobre você pelas instituições as quais você já passou. Serão respeitados seus direitos e você receberá todas as informações por mais simples que possam parecer.

Assim, você está sendo convidado a participar de uma pesquisa, com o objetivo de problematizar as incidências do discurso do indivíduo perigoso nos processos de subjetivação de adolescentes com trajetórias de envolvimento com o tráfico de drogas e de acolhimento institucional. Esta pesquisa será feita a partir da análise dos seus prontuários presentes nas instituições de acolhimento as quais tenha passado, bem como através de entrevistas com alguns profissionais destas instituições.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-los será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material será armazenado em local seguro. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, vocês poderão solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

Caso você aceite participar, a pesquisa envolverá coletar as informações existentes nos prontuários citados. Sua participação é voluntária e que caso você opte por não participar, não terá nenhum prejuízo ou represálias.

Espera-se com esta pesquisa construir e aprimorar conhecimento para subsidiar práticas psicossociais com o público estudado, além de fortalecer do Sistema de Garantia de Direitos a partir da análise do atendimento a esta população.

Informamos que os riscos previstos aos seus participantes deste trabalho são muito baixos e estão relacionados a um possível sofrimento psíquico decorrente do relato de sua história pessoal no momento da entrevista. Caso a pesquisadora perceba o surgimento de questões desta ordem, será prestada assistência imediata ao participante e, caso necessário, será realizado seu encaminhamento para um serviço de saúde mental ou para atendimento psicológico ambulatorial.

Contato para dúvidas:

Se você ou os responsáveis por você tiver(em) dúvidas com relação ao estudo, direitos do participante, ou no caso de riscos relacionados ao estudo, você deve contatar a Investigadora do estudo Laís Flores Carneiro Santos através do telefone fixo número: 71 30157882 e celular 71 98201-9416. Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como um participante de pesquisa, você pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia (CEP/IPS) da UFBA. O CEP é constituído por um grupo de profissionais de diversas áreas, com conhecimentos científicos e não científicos que realizam a revisão ética inicial e continuada da pesquisa para mantê-lo seguro e proteger seus direitos.

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa para recurso ou reclamações do sujeito pesquisado.

Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia (CEP/IPS) da UFBA
Rua Aristides Novis, Campus São Lázaro, 197, Federação, CEP 40.170-055, Salvador, Bahia, telefone (71)3283.6457, E-mail : cepips@ufba.br

DECLARAÇÃO DE ASSENTIMENTO DO SUJEITO DA PESQUISA:

Eu li e discuti com o investigador responsável pelo presente estudo os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar, e que posso interromper a minha participação a qualquer momento sem dar uma razão. Eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados para o propósito acima descrito.

Eu entendi a informação apresentada neste TERMO DE ASSENTIMENTO. Eu tive a oportunidade para fazer perguntas e todas as minhas perguntas foram respondidas.

Eu receberei uma cópia assinada e datada deste Documento DE ASSENTIMENTO INFORMADO.

NOME DO PARTICIPANTE	ASSINATURA	DATA
----------------------	------------	------

NOME DO INVESTIGADOR	ASSINATURA	DATA
----------------------	------------	------

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Eu, _____, Presidente da Instituição _____, estou ciente e autorizo a pesquisadora Laís Flores Carneiro Santos a desenvolver nesta instituição o projeto de pesquisa intitulado “A noção de indivíduo perigoso e suas incidências na trajetória de adolescentes com vivência de acolhimento institucional”. Declaro conhecer as Normas e Resoluções que norteiam a prática de pesquisa envolvendo seres humanos, em especial a Resolução CNS 510/16, de estar ciente das corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, do compromisso de garantir a segurança e o bem estar dos sujeitos de pesquisa aqui recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem estar.

Salvador, de Outubro de 2017

.....
Assinatura do presidente

TERMO DE CONCESSÃO

Eu, _____, coordenador da _____ e conseqüentemente responsável pela guarda dos prontuários requisitados pela pesquisadora, autorizo o acesso aos documentos que encontram-se sob minha guarda para que sejam coletados os seguintes dados: relatórios institucionais, anotações nas folhas de evolução e demais informações existentes sobre os participantes da pesquisa presentes em seus prontuários os quais serão utilizados na execução do projeto intitulado “A noção de indivíduo perigoso e suas incidências na trajetória de adolescentes com vivência de acolhimento institucional”, sob a responsabilidade da pesquisadora Laís Flores Carneiro Santos apenas com a finalidade acadêmica não comprometendo, de nenhuma forma, a integridade dos sujeitos da pesquisa os quais terão seu anonimato garantido conforme o que regulamenta a Resolução CNS 510/16. Informo estar ciente dos objetivos do projeto de pesquisa os quais são: problematizar as incidências do discurso do indivíduo perigoso nos processos de subjetivação de adolescentes com trajetórias de envolvimento com o tráfico de drogas e de acolhimento institucional; Discutir como a relação com a lei e com a autoridade vai sendo formada em adolescentes sob a insígnia da periculosidade; Analisar como as identificações imaginárias e as repetições inconscientes podem servir como reforçadores do lugar de indivíduo perigoso para estes jovens; Descrever os itinerários dos adolescentes, considerando as possíveis relações entre a circulação institucional, urbana e no tráfico, a partir das posições ocupadas por estes espaços no discurso do indivíduo perigoso; Identificar as incidências da condição social dessas famílias no julgamento sobre a potencialidade de a criança/adolescente vir a se tornar um indivíduo perigoso e Descrever as modalidades de relações estabelecidas com o tráfico de drogas pelo adolescente com vivência de acolhimento institucional e dos benefícios atuais e potenciais que podem ser gerados com a execução deste trabalho que são: construção e aprimoramento de conhecimento para subsidiar práticas psicossociais com o público estudado; fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos a partir da análise do atendimento a esta população.

Declaro ainda estar ciente das normas, resoluções e leis brasileiras as quais normatizam a utilização de documentos para coleta de dados bem como da(s) justificativa(s) apresentada(s) pelos autores do presente protocolo de pesquisa para a coleta.

Salvador, ___ de novembro de 2017

.....
Assinatura do Responsável